

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MÁRCIO JOSÉ MENDONÇA**

**TERRITÓRIOS OCUPADOS: UMA ABORDAGEM  
GEOGRÁFICA DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO  
ATRAVÉS DOS QUADRINHOS DE JOE SACCO**

**VITÓRIA  
2014**

MÁRCIO JOSÉ MENDONÇA

**TERRITÓRIOS OCUPADOS: UMA ABORDAGEM  
GEOGRÁFICA DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO  
ATRAVÉS DOS QUADRINHOS DE JOE SACCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.  
Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis.

VITÓRIA  
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M539t Mendonça, Márcio José, 1986-  
Territórios ocupados : uma abordagem geográfica do conflito  
israelo-palestino através dos quadrinhos de Joe Sacco / Márcio  
José Mendonça. – 2014.  
185 f. : il.

Orientador: Luis Carlos Tosta dos Reis.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Sacco, Joe, 1960-. 2. Histórias em quadrinhos. 3. Conflito  
árabe-israelense. I. Reis, Luis Carlos Tosta dos. II. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais.  
III. Título.

CDU: 91

---

**MÁRCIO JOSÉ MENDONÇA**

**TERRITÓRIOS OCUPADOS: UMA ABORDAGEM  
GEOGRÁFICA DO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO  
ATRAVÉS DOS QUADRINHOS DE JOE SACCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em 01 de dezembro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Luis Carlos Tosta dos Reis**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientador**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lucy Oliveira Freire**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof. Dr. Aldo Aloisio Dantas da Silva**



**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

À minha mãe, Ana Maria Lobato Mendonça, que mesmo na doença dedicou seus esforços na minha educação sem nunca reclamar.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, antes de tudo, à minha mãe Ana M<sup>a</sup> Lobato Mendonça pelo grande incentivo na minha formação. Sem ela, a minha dedicação exclusiva aos estudos por longos sete anos não seria possível.

Sou grato também ao meu orientador, o professor Luis Carlos Tosta dos Reis pela inestimável contribuição à minha pesquisa.

Agradeço também à professora Ana Lucy Oliveira Freire pelas críticas produtivas ao trabalho.

Além deles, agradeço também ao meu irmão, Marcos Cândido Mendonça, com quem inúmeras vezes troquei ideias sobre a pesquisa.

Também não poderia deixar de mencionar os professores Jason Dittmer e Oliver Belcher, que foram muito solícitos, enviando-me seus trabalhos quando eu tive dificuldade de acessar algumas de suas pesquisas.

Sou grato a essas pessoas, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES e a todas as outras que de alguma forma demonstraram interesse pela minha pesquisa e contribuíram com ela.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) pelo apoio financeiro no desenvolvimento desta pesquisa.

## **RESUMO**

O estudo trata da dimensão territorial do conflito israelo-palestino a partir do jornalismo em quadrinhos produzidos por Joe Sacco. Para isso, procura, preliminarmente, desenvolver uma abordagem da representação espacial nos quadrinhos através de sua linguagem visual e textual, que evidencia uma percepção espacial e expressa um conjunto de significados a partir das ações que unem os personagens ao lugar. A partir desse quadro de interpretação, o presente estudo focaliza, através da análise das obras de Joe Sacco, o conflito árabe-israelense para entender os territórios palestinos ocupados como um volume político que retrata a perda de soberania política dos palestinos em sentido amplo. Esse enfoque se volta para uma reflexão a respeito do dia a dia dos palestinos através dos quadrinhos considerando o cotidiano da ocupação e sua dimensão espacial (ou seja, um conteúdo que remete ao território, uma vez que apresenta todo um conjunto de significados que evocam um sentido territorial). Assim, a pesquisa objetiva entender os territórios palestinos ocupados, procurando evidenciar em que medida os quadrinhos de Joe Sacco disponibilizam elementos para a pesquisa em Geografia, na medida em que expressam, sugere-se, uma geograficidade. Tal enfoque, que recorre ao escopo conceitual da Geografia – e notadamente ao conceito de território e seus múltiplos –, mediatizando-os através do recurso às obras de Joe Sacco, possibilita, sugere-se, um ângulo de abordagem peculiar sobre o território em locais de conflito, na medida em que, através dele, torna-se possível observar as formas de controle e precarização territorial dos palestinos em sua formação espaço-territorial.

**Palavras chave:** 1. Território. 2. História em quadrinhos. 3. Joe Sacco.

## **ABSTRACT**

This study looks the territorial dimension of the Israeli-Palestinian conflict from the comic journalism produced by Joe Sacco. For this, seek, preliminarily, to develop an approach to spatial representation in comics through their visual and textual language, which shows a spatial perception and expressed a range of meanings from the actions that bind the characters to their place. Within this framework of interpretation, this study focuses, through the analysis of the works of Joe Sacco, the Arab-Israeli conflict to understand the Palestinian territories occupied as a politician volume that portrays the loss of political sovereignty of the Palestinians in the broad sense. This approach emphasizes an approach to the daily lives of Palestinians through comics considering the daily occupation and their spatial dimension (ie, content that refers to the territory, since it presents a whole set of meanings that evoke a territorial sense). So the research aims to understand the occupied Palestinian territories, seeking to evidence the extent to which Joe Sacco comics provide elements for research in geography, to the extent that expresses, it is suggested, one geographicity. Such a focus, which uses the conceptual scope of geography – and notably the concept of territory and its multiples –, mediating them through the use of works of Joe Sacco, allows, we suggest a peculiar angle of approach over the territory in local conflict, to the extent that, through it, it becomes possible to observe the forms of control and territorial insecurity of Palestinians in their training territorial-space.

**Keywords:** 1. Territory. 2. Comics. 3. Joe Sacco.

“Alguns dos buracos mais negros do mundo estão a céu aberto, para qualquer um ver... Por exemplo, você pode visitar um campo de refugiados palestinos na Faixa de Gaza... É só ligar para a UNRWA, a agência da ONU de assistência aos refugiados palestinos, tel.: 051-861195[.] Eles providenciam tudo[,.] levam você até lá de carro[,.] a entrada é grátis...”.

Joe Sacco

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <b>Caricatura</b>	36
Figura 2: <b>Planos das Figuras</b>	37
Figura 3: <b>Planos das Figuras com Personagens</b>	39
Figura 4: <b>Plano de Visão</b>	63
Figura 5: <b>Ponto de Fuga</b>	63
Figuras 6, 7 e 8: <b>Timing</b>	65
Figura 9: <b>Espaço e Tempo em Jimmny Corrigan</b>	67
Figura 10: <b>Janela</b>	69
Figura 11: <b>Percepção do Mundo</b>	69
Figura 12: <b>Experiência do Mundo</b>	69
Figura 13: <b>Visão Obliqua</b>	70
Figura 14: <b>Visão Vertical Panorâmica</b>	70
Figura 15: <b>Faixa de Gaza</b>	126
Figura 16, 17, 18 e 19: <b>Khan Younis</b>	129, 130 e 131
Figura 20: <b>Fronteira Gaza-Egito (Rafah)</b>	133
Figura 21 e 22: <b>Campo de Refugiados de Jabalia</b>	134
Figura 23, 24 e 25: <b>Rafah</b>	137, 138 e 139
Figura 26: <b>Prisão de Ansar III</b>	140
Figura 27: <b>Khan Younis</b>	141

Figura 28, 29 e 30: <b>Posto de Verificação de Abu Houli</b>	144, 145 e 146
Figura 31: <b>Rafah</b>	149
Figura 32 e 33: <b>Bairro de Toufieh</b>	150 e 151
Figura 34, 35 e 36: <b>Campo de Refugiados de Jabalia</b>	153, 154 e 155
Figura 37, 38, 39 e 40: <b>Rafah (1956)</b>	160, 161 e 162
Figura 41: <b>Poder Militar e Extensão dos Ataques Israel-Militantes Palestinos Situados em Gaza em Comparação com o N° de Vítimas</b>	184

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1, 2 e 3: <b>Bombardeiro Israelense Sobre a Faixa de Gaza (2012)</b>	185
---	-----

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: <b>Proposta de Partilha da Comissão Peel de 1937</b>	118
Mapa 2: <b>Plano de Partilha da Palestina de 1947 e Colônias Judaicas</b>	118
Mapa 3: <b>Israel-Palestina 1948-1968</b>	119
Mapa 4: <b>Israel e os Territórios Ocupados Após a Guerra de 1967</b>	119
Mapa 5: <b>Proposta Israelense Para o Estado Palestino em Camp David</b>	120
Mapa 6: <b>Barreira de Separação Israel/Cisjordânia – Novembro de 2012</b>	120

Mapa 7: <b>Ataque de Gaza – 2012</b>	183
Mapa 8: <b>Desarticulação da Faixa de Gaza</b>	183

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1 – Histórias em quadrinhos como temática: uma apresentação panorâmica</b>	<b>21</b>
Cap. 1.1 – Dos super-heróis aos quadrinhos da gaphic novel: antecedentes do jornalismo em quadrinhos	22
Cap. 1.2 – Jornalismo em quadrinhos: um novo gênero de linguagem das HQs	30
Cap. 1.3 – Os personagens das HQs e seu espaço geográfico: uma aproximação preliminar	40
<b>Capítulo 2 – Histórias em quadrinhos: considerações sobre sua história e percepção espaço-temporal</b>	<b>47</b>
Cap. 2.1 – Breve histórico da história em quadrinhos	51
Cap. 2.2 – O “espaço” e o “tempo” nas histórias em quadrinhos	60
Cap. 2.3 – O mundo e visão tridimensional dos quadrinhos	66
<b>Capítulo 3 – Soberania territorial e territórios ocupados</b>	<b>73</b>
Cap. 3.1 – Território e poder: Estado soberano e integridade territorial	75
Cap. 3. 2 – Soberania territorial e monopólio da violência	82
Cap. 3.3 – Terror e geopolítica vertical dos territórios ocupados	86
<b>Capítulo 4 – A Soberania territorial de Israel e a ocupação dos territórios palestinos</b>	<b>95</b>
Cap. 4.1 – O Imperialismo e a catástrofe palestina: criação de Israel	96
Cap. 4.2 – A Indústria do Holocausto e as guerras de 1967 e 1973: nova expansão territorial	104
Cap. 4.3 – Pós-guerra, consolidação da soberania e integridade territorial de Israel	112
<b>Capítulo 5 – Geopolítica dos quadrinhos: uma abordagem dos territórios palestinos ocupados à luz dos livros em quadrinhos de Joe Sacco</b>	<b>121</b>



Cap. 5.1 – Verticalidade e visão tridimensional do território nos cenários da ocupação e da vida palestina na obra de Joe Sacco	<b>124</b>
Cap. 5.2 – Descontinuidade territorial, imobilidade e soberania precária do território sob a ótica de Joe Sacco	<b>142</b>
Cap. 5.3 – Território, violência e terror na Faixa de Gaza expressos nos quadrinhos de Joe Sacco	<b>156</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>164</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>167</b>
<b>Texto anexo – Pós-Sacco: os territórios palestinos na atualidade</b>	<b>174</b>



## INTRODUÇÃO

O presente estudo problematiza a dimensão territorial do conflito israelo-palestino, através da análise da obra de jornalismo em quadrinhos produzido pelo cartunista Joe Sacco. Nesse sentido, a pesquisa espousa a posição – compartilhada, como será visto no que segue, por trabalhos semelhantes – segundo a qual as histórias em quadrinhos (HQs) oferecem uma representação da dimensão geográfica da realidade passível de ser proveitosamente tematizada no âmbito das ciências sociais em geral e, mais especificamente, no da ciência geográfica.

Como será possível evidenciar no desenvolvimento da dissertação, dentre os elementos que constituem a própria estrutura das HQs, é possível destacar a percepção espaço-territorial que estas promovem, na medida em que regularmente dispõem um arranjo territorial que se exprime através das relações entre os sujeitos-personagens e o espaço na construção da trama. De fato, os personagens das HQs estabelecem discursos e ações dotados de inequívoco significado socio-espacial, liberando uma percepção geográfica do espaço expressa de modo peculiar na linguagem dos quadrinhos. É sob esse ângulo de consideração que o presente trabalho sugere que o trabalho de Joe Sacco promove uma representação dos territórios palestinos ocupados que pode ser assumida como fonte para análise do conflito israelo-palestino no âmbito da pesquisa em Geografia.

Embora os quadrinhos tenham sido considerados uma forma de perversão e alienação durante muito tempo, consideramos, por outro lado, que podemos aprender com eles, desde que os consideremos como um sistema representacional, ou seja, uma representação, na medida em que “[...] a realidade é ela mesma um sistema representacional [...]”, como Gomes (2013, p. 167) indica. Isso não significa, evidentemente, considerar as HQs e, mais especificamente, o *jornalismo em quadrinhos* desenvolvido por Joe Sacco como representações pretensamente fidedignas de uma realidade extremamente complexa, como no caso do conflito israelo-palestino. Trata-se, sobretudo, da identificação do enfoque adotado pelo quadrinista como uma fonte alternativa para a inteligibilidade do conflito israelo-palestino, passível de ser problematizado sob a perspectiva da pesquisa em Geografia.

No que se refere aos estudos acadêmicos, as histórias em quadrinhos constituem um objeto de estudo relativamente recente nas ciências sociais, embora o número de pesquisas sobre o tema tenha crescido. No Brasil, estudos mais sistemáticos sobre quadrinhos ganharam expressão nos anos de 1970. Hoje, após quatro decênios, não obstante os estudos na área de comunicação, pode-se dizer que ainda é relativamente pequeno o número de pesquisas, notadamente no caso da Geografia, que ressaltam a dimensão espacial dos quadrinhos – bem como em temas afins, como cinema, animes e contos literários. Para a presente pesquisa, esses estudos constituem verdadeiros “modelos” para trabalhos de natureza semelhante, fornecendo uma orientação de método valiosa acerca dos elementos de análise mais relevantes, e da composição geral que tais pesquisas assumem.

Dentre esses trabalhos destacam-se, por exemplo, a contribuição de Dorfman & Mattelart (1978) e a de José de Souza Martins (1982), que atribuíram aos personagens da *Walt Disney* um discurso colonizador voltado para as relações sociais que vinculam os personagens da *Walt Disney* ao modelo de acumulação capitalista, demonstrando uma hierarquia que envolve os cidadãos de *Patópolis* (cidade dos patos) numa ordem fundada nos valores do capitalismo. Da mesma forma, em um interessante artigo, Apolinário (2011) mostrou, através da análise da animação *Persépolis*<sup>1</sup>, de Marjane Satrapi e Vicent Paronnaud, as reverberações da Revolução Islâmica de 1979, destacando as relações de desterritorialização e de identidade entre a personagem Marjane e o Irã de seu tempo de infância. No âmbito estritamente da pesquisa geográfica, caberia ressaltar, dentre outros autores, Harvey (2008). Este, através do cinema, também esboçou algumas implicações da pós-modernidade a partir da análise do filme *Blade Runner: o caçador de andróides*, de Ridley Scott, e *Asas do Desejo*, de Wim Wenders.

Esses estudos demonstram o interesse que o campo de pesquisa na chamada “cultura de massa” tem suscitado nos últimos anos, contando com pesquisas inclusive na Geografia. No que se refere aos quadrinhos, a Geografia brasileira, especificamente, deu maior atenção preliminarmente ao tema do ensino dessa disciplina através do uso de quadrinhos. Apesar disso, algumas pesquisas recentes começaram a conferir importância à dimensão espacial dos quadrinhos, notadamente em trabalhos que focalizam o tema da cidade. Esses estudos

---

<sup>1</sup> Na verdade, *Persepolis* foi primeiramente publicada no formato de quadrinhos, sendo na sequência adaptada a animação do cinema, tendo a sua estreia no festival de Cannes em 2007. Utilizamos aqui a versão em quadrinhos de *Persepolis* publicada também em 2007.

produziram uma verdadeira análise do espaço geográfico nos quadrinhos, focalizando, entre outras temáticas, a das paisagens da cidade e estudos associados ao urbano em grandes metrópoles. Veja sobre isso, por exemplo, os trabalhos de Gomes & Góis (2008), Góis (2008), Lima (2006) e Rama (2006).

No entanto, para além do enfoque dispensado à espacialidade das grandes cidades dos quadrinhos na pesquisa geográfica, o mesmo interesse não se verifica quando o assunto é, de outro modo, o território. É propriamente através das indagações passíveis de serem oferecidas à análise geográfica pela percepção territorial presente nos quadrinhos que estudo em mãos propõe considerar os quadrinhos de Joe Sacco. Assim, não se pretende fornecer uma interpretação do discurso político ou dos efeitos sociais que a leitura de quadrinhos causa na sociedade, mas uma análise da espacialidade inerente aos referidos quadrinhos, que é fecunda de significação política e social. Para tal, o estudo recorrerá de modo privilegiado ao conceito de território sob o tratamento que lhe é imputado no debate teórico contemporâneo da Geografia.

Considera-se, assim, que as histórias em quadrinhos podem tornar-se objeto de análise para a Geografia, pois sua estrutura visual e textual explora imaginações geográficas e representações espaciais. Como poderá ser demonstrado, a partir de elementos de composição narrativa, os quadrinhos de Joe Sacco tratam, com inequívoca riqueza de detalhes, o cenário cotidiano da vida palestina; assim, oferecem uma igualmente rica representação espacial do conflito israelo-palestino nos territórios palestinos sob ocupação israelense. Em certa medida os quadrinhos já contemplam, há algum tempo, o tema da guerra e, assim, desenvolvem uma forma de representação territorial. Basta, para constatar isso, lançar mão da obra de Art Spiegelman (1987; 1995) sobre os campos de concentração nazista durante a II Guerra Mundial e também do trabalho de Folman e Polonsky (2009) sobre a guerra do Líbano. Destaca-se, também, o livro de Jacques Tardi (2011), que retrata a vida dos soldados entrancheirados no *front* de batalha durante a I Guerra Mundial, além do trabalho do brasileiro André Toral (1999) sobre a guerra do Paraguai.

No âmbito desses trabalhos, talvez os mais fecundos para a análise aqui proposta sejam os que compõem o conjunto da obra do jornalista-cartunista Joe Sacco, que percorreu os mais variados países retratando a guerra em cada um deles. Esses quadrinhos, que, como buscaremos demonstrar, são marcados por uma clivagem mais objetiva e analítica, fornecem uma visão ampla sobre a dimensão territorial dos conflitos na Palestina, na Bósnia e no

Iraque, e assinalam, também, uma visão crítica dos quadrinhos no que diz respeito à interpretação que oferecem sobre a natureza desses conflitos. O interesse de Sacco pela guerra reflete, em grande medida, a origem mesma do cartunista: nascido na ilha de Malta (em 1960), o autor ouviu ao longo de toda a sua infância os relatos de seus pais sobre os bombardeiros italianos nessa ilha durante a II Guerra Mundial, o que teria sido decisivo para despertar o interesse do cartunista pelo assunto.

Na juventude Sacco se dedicou aos estudos na faculdade, vindo a se formar em jornalismo pela Universidade de Oregon, nos Estados Unidos. Essa experiência acadêmica e profissional possibilitou-lhe experimentações, decerto inovadoras, que culminaram na publicação de suas obras e, em termos mais amplos, no amadurecimento da modalidade de quadrinhos de guerra, mais recentemente qualificado com o rótulo de “jornalismo em quadrinhos”. Como será tratado mais detidamente no que segue, a especificidade dessa linguagem se dá pela reunião de elementos característicos do jornalismo com aqueles característicos das histórias em quadrinhos. Nessa modalidade, Sacco se arriscou em um projeto diferenciado: fazer histórias em quadrinhos no modelo de reportagens sobre pessoas que vivem em locais de conflito. Como será evidenciado, esses quadrinhos retratam detalhadamente a guerra a partir das experiências de pessoas comuns submetidas a suas circunstâncias, ao mesmo tempo que revelam uma dimensão espacial do conflito a partir da visibilidade que pretende oferecer do território.

Os trabalhos de Joe Sacco na Palestina reúnem um conjunto de reportagens em quadrinhos que, acompanhadas de pesquisa bibliográfica, são organizadas em três livros que tratam do conflito na região: *Palestina: uma nação ocupada* (SACCO, 2000), *Palestina: na Faixa de Gaza* (SACCO, 2003) e *Notas sobre Gaza* (SACCO, 2010)<sup>2</sup>. Através dessas obras o autor retrata a colonização e ocupação dos territórios palestinos. São completamente diferentes dos quadrinhos de super-heróis, que retratavam a guerra através de personagens

---

<sup>2</sup> Embora não seja seu primeiro trabalho sobre conflitos, *Palestina: uma nação ocupada* (SACCO, 2000) foi o primeiro quadrinho de Joe Sacco que realmente retratou o conflito em profundidade, apresentando um olhar do conflito a partir da população civil. Esse trabalho rendeu-lhe vários prêmios, um deles o *American Book Awards* em 1996, considerado a melhor série pelos *Harvey Awards*, prêmio tido a plantel de status como o *Oscar da comunidade dos comics*. No Brasil, com o mesmo trabalho conquistou o *Prêmio HQ Mix 2000*. Já com notoriedade no ramo dos maiores cartunistas, o autor impressionou novamente em *Palestina: na Faixa de Gaza* (SACCO, 2003). Em 2010 lançou seu último livro sobre o tema: *Notas sobre Gaza* (SACCO, 2010). Sobre a Guerra da Bósnia também publicou livros com grande destaque que tratam da desintegração da Iugoslávia, o primeiro deles com o título *Uma história de Sarajevo* (SACCO, 2005b), e o segundo *Área de Segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental* (SACCO, 2005a), obra graças à qual ganhou o seu segundo *Prêmio HQ Mix*.

ficcionais e fantásticos, como a HQ do *Capitão América*, tendo sido preponderantes em difundir uma campanha nacionalista e ideológica a serviço de seus governos. Em Sacco os quadrinhos de guerra assumem significação radicalmente distinta e, mesmo, uma outra amplitude, desenvolvendo uma abordagem mais analítica.

Nessas obras Joe Sacco apresenta, através da linguagem do jornalismo em quadrinhos, toda a dramaticidade da vida em um ambiente em conflito. A vida cotidiana nesses locais se torna o ponto central da abordagem do jornalista-cartunista, pois, de fato, o autor não se limita à análise do conflito ao contexto da movimentação das tropas num cenário que se poderia considerar usual em um conflito geopolítico. O território, em sua obra, exprime-se pela dinâmica existencial de vários personagens, desde combatentes até grupos de refugiados. É através desses sujeitos-personagens que Sacco explora a experiência comum de indivíduos ordinários que lidam em seu dia a dia com as situações extremas de um conflito. Nos quadrinhos de Sacco os indivíduos ordinários são vistos em seu sentido mais banal, o dos afazeres da prática cotidiana. É através da análise da existência cotidiana deles que se circunscreve e se revela a dimensão territorial do conflito na Palestina. Será, assim, por essa perspectiva que se pretende analisar a dimensão territorial do conflito israelo-palestino.

Com este propósito, a dissertação busca ser uma contribuição geográfica a esse campo de estudos que intercala análises da relação entre território e conflito, utilizando, no caso, uma fonte alternativa para análise, qual seja, um conjunto de obras de jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco. Diante disso, a estrutura da dissertação foi sistematizada em cinco capítulos, além de considerações finais e um texto anexo, que, não obstante representarem alguma autonomia interna, são complementares em seu desenvolvimento – na medida em que se articulam sob a expectativa de analisar a dimensão espacial dos referidos quadrinhos.

Assim, no primeiro capítulo, reservado à qualificação das *Histórias em quadrinhos como temática: uma apresentação panorâmica*, o foco será a consideração do papel dos personagens na composição do espaço geográfico nos quadrinhos. O capítulo buscará evidenciar em que medida os cenários geográficos nos quadrinhos resultam da relação entre personagens e o seu mundo. A partir desse ponto de vista preliminar, procura-se evidenciar que os personagens das HQs paulatinamente vêm se humanizando a partir de sua inserção num espaço ordinário, abandonando, em algum grau, a esfera de um mundo fantástico e fictício, tornando, assim, fecunda uma abordagem geográfica do espaço, ao recriar/revelar uma espacialidade através de sua narrativa. Essa parte procura explicitar, outrossim, as

perspectivas de evolução dos personagens em quadrinhos até o jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco, ressaltando, aí, a viabilidade de uma análise geográfica através da obra do autor.

No segundo capítulo, intitulado *Histórias em quadrinhos: considerações sobre sua história e percepção espaço-temporal*, será tratado o desenvolvimento da linguagem dos quadrinhos ao longo do século XX, remontando desde o surgimento dos quadrinhos modernos à evolução na composição da narrativa fundada na linguagem visual e na textual. Aqui, buscaremos chamar a atenção para uma de suas propriedades que possui convergência estrita com a presente pesquisa, qual seja: a concepção de “espaço” e “tempo” na narrativa das histórias em quadrinhos, que confere importância à visibilidade da dimensão espacial do mundo dos personagens, notadamente ao oferecer uma visão vertical e tridimensional que recria um universo “3D” através dos elementos figurados dos quadrinhos.

Por sua vez, o terceiro capítulo, denominado *Soberania territorial e territórios ocupados*, pretende oferecer uma abordagem teórico-conceitual proveniente da Geografia, com o intuito de contribuir, a partir das bases conceituais dessa disciplina, com os estudos recentemente desenvolvidos sobre HQs no âmbito das ciências sociais. O capítulo lançará mão, fundamentalmente, do conceito de território e de algumas das possibilidades analíticas disponibilizadas pelas múltiplas perspectivas desse conceito, vendo o território como produção política do espaço, – sobre cuja extensão o Estado moderno exerce soberania. Esse sentido de soberania, entretanto, pode ser desvirtuado por uma força ocupante, como o capítulo poderá demonstrar através de exemplos.

O quarto capítulo, *A soberania territorial de Israel e a ocupação dos territórios palestinos*, oferece uma breve caracterização do conflito árabe-israelense a partir da “historiografia” e de contribuições que possuem expressão no entendimento do referido conflito. Esse capítulo assinala o processo de colonização da Palestina pela comunidade judaica como expressão da ocupação e desvirtuação da soberania territorial palestina. Nesse sentido, o capítulo apresenta uma perspectiva complementar, que irá constituir o cerne da presente discussão, exposta no capítulo subsequente; este, por sua vez, reservado à análise do jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco.

O capítulo cinco, *Geopolítica dos quadrinhos: uma abordagem dos territórios palestinos ocupados à luz dos livros em quadrinhos de Joe Sacco*, é reservado à análise da obra de Joe Sacco, destacando a dimensão geográfico-territorial que lhe é inerente. Como as



bases conceituais da pesquisa sugerem, essa análise ressaltará, notadamente, o problema da soberania territorial palestina.

O texto reservado às *Considerações finais* irá apresentar de modo sintético as principais conclusões que o trabalho alcançou, o que se espera promova um estímulo à continuidade de pesquisas sobre o assunto, com a expectativa de que esses trabalhos ofereçam novos questionamentos que esta pesquisa instigou.

Por fim, de forma complementar, o texto anexo intitulado *Pós-Sacco: os territórios palestinos na atualidade*, objetiva dar importância aos eventos mais recentes na Palestina através de um “capítulo” extra, que a obra de Joe Sacco não aborda, na medida em que a pesquisa do cartunista se estende apenas ao ano de 2005. Nessa parte, é conferida importância, sobretudo, aos ataques de Israel à Faixa de Gaza em 2008-2009, 2012 e 2014, em que se nota como o tratamento que Sacco dá ao tema é atual e relevante, vendo o território através de uma profunda percepção vertical e tridimensional do espaço.

## *Capítulo 1*

### **HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO TEMÁTICA: UMA APRESENTAÇÃO PANORÂMICA**

Neste capítulo, o trabalho oferece uma apresentação panorâmica sobre como os quadrinhos têm despertado o interesse das ciências sociais em geral e, mais especificamente, na Geografia. Para tanto, o capítulo destaca o papel dos personagens na composição do espaço geográfico nos quadrinhos através de cenários que resultam da relação entre os personagens e o seu mundo. A partir desse ponto de vista preliminar, procura-se evidenciar que os personagens das HQs paulatinamente vêm se humanizando a partir de sua inserção num espaço ordinário, abandonando, em algum grau, a esfera de um mundo fantástico e fictício. Essa parte procura explicitar, igualmente, as perspectivas de evolução dos personagens em quadrinhos até o jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco, ressaltando, aí, a viabilidade de uma análise geográfica via a obra do autor.

Nessa medida, o primeiro item do capítulo ressalta justamente este processo de humanização dos personagens, dentro de um contexto específico que destaca o processo de humanização dos personagens desde os quadrinhos de história de *super-heróis* até o surgimento do “gênero” de HQs que ficou conhecido como *graphic novel*. O segundo item, por sua vez, enfatiza como *o jornalismo em quadrinhos* foi, em grande medida, alimentado por essa perspectiva de humanização dos personagens e, em sentido mais amplo, como sua modalidade corresponde a um processo mais pleno de humanização dos personagens ao se basear em narrativas factuais diretamente relacionadas com um estilo que se poderia considerar como mais “realista” de desenho. O terceiro item destaca como os quadrinhos têm, através da assimilação de personagens complexos que desempenham diferentes tipos de ações, suscitado uma representação igualmente complexa e peculiar da dimensão espacial, notadamente através da constituição de um cenário geográfico “quadrinístico”. O capítulo visa, assim, “preparar o terreno” para a análise – reservada para o capítulo final da pesquisa – da dinâmica territorial dos territórios palestinos ocupados nos quadrinhos de Joe Sacco.

## 1.1 Dos Super-heróis aos Quadrinhos da Graphic Novel: Antecedentes do Jornalismo em Quadrinhos

Histórias em quadrinhos possuem vários gêneros, que vão do terror às histórias eróticas. São elas, sem exceção, formas de contar uma história através da linguagem visual e da verbal. Todavia, por seu impacto junto ao público, dentre todas, as que mais se popularizaram foram as de *super-heróis* e as de *aventura* (BRAGA & PATATI, 2006). No universo dos super-heróis e dos mocinhos das HQs, vários quadrinhos ocidentais são mundialmente conhecidos. É fácil comprovar isso pela popularidade inequívoca de alguns personagens das histórias mais famosas, tais como *Flash Gordon*, *Homem-Aranha*, *Super-Homem*, *As Aventuras de Tintin*, *O Fantasma*, *Capitão América*, *Capitão Marvel*, *Quarteto Fantástico*, *O Incrível Hulk*, *X-Men*, *Demolidor* e *Príncipe Valente*, só para citar algumas, dentre aquelas muito conhecidas no Ocidente. No Oriente, especificamente no Japão, não é diferente, onde mangá<sup>3</sup> como *Astro Boy*, *Cavaleiros do Zodíaco*, *Yu-Yu Hakusho*, *Dragon Ball*, *Akira* e *Lobo Solitário*, para citar alguns poucos, já marcavam época antes de cruzar os limites das impressões das revistas e se popularizarem nos desenhos animados também em escala mundial.

Procede, por sua vez, reconhecer que as histórias em quadrinhos, ao longo de seus poucos mais de cem anos de existência, manifestaram sensíveis transformações na linguagem visual e na verbal, bem como na forma de produção de quadrinhos industriais. Zilda Anselmo (1975) nota que mudanças na linguagem dos quadrinhos foram igualmente acompanhadas por melhorias nas condições de trabalho dos quadrinistas e na qualidade de produção e de impressão do material. Esses avanços proporcionaram novas possibilidades de experimentação aos cartunistas, que, submetidos à lógica do mercado, não deixaram de ser influenciados pelo público consumidor e pelas editoras.

Seguindo os indicativos mercadológicos, a grande difusão dos quadrinhos no Ocidente se deu num momento em que “a expansão do mercado pedia histórias longas e estilizações drásticas no traço, assim como narrações elaboradas, para além dos limites espaciais da piada de uma página ou de três quadros com três tempos de narração” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 58). O *Super-Homem*, para tomarmos um exemplo paradigmático, foi um efeito disso, tendo sido a primeira história em quadrinhos a dar superpoderes incalculáveis, até então, a um

---

<sup>3</sup> *Mangá* é a palavra usada para designar as histórias em quadrinhos feitas no estilo japonês.

protagonista. Nasceu em 1938 pelas mãos de dois jovens, Jerry Siegel e Joe Shuster, que vislumbraram a possibilidade de criar protagonistas, num contexto particular, que despertassem o interesse do grande público por histórias de aventuras de super-heróis. Foi uma mudança drástica que alterou o panorama das histórias em quadrinhos inaugurando uma febre de super-heróis com superpoderes.

O *Batman* surgiu um ano depois, em 1939, para competir nas vendas com o *Super-Homem*, e logo também se tornou um grande sucesso. Seus criadores, o desenhista Bob Kane e o escritor Bill Finger, pensaram num super-herói sem poderes super-humanos, baseado em quadrinhos de romance policial. A partir de *Super-Homem* e *Batman*, a maioria dos perfis de super-heróis foi modelada tendo como parâmetro esses dois personagens antagônicos. Os dois super-heróis possuíam até então forte valor icônico, pois eram desenhados com traços econômicos por seus desenhistas, sendo o ambiente em que atuavam igualmente pobre em profundidade e riqueza de objetos, não oferecendo, assim, uma visão em profundidade dos cenários em que atuavam. Na verdade, eram quadrinhos “toscos”, que conquistaram o público e o imaginário popular num momento em que viajar para fora da órbita, muitas vezes, era desejável (BRAGA & PATATI, 2006).

Assinala Valle (2008) que sua alta popularidade foi favorecida pelo momento econômico no final dos anos 1920. Por conta do *crack* da bolsa de Nova York, em 1929, não era de admirar que a indústria dos quadrinhos buscasse nos anos seguintes explorar o mercado das ficções e criações fantásticas, nas quais o leitor podia se esconder e viajar para um mundo de fantasias. A exploração da imaginação nesse momento afastou todos os quadrinhos de ordem mais realista, que começavam a surgir, e favoreceu o consumo das histórias de *super-heróis*.

Os personagens das HQs de *super-heróis* altamente vendáveis nas décadas de 1940-50 nos EUA mudaram nos anos 1960 e 1970. Por causa dos avanços tecnológicos e de competição pelo mercado, as editoras investiram em quadrinhos com a arte final mais bem acabada. Para isso contaram com o trabalho de desenhistas e roteiristas habilidosos e inovadores, como Jack Kirby e Steve Ditko, que passaram a trabalhar no *Super-Homem* e em demais títulos. Se personagens como *Super-Homem* e *Batman* antes eram apresentados com uma expressão psicológica muito simples, que os reduzia aos seus princípios de justiça, nos anos seguintes seus criadores e editoras passaram a explorar mais a vida particular deles (BRAGA & PATATI, 2006).

A essa altura, como ressaltam Braga & Patati (2006), o interesse se convergia também para o lado “não super-herói” dos personagens que dominavam o mercado editorial dos quadrinhos, tal como foi evidente na ênfase dispensada às figuras de *Clark Kent* e *Bruce Wayne*. Para que o *Super-Homem* pudesse sobreviver em Metrópolis já não bastava mover objetos pesados ou voar sobre a cidade; era necessário integrar-se cada vez mais com os demais personagens, sem superpoderes, numa vida urbana cotidiana e menos fantástica. O caso do *Batman* não foi diferente, pois, para viver Gotham City, já não bastava ao homem-morcego espancar e prender vilões. *Batman* também teve muitas vezes que descer das torres de vigilância e se habituar aos transeuntes de Gotham City, comportando-se como mais um cidadão entre outros.

Os autores citados acima observam ainda que, na medida em que os super-heróis “começaram a pensar”, eles se tornaram mais complexos. A partir de então, ganhou destaque nas histórias em quadrinhos a esfera da vida ordinária dos protagonistas, pois, pouco a pouco, a banalidade de suas vidas numa grande cidade começou a tomar o espaço fantástico onde eles desempenhavam o papel de super-heróis. Por esse efeito, a representação das metrópoles que os super-heróis habitam ganhou complexidade na exata medida em que seus super-heróis se tornaram mais complexos. Fazer história em quadrinhos não se resumia mais, desde então, em criar bons personagens, mas significava, nessa altura, estabelecer um cenário de melhor amplitude. Daí para frente, o cenário passaria a ser tão importante e decisivo no sucesso de qualquer quadrinho de *super-herói* quanto seu protagonista. Uma cidade fiel à realidade passaria a ideia de que o personagem estaria no lugar. É nesse momento que surge o *Homem-Aranha*, outro célebre personagem do gênero das HQs de *super-heróis* que também se popularizou mundialmente.

Referindo-se ao início dos anos 1960, Braga & Patati (2006, p. 152) enfatizam que, “[...] tornava-se preciso um protagonista a um só tempo frágil e forte [...]”. Um super-herói que habitasse um espaço comum ao de seus leitores. Diferentemente do *Super-Homem* que vivia em Metrópolis e do *Batman* que residia em Gotham City, duas cidades fictícias criadas para seus personagens, embora baseadas em Nova York, o *Homem-Aranha* exploraria plenamente o espaço urbano de Nova York, contando com seus milhares de arranha-céus para desempenhar suas ações fantásticas.

O *Homem-Aranha* surgiria idealizado por seus criadores Stan Lee, seu escritor, e Steve Ditko, seu desenhista, como um super-herói profundamente humanizado. Nova York seria o

seu lugar, onde *Peter Parker*, com roupa de super-herói ou não, foi o personagem mais integrado dos super-heróis à vida urbana de uma metrópole. No *Homem-Aranha* Stan Lee “[...] concentrou preocupações e um cotidiano pouco convencional no mundo dos personagens dos comics [...]” (GOIDA & KLEINERT, 2011, p. 448) até então. O *Homem-Aranha* foi o personagem dos quadrinhos que mais refletiu sobre a sua vida entre as idas e vindas da luta contra o crime. Enfrentou constantes conflitos pessoais com os demais personagens, desde seus avós, seus amigos, até mesmo com a mocinha da história, *Mary Jeny*.

Como podemos sugerir através da leitura de Braga & Patati (2006), *Homem-Aranha* é, entre as três HQs de *super-heróis* que destacamos, a história que tem o universo mais ordinário, embora o personagem possua poderes super-humanos, com os quais, a propósito, o *Batman* não conta. E, como se constata, é também, ao lado de *Batman*, o personagem mais evoluído psicossocialmente. Em vários momentos, como um “Shakespeare” dos quadrinhos, ele se vê diante de um dilema: continuar a luta contra o crime, ou abandoná-la e viver a vida de um simples cidadão de Nova York.

Com o *Batman* não seria diferente, uma vez que a vida cotidiana do personagem se confunde com a do super-herói. Em primeira análise, na observação de Cirne (2000), o personagem possui um ambiente batmaníaco, composto por vários psicopatas, tendo destaque o célebre e maior rival de *Batman*, o *Coringa*. Para Cirne, *Batman* e o *Coringa* são faces de uma mesma moeda, na medida em que fazem parte do mesmo universo narcisista e paranoico.

Entretanto, o *Batman*, enfatiza Cirne (2000), no fundo deseja recuperar o *Coringa*, pois o “homem morcego” também é uma vítima da sociedade; afinal de contas, seus pais foram assassinados por batedores de carteira e joias. Por isso, na última sequência da edição de *A Piada Mortal*, *Batman* pretende ajudar o *Coringa*, deseja reabilitá-lo e cuidar para que ele não seja “alienado” de novo. Esse discurso omitido representa nos quadrinhos uma forma de penetração da cultura capitalista reproduzida nas artes em geral, porque, de fato, o *Batman* sem a capa de super-herói é *Bruce Wayne*, um burguesinho que vive da exploração do trabalho, do investimento na bolsa e da herança deixada por seus pais, embora só esta última parte apareça explicitamente.

Assim, podemos concluir que o *Batman* quer disciplinar o *Coringa* tornando-o um operário, enquanto o *Coringa*, um clássico vilão dos quadrinhos, não passa, na verdade, de um criminoso, que atua na esfera do capitalismo criminoso que tem sua imagem decodificada

de forma perversa como muitos indivíduos excluídos da sociedade de trabalho. A diferença entre ele e o *Batman* se resume no fato de que o *Coringa* atua nas relações de produção do capitalismo ilegal, ou seja, do tráfico de drogas, armas e joias, dentre outras coisas, enquanto o *Batman*, por sua vez, tenta sustentar a ordem mantendo as forças de reprodução ditas legais que lhe dão na sociedade o *status* de bom homem. Há exemplos muito evidentes disso nesse quadrinho, quando o personagem incansavelmente impede assaltos a bancos e a transeuntes, defendendo antes de tudo o direito à propriedade privada.

O *Super-Homem* não é diferente. Além de lutar contra o crime e, em última instância, manter a ordem capitalista, o homem de aço representa a estirpe do indivíduo que sofre com as afetações contemporâneas do capitalismo. Em seu original disfarce na figura de *Clark Kent*, um trabalhador qualquer que presta serviços a uma empresa, aponta Umberto Eco (1979), *Super-Homem* é, na verdade, um sujeito medíocre, medroso e tímido que personifica o seu leitor médio desprezado por seus semelhantes. *Clark Kent* ilustra o sujeito sem muito destaque na sociedade, que sonha algum dia, assim como o faz o *Super-Homem*, mostrar a sua importância.

Segundo Braga & Patati (2006), além de serem super-heróis dos quadrinhos, o *Super-Homem*, o *Batman* e o *Homem-Aranha* possuem em comum o fato de que são personagens híbridos entre a ficção e a realidade urbana de uma metrópole norte-americana. Quando alcançaram a maturidade psicossocial, por volta dos anos 1960-70, seu *habitat*, onde esses personagens vivem, também se tornou mais complexo, ganhando dimensões mais detalhadas e com maior profundidade. Semelhante a eles, *Tintin*, um clássico europeu criado por Hergé, também se enquadra nesse grupo. Embora seja um quadrinho de *aventura*, às vezes, como os outros, quando se tornou um semanário, ainda nos anos 1940, aderiu às histórias longas e muito estilizadas. Em *Tintin*, se, de outro modo, os personagens mantinham a imagem muito icônica, seus ambientes se tornavam cada vez mais complexos e detalhados.

O final dos anos 1960 também demonstrou outra novidade nos quadrinhos. Aparecia um movimento de contracultura no seio da linguagem dos quadrinhos. O estilo *underground*, assim chamado por sua natureza subterrânea no mundo dos quadrinhos, foi uma reviravolta na arte visual e narrativa da arte sequencial das histórias em quadrinhos. Embora seja possível considerar aparições precursoras antes disso, é por conta da publicação da *Zap Comics*

número 1, por Robert Crumb, em 25 de fevereiro de 1968,<sup>4</sup> que esse movimento alcançou o radicalismo nunca antes visto. Nesses quadrinhos “[...] os valores mais tradicionais e mais ciosamente defendidos pelos conservadores estavam ali impiedosamente satirizados e anarquizados” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 100).

Robert Crumb e seu “pelotão de fuzilamento” dos padrões estabelecidos, formado por quadrinistas que adeririam ao movimento, foram implacáveis, estilizando tudo o que parecia possível, através de seus personagens moribundos e fanfarrões; muitas vezes tidos como idiotas, representavam uma mesma face da sociedade norte-americana, que não queria deixar a máscara cair, revelando toda sua postura autocentrada. O submundo desses quadrinhos, de personagens ociosos, transmitia banalidade; de forma alguma eles tinham poderes super-humanos, visto que, com eles, as afetações do modo de vida americano altamente centrado em si eram reveladas em suas atrapalhadas. “[...] O espírito rebelde da época e o avanço da tecnologia gráfica puseram os gibis sob controle, ou descontrole, em alguns casos, de seus autores” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 103), dando vazão a um novo modo de fazer quadrinhos, que expressava o que seus criadores pensavam e sentiam.

Nos anos seguintes, décadas de 1970 e 80, os fãs de HQs viram também amadurecer outro gênero, tão impactante quanto os demais, chamado de *graphic novel*. Will Eisner, o seu principal quadrinista, embora absolutamente não tenha inventado a expressão, pois “[...] o termo já havia sido utilizado pelo crítico de quadrinhos norte-americano Richard Kyle, em 1964, e também por Henry Steele na revista *Fantasy illustrated*, de 1966 [...]” (VERGUEIRO, 2011, p. 7), foi sem dúvida seu grande popularizador. Eisner difundiu o gênero *graphic novel*, atribuindo a esse meio um valor e ideia de “romance gráfico” voltado sumariamente para o público adulto. A partir de Eisner, quadrinhos nunca mais foram considerados coisa só de criança, mas também dedicados aos adultos, pois, na sua trama densa, o público mais exigente pode penetrar a extensa narrativa e profundidade de seus gráficos, mais complexos e realistas do que tudo o que tinha sido feito até então.

Da fusão das HQs de *super-heróis* com o suplemento jornalístico dominical de quadrinhos, Braga e Patati (2006) ressaltam que Eisner deu o primeiro passo nesse gênero nos anos 1940, quando criou a HQ “*The Spirit*”: série publicada até o ano de 1952 que explorava visões mais ordinárias se comparadas com as das histórias de super-heróis, consideradas uma

---

<sup>4</sup> Com uma pequena diferença, para Moya (1986) seria a revista Zap, n.º 0 e n.º 1, em 1967, que marca o início da onda do *underground* nos quadrinhos.



febre nessa época. Embora seu protagonista, o detetive mascarado *Denny Colt* (na verdade, o espírito do então detetive *Colt*), e os demais personagens fossem ainda muito icônicos, o protagonista não possuía superpoderes, mesmo sendo capaz de alguns feitos exagerados para um ser humano comum. Com esse álbum Eisner conseguiu o adensamento da trama, evolução da profundidade e complexidade do cenário, que, cada vez mais, tornou mais visível a imagem da cidade fictícia de *Central City* habitada por seus personagens.

Com *The Spirit*, Eisner explorou ao máximo os efeitos de luz e sombra e o caráter humano de seus personagens. Eles definitivamente haviam ganhado personalidades distintas uns dos outros. Para o personagem *Denny Colt*, “uma consequência imediata dessa política criativa foi que o personagem aos poucos perdeu sua função de protagonista, tornando-se mais e mais um cidadão de seu próprio mundo” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 89). Nos anos 1970, 80 e 90, dando continuidade à humanização dos personagens, Eisner produziu outros trabalhos no formato ampliado da *graphic novel*, tais como: “*Um contrato com Deus*” (1978), “*A força da vida*” (1988) e “*Avenida Dropsie*” (1995). Além deles, uma maior aproximação com a sua obra pode ser encontrada em *Nova York: a vida na grande cidade* (2009), livro republicado após a sua morte, reunindo uma organização de quatro histórias distintas que Eisner criou entre 1981 e 1992.

Em *Nova York: a vida na grande cidade*, vem à tona uma história em quadrinhos fundada sumariamente na banalidade, que retrata a vida dos nova-iorquinos nessa imensa metrópole. Com esse livro Eisner objetivou captar a “vida” da cidade no movimento de seus habitantes pela rua ou enclausurados em suas residências. Para alcançar isso Eisner tomou como parâmetro a profundidade do cenário, explorando ao máximo suas formas e sentidos, criando uma HQ com muitas raízes na “realidade”, baseada em histórias reais de alguns de seus cidadãos ou simplesmente fundada na percepção da cidade por parte do cartunista.

Nesse álbum, além de descrições particulares, em que a arquitetura da cidade e seus objetos de rua são inevitavelmente contemplados, como ambientes que seus moradores exploram das mais variadas formas, na medida mesma em que se relacionam com a cidade em seus afazeres cotidianos. A obra de Eisner veicula uma ideia de síntese da cidade, não apenas de Nova York, mas de qualquer outra metrópole capitalista, pois aquilo que procura expressar é comum a qualquer outra grande metrópole. Na verdade, a obra de Eisner trata do próprio processo de urbanização da cidade, ou seja, da velocidade de produção e reprodução do espaço, imerso numa dinâmica de destruição e reconstrução da cidade, que não tem fim.

Jean Giraud, quadrinista francês, que depois passaria a assinar *Moebius*, foi outro cartunista que explorou diversas potencialidades que a arte cartunista pode proporcionar, tornando-se também um dos maiores mestres da *graphic novel*, trabalhando de forma indissociável o estilo de *aventura* totalmente reformulado num quadro histórico. Junto do escritor Jean-Michel Charlier, Giraud criou uma de suas principais obras, *Fort Navajo*, publicada pela primeira vez em outubro de 1963 e lançada no Brasil em 1980. *Fort Navajo* foi uma incrível saga de conquista do velho oeste americano, através da qual a dupla retrata a colonização das terras indígenas. Nesse quadrinho, Giraud e seu parceiro narram o contato do tenente Mike Blueberry (um americano) com os índios e as aventuras que se sucedem dessas viagens e seus encontros inesperados.

Giraud, sempre eficiente em conferir profundidade às imagens por ele produzidas, fez da angulação da cena, da composição de cada quadro, por menos que seja, a procura pelo desbravamento de grandes espaços abertos do velho oeste americano, que ele só conhecia de longe. Assim, “[...] impôs a Blueberry, seu personagem, uma rigorosa exploração das tremendas paisagens norte-americanas, tudo sempre envolto na mais galopante aventura, de modo a eliciar expressividade de cada rosto, cada detalhe ou cada plano geral [...]” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 130), recriando um ambiente de expressão visual e significados geográficos.

Com a sucessão de álbuns, as tramas da série se adensaram. As aventuras puderam durar vários volumes e se interligar. Isso fez com que as personalidades dos personagens fossem se tornando mais complexas. O traço de Giraud evolui para mostrar com mais esmero as emoções explícitas e implícitas dos personagens. Todos muito ambíguos, várias vezes acanalhados ou extenuados pelas circunstâncias, tornam-se comentários visuais do sofrimento, da coragem e de diversas emoções fortes que seria ocioso enumerar, bastando dizer que os quadrinhos pela primeira vez encontravam sutileza e grandiosidade de mãos dadas, num painel realista (BRAGA & PATATI, 2006, p. 130-131).

Com os quadrinhos da *graphic novel* as HQs conquistam grande espaço perante o público leitor e editoras. Vergueiro (2011, p. 9, *itálicos do original*) destaca que a *graphic novel*

[...] abriu as portas de outros espaços de comercialização e exposição para as produções quadrinísticas, elevando-as a um novo patamar artístico no último quarto do século 20 e início do século 21. Mais do que isso: como formato de produção, as *graphic novels* tornaram possível quebrar a barreira entre os quadrinhos industrializados e os alternativos. Elas criaram condições para um mercado diferenciado, em que a qualidade artística, o aprofundamento psicológico, a ousadia do design e a complexidade temática passaram a ter seu valor melhor equacionado [...].

Com este gênero uma nova concepção de personagens mais complexos se instalou, e, ainda que os quadrinhos de *super-heróis* ou mesmo de *aventura* reflitam, através de seus protagonistas, essa mudança de perspectiva quando seus personagens começaram a realçar comportamentos e características comuns a qualquer indivíduo, atormentados pelos problemas do cotidiano, é com a sua maior inserção em ambientes “realistas”, nos quadrinhos das novelas gráficas, que os personagens se humanizaram em profundidade.

Apresentando natureza híbrida entre a ficção e uma pequena expressão da vida de um cidadão de alguma grande cidade americana, ou na exploração de terras desconhecidas marcadas pelo inóspito, é neste patamar, na exploração do espaço ordinário, que as HQs vão encontrar no gênero da *graphic novel* o conteúdo ordinário de seu mundo. Esse é o ponto de partida do processo de humanização dos personagens em quadrinhos, que afasta os personagens do universo fantástico para repovoá-los no mundo ordinário, onde terá origem o *jornalismo em quadrinhos*, que iremos qualificar no item seguinte, destacando a contribuição de Joe Sacco, notadamente no que se refere ao caráter testemunhal e histórico<sup>5</sup> que ele imprimiu nesse “novo gênero” dos quadrinhos.

## 1.2 Jornalismo em Quadrinhos: Um Novo Gênero de Linguagem das HQs.

Como será considerado ao longo deste item, a perspectiva do *jornalismo em quadrinhos* representou um novo paradigma no modo de pensar os quadrinhos, destacando-se, nesse caso, a contribuição saliente de Joe Sacco.

---

<sup>5</sup> Questionado, inclusive, em uma entrevista sobre como apresenta a interpretação dos fatos não apenas com palavras, mas também com desenhos, e também sobre como mantém o aspecto factual ou testemunhal de seus quadrinhos, Joe Sacco respondeu ao seu entrevistador: “Você tem razão ao dizer que meu trabalho é uma interpretação. Na verdade, acredito que qualquer mídia, incluindo a escrita e a fotografia, envolve interpretação, mas desenhar é algo particularmente subjetivo porque o artista tem que agregar diversos componentes para chegar ao retrato completo (grifo do original)”.

“Tento ser o mais fiel possível à situação ou à cena. No caso de fatos que aconteceram no passado, tento andar pelo mesmo lugar onde aquilo aconteceu. Pude fazer isso na Bósnia e também em Gaza. Muitas cenas em *Notas Sobre Gaza*, por exemplo, acontecem numa escola em Rafah. Essa escola ainda existe, então pude tirar várias fotos. Também entreguei cópias de um mapa esquematizado do pátio da escola, para que as pessoas que entrevistei pudessem marcar onde ficavam determinados elementos – como jipes, arame farpado, soldados. Montar uma interpretação como essa nunca vai sair perfeito, mas minha interpretação é bem informada, baseada em entrevistas e pesquisa. Não vem do nada”. Entrevista de Joe Sacco à *Omelete*, intitulada *Omelete entrevista Joe Sacco*, feita por Érico Assis e publicada em 5 de julho de 2011.

Caberia salientar que, embora Joe Sacco tenha, no início de seus trabalhos com histórias em quadrinhos, adotado o humor como forma narrativa mais próxima do estilo *underground* e, em última análise, seus escritos encerrem uma concepção mais evoluída do estilo dos quadrinhos da *graphic novel* (MARÍLIA GOMES, 2012), sua obra rompe com a perspectiva dos personagens fantásticos e fictícios, típica das histórias de *super-heróis* e de *aventuras*, e introduz assim uma ruptura mais radical com o imaginário dos personagens em quadrinhos, preferindo constituí-los como sujeitos-personagens.

As raízes dessa ruptura remetem a, pelo menos, três histórias em quadrinhos que já eram tributários de uma ideia de “romanização” do jornalismo nos quadrinhos, como observa Valle (2008), no qual o super-herói ou mocinho é um jornalista. Nos quadrinhos de *super-heróis*, o *Super-Homem* é, na verdade, *Clark Kent*, que se oculta como um simples repórter do *Planeta Diário*; igualmente, *Peter Park*, sem a fantasia de *Homem-Aranha*, também é um repórter, que trabalha como “freelancer” para o *Clarim Diário*. Nas histórias de *aventura*, *Tintin*, da série *As Aventuras de Tintin*, é outro destacado repórter. Essas HQs representam ou (fazem alusão à) visão romântica do repórter, que, através do personagem protagonista da história estabelece o confronto contra o crime e mantém uma vida corriqueira quando não há malfeitores para perturbar a ordem.

Notamos, através das observações de Valle (2008), que os quadrinhos de *super-herói* e de *aventura* estabeleceram um vínculo com o jornalismo, procurando explorar a ambientação e esfera psicossocial da profissão repórter nas HQs referidas acima. Nessa mesma lógica estabeleceu-se uma ligação mais estreita entre os jornais e os quadrinhos, que será vista em detalhes no capítulo seguinte. Cabe ainda chamar atenção para o fato de que foram os jornais os primeiros a difundir as HQs.

Note-se, nesse sentido, que, além da publicação dos quadrinhos em ampla escala por parte dos jornais, houve um processo de criação de uma visão romântica da profissão repórter nos quadrinhos, aludida por protagonistas que combatem o crime na figura do super-herói ou mocinho ao mesmo tempo em que são repórteres, podendo, por esse outro modo, vivenciar uma vida ordinária. Nem *Tintin*, que não tem poderes super-humanos, constitui-se como exceção, pois enfrenta os mais variados vilões em suas viagens, nos mais diferentes lugares.

Nesses quadrinhos, é através dos protagonistas das histórias de *super-heróis* e de *aventura* que a figura do jornalista é assimilada na história. Embora *Clark Kent*, *Peter Parker*

e *Tintin* (este último sem superpoderes) remetesse para uma lógica que se pretendia “real” das histórias de *super-heróis* e de *aventura*, na medida em que seus protagonistas interagiam e, em alguns momentos, se integravam em seu mundo mais ordinário com outros personagens, seu universo também era profundamente alienado e encoberto pelo discurso romântico da profissão de repórter. Ainda que mais banal, nesse mundo ordinário, em algum grau os três protagonistas mencionados viviam, também, o “outro lado” de suas vidas fantásticas como repórter, uma atividade como qualquer outra, que os aproximava dos demais personagens, inserindo-os num universo mais cotidiano, que, contudo, a qualquer momento, era desfeito, quando, por exemplo, o *Super Homem* se “revelava” um super-herói abrindo o seu paletó.

Como esse quadro demonstra, com a personificação do personagem ordinário e evolução do espaço cotidiano, com histórias mais estilizadas e explorações mais banais, abriu-se caminho para quadrinhos de gênero mais factual, que começaram a explorar mais intensivamente o espaço ordinário através de enfoque mais realistas. As reportagens em quadrinhos de Joe Sacco fazem parte dessa abordagem (ou desse gênero) de HQ que se preocupa em descrever a história de outras pessoas através dos quadrinhos ao invés de criar uma história fantasiosa. Sacco, que também é repórter, retrata assim a guerra em quadrinhos sob um enfoque fundamentalmente realista. Assim, nos quadrinhos de Joe Sacco,

a maturidade alcançada pela história em quadrinhos no final do século XX e o seu fascínio pelo relato de conflitos internacionais possibilitou a emergência de um novo modo de narrar, o jornalismo em quadrinhos, que encontra nas reportagens de Joe Sacco a sua expressão mais madura. O jornalista que se especializou na cobertura de guerras tornou-se um nômade que percorre o mundo em busca de novas histórias, em nome de suas reportagens já viajou para a Palestina, a Bósnia e o Iraque. Em todos estes teatros de batalha seu testemunho faz ver mais do que os próprios conflitos, seu olhar está voltado para o dia a dia daqueles que apesar de serem os coadjuvantes em uma guerra, são os que mais sofrem com as suas consequências: as pessoas comuns (VALLE, 2008, p.3, grifo nosso).

Assim, os quadrinhos de Joe Sacco, ao oferecerem interpretação do conflito através de uma visão mais realista, promovem uma via alternativa ao discurso romântico das HQs de *super-heróis* e de *aventura*, na medida em que rompem com a concepção estritamente fantástica dos quadrinhos, nos quais o protagonista é um super-herói com poderes super-humanos ou um explorador encarnado na figura de mocinho. Os personagens de Joe Sacco, diferentemente dos super-heróis ou mocinhos, precisam se humanizar, transformar-se em sujeitos-personagens para abandonar definitivamente o universo fantástico e, assim, existirem na banalidade de suas vidas.

Joe Sacco, criticando o modo como a informação sobre a Palestina era vinculada a terroristas ou a pessoas sem uma história, encetou uma narrativa amparada pela historiografia dos palestinos, focalizando o conflito árabe-israelense. Em sua obra, com publicações sobre os conflitos na Bósnia-Herzegovina e no Iraque, o autor rompeu com as formas usuais – mais convencionais, para não dizer conservadoras – de fazer quadrinhos, notadamente quando introduziu o sujeito-personagem, algo sem paralelo com os outros quadrinhos. Desse modo, os personagens dos quadrinhos de Joe Sacco possuem uma história fatural, sendo, portanto, nesses termos, manifestos como sujeitos que têm vivido experiências.

Com ênfase na experiência humana, os quadrinhos de Joe Sacco exploraram o cotidiano e circunstâncias tênues de lugares como a Palestina, marcados por conflitos. Ao oferecerem uma abordagem histórica e, como será visto, também espacial do conflito, suas revistinhas em quadrinhos proporcionaram ao público um material diferenciado. Além disso, as indústrias dos quadrinhos, abandonando o estilo de episódios de curta duração, apostaram num perfil de leitor mais maduro, que transcendia em muito a visão de que histórias em quadrinhos são destinadas somente a um público infantil.

Com a apresentação de um profundo cunho testemunhal, é nesse patamar que a racionalidade do jornalismo nos quadrinhos ampliou seu incremento, quando um saber conformado pela experiência foi substituído por um saber técnico. Nesses quadrinhos os acontecimentos tornaram-se comunicáveis, na medida em que passaram a poder ser traduzidos por um padrão reproduzível de narrativa pelo *jornalismo em quadrinhos* (VALLE, 2008).

Há, nas histórias em quadrinhos, figurações simplificadas de elementos espacializados que necessitam de uma simplificação da narrativa para dar conta da comunicação entre narrador e leitor. Para tanto, em Joe Sacco, a montagem da narrativa mobiliza um enquadramento que

[...] irá instaurar uma cena que, por sua vez, irá se constituir como o local do acontecimento. Uma cena é um fragmento de espaço e de tempo: é o lugar e a duração da ação a ver pelo enquadramento. Tornar visível é fazer aparecer uma realidade que se encontrava dispersa. Trata-se da extração e condensação de elementos da realidade em uma unidade na qual as diferenças entre os elementos que a constitui se apagam (VALLE, 2008, p. 4-5).

Como um acontecimento não pode ser apreendido de uma só vez, pois dessa maneira não seria inteligível, uma vez que a informação não pode ser capturada por apenas um

enquadramento, a apreensão de um acontecimento é fragmentada em várias cenas, em que ele é distribuído e pensado espacialmente e temporalmente. Dessa forma, a narrativa atua esculpindo o “espaço” e o “tempo” da cena, para assim encaixar as peças como num quebra-cabeça, alcançando uma visão de conjunto por meio do nível de detalhe e compreensão. Posto assim, o enquadramento é o funil mobilizado com o objetivo de estabelecer os limites entre o que é externo e interno ao acontecimento.

Neste cenário, [o que vai além dos quadrinhos,] a obra de Joe Sacco se mostra fundamental ao jornalismo contemporâneo. Ela desempenha um papel de resistência ao jornalismo dito de referência, ao se dedicar a tornar visível a face oculta de uma guerra. Enquanto o “grande jornalismo” se dedica a sua cobertura à movimentação das tropas nos teatros de batalha e aos possíveis impactos que o conflito pode provocar na política mundial; Joe Sacco dedica seu trabalho a retratar o cotidiano daqueles – palestinos, bósnios e iraquianos – cujas vidas são surpreendidas e muitas vezes interrompidas pelo estourar de uma guerra [...] (VALLE, 2008, p. 5-6).

De fato, Sacco foi capaz de unir jornalismo e quadrinhos em uma linguagem sequencial voltada para a compreensão de nosso mundo. Este gênero, de acordo com Negri (2003), tem a capacidade de unir, segundo a autora, diferentes propriedades, que vão do documentário, da literatura e do jornalismo com um novo elemento, ao quadrinho. Segundo ela, Joe Sacco pode ser considerado o pai do novo estilo que trabalha com conceitos comuns utilizados pelos repórteres e, além disso, transforma o material da reportagem em história em quadrinhos.

Portanto, o trabalho de Joe Sacco também poderia ser visto como uma modalidade do jornalismo de grande reportagem, que não se resume ao noticiário informativo, indo, além disso, em direção à pesquisa de reportagem e documentário. Sobre isso comenta Negri (2003), dizendo que as principais características dessa modalidade de jornalismo estão presentes no trabalho de Joe Sacco pela formulação da pauta, pois o autor seleciona a temática de forma livre da submissão, por exemplo, do redator. Dessa maneira, Sacco possui livre escolha na captação das informações e liberdade de ação, podendo buscar outras vozes, fugindo das fontes convencionais de reprodução da informação hegemônica, possuindo autonomia na preferência da angulação, sem se preocupar com a linha editorial, tendo liberdade de escolher a forma de divulgação das informações que coletou.

Enquanto as mídias convencionais estão preocupadas em transmitir a movimentação das tropas em uma guerra, Joe Sacco, operando por trás desta, preocupa-se em explicar o que se passa no dia a dia da população afetada pelo conflito, tratando, assim, não apenas da

movimentação das tropas ou dos bombardeios, mas também da mobilidade e da vida cotidiana das pessoas imersas em territórios ocupados e atingidos pela guerra.

O olhar de Sacco é voltado para os sujeitos vitimados pela guerra. Na Palestina (ver SACCO, 2000; 2003; e 2010) os excluídos são os palestinos, que configuram a dimensão territorial dos excluídos, sejam eles: militantes de grupos armados castigados por uma guerra longa, crianças que andam aos montes na rua, velhos desabrigados e mães idosas que perderam os filhos etc. Sacco pinta-lhes a face em um universo antes constituído de sujeitos invisíveis. A crítica de Sacco ilumina os fatos ao revelar a experiência dessas pessoas destinadas a morrer em silêncio, que resistem no dia a dia, na banalidade de suas vidas.

A narrativa de Sacco funciona como uma tela que “[...] mostra o que pode, e o que deve ser visto [...]” (VALLE, 2008, p. 6). Instaure-se então uma relação nada simples entre o desconhecido e o que passa a ser conhecido no desconhecido.<sup>6</sup> Com esse escopo, podemos enfatizar que a exclusão extrema é revelada nos traços do quadrinista, em que a narrativa espacial e temporal de Sacco traz à tona o conteúdo de uma sociedade desterritorializada. São, assim, as contradições e formas de reprodução do poder que surgem no território de seu quadrinho, pelo qual se observa a perda de soberania palestina nos territórios ocupados.

Joe Sacco transmite uma montagem através da qual a linguagem objetiva do jornalismo age estabelecendo uma leitura espacial dos acontecimentos no tempo reportados na dinâmica sequencial dos quadrinhos. A profusão de ângulos e cenas geradas para situar o leitor no acontecimento e construir uma narrativa de interpretação dos fatos se baseia, é bem claro, num desenho de “corte” realista. Por esse motivo, os personagens, ao longo das obras de Joe Sacco abandonam, lentamente, no decorrer de seu trabalho, a expressão dominada pelo cartum, altamente icônica. Eles possuem uma face com traços bem marcantes, podem transmitir a idade em sua imagem e a personalidade em suas falas e ações.

Uma caricatura pode ser interpretada como uma seleção do artista por certos detalhes e características de um personagem, na qual, em função de escolhas, o cartunista pretende passar uma ideia ao leitor de sua criação. Todavia, na medida em que essa lógica na obra de

---

<sup>6</sup> Como discurremos, pelo artigo de Valle (2008), trata-se de um fragmento da realidade posto em movimento pela narrativa. Ainda nesse texto o autor traz uma análise bem particular de quatro páginas do livro de Joe Sacco *Área de Segurança Gorazde: a guerra na Bósnia oriental*, 2005a, através do qual é possível ter uma melhor aproximação com a obra do cartunista e de como as cenas são pensadas para transmitir uma informação no contexto em que ocorreram.



Joe Sacco é humanizada por sujeitos-personagens saídos do mundo real, a identidade do personagem não pode ser sobreposta à identidade de seus leitores, pois se nota na imagem o rosto de outra pessoa, uma presença estranha à nossa. Por isso se compreende que o personagem real de Sacco tem uma identidade própria, sendo isso mais do que suficiente para qualquer um se afastar do personagem. É fácil perceber isso, pois, afinal de contas, com quais dessas figuras você mais se identifica? Sem dúvida, é a última (Figura 1).

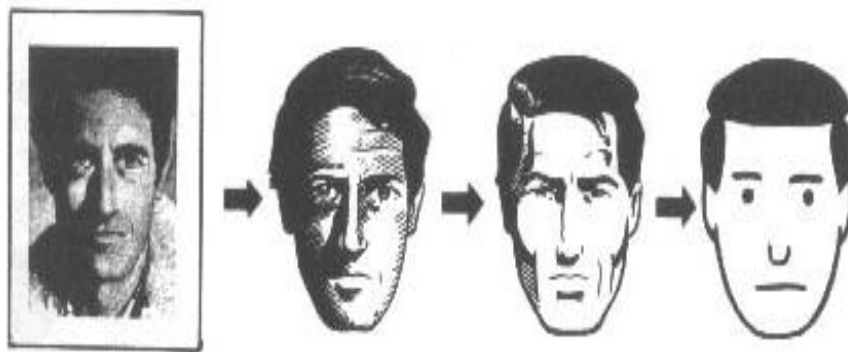


Figura 1 - Fonte: McCloud, *Desvendando os quadrinhos*, 2005, p. 31.

Desta forma, recorrendo aos quadrinhos, no sentido em que abstrair e simplificar um personagem significa se afastar cada vez mais do espelho do real, como explica McCloud (2005), o que o trabalho de Joe Sacco faz é o inverso, ao evitar a iconização, na medida em que os personagens são representações de pessoas reais com histórias diferentes entre si. Aqui se percebe nos quadrinhos de Joe Sacco que, além de seu trabalho ser, no fundo, também uma pesquisa, sua obra não é um vácuo para o qual nossa identidade e consciência são atraídas. Em Sacco, uma vez que os personagens não são altamente cartunizados, de forma alguma se pode viajar para dentro deles, já que seu espaço e consciência aparecem preenchidos por outra identidade.

Por isso, Joe Sacco se afasta ao máximo da linguagem de simplificação e de suas formas primárias. Nos quadrinhos, embora seja impossível não simplificar, ele se situa bem afastado dos objetos icônicos e dos planos de figura, dado que esses signos representam as formas básicas de nosso vocabulário pictórico. Para exemplificar isso, o esquema seguinte (Figura 2) fornece uma representação desse plano de figuras que simulam, para todas as artes, suas formas de representação.

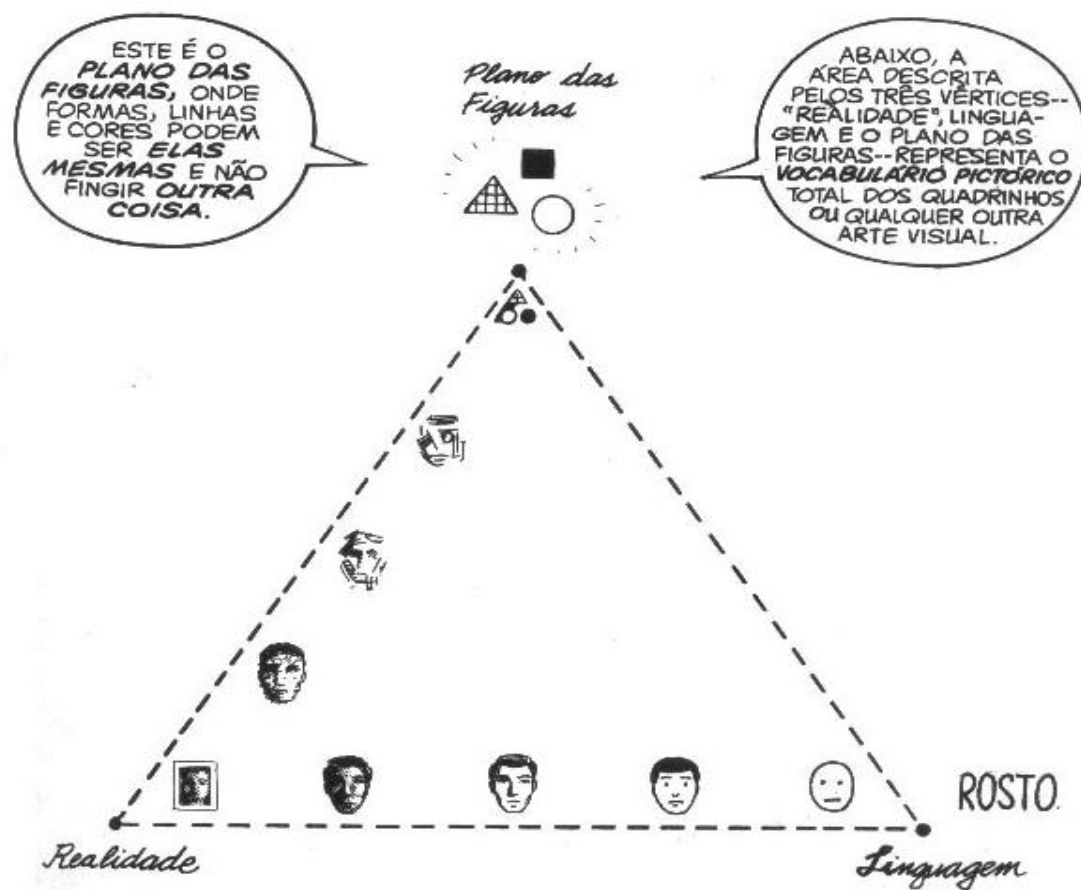


Figura 2 - Fonte: McCloud, *Desvendando os quadrinhos*, 2005, p. 31.

Assim, de acordo com McCloud (2005), no esquema da figura 2, em cada ponta do triângulo uma imagem se aproxima mais de uma “forma”, na medida em que se aproxima de seus eixos. Se o quadrinho é de natureza realista, ele se dirige cada vez mais para o lado extremo da realidade; se for um quadrinho altamente cartunizado, que se sustenta por uma ideia de criação, ele se orienta mais para o lado da linguagem; por fim, se for uma imagem com traços simples, que se sustentam por suas formas básicas a partir das figuras elementares, ele se direciona para o plano de figuras no topo. Esse triângulo com seus vértices representa assim o vocabulário pictórico da arte visual.

A disposição dos personagens de Joe Sacco no vocabulário pictórico em um esquema mais detalhado (Figura 3 – p. 39) ajuda a situar melhor o caráter realista que a obra do cartunista maltês pretende ter em comparação com outros quadrinhos, embora, evidentemente, não se deva tomá-lo como pretensa réplica da realidade, visto que esse paralelismo com o real, dispõe sobre aspectos apenas verossímeis do que se trataria como real. A obra de Sacco, contudo, mantém uma aproximação com o mundo real ao tentar recriar essa realidade.

Também devemos considerar que a análise através desse quadro de referência (Figura 3) deve ser compreendida de forma relativa, pois é constituída em comparação com os personagens que dispúnhamos para esse fim. A disposição dos personagens, porém, é inequivocamente mais próxima do vértice da realidade, não obstante apresentar a amplitude de interpretação que a obra proporciona através da inserção dos sujeitos-personagens num ambiente em que suas ações recriam um mundo ao qual se atribui sentido geográfico, ao revelar, ainda que de forma genérica, uma espécie de rearranjo espaço-territorial.

Essa noção espacial que os quadrinhos são capazes de recriar será mais bem analisada no item seguinte. Desse modo, o item 1.3 problematiza o papel que os personagens possuem na construção de um sentido espacial que invoca a percepção do espaço geográfico através da relação que os personagens estabelecem com o seu meio resignificando-o.

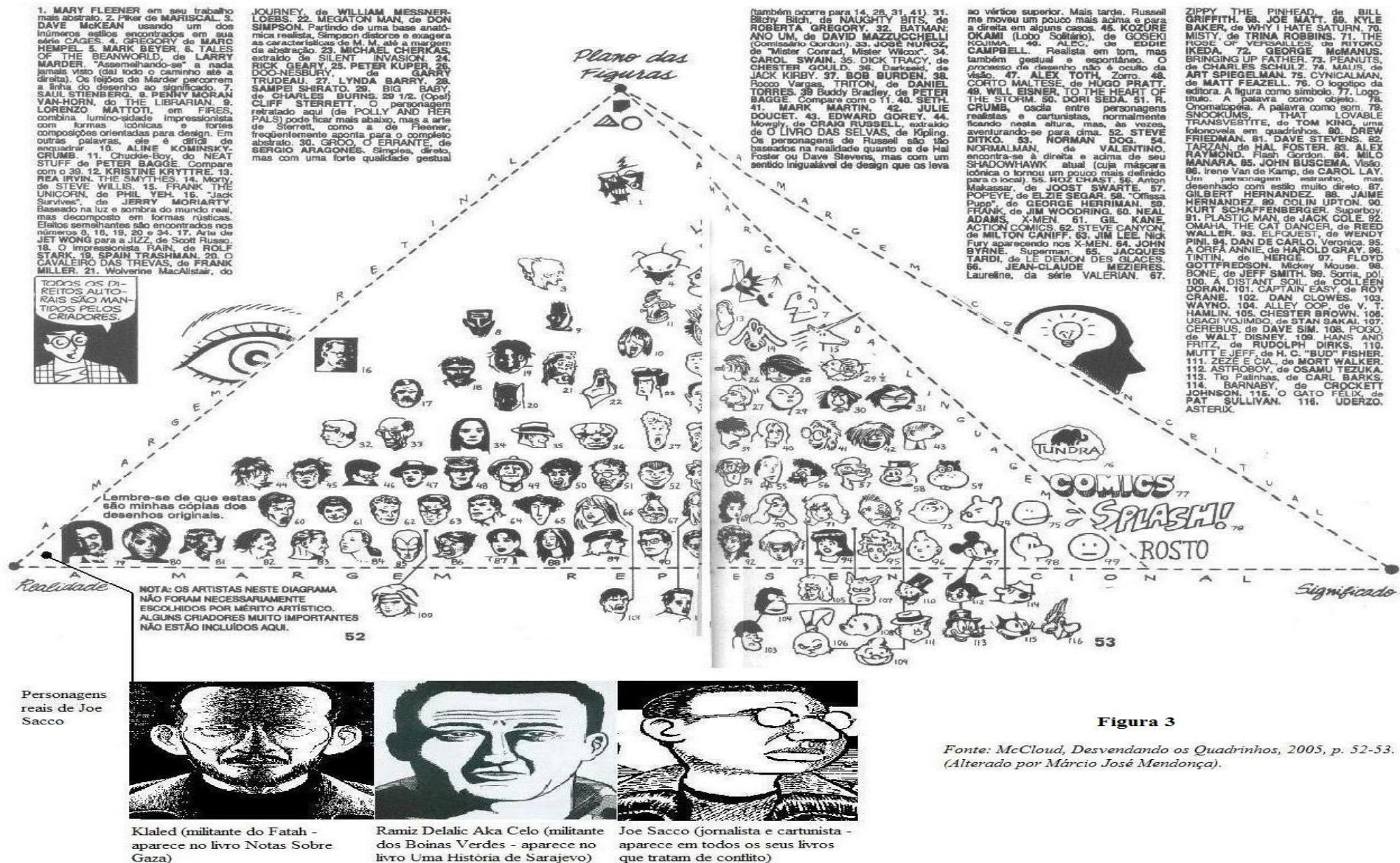


Figura 3

Fonte: McCloud, *Desvendando os Quadrinhos*, 2005, p. 52-53. (Alterado por Márcio José Mendonça).

### 1.3 Os personagens das HQs e seu Espaço Geográfico: Uma Aproximação Preliminar

A percepção do espaço nos quadrinhos foi tema de estudo de geógrafos renomados como Jason Dittmer e Paulo C. da Costa Gomes, dentre outros, que, de forma inovadora, problematizaram o espaço geográfico através dos quadrinhos. Contudo, as primeiras contribuições reveladoras sobre o tema, não são estritamente de geógrafos, embora sejam análises que se preocupam de forma inequívoca com a percepção espacial que os quadrinhos produzem.

No estudo da percepção espacial através dos quadrinhos, contribuição importante se deu no campo da semiótica na obra de Thierry Groensteen intitulada *The system of comics* (2007). Nesse livro o escritor sueco desenvolveu o conceito de espaço-tópico, no qual entende haver interdependência entre o espaço dos quadrinhos e os componentes visuais e os textuais, através dos quais tal espaço é criado e os significados que estruturam a dimensão espacial da narrativa por meio de seus signos são estruturados.

Com base no conceito de espaço-tópico, Groensteen demonstrou que o significado nos quadrinhos é construído primeiro e, antes de tudo pelo posicionamento específico dos quadros sobre a página. Processos de ruptura dos quadros e *layout* de página mostram-se centrais para a produção de leitura, com efeitos estéticos gerados por elementos tais como o quadro, a calha, a moldura e a margem, que são de fundamental importância para a vinculação da lógica operativa dos quadrinhos como um sistema que comunica significado.

Quadrinhos são, portanto, uma combinação original de dois códigos fundamentais, o visual e o verbal. Essa é a razão pela qual os quadrinhos só podem ser descritos em termos de um sistema narrativo estruturado de forma unificada pela linguagem visual e pela verbal. Painéis (ou quadros em HQs), situados relacionalmente, são, necessariamente, colocados em relação a uma estrutura narrativa pré-definida e operam no sentido de reconstruir uma percepção do espaço. Esses são os princípios fundamentais dessa distribuição espacial que são examinados sob o enfoque da espaço-topia, um termo criado por Groensteen (2007) que invoca ao mesmo tempo o conceito de espaço (*espace*) e o de lugar (*lieu*).

Assim, o autor concebeu a percepção do espaço-tempo nos quadrinhos como um sistema de coordenadas de posição dos quadros que corresponde a um determinado momento do desenrolar da história, sem, contudo, especificar a importância ou relação dos personagens

na leitura e na criação desses mundos. Groensteen se concentra sobre um complexo de unidades, parâmetros e funções estruturais da narrativa que veicula o papel central dos personagens na criação dos cenários geográficos, mas pouco considera as ações dos personagens na ressignificação do espaço. Embora o autor compreenda o espaço de seu comportamento, o seu espaço vital, sua análise não abrange a construção desse espaço a partir das ações dos personagens desencadeadas num sítio geográfico como parte da trama espacial. A construção do espaço é veiculada à sucessão de cenas em sentido estrutural da narrativa, que não confere importância suficiente ao personagem, embora Groensteen faça menção ao protagonista. Aqui, vamos considerar, além dos componentes visuais e dos textuais articulados na construção da espacialidade e da temporalidade da narrativa, o próprio papel dos personagens na representação e na criação de mundos geográficos.

Essas representações que recriam o cenário geográfico não serão consideradas, como Gomes (2008; 2013) ressalta, como cópias da realidade, uma vez que as representações não espelham o mundo, mas o criam. Isto inclui o mundo dos quadrinhos, em que representações do espaço geográfico não podem ser tomadas como uma interpretação do real, em sentido estrito. Representações, antes de qualquer coisa, expressam escolhas de princípios, de significação própria.

Contudo, neste universo particular de significações o espaço nas histórias em quadrinhos é híbrido, consistindo numa complexa montagem de fragmentos de alusão ao espaço físico real e ao ficcional. Histórias em quadrinhos constroem o universo de seus personagens entre o mundo real e o da ficção, e também podem oferecer uma representação que nos faculte aprender suas significações, destacando aquelas que possuem valor de conhecimento.

O espaço geográfico nos quadrinhos, seja ele mais ficcional ou de fundamentação realista, consiste num cenário que possui amplitude visual e que depende da morfologia do sítio. No *Super-Homem* ou no *Batman*, por exemplo, uma cidade fictícia que apresenta alguns elementos “reais” apoia as ações dos personagens. Metrópolis é a cidade que habita o homem de aço, e Gotham City é a cidade que vive o homem morcego. No *Homem-Aranha*, por sua vez, Nova York é o palco das aventuras de seu protagonista onde temos uma configuração espacial semelhante à da cidade real de Nova York. Tanto no *Super-Homem*, no *Batman*, quanto no *Homem-Aranha*, o protagonista age num espaço esculpido por suas ações, previamente amparado em sentidos de verossimilhança, já que esses quadrinhos têm em

comum suas aventuras ambientadas em cenários urbanos de grandes metrópoles. Nesses quadrinhos verifica-se, então, uma urbanidade entre a criação fantástica e fragmentos de uma metrópole “real”.

De todas as formas, as HQs são constituídas por personagens que habitam um lugar ao tempo que o criam; assim, esse mundo pode apresentar fragmentos da realidade, como disse Valle (2008), que vincula uma interpretação factual ou testemunhal com a forma de representação dos quadrinhos. Joe Sacco promove nitidamente – como será possível constatar no capítulo dedicado à análise de seus quadrinhos – uma representação profundamente amparada em uma interpretação que aspira ser “realista” (ou “fiel” à realidade), na medida em que sua obra fornece uma leitura do mundo a partir de um ponto de vista tornado explícito, ao invés de criar um universo fantasioso. Trata-se, como teremos oportunidade de ver, de um lugar geográfico dotado de significados e distorções, que, entretanto, não aponta na direção de um universo ficcional deliberadamente criado por personagens, pois sua abordagem não se refere à construção de mundos fantásticos, mas, ao contrário, uma forma de ver o mundo através dos quadrinhos, pois a realidade é, ela mesma, uma forma de ver o mundo a partir dos aparatos cognoscíveis de que dispomos.

Há, assim, em Joe Sacco – bem como em outras obras em quadrinhos – uma articulação entre os personagens e um “ambiente” que vincula de modo inextrincável os personagens e o espaço físico de suas ações. Os trabalhos de Rama (2006), Lima (2006), Góis (2008), Gomes & Góis (2008) sublinham isso, embora em perspectivas diferentes, quando notam que os cenários geográficos nas HQs são resultado de uma ambientação a um mundo particular em que o personagem habita. Cenários operam, então, uma aproximação entre os personagens e os espaços físicos de suas ações, através do quais personagens criam e são efeitos do mundo onde atuam.<sup>7</sup>

Esses cenários resultam, assim, de uma ideia de espacialidade que ganha sentido através das ações, objetos e significados que os personagens recriam como uma trama locacional, que é associada a um plano, a uma superfície ou volume, na acepção que Gomes (2013) confere ao termo. Isto vale para todos os quadrinhos que possuem conteúdo espacial. Assim, histórias em quadrinhos que possuem personagens fantásticos tendem a apresentar

---

<sup>7</sup> Esta noção de cenário, não restrito aos quadrinhos, mas acampando um enfoque dos cenários dos espaços públicos, reúne segundo Gomes (2013), um conjunto de ações, objetos e significados simultâneos em um mesmo espaço, que em nada, se difere dos cenários geográfico dos quadrinhos.



ambientes incríveis, onde os personagens desempenham suas aventuras, na medida em que eles ressignificam os objetos e criam um volume espacial em acordo com suas ações. Mesmo quando ambientado em lugares “reais”, um super-herói, com seus superpoderes, ressignifica o espaço com suas ações, ainda que apresente em sua outra vida, mais cotidiana, um comportamento mais comum para conviver em maior harmonia com os personagens não fantásticos de seu universo.

[...] Desde as histórias de super-heróis criadas na década de 1930, como *Batman* e *Super-Homem*, até os quadrinhos mais recentes de *Homem-Aranha* e *X-Men*, é uma constante a representação de altos prédios, entremeados por avenidas por onde circulam muitos veículos e pessoas. Isso parece possuir um significado original que reside na comunhão entre poderes espetaculares para responder aos grandes problemas que surgem nesse quadro das grandes cidades. Nessa representação da cidade nos enredos fantásticos dos super-heróis, há uma modificação no significado de alguns objetos espaciais a partir da relação com o inusitado dos personagens. Os grandes objetos movidos sem esforço pelo *Super-Homem*, os para-peitos que servem de torre de vigilância para o *Batman* e os prédios altos, nos quais o *Homem-Aranha* prende suas teias são objetos espaciais temporariamente refuncionalizados. O personagem fantástico introduz uma marca, ele rompe com o cotidiano da sociedade e estabelece novas relações com o espaço, criando um novo sentido. Ao interagir com os objetos espaciais que compõem a cidade, o personagem fantástico constrói uma nova lógica no uso de tais objetos (GOMES & GÓIS, 2008, p. 25, itálicos dos autores).

O cenário das cidades dos super-heróis em quadrinhos possibilita, assim, que seus protagonistas desempenhem ações fantásticas, visto que, a partir de seu espaço físico, o super-herói se apropria e faz uso da cidade na luta contra o crime. Da mesma forma, sempre dando sobrevida ao personagem, uma grande metrópole caótica disponibiliza uma variedade de situações e de vilões que requerem a atuação de seus super-heróis para proteger a população (RAMA, 2006). Desse modo, o cenário dos quadrinhos

[...] tem originalmente um significado que une lugar e ação. Isso quer dizer que seu sentido mais essencial é aquele que estabelece uma dependência necessária entre ações e os lugares onde elas ocorrem. O conceito de cenário efetua uma reunião fusional entre enredo e o espaço onde ele se situa e é a partir dessa fusão que o significado das ações pode ser lido. O espaço é concebido como uma dimensão fundamental da ação social pois, nesse caso, ele qualifica e modifica a natureza das ações. Em termos muito simples, o mesmo enunciado pode mudar fundamentalmente de sentido quando pronunciado a partir de localizações espaciais diferentes. Se isso é facilmente verificável no exemplo acima, podemos então ousar a generalizações e dizer que sempre a espacialidade das ações é um ingrediente da base na compreensão das dinâmicas sociais; pois o jogo das localizações exprime significados e modifica o sentido dessas ações (GOMES & GÓIS, 2008, p. 21).

É, sobretudo, a partir desse significado, que une ações e lugares, que Gomes e Góis (2008) compreendem que nas histórias em quadrinhos a figuração dos lugares assume uma colocação básica na composição da narrativa. Retomando, mais uma vez, o papel dos



personagens em uma narrativa em quadrinhos, os autores enunciam que personagens que falam de lugares específicos assumem características que estabelecem coerência e sentido com esses ambientes. Esses lugares são, assim, essenciais para que as características de tais personagens apareçam e deem sentido à narrativa.

Deste modo, quando se trata de narrativas totalmente ficcionais, em que imperam os personagens fantásticos, estes serão mais propensos a feitos extraordinários, e seu espaço, pelo amálgama de possibilidades que irão articular, será mais fantástico pela adequação necessária à própria ação do personagem. As metrópoles onde vários super-heróis habitam, mesmo sendo muitas vezes representados como uma verossimilhança de cidades reais, oferecem para seus protagonistas as mais variadas situações, em que o super-herói pode ser requisitado a usar o seu poder de super-humano. Já em quadrinhos menos complexos, como nas fábulas, desenvolvidas quase sempre em cenários pouco evoluídos espacialmente e com uma única característica, os personagens são mais simples e seu espaço pouco varia. Parece uma regra, pois, se os personagens forem mais simples, seu espaço tenderá a ser menos complexo, sendo a vida deles traçada em uma ambientação pouco evoluída (GOMES & GÓIS, 2008).

Contudo, é possível pensar em exceções. De certo, trata-se de uma reunião funcional entre personagem e lugar, que estabelece um *continuum* do qual Gomes e Góis (2008, p. 22) retiram “[...] a hipótese de que quanto mais complexos forem os personagens, ou seja, em outros termos, quanto mais sentidos eles forem capazes de extrair, mais associações com diferentes dimensões espaciais eles tenderão a desenvolver [...]”. Sendo assim, verificamos que nas histórias em quadrinhos de *super-heróis* os personagens ressignificam o espaço quando percorrem os diferentes espaços das grandes cidades, que lhes oportunizam aventuras em situações distintas.

Interessa aqui saber como isso se dá na obra de Sacco. Como será visto, na medida em que seus personagens são pessoas “comuns”, o gancho analítico suplanta a via da expressão fantástica e ficcional que caracterizou a maior parte das histórias das HQs. Particularmente no presente trabalho interessará focalizar, sobretudo, esse “ganho analítico” no que diz respeito à dimensão territorial da obra do jornalista-cartunista. De fato – como poderá ser aferido no capítulo 5 – na obra de Joe Sacco, a lógica tipicamente “fantástica” das HQs se inverte, pois são os personagens ordinários que dão “textura” ao espaço. Nesse sentido, os cenários da vida ordinária dos palestinos nos quadrinhos do referido autor são – sugere-se – reveladores das

relações socio-territoriais que amplificam a visibilidade desse espaço geográfico através de uma interpretação política, porquanto envolve o âmbito da soberania e integridade territorial do lócus onde se desenvolve a história. Essa representação da dinâmica territorial nos quadrinhos de Joe Sacco é elucidada por fatos que, em essência, exprimem o traço fundamental da dimensão espacial de sua obra. Os fatos em Joe Sacco são experiências reais de uma população subjugada num longo processo de colonização de suas terras. Esses acontecimentos ligam ação a lugar, quando, a partir desse processo funcional, os sujeitos-personagens resgatam os pontos de referência e alguns dos sentidos desses lugares na composição da narrativa.

É nesse patamar que a relação entre o conteúdo geográfico e as criações romanescas feitas por Monteiro (2002) também pode auxiliar na compreensão da dimensão geográfica que se revela através das ações de personagens em uma trama geográfica. Para esse autor, os componentes analíticos da noção de *mapa* e *trama* concebem uma indissociável ligação espaço-tempo que, acrescida pela variação escalar dos espaços e dos sentidos do tempo, percebe a estrutura da obra romanesca. Para fazer isso, a trama, ou seja, o conjunto das ações dos personagens, ensejando notar inteligível o dinamismo, representa a condição humana em um dado sítio geográfico.

[...] A sua comunicação, o seu “tomar vida”, requer, forçosamente, a projeção dessa trama num dado espaço-tempo, um “palco” – praticável, concreto – em que qualquer trama “humana” está envolta nas malhas de diferentes espaços relacionais: social, político, econômico, cultural enfim. Para melhor estabelecer os termos da relação Geografia–Literatura [e Geografia–Quadrinhos], partindo desse valioso subsídio, acho que toda a urdidura complexa da ação romanesca – a “trama” – proposta pelo escritor, malgrado este dinamismo, pode vir a ser projetada nas malhas de uma estrutura espacial, figurativamente estática – o “mapa” – percebido pelo geógrafo. [...]. Tome-se aqui o “mapa” como contexto estrutural de configuração espaço-temporal do “lugar” (na concepção mais ampla) no qual se processa o dinamismo da ação, ou seja, a “trama” criada pelo escritor. Assim, parece-me, encaminhar-se melhor a relação que se pretende assentando-a em termos de conteúdo geográfico e criação romanesca [ou cartunista] (MONTEIRO, 2002, p. 24-25).

Um ângulo cujo enfoque consideramos fecundo, nesse sentido, na obra de Joe Sacco, é o da dimensão espacial elucidada pelo território e seus níveis de soberania e mobilidade dos palestinos. Através desses cenários geográficos que sujeitos-personagens habitam, o autor fornece – como será evidenciado – uma espécie de mapa geográfico das áreas palestinas ocupadas e controladas pelos israelenses. Na verdade, Joe Sacco “ilustra” de forma icônica o território palestino fragmentado e descontínuo por infraestruturas de controle e vigilância que submetem os palestinos a uma força de ocupação e disciplinamento, que se utiliza do

monopólio da violência, “deformando” o território e mingando a sua soberania através do processo de precarização territorial.

Esta análise do conflito israelo-palestino tratada através da dimensão geográfica das obras de Joe Sacco é o cerne desta pesquisa, reservada ao capítulo 5, em que será conduzida a análise da dimensão geográfica dos quadrinhos de Sacco. No capítulo seguinte procuramos ampliar a qualificação da linguagem das HQs no âmbito das ciências sociais, mais especificamente a geográfica, por meio da apresentação de um panorama sintético sobre as histórias em quadrinhos e de uma breve reflexão sobre a dimensão espaço-temporal dos quadrinhos e seus mundos.

## *Capítulo 2*

### **HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA HISTÓRIA E PERCEPÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL**

O presente capítulo fornece um panorama histórico dos quadrinhos, ao mesmo tempo em que neles busca ressaltar a relação da linguagem visual e a linguagem verbal com a narrativa “espaço-temporal” de criação de seus mundos. Esse enfoque permite considerar a percepção e compreensão do cenário geográfico, através da disposição de diferentes tomadas de cena, e a visão em perspectiva, que confere a profundidade ao cenário ao constituir um ambiente de visão vertical e de visão tridimensional (V e 3-D) habitado pelos personagens. É sob esse ângulo que se pode apreender os quadrinhos como instrumentos de percepção e compreensão de mundos, sejam eles de fundamentação real, sejam de sustentação ficcional, que merecem a atenção do estudo em Geografia.

Tratar o cenário por meio da espacialidade nos quadrinhos é, contudo, tema de investigação que se pode considerar relativamente recente. O tratamento mais convencional é considerar as HQs como constituídas numa produção cultural voltada para o entretenimento e, portanto, consideradas usualmente sem importância para o enfoque aqui assumido. Essa concepção usual se estabeleceu, por uma via, pelo próprio mercado editorial que os quadrinhos desenvolveram, direcionado, sobretudo, para o público infanto-juvenil de entretenimento massivo; e, em parte, a reboque dessa inferência, pela longa crítica que os quadrinhos receberam, atribuindo-lhes uma conotação de futilidade e de produção “alienante”. Por conta de aventuras fantasiosas e páginas multicoloridas, pais e mestres olharam os quadrinhos com profunda desconfiança, como algo que poderia “[...] afastar as crianças de um amadurecimento ‘sadio e responsável’ [...]” (VERGUEIRO, 2009b, p. 8).

Observa Anselmo (1975) que foi justamente a maior popularidade do gênero junto ao público infanto-juvenil que motivou a difusão dos quadrinhos, vindo a conquistar espaço nos jornais antes ainda que as grandes editoras, algumas especializadas desde então em quadrinhos, favorecessem a publicação massiva nas primeiras décadas do século XX. Antes de viver o seu “período de ouro”, por volta dos anos 1930, os quadrinhos encontraram inserção no mercado editorial jornalístico com suas sátiras políticas e sociais, durante o século

XIX e início do século XX. Nesse período, para a difusão dos quadrinhos foi fundamental sua linguagem simples e de fácil assimilação.

A difusão dos quadrinhos por meio dos jornais foi acompanhada da diversificação de sua temática, fazendo com que, em relativamente pouco tempo, surgissem histórias em quadrinhos de humor e aventura; depois, de super-heróis – já num processo mais autônomo de difusão e transição dos quadrinhos em jornais para as revistas em quadrinhos –, o que foi responsável, em grande parte, por ampliar o seu público leitor através das revistinhas. Com a alta popularidade, os quadrinhos se tornaram, também, alvo de pesadas críticas, acusados ora de vulgaridade ora de perversidade. Por causa das críticas que por um certo período lhe resultaram má fama e indiferença por parte dos meios acadêmicos, os quadrinhos foram em grande medida reduzidos ao quadro de uma arte inferior e de uma profunda inutilidade no que se refere ao conhecimento científico, o que produziu uma imagem negativa que prejudicou sua inserção no público acadêmico (VERGUEIRO, 2009b).

Esse olhar depreciativo, todavia, em grande medida não corresponde mais ao quadro acadêmico atualmente, que reconhece nos quadrinhos também possibilidades de tratamento fecundo dos mais diversos temas. Alguns quadrinhos têm despertado debates no meio acadêmico e mídias de comunicação de forma ampla. Pesquisas recentes e, sobretudo, mais vigorosas sobre o tema redimensionaram o caráter outrora estritamente depreciativo imputado às HQs, reavaliando e dando importância à linguagem dos quadrinhos nos contextos das artes, do conhecimento, dos meios de comunicação e áreas afins. É nesse sentido que Vergueiro (2009b) indica não ser mais possível definir os quadrinhos de forma irresponsável, atribuindo-lhes grande descrédito e ausência de conteúdo crítico ou conhecimento, tampouco seria aceitável invalidar o seu desenvolvimento nas últimas décadas, marcadas pela abertura de uma diversidade de abordagens.

Entretanto, esse processo é lento, e, embora Ariela Freedman (2011) constata, em recente pesquisa, aumento dos estudos acadêmicos sobre o tema dos quadrinhos, ela destaca que a atenção a eles dispensada ainda é ínfima se comparada com o tratamento dado a outras disciplinas juvenis, tais como Cinema e Fotografia, que nasceram em meados do século XIX. Assim, sendo reduzido o número de pesquisas sobre os quadrinhos, há prejuízo para o desenvolvimento de estudos sobre o tema em comparação com outros campos de estudo.

De qualquer forma, mesmo que a comunidade acadêmica praticamente tenha abrido mão dos quadrinhos por um longo período, sua importância como um meio de comunicação não passou despercebida de grandes cadeias de jornais e editoras, que perceberam muito cedo o poder das HQs de vir a conquistar um grande público de leitores, na medida em que poderiam se estabelecer como uma fonte de comunicação de grande penetração popular. A seu favor, as HQs contaram, desde as primeiras décadas do século XX, com uma enorme variedade de gêneros que atendiam amplos e diversificados públicos, o que favoreceu a sua inserção nos jornais (BRAGA & PATATI, 2006).

Assinalam Braga & Patati (2006) que, após sua difusão nos jornais e inserção nas grandes editoras, alguns títulos tiveram centenas de milhares ou, às vezes, até mesmo milhões de tiragens. Mesmo após a era de ouro dos quadrinhos, que alavancou o mercado nos anos 1930, com tiragens astronômicas, percebe-se que hoje eles ainda contam com um público fiel, muito embora este tenha-se reduzido, ao tempo que se tornou mais diversificado e seletivo.

Assim, se hoje os quadrinhos não estão mais no topo das vendas, sua publicação ainda é muito expressiva. No Japão, onde temos os famosos *mangás*, sua popularidade se mantém muito alta. Nesse país o assédio aos quadrinistas é tão espantoso que os melhores cartunistas são considerados celebridades. No Ocidente, onde o estreitamento do mercado dos quadrinhos foi mais sentido, eles ainda são muito populares. Nos Estados Unidos e na Europa, centros do mercado Ocidental, eles possuem um amplo público, não deixando de ter uma considerável penetração na América Latina, embora seu mercado seja bem mais restrito nessa parte do mundo.

No Ocidente sua popularização só foi possível graças à evolução das técnicas de impressão a partir do avanço da industrialização. Na chamada pré-história dos quadrinhos, mostra Zilda Anselmo (1975), podemos considerar seus precursores ao longo do século XIX: os europeus Jean Charles Pellerin (França), Rodolph Töpffer (Suíça-França), Wilhelm Busch (Alemanha), F. Thomas (Inglaterra) e Georges Colomb, de codinome Christophe (França). Enfatiza a autora que os quadrinhos europeus dessa época foram os primeiros a conquistar espaço nos jornais, só anos depois eles foram alçados nos EUA, sendo os quadrinhos americanos publicados nos suplementos dominicais, contando com impressões a cores; em seguida foram ampliados para publicações diárias com grandes tiragens, alcançando numeroso público. Esse fenômeno foi o embrião do que foi sua publicação em grande escala anos mais tarde nos Estados Unidos.

Como podemos notar no livro de Anselmo (1975), os cartunistas europeus do século XIX são reconhecidos como os primeiros responsáveis pela difusão da linguagem HQ, embora não tenham aperfeiçoado a narrativa sequencial ao ponto que conhecemos hoje; o texto de seus trabalhos se encontrava separado do desenho por legendas, e não por balões, o que impossibilitava, até aquele momento, uma dinâmica sequencial mais eficiente. Para um definitivo aparecimento dos quadrinhos modernos, seus criadores ainda teriam que romper com as formas artesanais de fabricação, aprimorando a sua linguagem, notadamente a partir do momento que puderam contar com o desenvolvimento da indústria tipográfica moderna para esses fins e sua consequente difusão.

Para todos os efeitos, a Revolução Industrial permitiu e catalisou o desenvolvimento de novas técnicas de desenho e melhores condições de publicação. É justamente a partir dessa fase de ruptura que se origina a história moderna dos quadrinhos, que suscitou uma verdadeira renovação de sua percepção espaço-temporal, resultando no desenvolvimento sequencial narrativo através da unificação da linguagem visual e verbal. A partir daí verifica-se que a linguagem narrativa dos quadrinhos e seus meios de difusão não podiam ser pensados e desenvolvidos de forma dissociável. Desde então, os quadrinhos passaram a existir como linguagem de massa, e essa condição só persiste hoje em dia por conta da evolução das formas de narrativa e por sua inserção num processo racional e linguístico de amadurecimento, o que foi acompanhado pelo desenvolvimento de técnicas de impressão e materiais relacionados à produção massiva dos quadrinhos (ANSELMO, 1975; BRAGA & PATATI, 2006).

É sob este contexto que a produção organizada dos quadrinhos em uma escala industrial permitiu a profissionalização das várias etapas de sua elaboração e produção em série. A divisão e padronização do trabalho na montagem das histórias em quadrinhos pôde, desde aí, ser feita entre pessoas que distam entre si milhares de quilômetros. Assim, o processo de produção incorporado à globalização, garantiu a sobrevivência de um mercado cada vez mais competitivo (VERGUEIRO, 2009b).

É a partir desse quadro de evolução que as histórias em quadrinhos constituíram um mercado editorial e assumiram uma linguagem mais “moderna”. É de fundamental importância, assim, fornecer uma apresentação panorâmica acerca da história das HQs, para o que foi reservado o tópico seguinte. No item subsequente, o capítulo oferece uma análise de como se dá a constituição da noção de tempo e do conceito de espaço nos quadrinhos através

da linguagem visual e da textual, enquanto o item 2.3 promove uma análise do mundo tridimensional que os quadrinhos recriam por meio de sua percepção espacial.

## **2.1 Breve Histórico da História em Quadrinhos**

As histórias em quadrinhos, como qualquer outra forma de linguagem, apresentam um desenvolvimento histórico e técnico-conceitual de sua narrativa. É indispensável, assim, conduzirmos a um breve apontamento da origem dos quadrinhos modernos, para sinalizar justamente o momento que sua evolução conceitual e técnica se desprenderam das formas não modernas de fazer quadrinhos, dando origem, assim, à conformação de quadrinhos que temos hoje. Para isso vamos traçar um rápido panorama histórico do surgimento e evolução dos quadrinhos, concentrando nossa análise, em maior parte, no final do século XIX e seu desenvolvimento ao longo do século XX.

Os primeiros registros sobre os quadrinhos remetem à história antiga, mas especificamente à do antigo Egito e à do período paleolítico. Nessa época, alguns povos, homens da caverna e egípcios antigos, utilizavam a linguagem visual como elemento de comunicação por meio da imagem gráfica. Vergueiro (2009b) ressalta que o homem primitivo utilizou a parede das cavernas como um grande mural, em que registrava para seus contemporâneos momentos vividos através de elementos de comunicação. Segundo ele, eram relatos de uma caçada bem sucedida ou a informação da existência de animais selvagens em uma região específica. Esses desenhos, para o homem antigo poderiam ser a indicação de seu paradeiro ou o registro de uma nova descoberta, que tinha como finalidade a sobrevivência ou a simples representação de algum acontecimento.

Em todo caso, obtém-se desses registros pictóricos uma informação armazenada de forma objetiva, que indica a distribuição de eventos no tempo, com o qual, pode-se apontar, bastaria enquadrá-las para obter algo similar à origem mais arcaica da arte sequencial dos quadrinhos. Assim, ao longo do processo histórico de desenvolvimento da narrativa visual, mudanças sensíveis também ocorreram. Sobre algumas delas Vergueiro (2009b, p. 9) destaca que

[...] à medida em que as comunidades se tornaram nômades, a escrita simbólica, grafada em materiais mais leves, como o couro ou o pergaminho, passou a funcionar como elemento básico de comunicação. Ainda assim, a formulação dos primeiros



alfabetos guardou estreita relação com a imagem daquilo que se pretendia representar, constituindo o que se conhece como escrita ideográfica. É o caso dos hieróglifos e da escrita japonesa, por exemplo.

Com o desenvolvimento do alfabeto fonético e da escrita, a linguagem de imagens sequenciais até o que chamamos hoje como quadrinho estendeu-se por uma história milenar. Após seus primeiros predecessores na Europa, só se desenvolveu efetivamente com a evolução da indústria tipográfica e com o surgimento de grandes cadeias jornalísticas, que “[...] fundamentados numa forte tradição iconográfica, criaram as condições necessárias para o aparecimento das histórias em quadrinhos como meio de comunicação de massa [...]” (VERGUEIRO, 2009b, p. 10). Seu ambiente mais propício de florescimento foram os Estados Unidos do final do século XIX, já que, por lá, os meios tecnológicos e sociais já se encontravam consolidados a ponto de poderem transformar as histórias em quadrinhos em um produto de massa.

Nos Estados Unidos, onde os desenhistas se ocupavam da sátira política e social, mostra Anselmo (1975), o gênero favoreceu o aparecimento das revistas humorísticas a partir de 1880. Com o aumento das tiragens, o ambiente de trabalho que se formou nos jornais americanos criou as condições para o emprego de inúmeros talentos no desenvolvimento dos quadrinhos. Feito isso, as HQs se difundiram muito rápido, na medida em que a linguagem cartunista atendia a um grande público. Os quadrinhos norte-americanos, em franca ascensão nos anos 1890, já dispunham, nessa época, dos elementos essenciais dos quadrinhos. É com base nesse contexto que Anselmo nota a consolidação de três elementos fundamentais da inserção dos quadrinhos na lógica capitalista e moderna de (re)produção: a narração em sequência de imagens; a continuidade dos personagens duma sequência a outra; e o diálogo incluso na imagem.

Nesse período, as condições econômicas e sociais presentes na sociedade americana, bem como a habilidade e preocupação das pessoas envolvidas na indústria dos quadrinhos americanos, somadas à convergência dos três elementos mencionados acima, colocaram os quadrinhos estadunidenses na vanguarda do desenvolvimento industrial das HQs no Ocidente. Os cartunistas davam atenção especial à arte e linguagem dos quadrinhos, que convergia para o desafio de reconstituição do movimento numa folha de papel. Nos Estados Unidos, avanços significativos foram alcançados, em virtude de imagens arranjadas e distribuídas num ritmo animado com sucessão de planos diferentes. Vale reconhecer que os cartunistas

estadunidenses conseguiram, melhor do que os demais, decompor a ação sobre uma folha de papel, dando para seus leitores a ilusão do movimento (ANSELMO, 1975).

Mais do que um detalhe, importante também foi, aponta Anselmo (1975), a continuidade dos personagens, que dia após dia marcavam presença nos suplementos dominicais e, logo depois, também em publicações diárias. Aliás, diga-se acerca disso, a repetição do mesmo personagem em diferentes publicações estabeleceu uma identidade do público com os quadrinhos. Se um consumidor gostasse das piadas de um personagem, era evidente para os editores que seu público o buscaria novamente na banca de revista. A repetição do mesmo título e a dos personagens foi determinante para isso. O gênero humorístico soube explorar essa situação, pois era acessível a todas as classes sociais, atingindo grande público.

Outro fator que alçaria os quadrinhos à massificação se deu graças ao apoio das cadeias de jornalismo de Nova York, que lhes disponibilizaram um grande meio de difusão. Diz Anselmo (1975) que a publicação dos quadrinhos em jornais nos dias de domingo se verificou tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, mas foram os jornais americanos que difundiram os suplementos amplamente ao público. Contando com a simpatia inicial do público em relação aos quadrinhos, publicados no jornal *New York World*, de Joseph Pulitzer, e no *Morning Journal*, de William Randolph Hearst, esses dois empresários da comunicação investiram pesado nos suplementos dominicais, que, nessa altura, passaram a reservar várias páginas aos quadrinhos. Desde então, contando com um grande efeito de difusão proporcionado pelos dois citados jornais, foi questão de tempo os quadrinhos passarem a ser publicados três ou quatro vezes por semana, e depois, diariamente.

Foi, também, na disputa entre esses dois jornais pelo mercado endereçado aos quadrinhos que a primeira história em quadrinhos com todos os seus elementos modernos veio a aparecer. Com o *New York World* em crise, Pulitzer passou a explorar os suplementos dominicais para reverter à situação, para isso ele contava com um habilidoso artista chamado Richard Felton Outcault, que publicava semanalmente uma série criada por ele chamada *Down Hogans's Alley* (“O Beco de Hogan”). Essa história humorística narrava as aventuras dos moradores de um cortiço de Nova York, onde um garoto de orelhas de abano e feição asiática, que vestia um camisolão branco até os calcanhares, ganhou grande destaque, tornando-se o personagem principal (ANSELMO, 1975; BRAGA & PATATI, 2006).

Certa vez, nota Anselmo (1975), quando os técnicos de impressão pintaram a camisola do garoto de amarelo, a única cor que até o momento não tinham conseguido imprimir, o menino imediatamente foi batizado pelo público de *The Yellow Kid* (“o Garoto Amarelo”). Diante do sucesso de *The Yellow Kid*, William, ao comprar em 1895 o *Morning Journal* atraiu Richard Outcault para o seu jornal. Da ida de Outcault para o *Morning Journal*, Hearst incentivaria Outcault a introduzir o uso do balão na fala do garoto amarelo; assim, uma história em quadrinhos foi, pela primeira vez, narrada com o emprego dos balões.

A data de fundação dos quadrinhos modernos reunindo todos seus elementos, de acordo com Braga & Patati (2006), foi o mês de outubro de 1896, quando foi publicada pela primeira vez nos jornais norte-americanos de William Hearst uma edição de *The Yellow Kid*, que constava a escrita disposta em balões. Desse modo, *The Yellow Kid* foi a primeira história em quadrinhos a fazer uso do balãozinho, já que seu personagem principal, o garoto amarelo, “[...] fazendo sua fala aparecer escrita e assumida na primeira pessoa do singular, no seu camisolão amarelo, em vez de aparecer na legenda como as falas de outros personagens, em discurso indireto [...]” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 16), inaugurou uma narrativa unificada nas HQs.

Com a unificação da linguagem, que passou a reunir figuras e palavras através de uma mesma linguagem sequencial, *The Yellow Kid* desencadeou uma nova fase nos quadrinhos, pois ocorreu uma verdadeira reestruturação da linguagem com inúmeros cartunistas aderindo ao balão e imagem visual de forma conjunta na narrativa, desenvolvendo uma forma de comunicação mais avançada, que, assim, definiu o padrão de história em quadrinhos que temos hoje. No início as HQs apresentavam predominantemente um padrão cômico, abordando uma diversidade de temas. Mas, já no final da década de 1920, multiplicaram-se as histórias de aventura, que, junto das tendências naturalistas, aproximaram os desenhos de uma representação mais fiel de pessoas e objetos (ANSELMO, 1975; VERGUEIRO, 2009b).

Contudo, se os anos 1930 foram propícios para a expansão massiva dos quadrinhos, e, anos mais tarde, estes passaram a ser produto de exportação por parte do mercado americano, com a Grande Guerra na Europa e o aumento da desconfiança em relação a esse gênero, instalou-se uma crise que ameaçou extingui-los. Na França os problemas surgiram por conta das organizações religiosas e escolares, que se opunham a qualquer publicação dos quadrinhos. Acusavam-nos de causar preguiça mental, que incorreria em analfabetismo e distúrbios sociais (ANSELMO, 1975; VERGUEIRO, 2009b).

Aliás, como destaca Anselmo (1975), não só na França, mas também no restante da Europa, os quadrinhos viam seu mercado se estreitar, uma vez que, com a guerra, os problemas e obstáculos causados com a destruição de indústrias estavam associados inclusive à falta de papel e tinta. Por sua vez, do outro lado do atlântico, nos Estados Unidos, se os quadrinhos americanos não haviam sofrido um revés tão grande, com a destruição de fábricas e falta de matéria-prima, como na Europa, seu mercado, por motivos também associados à guerra, se estreitava sensivelmente. Em 1938 a Itália proibiu as HQs americanas de serem comercializadas no país. A mesma medida foi seguida posteriormente na França, na Alemanha e na União Soviética, decaindo as exportações de quadrinhos americanos durante a guerra, quando chegaram próximos da marca zero.

No mercado editorial americano interno, problemas semelhantes aos quadrinhos europeus, que denegriam a sua imagem, surgiam para a indústria cartunista estadunidense. Na sociedade norte-americana, grande catalisadora até então da indústria dos quadrinhos, crescia também um ambiente de desconfiança em relação a eles. Isso se dava, em grande medida, em função do trabalho do psiquiatra Fredric Wertham. Esse homem, de origem alemã, radicado nos Estados Unidos, entrou durante as décadas de 1940 e 50 numa campanha acirrada contra as histórias em quadrinhos; fez inúmeras vezes denúncias sobre os supostos problemas intelectuais e morais que os quadrinhos poderiam causar à sociedade americana. A base de seus argumentos, construída a partir de um segmento específico de quadrinhos que abordava temas de terror e suspense, forneceu a Wertham o material suficiente para dirigir uma campanha de difamação dos quadrinhos, alegando que sua leitura traria profundos malefícios (VERGUEIRO, 2009b).

Com tal argumento Wertham agiu no sentido de desqualificar a indústria cartunista. Sobre a “inquisição” dos quadrinhos instaurada pelo Dr. Wertham, Vergueiro (2009b) aponta que, intencionalmente, Wertham usava de meios ludibriosos para convencer o público de suas ideias. Com base no atendimento de jovens com um quadro clínico delicado em seu consultório, Wertham generalizou conclusões e estabeleceu um conteúdo duvidoso sobre o assunto, que, após várias publicações em artigos de jornal e revistas especializadas, acompanhadas de aparições na T.V., foi posteriormente apresentada em seu famoso livro *“A sedução dos inocentes”* (1954).

A respeito dessa obra, Vergueiro (2009b) observa que Wertham enfatiza, entre outras coisas, que a leitura de quadrinhos, como a história do *Batman*, por exemplo, atrairia crianças

e adolescentes para a homossexualidade, na medida em que seus super-heróis, *Batman* e *Robin*, representavam uma fantasia homossexual. Também criticou as historinhas do *Super-Homem*, dizendo que poderiam levar as crianças à morte, deduzindo que as crianças possivelmente tentariam imitar seu herói, jogando-se de uma janela de um alto edifício. Definitivamente, Wertham identificou nas histórias em quadrinhos uma grande instituição da “perversidade”, que agia para degenerar a sociedade americana.

Por causa do impacto das críticas do Dr. Wertham, reforçadas por outras camadas da sociedade americana, que incluíam grupos de professores, mães e bibliotecárias, a *Association of Comics Magazine* elaborou um *Comics Code*, ainda na década de 1940, que pretendia assegurar a pais e educadores que o material das histórias em quadrinhos não traria malefícios morais e intelectuais aos seus filhos e aos estudantes. Não sendo o código de conduta suficiente para aplacar a crítica de Wertham, após o lançamento de seu livro, a *Association of Comics Magazine* se viu forçada a elaborar um código mais detalhado, que passou a controlar as publicações em histórias em quadrinhos, emitindo um selo de qualidade na capa de todos os volumes. As críticas de Wertham possivelmente tenham tido tamanho alcance que, no Brasil, por exemplo, foi elaborado um *Código de Ética dos Quadrinhos*, que aplicava políticas de controle semelhantes às aplicadas aos *comics* nos Estados Unidos (VERGUEIRO, 2009b).

Esse tipo de controle gerou o desaparecimento de grande número de editoras americanas e serviu, por outro lado, para difundir revistas em quadrinhos que beiravam a mediocridade. Nos Estados Unidos definitivamente limitou-se o aprimoramento intelectual das histórias em quadrinhos, restringindo as possibilidades de ampliação da linguagem e explorações que poderiam ser feitas através dos quadrinhos. O código acabou servindo para esterilizar o campo fértil das histórias em quadrinhos, que vinham sendo produzidas, desde a década de 1930, com diversificação de publicações e temas. O resultado dessa empreitada foi o esquecimento dos quadrinhos no plano do ensino, que passaram a figurar à margem dos pensadores intelectuais, pois foi acusada de afastar as crianças e em geral todo seu público da leitura de livros, sendo estigmatizada como uma prática que prejudicava o raciocínio (ANSELMO, 1975; VERGUEIRO, 2009b).

Para não sucumbirem a essa temporada de “caça aos quadrinhos” conduzida por Wertham e defendida por setores que comungavam com seu pensamento, segundo os quais essa leitura era uma forma de incentivar a preguiça intelectual, e para sobreviverem ao

encolhimento de seu mercado, as editoras americanas e seus desenhistas “compraram” a temática da entrada dos Estados Unidos na guerra. Durante a II Guerra Mundial os americanos, mais do que qualquer outro povo envolvido no conflito, exploraram heróis fictícios. Nos anos da Grande Guerra e ao longo da Guerra Fria a indústria de entretenimento de gibis nos Estados Unidos se transformou numa ponte da ideologia norte-americana contra o nazismo e o socialismo, tendo essa leitura servido espetacularmente de apoio à implantação do Plano Marshall na Europa e difusão de mensagens políticas no Terceiro Mundo (BRAGA & PATATI, 2006; DITTMER, 2007). Com base em histórias em quadrinhos de super-heróis e em histórias de aventura, os quadrinhos norte-americanos obtiveram uma penetração que parecia inofensiva em diversos países, ao tempo que mantinham a alta produção.

Nesse contexto de produção de quadrinhos aparentemente inofensivos, *Popeye* foi um dos pioneiros. Esse personagem, um marinheiro destemido, apareceu pela primeira vez em janeiro de 1919 na historinha “*The Thimble Theatre*” (“Teatro no Dedal”), no *Morning Journal* de Hearst, que depois passou a ter o nome do marinheiro e que antecipou as histórias de super-heróis (BRAGA & PATATI, 2006; GOIDA & KLEINERT, 2011). *Popeye*, quando comia espinafre, ganhava superpoderes; assim, sozinho, era capaz de detonar uma esquadra japonesa. Outros personagens que também estiveram a serviço da ideologia estadunidense foram o *Mickey Mouse* e o *Pato Donald*, dois dos personagens mais famosos da *Walt Disney* (DORFMAN & MATTELART, 1978; DITTMER, 2007; THORSTEN, 2012).

Este fenômeno obviamente não se restringiu a esses quadrinhos. Outros super-heróis, como o *Super-Homem*, o *Tarzan* e o *Fantasma* também estiveram a serviço da política estadunidense, atuando na retaguarda da luta na guerra. Mas o mais panfleteiro desses personagens de super-herói foi, sem dúvida, o *Capitão América*. Criado em 1941 por seus desenhistas/roteiristas Jack Kirby e Joe Simon, *Capitão América* participaria ativamente do ambiente de entrada dos Estados Unidos na guerra. Em resumo, a história se detém sobre um jovem recruta americano, de nome *Steve Rogers*, que se submeteu a testes militares, transformando-se num supersoldado (BRAGA & PATATI, 2006).

*Capitão América* figurou como o maior exemplo do que o geógrafo Dittmer (2007) chamou de tirania da série, em que revistas em quadrinhos promoveram discursos específicos de legitimidade política e estruturação do espaço geopolítico, através da continuidade e reprodução da série em um sistema político de representação que reforça o sistema de dominação vigente. Histórias em quadrinhos de super-heróis como as do *Capitão América*,

aponta Dittmer, servem como textos políticos, moldando identidades e imaginações geográficas, como toda cultura popular.

Argumenta Dittmer (2007) que, embora o enredo da história pareça absolutamente fantástico e inofensivo, contado com um diálogo ridículo e cheio de reviravoltas na história, essas obras apresentam uma base econômica, superestrutura política e social abrangente da “realidade”, que se mantém intacta graças à ação de super-heróis. “[...] Nas revistas em quadrinhos os super-heróis do mundo são mais como policiais superpoderosos que qualquer outra coisa – o seu apoio ao status quo é o que os define, e qualquer tentativa de alterar fundamentalmente o sistema social é o que assinala um personagem como um vilão [...]” (p. 253).

Contudo, recuando um pouco na história, verifica-se que não são os quadrinhos americanos os primeiros a fazer uso de seus protagonistas para difundir determinada ideologia ou para defender a colonização. Uma espécie de protótipo do que foi a indústria dos quadrinhos americanos vingou na Europa ainda antes da guerra. Hergé, um importante cartunista belga francófono, também difundiu posições ideológicas favoráveis à supremacia do Ocidente sobre outras partes do mundo (BRAGA & PATATI, 2006).

Na principal obra de Hergé, *As Aventuras de Tintin*, exatamente na primeira história da saga sobre o título “*Tintin au Pays des Soviets*” (1930), o principal personagem e mocinho dessa famosa HQ é *Tintin*, um repórter e detetive que vai ao país dos soviéticos e acaba descrevendo os comunistas como vilões. Um ano depois, na sua segunda história, Hergé manteria a mesma perspectiva ideologizada no segundo álbum da sequência intitulado “*Tintin au Congo*” (1931). Aqui Hergé seria criticado pela forma como descreve os africanos, não deixando de notar ser uma história evidentemente colonialista (BRAGA & PATATI, 2006). Embora Hergé seja considerado um dos maiores mestres dos quadrinhos, suas histórias demonstram que o autor não conseguiu se distanciar do contexto da Guerra Fria e do Imperialismo Europeu, concebendo, assim, sua obra um discurso hegemônico e fortemente ideológico.

A “entrada” dos quadrinhos na guerra favoreceu sua sobrevivência, enquanto os ataques de Wertham e demais grupos conservadores perderam força. Entretanto, nunca mais os quadrinhos conquistaram um público tão grande como antes. Após a II Guerra Mundial os quadrinhos enfrentaram um novo adversário, presente até os dias de hoje. O aparecimento e

popularização da T.V. na sociedade americana e, depois, no mundo também causou a redução das vendas. Isso só foi parcialmente contornado anos mais tarde, em virtude do aparecimento e desenvolvimento dos sindicatos, que “[...] asseguraram aos criadores de HQ uma remuneração fixa e/ou porcentagem sobre as vendas e as adaptações ou utilizações de personagens em cinema, televisão, publicidade etc., [...]” (ANSELMO, 1975).

Quando o mercado das HQs começou a se estreitar nos anos 1940 e 50, a reviravolta dos quadrinhos só ocorreu, no que se refere a sua capacidade crítica, com os quadrinhos *underground* nos anos 1960. Embora contando com pequena penetração inicial entre o público, tendo visto que muitos de seus difusores não estiveram amplamente imersos nas maiores editoras do ramo, cartunistas como Robert Crumb, S. Clay, Wilson, Gilbert Shelton e Spain Rodriguez foram responsáveis por iniciar um movimento de contracultura nos quadrinhos (BRAGA & PATATI, 2006).

Esses foram autores revolucionários no universo HQ porque utilizavam suas histórias para dirigir críticas à forma de pensamento da época, e, a contragosto de muitos, foram igualmente capazes de arrebatrar todas as formas de “[...] censura formal ou informal que os quadrinhos podiam sofrer, até mesmo da parte de seus próprios criadores, que perderam o medo de enfrentar seus fantasmas pessoais no papel [...]” (BRAGA & PATATI, 2006, p. 19). Os quadrinhos *underground* geraram uma espécie de personagem “anti-herói americano”, que passou a combater as ideias norte-americanas não necessariamente por sua postura moral correta, mas revelando as afetações que as pessoas sofriam na sociedade americana.

As HQs são, assim, inequivocamente dotadas de um forte discurso político e de imaginação geográfica que, na maioria das vezes, estão a serviço de um poder de legitimação hegemônico. Porém, os quadrinhos também são capazes de produzir críticas a esse *status*, como fazem muitos dos quadrinhos *underground*. Este mesmo discurso dos quadrinhos, que produziram olhares sobre o mundo, criou também um mundo mais complexo, no qual os personagens passaram a habitar.

A evolução da narrativa sequencial dos quadrinhos favoreceu, assim, como vimos no primeiro capítulo, a criação de mundos complexos, com personagens psicologicamente evoluídos. Na sequência deste capítulo iremos observar que, para aprender um ambiente complexo, rico em objetos, os quadrinhos de profundidade visual são desenhados em perspectiva, favorecendo a criação dos cenários em três dimensões. Papel importante para isso



coube à maior dinâmica na narrativa unificada dos quadrinhos, que interliga texto e imagens, para conformar um ambiente integrado de percepção “espaço-temporal” através do qual seus personagens tomam vida, e seu mundo, forma espacial. Esse atributo da linguagem das HQs é, como será visto no item subsequente, de fundamental importância para sua problematização no âmbito da pesquisa em Geografia.

## 2.2 O “Espaço” e o “Tempo” nas Histórias em Quadrinhos

A criação e a leitura de uma história em quadrinhos não é algo tão simples como se pode pensar num primeiro momento. Cada história em quadrinhos apresenta uma variedade de técnicas de montagem que se entrelaçam entre o desenho e o texto. Esses elementos, articulados, constroem a narrativa. O objetivo de toda história em quadrinhos é transmitir uma informação ou ideia, por isso; o cartunista busca conexões de todos os tipos, na tentativa de articular a imagem ao texto, para conduzir a interpretação da narrativa.

Scott McCloud (2008) analisa o objetivo de comunicar a ideia com clareza, persuasão e intensidade a partir de cinco princípios básicos, que são: escolha do momento; escolha do enquadramento; escolha das imagens; escolha das palavras; e, finalmente, escolha do fluxo. Como McCloud (2008, p. 9) ressalta, histórias em quadrinhos exigem articulação entre esses cinco princípios básicos para dar à narrativa um “[...] constante fluxo de escolhas em relação a imagens, ritmo, diálogo, composição, gesticulação e uma tonelada de outras coisas [...]” para produzir a melhor arte sequencial.<sup>8</sup>

No entanto, os quadrinhos não se resumem a apenas isso; envolvem diversos elementos cuja complexidade ultrapassa os propósitos do presente estudo. Contudo, é necessário enfatizar que os quadrinhos apresentam uma linguagem narrativa que pode ser compreendida a partir da estrutura mais básica e elementar dos quadrinhos: os balões (linguagem verbal ou linguagem textual) e os quadrinhos (linguagem visual). É a partir desses dois elementos estruturais que devemos entender a construção do espaço e do tempo nos quadrinhos, antes de analisarmos a espacialidade dos quadrinhos como uma percepção do cenário geográfico e seus elementos espaciais.

---

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre a linguagem e a criação dos quadrinhos e, em especial, sobre a escolha destes cinco momentos, ver McCloud, *Desenhando quadrinhos*, 2008.

O balão e o quadrinho (quadro ou requadro) são dois elementos estruturais fundamentais das histórias em quadrinhos. São eles, justamente, que conferem a conformação da estrutura narrativa aos quadrinhos. Esses dois elementos, juntos, em linhas gerais referem-se à dimensão “espacial” e à “temporal” da estrutura narrativa de uma história em quadrinhos. Toda funcionalidade do quadrinho gira em torno da montagem da narrativa fundada nesses dois elementos. Nesses termos, para que uma comunicação com o emprego dos quadrinhos seja efetiva, esses dois elementos estruturais devem transmitir uma informação unificada textualmente e visualmente.

O quadrinho é o elemento mais básico e fundamental dessa linguagem. Constitui-se essencialmente num quadro que contém uma determinada cena. Nesse formato o quadrinho funciona basicamente como um contêiner onde se desenrola uma sucessão de ações, que são deliberadas de forma dinâmica por uma sequência. A função dos quadrinhos é fragmentar o “tempo” e o “espaço”, “[...] oferecendo um ritmo recortado de momentos dissociados. Mas a conclusão<sup>9</sup> nos permite conectar esses momentos e sintetizar mentalmente uma sequência contínua e unificada [...]” (McCLOUD, 2005, p. 67). No seu uso, seguindo uma ordem de imagens sequenciais, o cartunista pode, à sua maneira, explorar as diferentes formas de visão de cena dos quadros, oferecendo um ritmo recortado dos momentos.

Assim, para garantir a funcionalidade da narrativa, o cartunista precisa, de forma objetiva, a partir de cada página da HQ, reunir suas conclusões, facilitando e organizando a leitura da mensagem que se desloca entre as sarjetas ou calhas<sup>10</sup> existentes entre os quadrinhos, em proveito de uma ideia que se desenvolve em movimento. Em essência, os quadros prestam-se para informar ao leitor que uma mensagem visual se desenvolve por meio de ações ou acontecimentos que requererem “tempo” e “espaço” para se realizar. É dessa forma, que o quadrinho transmite uma informação pela linguagem visual (EISNER, 1999; McCLOUD, 2005).

O quadrinho, ao dividir narrativa em um conjunto de cenas em quadros sequenciais, fornece uma leitura espacial e temporal através da linguagem visual. Nesse sentido, são muito mais do que simples caixas de ilustração de uma cena, porque, de fato, são estruturas

---

<sup>9</sup> Conclusão é o agente de mudança do tempo quadrinhesco. Seu papel é favorecer a passagem sequencial da leitura de um quadrinho para o outro, por onde a mente do leitor deve ser capaz de conectar as ações que se desencadeiam nesse meio.

<sup>10</sup> Sarjeta ou calha se refere ao espaço entre os quadrinhos que dispostos em sequência, constituem, assim, a estrutura de quadros de uma HQ.

narrativas capazes de capturar eventos em fluxo pela lente do desenhista para compor uma sequência deliberada, que toma forma a partir dos acontecimentos narrados.

Tal como no uso de quadrinhos para expressar a passagem do tempo, o enquadramento de imagens que se movem através do espaço realiza a contenção de pensamentos, ideias, ações, lugar ou locação. Com isso, o quadrinho tenta lidar com os elementos mais amplos do diálogo: a capacidade decodificadora cognitiva e perceptiva, assim como visual. O artista, para ser bem-sucedido nesse nível não verbal, deve levar em consideração a comunhão da experiência humana e o fenômeno da percepção que temos dela, que parece consistir em quadrinhos ou episódios (EISNER, 1999, p. 38).

Nesses termos, nota-se que, através dos quadrinhos, o cartunista mostra um painel do “tempo” em desenvolvimento, sobretudo porque nas histórias em quadrinhos o “tempo” é oferecido espacialmente. Conforme essa afirmação, uma das preocupações dos cartunistas sempre foi o problema de mostrar o movimento num meio estático. Isso levou McCloud (2005, p. 109) a dizer: “se você vai pintar um mundo, cheio de movimento, prepara-se pra pintar o movimento.” Assim, para ele, através de uma sequência de movimentos entre os quadros, a mente deve ser capaz de fazer o serviço de preencher os momentos interpostos, conectando, dessa maneira, as ações que se desenvolvem a partir dos quadrinhos. O quadro tem a função de mostrar que o “tempo” e o “espaço” estão sendo divididos, mas, da mesma forma, age estabelecendo interligação entre o texto do quadrinho e a arte visual do artista.

O quadro funciona como um palco, que controla o ponto de vista do leitor, delineando “[...] o contorno do quadrinho que se torna o campo da visão do leitor e estabelece a perspectiva a partir da qual o local da ação é vista. Essa manipulação permite ao artista esclarecer a atividade, orientar o leitor e estimular a emoção” (EISNER, 1999, p. 88), unificando o cenário geográfico tanto visualmente como textualmente, ao criar uma série de códigos de leitura e significados que dão sentido à estrutura narrativa através da forma como as articulações textuais e as visuais estão dispostas ao olhar do expectador que penetra a cena, tendo, assim, uma percepção espacial do cenário (ver Figura 4).

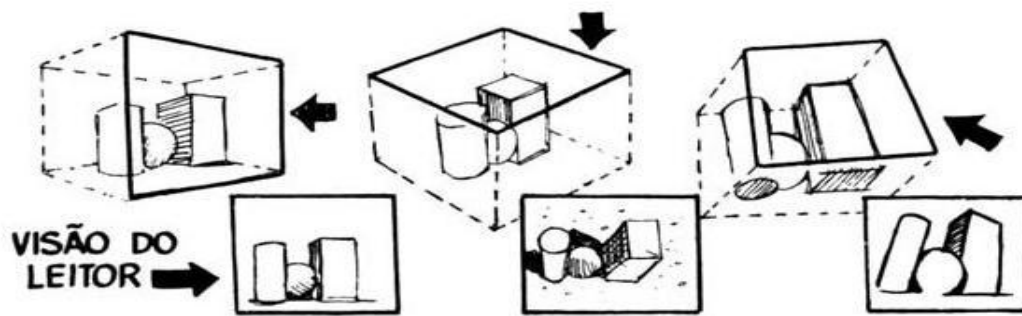


Figura 4: Plano de visão - Fonte: Ilustração de Will Eisner, *Quadrinhos e Arte Sequencial*, 1999, p. 88.

Por essa técnica de inserção do leitor em um plano de visão o cartunista canaliza a informação e a emoção que ele pretende transmitir. Como um pressuposto do artista, “a função primordial da perspectiva deve ser a de manipular a orientação do leitor para um propósito que esteja de acordo com o plano narrativo do autor [...]” (EISNER, 1999, p. 89). De todas as perspectivas de visão que o cartunista pode utilizar, em todas elas, o *ponto de fuga* apresenta uma função estrutural mais básica e importante, pois estabelece uma noção de profundidade na cena. “A distância, a relação entre as formas, a configuração e o tamanho são mostrados numa superfície unidimensional através do uso de linhas que convergem num ponto no horizonte [...]” (EISNER, 1999, p. 146), proporcionando, assim, a distribuição adequada dos objetos na cena e sua harmonia visual numa visão tridimensional (McCLOUD, 2008). (Ver Figura 5).

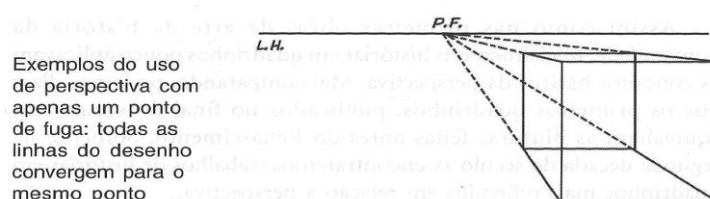


Figura 5: Ponto de Fuga - Fonte: Barbosa, in: Rama; Vergueiro (Orgs.), *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*, 2009, p. 132.

Se o quadrinho é capaz de espacializar a ação em cenas dispostas em fragmentos de “tempo”, o balão, outra importante ferramenta da linguagem das histórias em quadrinhos, não difere essencialmente de função. Apoiando e, ao mesmo tempo, reestruturando as ações que vão se suceder, o balão, como elemento textual, é a segunda estrutura que completa a narrativa, oferecendo a ela uma linguagem unificada. Ainda que sua funcionalidade seja de constituir uma narrativa verbal/textual sobreposta ao quadrinho, garantindo a comunicação pelo texto, suas passagens, devem, igualmente, unificar a narrativa por meio das conclusões entre os quadrinhos, pronunciando, assim, uma espécie de interseção entre imagem e palavra para dar consonância à narrativa da história em quadrinhos. Essencialmente, sua maior importância se verifica em proferir uma temporalidade na história em quadrinhos.

Os balões funcionam, portanto, como um recipiente de texto-diálogo proferido pelos personagens ou narrador, que, da mesma forma que o quadrinho, deve vincular um sentido de “tempo” percorrido na historinha. Esse tempo combinado com “espaço” e som produz uma sensação de duração da cena do quadrinho: o *timing*,<sup>11</sup> assim chamado por Eisner (1999), faz uso dos elementos do “tempo” para obter uma mensagem ou emoção; por isso, sua função primordial é expressar o “tempo” de uma determinada narrativa. O processo de emoldurar o “tempo” em uma cena foi descrito por McCloud (2005)<sup>12</sup> como *molduras de tempo*. Para ele, esse ato consiste em enquadrar a ação em seu perímetro e estabelecer uma posição do leitor em relação à cena, ao mesmo tempo em que indica a duração do evento.

Como destaca McCloud (2005), esse complexo reúne e organiza os fragmentos textuais e os articula ao elemento visual, criando uma única narrativa à medida que os acontecimentos se sucedem. Dão a ideia de que o “tempo” é um só, quando na verdade consiste em um complexo emaranhado de tempos, que age estabelecendo uma semântica que dá um ritmo recortado à mensagem ao pontuar o “tempo” no “espaço”. Feita dessa maneira, a comunicação representa uma sequência em movimento no “tempo-espaço” da narrativa, na qual a comunicação pela história em quadrinhos deve reunir, assim, uma conversão espacial e temporal no quadrinho. Teríamos, de forma representativa, uma espécie de corda imaginária em que cada balão de uma cena corresponderia a uma polegada da corda, ocupando uma fenda no “tempo”. Veja como na sequência abaixo:

<sup>11</sup> Ver Eisner, *Quadrinhos e Arte Sequencial*, 1999, capítulo 3 – “Timing”.

<sup>12</sup> Ver McCloud, *Desvendando os Quadrinhos*, 2005, capítulo 4 – Molduras no tempo.



Figura 6 - Fonte: McCloud, *Desvendando os Quadrinhos*, 2005, p. 95.



Figura 7 - Fonte: McCloud, *Desvendando os Quadrinhos*, 2005, p. 95.



Figura 8 - Fonte: McCloud, *Desvendando os Quadrinhos*, 2005, p. 96.

Nota-se, então, por essa exemplificação, que em uma mesma cena, vista da esquerda para a direita, a condução do movimento de ações que ocasionalmente interliga as outras concebe tempos diferentes em uma mesma imagem. Por essa razão, pode-se concluir que

[...] as histórias em quadrinhos constituem um sistema narrativo composto por dois códigos que atuam em constante interação: o visual e o verbal. Cada um desses ocupa, dentro dos quadrinhos, um papel especial, reforçando um ao outro e garantindo que a mensagem seja entendida em plenitude. Alguns elementos da mensagem são passados exclusivamente pelo texto, outros têm na linguagem pictórica a sua fonte de transmissão. A grande maioria das mensagens dos quadrinhos, no entanto, é percebida pelos leitores por intermédio da interação entre os dois códigos. Assim, a análise separada de cada um deles obedece a uma necessidade puramente didática, pois, dentro do ambiente das HQs, eles não podem ser pensados separadamente (VERGUEIRO, 2009a, p. 31).

É, portanto, da linguagem unificada das histórias em quadrinhos que compreendemos a narrativa. Nesse sentido, é imprescindível constatar a importante função que cabe aos personagens que fazem o papel de conector, urdindo o “espaço” e o “tempo” num mesmo plano através da linguagem visual e da textual unificadas. São os personagens que estabelecem a conexão do “espaço-tempo” nas histórias em quadrinhos, criando um mundo em que habitam. No item seguinte iremos tratar especificamente da espacialidade desse universo através de uma visão tridimensional e vertical do cenário.

### 2. 3 O Mundo e Visão Tridimensional dos Quadrinhos

O mundo em que os personagens habitam é um universo particular criado pelas ações de diferentes personagens. Resulta das atividades entre os personagens e um *habitat*. Esse mundo habitado por personagens só existe através das ações desencadeadas e dispostas no “espaço” e no “tempo”, ou seja, por meio da linguagem visual e da linguagem verbal da narrativa, sendo essas ações urdidas em uma sequência deliberada, que, ao unificá-las, cria a extensão espacial em quadrinhos de grande profundidade visual. Esses quadrinhos apresentam uma dimensão tridimensional complexa que favorece a exploração de diferentes espaços, num universo em que os personagens habitam e fazem parte do meio, constituindo, assim, sugere-se, um campo fecundo para a análise geográfica.

A estrutura narrativa dos quadrinhos disposta textualmente e visualmente de forma unificada, como vimos, foi tema de pesquisa de cartunistas como Eisner (1999) e McCloud (2005; 2008), que forneceram uma compreensão dos principais elementos da linguagem

sequencial dos quadrinhos que conformam a expressão espaço-temporal da narrativa. Além do interesse de leitores e cartunistas, a percepção espaço-temporal dos quadrinhos também despertou o interesse do geógrafo Jason Dittmer (2010), que percebeu na montagem dos quadros um importante componente estruturador da narrativa e, conseqüentemente, da temporalidade da história. Dittmer argumentou que em quadrinhos complexos, que estruturam temporalidades diferentes e ao mesmo tempo simultâneas, é concebido um espaço geográfico que exige convenções que requerem do leitor rearranjos na montagem para reconstruir a narrativa.

Para constatar como o espaço e o tempo nos quadrinhos podem ser reconfigurados pelo leitor, Dittmer oferece uma análise de *Jimmy Corrigan: the smartest kid on Earth* de Chris Ware (2000), em que nota como a montagem dos quadros veicula temporalidades em torno de uma sequência não linear, que pode seguir por diferentes enredos e oferecer outro sentido à narrativa, movendo-se entre as temporalidades que estruturam o espaço geográfico da história. Em uma passagem de *Jimmy Corrigan* (Figura 9), temos um exemplo expressivo dessa conversão: uma narrativa plural que conta a história de Amy, a irmã adotada de Jimmy, desde o período de sua gestação, nascimento e adoção, até a idade adulta.

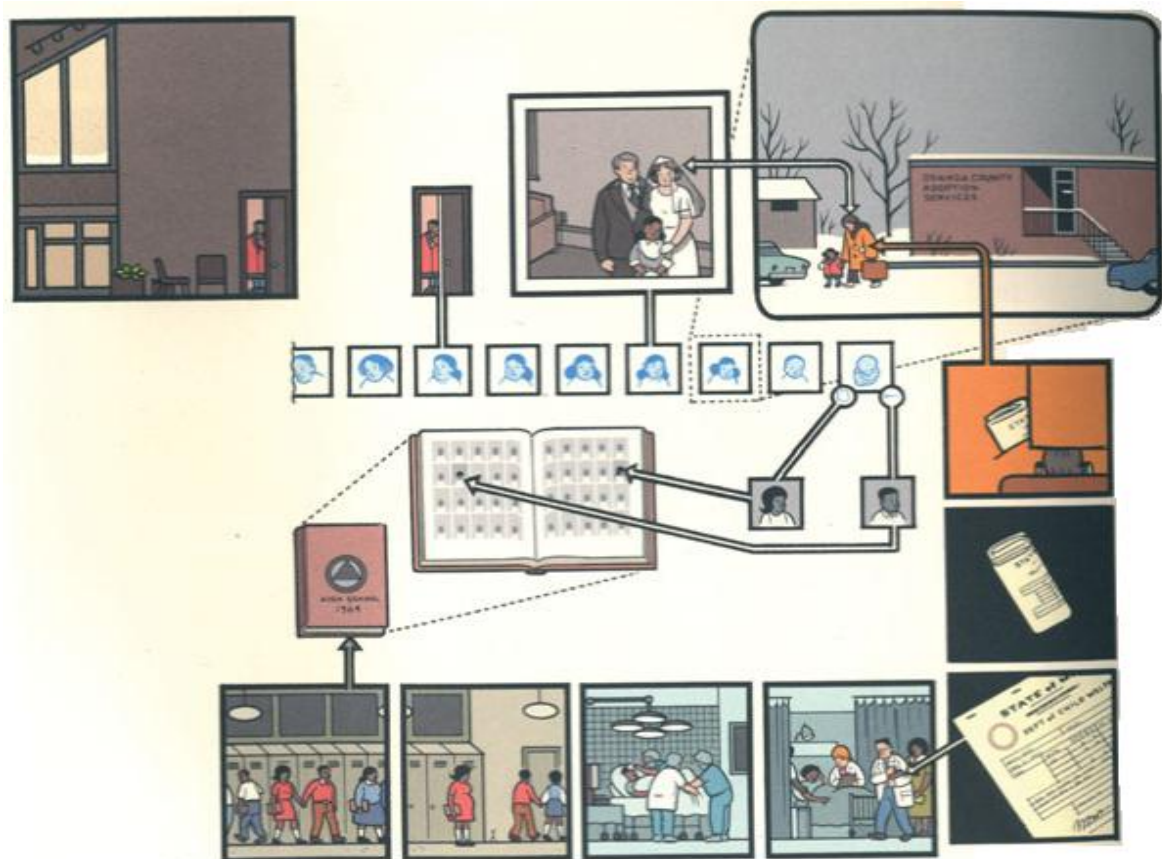


Figura 9 - Fonte: Dittmer, *Comic book visualities*, 2010.



Nessa sequência de *Jimmy Corrigan*, para compreender e também recriar a narrativa, pode-se tomar diferentes pontos de vistas, reconstruindo-a. Para fazer essa leitura, o leitor estabelece convenções temporais que recriam o espaço através da narrativa, conformando um sentido unificado através de diferentes pontos de vista. Mas, para que a compreensão vá além da temporalidade, este trabalho propõe compreender a espacialidade da narrativa, tomando-a como “[...] uma trama locacional associada a um plano, uma superfície ou volume [...]”, como Gomes (2013, p. 17) sugere. A significância dessa espacialidade nos quadrinhos corresponde a uma forma espacial ou sítio geográfico, que veicula uma percepção do espaço geográfico através de diferentes ângulos de visão que os quadrinhos oferecem.

A criação de histórias em quadrinhos demanda a construção de mundos que proporcionam senso de localidade para seus leitores. Para criar esse mundo, McCloud (2008, p. 158-159) enfatiza que “representar todas as vistas e sensações de ângulos pode ser um desafio intimidador. Mas com conhecimento... esforço... e a disposição de ir além do meramente ‘adequado’... Seus mundos podem parecer tão impressionantes e vividos como quaisquer outros mundos. Reais ou imaginários”. Esse mundo, sendo um universo complexo, será habitado por personagens também complexos e, então, experimentado por seus ângulos de visão e profundidade.

Para criar um mundo complexo onde os personagens habitam e fazem parte do ambiente, ao invés simplesmente de um fundo transitório, tornando esse mundo acreditável visualmente, o cartunista precisará “[...] abordar o assunto e desenhar cenas em perspectiva [...]” (McCLOUD, 2008, p. 170). Num plano em perspectiva, enfatiza McCloud, linhas horizontais e pontos de fuga desenhados sobre uma grade estabelecem um sentido de profundidade ao criar um mundo em 3-D (tridimensional) numa superfície em 2-D (bidimensional), como uma folha de papel.

Um cenário com grande senso de profundidade e detalhes harmoniosos intensifica a “[...] impressão de seus leitores de que estão rodeados por seu mundo” (McCLOUD, 2008, p. 165). Nesse cenário, descreve McCloud que, se a moldura da janela se expande a uma noção ampla, o ângulo de câmera ou filmagem pelo qual vemos a cena ultrapassa a nossa visão periférica, o que em outras palavras demonstra que o leitor pode atravessar essa janela (ver Figura 10) e experimentar a sensação que este ambiente causa, bem como seus sons e cheiro (ver Figura 11). Em um ambiente complexo representado em 3-D o cartunista faz com que os

olhos do leitor vagueiem por esse mundo e o explorem, em vez de ver as coisas em uma única perspectiva.

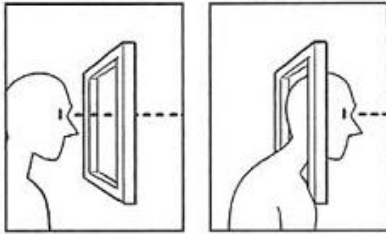


Figura 10 – Fonte: McCloud, *Desenhando quadrinhos*, 2008, p. 164.



Figura 11 – Fonte: McCloud, *Desenhando quadrinhos*, 2008, p. 159.

Se se tratar de uma concepção “realista”, cuja pesquisa e detalhes se tornam fundamentais para construir o ambiente, o leitor pode experimentar “[...] o mundo praticamente da mesma forma como faria na ‘vida real’. Olhando para cima... para baixo... o que quer que atraia o olhar. Um pedaço por vez. Isso empresta um ar de experiência em primeira mão e sustenta a ilusão de vaguear através de um cenário [...]” (McCLOUD, 2008, p. 167). Um ambiente “realista” fornece um ambiente complexo e com grande senso de profundidade, onde o leitor tem a impressão de estar no lugar através de uma visão panorâmica, seja a representação de um lugar que realmente existe, seja a criação de outro lugar através da verossimilhança com o que é real. Veja a Figura 12, abaixo.

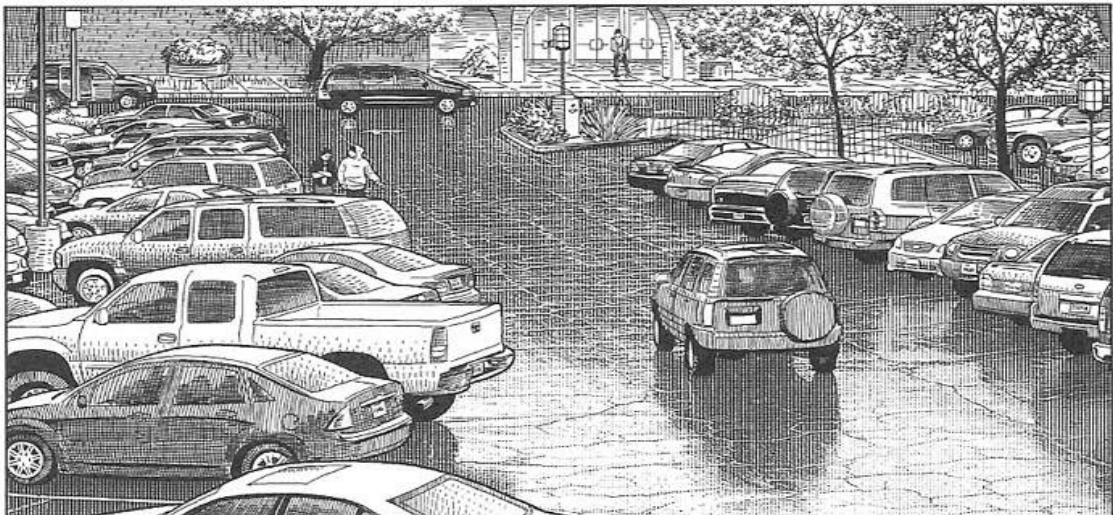


Figura 12 – Fonte: McCloud, *Desenhando quadrinhos*, 2008, p. 165.

Um mundo complexo é experimentado em uma visão em 3-D, em que tomadas panorâmicas fornecem detalhes e indicam a localidade de personagens e objetos, construindo, por meio dessa configuração espacial, um ambiente. Assim, o cenário complexo pode colocar o leitor numa visão mais acima ou mais abaixo, dentro de uma configuração espacial, através da visão vertical, que fornece uma riqueza de informações e orientações de localização que se dão em uma visão tridimensional. O cenário geográfico dos quadrinhos apresenta nesses termos uma verticalidade que investe numa visão mais ampla em 3-D, quando vista do alto, e mais estreita, quando vista do nível do chão em ambientes como o de uma grande cidade (ver Figuras 13 e 14).

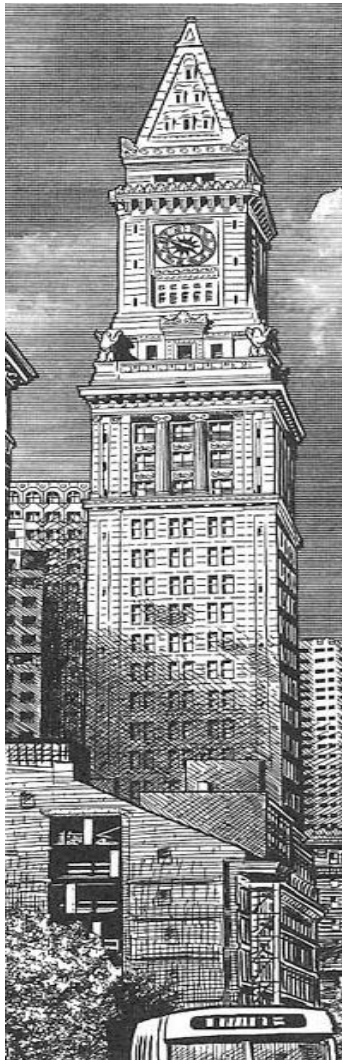


Figura 13 – Vista de um edifício clássico a partir do ângulo de visão do nível da rua. Fonte: McCloud, *Desenhando quadrinhos*, 2008, p. 177.



Figura 14 – Vista de um centro verticalizado de uma metrópole através de uma visão panorâmica do alto como se estivéssemos em cima de um arranha-céu. Fonte: McCloud, *Desenhando quadrinhos*, 2008, p. 158.

Desse modo, a visibilidade que os quadrinhos podem proporcionar está diretamente relacionada com o procedimento analítico adotado por Gomes (2013), que a associa com a disposição e a morfológica física do sítio. Este sistema de projeção orienta o olhar através de um ponto de fuga em que determina distâncias, ângulos e proporções para compor o cenário. Por sua vez, o cenário é experimentado em diferentes ângulos e pontos de vistas, dando, assim, a partir da sequência de cenas, a dimensão do espaço “geográfico” nos quadrinhos. Essa paisagem rica em representações de objetos como casas, prédios, ruas e pessoas, tomando ainda como exemplo pragmático a cidade, segundo a interpretação que Góis (2008) oferece, mantém relações de significação entre os personagens e os objetos figurados nos quadrinhos.

No tocante aos quadrinhos que oferecem um cenário geográfico “realista” através de sua visibilidade espacial, pode-se dizer que podem gerar uma interpretação de ambientes, como se fossem sínteses do lugar, reconstruído por diferentes ângulos e tomadas de cena em profundidade. Dessa forma, como se pode sugerir pela perspectiva adotada por Gomes & Ribeiro (2013), os quadrinhos, através de suas múltiplas visões, estão relacionados à produção de imagens narrativas como instrumentos tanto de percepção como de compreensão do mundo em uma visão tridimensional, e não apenas como ilustrações ou falsificações da vida real.

Quadrinhos apresentam uma percepção e visão do mundo em 3-D sob múltiplos ângulos, através de uma narrativa sequencial disposta e articulada por imagens e texto. Possui, assim, um senso de profundidade e visão vertical, como as Figuras 13 e 14 demonstram. Dessa maneira, os quadrinhos ajudam a compreender a espacialidade do cotidiano, através da forma como seus personagens se apropriam do espaço, bem como as formas de poder no espaço, através de suas figuras e ícones de poder, como um modo de percepção e compreensão do mundo por meio deles.

Por tudo isso, como o objetivo deste trabalho é fornecer, através dos quadrinhos de Joe Sacco, uma visão da dimensão territorial dos territórios palestinos ocupados, privilegiamos em nossa análise uma concepção política do espaço, em que a visibilidade e a percepção tridimensional dos quadrinhos serão enfocadas a partir da concepção de soberania territorial, tomada como um “volume político”. Nesses termos, o capítulo seguinte será reservado à discussão do conceito de território, articulando-a com a ideia de qualificação da

noção de soberania política, de fundamental importância para o caso da Palestina, na medida em que esse debate será, também, associado à noção de terror.

### Capítulo 3

## SOBERANIA TERRITORIAL E TERRITÓRIOS OCUPADOS

Este capítulo se justifica pela necessidade de qualificar a abordagem teórico-conceitual a que o presente trabalho recorre para conduzir a análise da dimensão espacial presente nas obras do cartunista Joe Sacco. Nesses termos, o capítulo focalizará, fundamentalmente, o conceito de território no âmbito do debate teórico em Geografia – embora não exclusivamente –, destacando alguns matizes que auxiliam a pensar o referido conceito nessa disciplina.

De fato, o conceito de território constitui um elemento epistemológico de fundamental importância não somente para a Geografia, mas para uma gama significativa de disciplinas no campo das ciências sociais, pois, segundo Haesbaert (2007), os estudos geográficos procuram enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões, que incluem de forma majoritária a interação sociedade-natureza mediatizadas pelas relações sociais. Por sua vez, a Ciência Política se ocupa de suas relações de poder, ligadas, quase sempre, à concepção de Estado; a Economia, fundamentalmente, trata o território como um fator locacional ou como uma das bases da produção; a Antropologia dá importância ao aspecto simbólico, enquanto a Sociologia aborda as relações sociais em sentido mais amplo; e a Psicologia, a partir de seu ponto de vista, incorpora o debate a respeito da subjetividade ou identidade pessoal.

Esses enfoques se desenvolvem através de vertentes que podem ser agrupadas em campos como política, cultural e econômica, ou, de outro modo, podem ainda ser subdivididas em dois eixos essenciais, como Haesbaert (2007) sugere, através da divisão de um binômio materialista-idealista e espaço-temporal. De qualquer forma, embora existam muitos pontos de vistas, é quase unânime nas demais ciências e na Geografia a suposição de que a concepção de território se articula, em algum nível, com a noção de soberania. Soberania e território, desde os escritos do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), apresentam uma interação inextricável, tributária à relação entre pessoas, recursos e terra, que, nas palavras de Ratzel, aparecem como *sociedade, solo e Estado*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para consultar parte da bibliografia de Ratzel, ver o seu texto *O solo, a sociedade e o Estado* (1983), e a coletânea de textos organizados e comentados por Moraes no seu livro intitulado *Ratzel* (1990), além das obras de Raffestin, *Por uma geografia do poder*, 1993; Costa, *Geografia política e geopolítica*, 2008; e Castro, *Geografia e política*, 2011, no qual constam observações sobre a obra de Ratzel.

Embora o ponto de vista da chamada Geografia Clássica e de muitos de seus grandes expoentes, como Ratzel, tenha sido duramente criticada por reduzir a noção de território à escala de análise do Estado, é inegável que essa perspectiva estabeleceu, não só na Geografia, mas em outras ciências, um enfoque que deu importância à noção de soberania territorial, embora Ratzel nem sempre se refira a essa noção nesses termos.

Soberania territorial, como será evidenciado na sequência deste capítulo, refere-se a uma entidade política que não conhece poder maior que o seu numa ordem territorial. É fundamentalmente associado com uma autoridade suprema que exerce o poder sobre um grupo de pessoas e sobre o espaço, que usualmente é atribuído a uma entidade com uma função espacial. Na formação do Estado moderno, entende-se por soberania territorial a extensão do poder estatal que prevalece sobre um território e as pessoas que residem nele. Dessa forma, a relação entre o território e o poder soberano dimensiona a amplitude do controle e administração de uma extensão territorial.

Na geografia brasileira é comum o uso do termo *autonomia*, como o empregam Haesbaert (2007) e Souza (2009) de maneira mais ampla, não se restringindo à dimensão territorial do Estado. Autonomia se refere, nos termos destes dois autores, à noção de apropriação que um grupo ou a sociedade mantêm no espaço a partir de suas relações sociais de produção. Na perspectiva deste trabalho, soberania territorial será enfocada como um termo que invoca o poder soberano do Estado sobre um território, através da influência ou do controle das condições de produção e monopólio da violência sobre uma extensão territorial. Entidade política é atribuída no contexto da formação do Estado moderno, que sugere o uso legítimo de leis, condições de produção e uso da violência estatal sobre um território previamente definido.

Nesse sentido, o presente capítulo promove uma discussão sobre o conceito de território associando-o diretamente ao processo de formação territorial do Estado moderno. Essa perspectiva mais abrangente não exclui, evidentemente, o sentido estritamente reservado à problematização da noção de território em seus múltiplos intercursos com a noção de soberania (e autonomia) diretamente vinculadas à escala do Estado.

Nesse estudo lançaremos mão da contribuição de autores que problematizam o tema, notadamente o geógrafo inglês Stuart Elden (2009) e o arquiteto israelense Eyal Weizman (2004; 2012). O primeiro resgata o conceito de soberania política no contexto histórico e

acrescenta ao debate um olhar contemporâneo na interseção entre poder soberano e território. Nessa medida, Elden observa a emergência da soberania política como um requisito central para o estabelecimento do Estado moderno, que data da Idade Média. Mas seu reconhecimento, mais do que uma relação político-econômica de direitos de propriedade, requer controle e administração de grandes extensões de terra a partir de uma centralidade, isto é, uma cidade Capital. Assinala que o surgimento do território moderno está estritamente ligado ao desenvolvimento da economia nacional e de uma estrutura política que requer uma complexa gama de técnicas e o monopólio legítimo da violência, para exercer o poder, além do reconhecimento legal de sua soberania no cenário internacional.

Weizman, por sua vez, chama a atenção para o processo de perda de soberania territorial, analisando, sobretudo, o caso palestino, ao considerar o processo de ocupação do território palestino. Nesse sentido, a sequência dos itens que estruturam este capítulo considera como ponto focal de análise a estreita relação que a noção de soberania política mantém com o território; por isso o capítulo discute no primeiro item o processo de formação territorial considerando o surgimento do Estado moderno; na sequência, o segundo item examina o contexto atual no qual a soberania territorial tem sido infligida; e o último item enfoca a nítida relação entre território e a prática do terror associada à noção de soberania política.

### **3.1 Território e Poder: Estado Soberano e Integridade Territorial**

Como a perspectiva de problematização conceitual assumida no presente trabalho focaliza o território enquanto uma extensão da soberania política, será enfatizado o papel da soberania e da integridade territorial do Estado na gestão e controle do território. Nessa concepção, o Estado moderno é visto como uma extensão espacial da soberania política que é inteligível a partir da dimensão territorial da sociedade, em que por meio de suas relações exprime um modo de produção política do espaço, como Elden (2007c, 2009) aponta e, segundo o qual, Raffestin (1993) também indica: o território pode ser entendido como uma realidade socio-territorial constituída por atores sintagmáticos que veiculam realizações espaciais de produção a uma determinada superfície. Dessa forma, considera-se que o território comunga um processo de transformação do meio num espaço político, que, através do controle do território, implica soberania territorial.



Por conta disso, a realidade constituinte da formação do Estado moderno é tomada como imersa na lógica do processo de produção capitalista. O território representa a realização política do modo de produção capitalista, por ampliar as relações de troca e criar geograficamente uma centralidade que captura o excedente de sua hinterlândia (SACK, 2009). “[...] Embora o capitalismo e a modernidade não sejam sinônimos – o último inclui componentes culturais e ideológicos que não são redutíveis a termos econômicos – o capitalismo é um elemento historicamente crucial do modernismo e por causa da brevidade os dois termos são por vezes utilizados indistintamente [...]” (SACK, 2009, p. 50).

A ideia em foco lança luz naquilo que Robert Sack (2009) deduz como sendo o território, não somente, mas, sobretudo, uma formulação do pensamento e do modo de produção político moderno, que melhor se traduz na formação territorial, de acordo com Stuart Elden (2007a, 2009, 2010), pelo componente técnico da modernidade e ideia de soberania. Enfatiza Elden que o espaço geográfico tem sido equipado com componente técnico para ampliar a produção. Em outras palavras, instrumentalizado pelas relações de produção do capitalismo, esse componente técnico tornou-se uma dimensão territorial na medida em que se estendeu como fundamento essencial do sistema de produção capitalista, encontrando equacionamento e concretude na formação da base territorial. Isso significa dizer, segundo essa perspectiva, que o território só existe na medida em que a população se fixa na terra através da criação de uma infraestrutura territorial, que permita e sustente a ocupação através de atividades de produção.

Esse enfoque deixa explícito que o motor da formação moderna do Estado, enquanto extensão territorial, desenvolveu-se a partir de realizações materiais e abstratas do espaço, em virtude do desenvolvimento do capitalismo. Nesses termos, o território não somente pode, mas também deve “[...] ser entendido como uma tecnologia política: que compreende técnicas para medir terra e controlar terreno [...]” (ELDEN, 2010, p. 811), sendo usualmente submetido a um poder soberano; vinculação inaugurada quando surgiu a necessidade de melhor controle do espaço, demandado pela mundialização da economia.

Para melhor gerir o espaço, o Estado manteve-se atrelado a “[...] diferentes aparatos a partir da perspectiva de uma história governamental da razão [...]” (ELDEN, 2007a, p. 562), ligada a quadros administrativos das monarquias territoriais associados às filosofias do pensamento moderno Ocidental. Racionalmente, um mecanismo calculista de Estado, através do uso e controle das técnicas de medição, esteve diretamente vinculado a “[...] uma arte de

governo para ciência política e de soberania das técnicas de governo, sendo que ambos se dobram na população e no nascimento da economia política” (ELDEN, 2007a, p. 567).

Como Elden (2007a, 2010) e Sack (2009) descrevem, ferramentas de medição e cálculo, facultaram ao pensamento moderno Ocidental formas de representação e levantamento topográfico que foram empregadas no quadro das transformações técnicas e sociais. A representação do espaço serviu, assim, à descoberta de lugares longínquos e de conhecimento do que existia no terreno.

O desenvolvimento das formas de representação do espaço abstrato e métrico, em coordenadas geográficas, configurou uma grade espacial sobre a terra, que foi utilizada para os empreendimentos de dominação. Para alcançar esses efeitos, foi essencial ao conquistador estabelecer o controle sobre as pessoas e objetos no espaço através do aparelho de Estado. Assim, empreendeu o desenvolvimento de uma cartografia calculista, absolutamente moderna, para o exercício de dominação. Essa revolução cartográfica foi então capaz de realizar com mais efeito e precisão os cálculos necessários de medição do espaço, tangíveis agora sobre os referenciais de latitude e longitude, aprimorados em análise desde os conhecimentos de Ptolomeu e da geometria euclidiana (RAFFESTIN, 1993; SACK, 2009; ELDEN, 2009, 2010). Por meio do aprimoramento da tecnologia geográfica o Estado engendrou realizações técnicas de montagem do espaço territorial, equipando-o com técnica e utilizando técnicas de medição para um efetivo controle do espaço.

Segundo Paul Claval (1979), o poder que surgiu com o desenvolvimento do Estado moderno teve um papel único no sistema de produção e controle do espaço que as organizações de poder são capazes de fundar. Para ele, as relações de poder foram consubstancialmente incorporadas à lógica de produção de uma determinada sociedade e de seu suporte técnico. Nesse sentido, o Estado moderno é, em sua natureza, um processo que faz interface com as relações de poder no qual se dão no quadro de reprodução da vida social.

O poder, em suas inúmeras faces, antes de qualquer coisa, consiste numa relação substancial entre pessoas e espaço. Assim, “[...] a análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama de ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida” (CLAVAL, 1979, p. 11). Nesse sentido, “[...] não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). Esse poder denota, como tal, uma relação

mediada no seio da sociedade, relação esta que participa e intermédia a reprodução do grupo, visto que, são essas relações, imanentes à dimensão espaço-temporal de reprodução da sociedade em suas relações de produção. Há, portanto, nas relações sociais de produção, estratégias do poder que são inerentes ao modo de produção com o qual elas são congruentes.

Sem transcorrer por toda a história de surgimento e desenvolvimento do Estado moderno, não é pertinente deixar de notar que o Estado moderno como um lócus da dominação, tornou-se progressivamente um espaço político por excelência, aceito contratualmente e legitimado por uma vontade comum de um poder moral, na medida em que a institucionalização política “[...] desse Estado diferencia-se de outros Estados na história pela *prerrogativa da soberania* da sociedade em definir as normas e as leis comuns para todos que vivem naquele território (espaço político) e as condições das sanções legítimas e igualmente aplicadas a todos que a elas desobedecem [...]” (CASTRO, 2011, p. 112, *itálicos do original*).

Até a institucionalização do poder territorial através do Estado moderno, descreve Claval (1979), comunidades pré-estatais apresentavam um desenvolvimento socio-territorial limitado, que não permitia a afirmação de formas espaciais de poder que tivessem capacidade efetiva de controle de extensos espaços. Nota-se que seu componente de produção socio-territorial mantido por relações de trabalho mais locais e efêmeras, com baixo suporte técnico, não era capaz de capturar ou mesmo de gerar um excedente digno de manter o controle sobre áreas extensas. Uma vez que isso ocorreu, a própria relação com o líder da comunidade se modificou. Para um espaço digno das necessidades de vigilância das fronteiras e controle da produção surgiu a figura do soberano, aquele que supostamente administra em benefício da população os recursos da nação.

O Estado moderno, ou soberano, como chamamos, é portador de grandes poderes. Ele é capaz de dispor de um orçamento regular e de abundância de recursos monetários que emprega à sua vontade. “[...] Cria uma divisão em quadrículas para controlar o espaço e as pessoas e assegurar constantemente a fidelidade daqueles que emprega: todos comungam do mesmo sentido do dever, da mesma dedicação à coisa pública e da mesma vontade de assegurar a todos, e ao Príncipe, a prosperidade e o poderio que a razão torna possíveis [...]” (CLAVAL, 1979, p. 123). O Estado moderno é, de antemão, resultado de uma construção real do espaço político totalitário, que tudo visa, vê e controla. Trata-se de uma realização espacial da produção política do território que encontra sustentação no mito do contrato social e de

toda uma série de interpretações e de filosofias políticas que, no fundo, nivelam a crença religiosa, a população e a autoridade do Príncipe a critérios racionais e a leis morais da razão.

#### A real construção e referida

[...] ideia de soberania política é atada a terra, e então aos bens, recursos, e as pessoas que a ocupam, é uma noção relativamente recente. Sua emergência como forma reconhecidamente moderna é da Idade Média, um pré-requisito central para o estabelecimento do Estado moderno. Controlando grandes extensões de terra de uma localização centralizada, uma cidade capital, com a emergência da economia nacional e estrutura política requereu uma gama inteira de contextos e técnicas que não foram previamente avaliados. Território não é meramente terra – uma relação político-econômica de direitos de propriedade – embora isto seja claramente importante. Não é o território simplesmente uma relação político-estratégica, um sentido militar de terreno, embora compreendidamente guerras sejam travadas sobre o território, e controle territorial é um dos indicativos do sucesso deste domínio. [...] (ELDEN, 2009, p. xxvi).

O território moderno então resulta de um enquadramento jurídico da relação entre território e soberania, instituída através de leis e habilidade técnica. O pacto firmado pelo Tratado de Westfália (1648) representa, no fundo, uma nova forma de instituição moderna, que concede *a priori* o direito de soberania aos Estados devidamente reconhecidos. Esse Estado que se origina de determinações particulares da revolução científica dos séculos XVI e XVII consagra avanços na geometria que permitiram a racionalização do território através de cálculos, dando ao Estado soberano controle e compreensão concomitante do espaço territorial (ELDEN, 2009). As fronteiras, nesse papel,

[...] têm existido numa variedade de escalas espaciais e muitos tempos diferentes, mas só quando os Estados tiveram necessidade particular para delimitar a sua terra por motivos políticos em vez de apenas razões econômicas ou estratégicas, e só quando eles tiveram a técnica a fazê-lo através de qualquer terreno, tais como montanhas, desertos, ou regiões árticas, eles assumem a significância que eles têm hoje. Em outras palavras, fronteira só é possível no seu sentido moderno através de uma noção de espaço, em vez do contrário [...] (ELDEN, 2009, p. xxvii).

Sendo assim, o Estado é revelado como uma realização política dos sistemas de produção (racionais) modernos. O território é vivenciado por esse modelo político de acumulação, criador de uma organização política que reflete a realização material e imaginária desse modelo através dos usos do espaço político por atores sociais.

Território enquanto unidade espacial da realização política de uma organização de produção suscita, segundo Moraes (2008), a apropriação do espaço natural e a construção de um espaço social como resultado do trabalho humano. Para esse autor, a construção e a realização humana de um espaço social são expressas pela forma substancial como um grupo

ou sociedade atribui valor ao seu espaço através do processo histórico de valorização do espaço.

Destaca Moraes que o trabalho morto incorporado ao solo cria um meio geográfico que permite a fixação; a partir disso, esse espaço construído se torna um depositário e resíduo de uma quantidade de valor atribuída ao longo da história através do trabalho materializado e contido nas relações sociais de uma sociedade com o espaço. Diz Moraes (2008, p. 42, *itálicos do original*) que “[...] a durabilidade histórica de uma forma construída repousa em muito na quantidade de valor que é agregada, no trabalho despendido em sua construção. Esses processos cumulativos e gradativos de acumulação *in situ* estão na base da fixação das populações nestas porções do globo que concentram formas/valor [...]”. Assinala, ainda, que esse processo de apropriação do espaço produzido traduz a constante revivificação das formas herdadas, sendo responsável, pois, em atribuir uma funcionalidade em face da organização social e política vigente.

Esses espaços construídos por processos acumulativos nos quais se objetiva sua valorização, dão origem à formação de arranjos territoriais que apreendem o processo de estruturação do espaço produzido. Nesse sentido, o espaço produzido só é explicável em função do processo social que o engendrou, e a forma espacial só seria revelada pelo uso social consubstancial a ela num dado quadro histórico. Essa relação atribui ao espaço um conteúdo ao qualificá-lo como um valor de uso. Dessa forma, o trabalho morto fixa-se seletivamente no solo, exponencializando outros processos acumulativos futuros, através do próprio uso do espaço, que sobrevém da formação socioeconômica local (MORAES, 2008).

Em face desse equacionamento, a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais aí desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições realizadas passam a fazer parte desse espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história (MORAES, 2008, p. 44-45, *itálicos do original*).

Amalgamando nesse processo a invenção das tradições e a afirmação das identidades territoriais, sobretudo nacionais,

[...] o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetivas destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a produção e exploração dos lugares. O território é, concomitante a uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado) e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva) (MORAES, 2008, p. 59).

Território é, assim, uma construção política que envolve a produção e montagem do espaço territorial; vide relações de trabalho acumuladas no espaço e as trocas que se desencadeiam do processo de formação territorial. Consiste numa forma de dominação e apropriação do espaço que se apoia num quadro de produção em que há institucionalização de um poder político que, na interface nacional, se apresenta como uma extensão espacial da soberania territorial (ELDEN, 2009).

Através do território o poder soberano “[...] tornou-se um arquiteto do espaço disciplinar [...]” (ELDEN, 2007a, p. 565 apud FOUCAULT, 2004a, p. 31). O soberano passou a regular a produção e permitir a circulação por meio de leis. Constituiu também um poder militar-policia que lhe garantiu a estabilidade interna capaz de dispersar movimentos recalcitrantes. Por meio do aparelho de Estado e de todo um conjunto de filosofias políticas de controle da sociedade, o poder soberano se apropriou do direito legítimo do monopólio da violência física na extensão espacial ao tempo, que, para isso, conformou uma integridade e soberania sobre a terra (ELDEN, 2009).

Como notou Woodward (2004, p. 156), o Estado através do controle das “[...] forças armadas têm o monopólio da violência legítima (legitimada) nas economias contemporâneas avançadas; [...]” que lhe possibilita exercer o controle territorial e executar sanções. A partir da extensão espacial da soberania política, o poder instrumentalizado, com o uso da violência, tornou-se então calculista, com o fim de atingir objetivos específicos (ELDEN, 2007b, 2009, 2010). Território, tratando-se de uma forma de conquista e controle do espaço, passou, então, a inscrever uma relação de produção mediante o uso da violência calculada e organizada, o que significa, em outras palavras, que ele é associado à violência e ao terror no espaço.

Assim, levando-se em conta que o território é diretamente vinculado a uma noção de violência e terror, nos próximos itens será feita uma breve análise do contexto recente em que se pode evidenciar como o uso da violência está diretamente relacionado à manutenção da soberania territorial e como, em grande medida, também, o uso da violência tem ocasionado desvirtuação da soberania política de Estados em diferentes lugares do mundo.

### **3.2 Soberania Territorial e Monopólio da Violência**

Para Elden, a questão do monopólio da violência legítima, que garantiu fronteiras contíguas, expansão e desenvolvimento do Estado moderno, estabeleceu um padrão de reconhecimento territorial. Nessa acepção, soberania territorial constitui um espaço delimitado por um poder soberano, usualmente o Estado. Assim, o território compreende a extensão espacial da soberania política como uma dimensão da realização política do espaço, através das relações de produção e consumo que as pessoas realizam na ocupação, fazendo uso político da terra. Nesse sentido, “[...] território é um termo político e legal concernente à relação entre soberania, terra, e pessoas [...]” (ELDEN, 2009, p.xxvi), que sugere a formação política do espaço.

Contudo, o referido autor chama a atenção para o fato de que a noção de território também pode ser atribuída a entidades que não atingiram o nível de Estado soberano. Grã-Bretanha e França possuem territórios no exterior como remanescentes de seu legado colonial. Outros Estados têm soberania limitada. O Afeganistão, por exemplo, foi invadido pelos soviéticos e pela coalizão anglo-americana. Muitos consideram Amrullah Khan, atual presidente do país, um fantoche dos interesses norte-americanos que possui poder muito limitado além de Cabul e adjacências da capital, uma vez que o Talibã continua atuando e mantendo o controle sobre províncias tribais e áreas rurais do país, exercendo, dessa maneira, o controle político e militar (ELDEN, 2009).

Foi nesse país que, antes da invasão anglo-americana, operando com o suporte local do Talibã, a al-Qaeda estabeleceu a sua base mais sólida. Tratada por muitos como uma organização desterritorializada, a al-Qaeda é combatida pela agência de *Estratégia Nacional para Combater o Terrorismo*, do governo americano, que afirma ser essa organização uma empresa que opera em mais de 60 países. Mas é necessário enfatizar que seu verdadeiro

centro de operação em campos no Afeganistão e no Sudão fornece bases militares para seus membros onde abriga e treina terroristas, que usufruem de acesso à infraestrutura e a contas bancárias que só uma estrutura territorial pode oferecer (ELDEN, 2009). Como podemos concluir, a organização possui uma atividade bem territorializada. Possui campos de treinamento em diferentes países e em Tora Bora, nas montanhas do Afeganistão; foi instalada em *bunkers* modernos, que permitiram o acesso a redes de computadores e abrigo seguro.

Ao analisar a rede territorial do grupo, Haesbaert (2002; 2007) observa que a rede terrorista da al-Qaeda é uma organização mais dinâmica e complexa do que se nota à primeira vista. Segundo ele, mobiliza-se, através de suas células, com incrível agilidade, tendo acesso às redes técnico-informacionais e demonstrando uma multifuncionalidade em acessar múltiplos territórios, o que o autor chama de multiterritorialidade. Uma organização bem estruturada, “[...] montada em termos de um território-rede, mas que de modo algum funcionam alheias às outras formas de organização territorial, ora se conjugando com Estados-nações, ora com poderes locais, ora com redes globais [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 44). A importância do território às atividades e estratégias do grupo, salienta também Elden (2009), se deve, em última análise, ao fato que a organização possui uma estratégia territorial ampla, que no fundo objetiva restaurar o Califado islâmico, desfeito com o fim do Império Otomano, unificando, desse modo, a *umma* muçulmana através de uma *jiḥād* transnacional.

De acordo com as pretensões da al-Qaeda, enfatiza Elden (2009), o território islâmico unificado reuniria grande parte do mundo muçulmano, integrando a maior parte do Oriente Médio, filiado a um poder único e de orientação islâmica que substituiria os líderes nacionais subservientes aos interesses estrangeiros, dando origem, assim, a uma “verdadeira” soberania do Islã. Entretanto, até o devido momento, ressalta mais uma vez Elden, a al-Qaeda se apoia em Estados que lhe oferecem abrigo seguro, por concessão ou contra a vontade do hospedeiro, violando a real soberania de países como o Afeganistão, o Sudão, o Paquistão, o Iraque, o Iêmen e outros<sup>2</sup> de forma semelhante à praticada pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha com relação a Estados fracos.

---

<sup>2</sup> Como o caso da Síria, onde o governo, após a onda de protestos, que ficou conhecida como Primavera Árabe (2011- ?), enfrenta atualmente grupos jihadistas, ligados à al-Qaeda, que lutam para derrubar o regime e instalar um novo governo.



O Iraque é outro caso que Elden (2009) considera. Embora tenha mantido a sua integridade territorial após a invasão anglo-americana de 2003, esse país teve sua soberania territorial suplantada, já que, após a I Guerra do Golfo (1991), o poder soberano exercido por Saddam Hussein e o Partido Baath foi seriamente afetado com os ataques e sanções impostas pelos americanos. As pretensões de Saddam em estender o controle iraquiano sobre as reservas de petróleo do Kuwait levaram-no a incorrer em uma trágica derrota, que limitou a soberania territorial do governo às planícies centrais e à capital do país, Bagdá. Com fins estratégicos aludidos por discurso humanitário, os Estados Unidos estabeleceram duas zonas de exclusão aérea; uma ao sul do país, na região de Basra, de maioria xiita; e a outra ao norte, na região de Mosul, de predominância curda. Essas sanções territoriais restringiram o poder de Saddam a regiões centrais do país, como Bagdá e Fallujah, áreas de maioria sunita que apoiava o regime.

Em outras palavras,

[...] a intervenção levou à criação de um novo Estado falido, com controle territorial ineficaz. [...]. Com a exceção de áreas protegidas por zonas de não voou, a integridade territorial do Iraque estava intacta antes da invasão, tanto em termos das preservações de suas fronteiras e sua capacidade de exercer o poder dentro delas. [...]. Depois da invasão [de 2003], as fronteiras do Iraque estão nominalmente ainda intactas, embora a capacidade do governo (ou de fato as forças de ocupação) de exercer o monopólio da violência física dentro dessas fronteiras é profundamente comprometida. Adicionalmente, fronteiras com o Irã e a Síria são porosas de uma forma que elas nunca foram antes, e a instabilidade com a Turquia continua (ELDEN, 2009, p. 137).

Desvirtuada a soberania iraquiana e posta em risco a integridade territorial do país, a intervenção da coalizão norte-americana transformou o Iraque num hospedeiro de terroristas, justamente uma das alegações que George W. Bush usou para invadir o país. Após a intervenção de 2003, como Elden (2009) notou, as fronteiras iraquianas se tornaram porosas, facilitando a atuação de grupos jihadistas que passaram a operar no Iraque e violar a soberania territorial desse país. Situação essa que se agravou, posteriormente, com a retirada americana em 2011, o que favoreceu a atuação de tais grupos com a fragilidade do atual governo.<sup>3</sup>

O Líbano é outro caso de um Estado árabe que possui soberania territorial limitada, tendo sido invadido por Israel durante a Guerra Civil Libanesa (1982-85). O exército

---

<sup>3</sup> Este é o caso do Estado Islâmico do Iraque e da Síria, um grupo jihadista do Oriente Médio que controla atualmente grande parte do território iraquiano e algumas partes da Síria, que se autoproclama califado, afirma autoridade sobre todos os muçulmanos e aspira assumir o controle de muitas outras regiões de maioria muçulmana, violando, assim, a soberania de seus eventuais Estados.

israelense continua a violar o espaço aéreo e aquático do território libanês, mesmo quando as incursões por terra, após os ataques de 2006, haviam terminado. A Síria, tal como Israel, também ocupou, em 1976, o país, apenas se retirando do território libanês em 2005. E o Hezbollah, grupo considerado terrorista pelos Estados Unidos e por Israel, mantém o controle do território ao sul de Beirute e em algumas zonas da capital, muito embora exerça efetiva soberania reconhecida pela população xiita do país. “[...] Uma área de Beirute é conhecida como ‘*Dahiyet Hizbullah* – o subúrbio do Hezbollah’ [...]” (ELDEN, 2009, p. 93-94).

Os territórios ocupados na Palestina por Israel são igualmente um caso de violação da soberania territorial, tendo em vista que a Autoridade Nacional Palestina (ANP) é subordinada a Israel e, igualmente, incapaz militarmente de deter o avanço da colonização judaica. O crescimento territorial de Israel produziu uma fragmentação do território palestino através de estruturas físicas, como colônias, postos de controle e barreiras que limitam a mobilidade palestina para as mais variadas localidades do território. Mesmo na Faixa de Gaza, controlada pelo Hamas<sup>4</sup> desde que Israel se retirou fisicamente do território em 2005, a região continua com as fronteiras e o espaço aéreo submetidos ao controle israelense. Desde então, Gaza se parece com um verdadeiro enclave territorial a onde os palestinos não podem entrar ou de onde não podem sair, o que, nessa lógica, impede os palestinos de gozar uma real soberania.

Nesse sentido, territórios ocupados são lugares onde o poder local não exerce o controle da soberania territorial; territórios em que um poder ocupante exerce o direito legítimo da violência física ao tempo que altera a dinâmica do território. Sobre esse aspecto, mas, sobretudo, indo além da presença física, a força ocupante, como é o caso de Israel na Palestina e no sul do Líbano, ou dos EUA no Iraque, modifica o espaço em que opera, criando uma infraestrutura de segurança, ou seja, um volume de segurança para controlar e manter a ocupação do território. No caso dos territórios palestinos, o arquiteto israelense Eyal Weizman (2012) chamou a estratégia territorial de Israel de “arquitetura da ocupação israelense”, vendo a ocupação como uma arquitetura e planejamento urbano através dos assentamentos de colonos israelenses e, especialmente, a partir da posição estratégica que Israel ocupa controlando as colinas e montanhas, rotas de transporte e os mananciais de água.

Argumenta Weizman (2004; 2012) que a estratégia israelense nos territórios palestinos ocupados consiste num controle tridimensional sobre a totalidade do espaço, o que inclui a

---

<sup>4</sup> Hamas, ou Movimento de Resistência Islâmica, é uma organização política palestina que luta contra a ocupação israelense e conta com um braço armado, as Brigadas Izz Ad-Din al-Qassam.

infraestrutura, o meio ambiente, e os subdomínios subterrâneos e acima da superfície. Weizman mostra como Israel estabeleceu um volume geométrico através de barreiras, zonas militares, fortificações, autoestradas de uso exclusivo e fluxo rápido, além de postos de controle que objetivam, em termos mais amplos, o controle territorial em três níveis: o aéreo, o terrestre, e o subterrâneo.

Para Weizman (2004, 2012), Israel está fechando um cerco sobre os palestinos, detendo o crescimento urbano e demográfico em curso nos territórios palestinos ocupados, para alcançar, dentro desse domínio territorial, uma espécie de estrangulamento dos principais núcleos econômicos e demográficos, que no futuro, supõe-se, tornariam viável o Estado Palestino. Para isso Israel está mobilizando planejamento, arquitetura militar e ferramentas geopolíticas para criar uma descontinuidade territorial na Cisjordânia, estabelecendo fatos consumados que são eficientes para alterar a situação demográfica do território em áreas estratégicas a favor dos israelenses. É com esse intuito que desestrutura o território e, consequentemente, promove precariedade territorial nas áreas palestinas.

Essa forma de controle do território é vista, tanto por Weizman (2004, 2012) quanto por Elden (2013), como um “volume político”, pois, ao invés de tratar do controle de uma área, amplia a análise para o controle de todo um volume que se preocupa com três níveis espaciais ao se inserir no debate da emergente geopolítica vertical, que vê o território em profundidade e mediante uma visão tridimensional, ao invés de considerá-lo como uma superfície bidimensional. Nesse ponto de vista, soberania territorial é tão ampla que engloba o controle do espaço aéreo, terrestre, subterrâneo e de toda a infraestrutura territorial. Por conta disso, no item seguinte a temática do território e soberania política será tratada considerando a verticalidade do território associada à noção de terror.

### **3.3 Terror e Geopolítica Vertical dos Territórios Ocupados**

Um dos primeiros geógrafos a se interessar pelo tema do terror, ou, como se refere, em outras palavras em seu livro *Paisagens do medo* (2006),<sup>5</sup> do medo, foi o geógrafo sino-americano Yu-Fu Tuan. Nesse livro Tuan concebe o medo tanto como uma construção psicológica quanto como um ambiente real. Desse modo, o medo envolve um estado mental

---

<sup>5</sup> Primeira publicação em 1979 pela Pantheon Books.

em conformidade com uma dimensão espacial, em que Tuan nota uma ligação fundamental com o espaço, através do qual percebe que o medo diz respeito às relações de caos natural ou violência humana que se dão no espaço. Nesse sentido, podemos constatar que sensações de medo são, antes de qualquer coisa, produzidas no espaço e fazem parte de uma política territorial, como iremos conferir na sequência deste capítulo.

Como veremos no que se segue, no que concerne ao território, o conceito em si manifesta uma articulação intrínseca com um sentido de terror. O geógrafo Stuart Elden (2007b, 2009) chamou a atenção para a relação entre a categoria território e a noção de terror, visto como um instrumento de exercício do poder, que, a partir da constituição do Estado moderno, confere à autoridade estatal uma extensão espacial legítima e reconhecida de execução do monopólio da violência. Território, como Elden observa, origina-se do Latim *terra* – “land ou terreno” – como normalmente se reconhece; mas também possui relação com a noção de *territorium*, um lugar a partir do qual as pessoas são advertidas. Analogamente, então, se o prefixo é “terra”, “territorium” significa o lugar circundante a uma área, tal como um feudo; por isso, a palavra é derivada de dois étimos: 1º) “espacial” ou “locacional”, “terra”; 2º) “orium”.

Na mesma medida em que *territorium* sugere uma memória de violência interna aos limites de sua jurisdição, o território moderno emprega esse sentido em toda sua extensão espacial. Assim, o poder soberano, dentro de sua jurisdição territorial, pode executar sanções punitivas a pessoas que não seguem as regras de sua jurisdição ou infringem os limites de suas fronteiras. Soberania territorial pode ser empregada para provocar terror, como é o caso extremo do terrorismo de Estado, em que o governo pode infligir violência aos indivíduos recalcitrantes de forma legítima dentro de seus limites territoriais. Atribui-se, então, ao território, além do sentido de abrigo, o significado de aterrorizar pessoas indesejáveis ou controlá-las dentro de uma extensão espacial, para sustentar a ordem. O terror é empregado como instrumento de poder; território e terror compartilham e possuem raízes comuns. Nesses termos, território evoca, em sentido mais amplo, a produção política do espaço e o uso da violência dentro de seus limites para manter o controle do espaço (ELDEN, 2007b; 2009).

Nesse sentido, o conceito de território possuiria um vínculo inerente com a ideia de terror. Por sua vez, o terror poderia ser empregado como um efeito da política territorial de Estado. Nessa acepção pode-se afirmar: é para controlar o território, através da extensão e integridade espacial, que o terror é exercido. Recentemente, após os atentados terroristas de

11 de Setembro de 2001, o ex-presidente norte-americano G. W. Bush dimensionou isso muito bem quando ampliou essa noção para o contexto da geopolítica internacional. Após esses ataques G. W. Bush dividiu o mundo entre Estados aliados (defensores da justiça e da democracia pelo modelo norte-americano); grupos terroristas (organizações como a al-Qaeda); e Estados “falidos” e “trapaceiros” (Estados que, vivendo uma grande crise econômica e social, abrigavam terroristas, como o Afeganistão no regime Talibã, e também possuem armas de destruição em massa, como supunha ser o caso do Iraque no regime de Saddam Hussein)<sup>6</sup> (ELDEN, 2007b; 2009).

Como esse enfoque sugere, a política do terror ganhou outro sentido no mundo contemporâneo, focalizando o cenário internacional, a da política externa, além do território nacional. Na modernidade, a provocação do terror além da jurisdição interna do território está relacionada com as novas tecnologias militares de guerra. Estas se dão hoje no terreno, ao invés de se convergirem para alvos militares. Como Peter Sloterdijk observou no seu livro *Terror from the air* (2009), a guerra moderna, deixando de ser uma guerra entre soldados, com a utilização de armamentos convencionais capazes de derrotar o adversário em um combate direto, volta-se hoje para a destruição do terreno ou o *habitat* de sobrevivência do inimigo. Bombardeiros massivos e ataques químicos têm essa finalidade e tornaram-se comuns na guerra moderna. O terror, como o título do livro de Sloterdijk sugere, origina-se, sobretudo, de ataques aéreos e provoca a destruição do território, tomado como um *habitat*.

Ataques aéreos foram historicamente empregados em bombardeios que possibilitaram um desfecho rápido da guerra, mas também, numa velocidade atroz de difusão do terror no espaço, foram assimilados, por causa de sua eficiência, como uma tática de “colonização ou ocupação” aérea do território. Na década de 1920, Winston Churchill, na época Ministro da Guerra e do Ar do governo britânico, ficou impressionado com o que percebeu ser uma forma de controle colonial por meio do poder aéreo. Dois anos depois, em 1922, Churchill persuadiu o governo a investir na Força Aérea Real para assumir o controle da mesopotâmia, atual Iraque, ao invés de utilizar grandes contingentes do exército. Esse método também foi empregado pelos britânicos contra revolucionários na Somália, no Egito, em Darfur, na Índia,

---

<sup>6</sup> G. W. Bush sempre asseverou em seus discursos que era necessário impedir que terroristas conseguissem armas químicas e nucleares, e que, Saddam Hussein provavelmente as tinha, o que justificaria o ataque a esse país. Nota-se, nesse caso, um discurso de legitimação de posse e uso de armas de destruição em massa, já que os EUA as possuem, além de uma postura de falsificação da informação, uma vez que, embora Saddam Hussein tenha utilizado armas químicas antes contra grupos curdos, na invasão do Iraque em 2003 não foram encontradas esse tipo de arma.

na Palestina (durante a revolta de 1936-1939) e no Afeganistão (em Jalalabad e em Cabul), antecipando a lógica de assassinatos-alvos praticados por Israel atualmente (WEIZMAN, 2012).

Recentemente, como chamou a atenção Elden (2009), a invasão frustrada de Israel no sul do Líbano em 2006 ofereceu um exemplo de como o poder aéreo pode ser utilizado para difundir o terror. O conflito, que se iniciou por causa da captura e, consequentemente, da morte de soldados israelenses pelas forças armadas do Hezbollah, rapidamente foi visto pelos israelenses como um ataque à nação, mascarando o fato de que as mídias convencionais não deram importância à presença israelense nas zonas de fronteira, em especial na área conhecida como Fazendas Shebba, região próxima das Colinas de Golã, ocupada em 1967 e anexada em 1981 por Israel, tida como estratégica por causa dos recursos d'água.

Nos primeiros dias de conflito, como ficou patente, ambos os lados utilizaram estratégias de terror. O Hezbollah lançou foguetes Katyusha no norte de Israel que foram na verdade “[...] ataques de terror, um afastamento da prática anterior, onde o seu uso tinha sido calibrado cuidadosamente para evitar acusações de ataques a civis [...]”. As Forças de Defesa de Israel (FDI), por sua vez, “[...] jogaram panfletos avisando as pessoas para deixarem o sul do Líbano quando o bombardeio já tinha tomado o lugar. Aqueles que permaneceram foram considerados cúmplices, culpados por localização geográfica, ignorando, claro, a destruição da infraestrutura de transporte que talvez tivesse permitido que eles deixassem o lugar se fosse mantida intacta [...]” (ELDEN, 2009, p. 87).

Nota ainda o autor que, na Guerra do Líbano, Israel bombardeou também intensamente Beirute, destruindo a infraestrutura da capital e atingindo um grande número de pessoas. A tática consistiu em difundir o terror e destruir o país para punir a população por causa da presença do Hezbollah no território libanês, o que provocou revide por parte do Hezbollah, que utilizou a mesma tática, semeando o terror nas cidades israelenses, acostumadas com a ausência de conflitos durante as manobras militares da FDI.

Segundo Weizman (2004; 2012), tanto na Palestina quanto no Líbano a relação entre poder aéreo e terror se revela no território, notadamente sob perspectiva de uma “verticalidade profunda”, que estabelece distinção, no nível da superfície, entre as áreas residenciais israelenses e as palestinas, para evitar o fogo amigo. Tal distinção se faz pela cor dos telhados – os das casas dos colonos judeus na Cisjordânia são vermelhos. Alvos fáceis, em

contrapartida, cidades e aldeias palestinas utilizam *blackouts* para evitar os bombardeiros israelenses, utilizando a tática de se camuflar na escuridão. Durante os conflitos da II Intifada (al-Qqsa) em 2000-2005, os ataques israelenses foram direcionados a diferentes ambientes urbanos; ora em cidades, ora em aldeias palestinas, e ora em campos de refugiados. Assassinatos realizados através de helicópteros e aeronaves não tripuladas foram praticados em ambientes urbanizados de forma seletiva a fim de eliminar líderes da resistência palestina, embora essa tática tenha resultado em mais retaliação, quando milícias palestinas revidaram intensificando os ataques suicidas e bombas nas cidades israelenses, além de lançar foguetes terra-ar (WEIZMAN, 2004; 2012).

Essa política de assassinatos, como Graham (2004) percebe, envolve o que se tem chamado de “urbicide assimétrico”. Essa expressão sugere que, num ambiente intensamente urbanizado, o esforço de ambos os lados na guerra é o de negar os direitos do inimigo à vida na cidade. Nesses termos, embora os palestinos também realizem ataques aéreos, e no nível da superfície, atentados, os israelenses são a força que possui os meios mais devastadores de aplicar o terror e, em última instância, emplacar uma política de “desmodernização forçada” da sociedade palestina.

Nos estratos inferiores do território, concebido como um “volume político”, mais especificamente no nível da superfície, uma das armas mais eficientes nessa estratégia é o D-9 Caterpillar Bulldozer, um trator brindado “gigante” da FDI que foi concebido, como diz Graham (2004, p. 195), com capacidade de “[...] arar através de áreas palestinas construídas com impunidade [...]”, destruindo sistemas de energia elétrica e água, além de habitações, os seus alvos mais visados.

Os tratores blindados da FDI são parte do que Weizman (2004, 2012) chama de uma “política da verticalidade”, tendo, portanto, um papel tridimensional da configuração territorial para aumentar a vantagem geopolítica de Israel. Como o autor enfatiza, a destruição massiva de habitações palestinas segue uma orientação geopolítica para abrir espaço para as operações militares da FDI em áreas urbanas estreitas e de difícil acesso, um cenário comum que as tropas israelenses enfrentam em campos de refugiados, que, com o seu enorme crescimento, foram tomados como os centros da resistência palestina. Essas áreas foram consideradas pela FDI como espaços escuros e impenetráveis, cheios de terroristas e palestinos “desumanos”, áreas de pestilências urbanas, aonde a FDI evita entrar. Espaço

caótico, que as FDI chamariam de “jihad do edifício”, fazendo alusão à guerra urbana que travariam nesses espaços, também definida, outras vezes, como um “habitat do terror”.

[...] A FDI evitou os campos de refugiados de Jenin e Balata durante toda a primeira (1987-1991) e segunda intifada que evoluíram em enclaves extraterritoriais cercados pelo poder militar israelense; na verdade, o nome de código militar para o campo de Jenin, na qual grupos de resistência foram mais fortemente enraizados, era “Germânia”. Seja em referência à descrição ambivalente dos bárbaros de Tacitus, ou em referência ao regime Nazista, este termo encapsula medo israelense do “mau” que acredita é produzido. Depois de se tornar primeiro-ministro em março de 2001, Ariel Sharon persistentemente zombou dos militares por não se atrever a entrar nos campos de refugiados: “O que está acontecendo nos campos de Jenin e Balata? Por que não entrar?” Sharon nunca se cansou de dizer aos oficiais militares como, na década de 1970, ele “fez ordem” nos campos de refugiados de Gaza com uma combinação de incursões de comandos, assassinatos e tratores (WEIZMAIN, 2012, p. 192-193).

Instigada por Sharon, para agir nos campos de refugiados, a FDI desenvolveu táticas de guerra urbana, evitando armadilhas ao atravessar paredes. Essa tática foi tomada como uma manobra militar de grande escala, pela primeira vez, em março de 2002, no campo de refugiados de Balata, na entrada leste de Nablus. Usando explosivos ou um grande martelo, soldados passaram a atravessar paredes, ao invés de se deslocarem pelas ruas e vielas estreitas dos acampamentos. Ao romperem a parede de uma residência palestina, tinham como tática, basicamente, fazer alguns disparos aleatórios ou usar granadas de efeito moral para dominar os moradores, que, em seguida, depois que os soldados procuravam suspeitos, eram amontoados em um dos quartos e trancados, às vezes por vários dias, muitas vezes sem água, alimentos e medicamentos, até que a operação militar fosse concluída (WEIZMAN, 2012).

Como a lógica da ocupação israelense na Palestina se tornou cada vez mais vertical, contando a FDI com a supremacia na superfície e acima do nível do solo, a resistência palestina teve que se tornar também mais profunda e se entranhar no espaço subterrâneo. Como enaltece Weizman (2012), a resistência palestina construiu uma verdadeira cavidade embaixo da superfície, constituída por uma complexa rede de túneis, laboratórios de armas, depósitos de munição e abrigos subterrâneos embaixo das cidades e campos de refugiados palestinos. Por meio dessa infraestrutura subterrânea os militantes palestinos realizaram atentados à bomba contra a FDI e contra cidades israelenses, colocando explosivos embaixo de seus alvos. Uma operação realizada com eficácia pelos militantes palestinos se deu em 25 de junho de 2006, quando, passando por um túnel de cerca de 650 metros de comprimento, construído embaixo do aeroporto de Dahania, guerrilheiros palestinos surgiram de surpresa e



capturaram um soldado perto das posições da FDI, que foi trágado através do túnel para dentro de Gaza.

Ainda, de acordo com Weizman (2004; 2012), a partir de uma visão vertical do território, os palestinos estão construindo uma forma de “resistência em profundidade” que pode evoluir para uma espécie de “sobrevivência subterrânea”, pois tem se tornado difícil habitar a superfície quando Israel conta com alta tecnologia de vigilância e monitoramento, capaz de realizar assassinatos seletivos com grande eficácia. Entretanto, embora Israel detenha supremacia total no espaço aéreo, é na superfície que a geografia da ocupação israelense se manifesta efetivamente como expressão de um verdadeiro “volume político”, dotado de infraestrutura territorial de controle. Israel, ao invés de se apoiar em lugares estáticos e no equilíbrio das fronteiras lineares e fixas, tem criado fronteiras fragmentadas e territórios elásticos, que na prática estão em constante transformação, podendo assumir diferentes formas, como “muros de separação”, “barreiras”, “bloqueios”, “postos de controle”, “áreas estéreis”, “zonas de segurança especiais”, “zonas militares” e “zonas de morte”, que, com uma natureza de fronteira dinâmica, encolhem e expandem o território israelense à sua vontade.

Esse arranjo territorial foi configurado, após os Acordos de Oslo, no início dos anos 1990, separando palestinos e israelenses “verticalmente”, isto é, criando diferentes camadas espaciais que evoluíram em poucos anos para uma política de dominação vertical complexa por volta de 2006, transformando os territórios palestinos ocupados em cerca de 200 ilhas territoriais desarticuladas. Desde então, a Cisjordânia assumiu uma forma desconexa, composta por enclaves vigiados do alto através das cimeiras dos topos de colinas, onde Israel semeou assentamentos e teceu uma densa infraestrutura de estradas e redes de comunicação, conectando as colônias ao território israelense. Como nota Weizman (2004, 2012), Israel criou, com esse sistema, uma lógica de dominação tridimensional. Incorporando a ideia de que montanhas dominam os vales, e tendo como meta criar sobre esse sistema duas geografias insulares que ocupem o mesmo espaço, as forças israelenses observam os palestinos do alto. Esta profundidade política conecta latitudes topográficas diferentes, articuladas em uma rede de coordenadas de posicionamento que viabiliza a ocupação dos topos de colinas e o controle do espaço aéreo, o que garante às forças de ocupação uma posição geoestratégica. Dessa forma, os israelenses alcançam a profundidade dos aquíferos subterrâneos, enquanto os palestinos ocupam os vales e áreas baixas.

Esse volume político que possui um conjunto intrincado de mecanismos de controle de fluxo é capaz de imobilizar os palestinos simplesmente fechando as suas saídas através de pontos-chaves dispostos na rede territorial. Como descreve Weizman (2012, p. 81),

[...] os nós da matriz de controle da Cisjordânia atuam como entrada/saída de válvulas que regulam o movimento, substituindo a necessidade da presença física das forças israelenses dentro das cidades palestinas. Esta lógica distribuída [ao longo da rede] viria permitir os israelenses saírem das áreas palestinas densamente habitadas nos termos do Acordo de Oslo enquanto continuavam a dominar os palestinos fisicamente, coletivamente e politicamente, controlando remotamente seus movimentos.

Assim, a “[...] soberania israelense foi exercida em sua capacidade de bloquear, filtrar e regular o movimento de todos os territórios ocupados [...]” (WEIZMAN, 2012, p. 143), estabelecendo uma desconexão entre “dentro” e “fora”, que tem funcionado de forma efetiva como um sistema de ligar/desligar as válvulas dos postos de controle distribuídos ao longo das estradas, ao criar instantaneamente uma paralisação virtual do território. Essa matriz territorial composta por ilhas e autoestradas de soberania israelense nos territórios palestinos criou uma espécie de rede territorial de dominação, que

[...] nenhum dos mapas liberados pela mídia ou organização de direito independente realmente mostra, e todas as fotografias deles mostram um objeto linear semelhante a uma fronteira [...], enquanto [...] o Muro tem de fato se tornado uma série descontínua e fragmentada de barreiras auto fechadas que pode ser melhor entendida como uma “condição” prevalente de segregação – uma fronteira mudando – ao invés de uma linha contínua ordenadamente cortando o território em dois. Com a rápida multiplicação de “barreiras de profundidade” a face do território cresceu para se parecer com os mapas mais impregnados de litorais Escandinavos, onde os fiordes, ilhas e lagos fazem uma separação inconclusiva entre a água e a terra (WEIZMAN, 2012, p. 177).

A configuração territorial que se estabeleceu, distribuída em estratos de soberania e pontos de ancoragem, como ressalta Weizman (2004; 2012), deu ao território israelense integridade territorial na ocupação, cuja análise requer que se considerem tanto a dimensão vertical quanto a dimensão tridimensional, notadamente através de sua infraestrutura de dominação. Esta apresenta uma geografia elástica, sempre em transformação, que coloca os palestinos em uma condição de soberania limitada, restrita a áreas e topografias específicas, que, todavia, permanecem sob o controle israelense através de fluxos de diferentes tipos, como: trabalho, serviços, energia e resíduos. Trata-se, como demos ênfase no início do capítulo, de ver o território em profundidade, o que envolve o controle aéreo, terrestre e subterrâneo da soberania.

Essa matriz de controle territorial tem criado um território palestino precário, mal dotado de infraestrutura e subeconomia. Por trás disso há como apresenta Haesbaert (2007, 2009), em termos conceituais, um processo de desterritorialização, que inviabiliza condições de apropriação do espaço, tornando-o “precário” graças à exclusão econômica, política, cultural e de redes territoriais, correspondendo ao fenômeno que o autor designa como aglomerados de exclusão, ou seja, territórios extremamente precários e instáveis, como é o caso dos campos de refugiados. Com efeito, vemos um processo de desarticulação do território palestino pela ocupação israelense que desenvolveu infraestrutura e formas espaciais destinadas a promover a desterritorialização palestina.

Esse processo é atual, mas antes de tudo histórico, possui seus sujeitos e se entremeia em contextos políticos específicos. Como vamos ainda tratar, a ocupação israelense data do início do século XX, e possui, portanto, seus próprios antecedentes. O capítulo seguinte visa oferecer uma visão em perspectiva histórica mais abrangente desse processo de ocupação judaica na Palestina, através de uma análise que permite notar como o Estado de Israel estabeleceu a integridade e soberania territorial através da expulsão sistemática dos palestinos de sua própria terra, que dará apoio ao capítulo final deste trabalho que confere à obra de Joe Sacco uma análise geográfica.

#### *Capítulo 4*

### **A SOBERANIA TERRITORIAL DE ISRAEL E A OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS**

O capítulo que se segue corresponde à necessidade de fornecer uma breve caracterização do conflito israelo-palestino, a partir de uma ótica historiográfica, no sentido de oferecer uma alternativa que dê apoio ao estudo geográfico do referido conflito através dos quadrinhos de Joe Sacco.

Assim, nossa análise lançará mão do que dizem sobre o assunto autores tais como Avi Shlaim, Norman Finkelstein, Marwan Bishara, dentre outros, que possuem, evidentemente, uma leitura convergente para o ponto de vista esposado por Sacco no que concerne ao conflito israelo-palestino. Tal leitura, embora evidentemente não esgote a diversidade de posições sobre a natureza do conflito israelo-palestino, compreende que, em essência, Israel ocupou o território de outra sociedade, expulsando a população nativa, fundando sobre suas terras um Estado. Para isso, contou preliminarmente com suporte britânico e, a partir de 1967, com o apoio americano.

Esses eventos definiram um novo contexto geopolítico no Oriente Médio, marcado pela presença de uma força ocupante na forma de um Estado soberano. Assim, como a contribuição dos autores indicados permite considerar, a criação do Estado de Israel num território esparsamente ocupado até então por judeus foi um acontecimento de magnitude única na época transcorrida ao longo do século XX, embora encontre paralelo com fatos ocorridos no período colonial – porquanto, no século XX, fato marcante foi a transferência de grande contingente de população para terras alheias com o propósito de fundar um Estado sobre áreas pertencentes a outra sociedade.

Com o intuito de desdobrar os principais atributos do fenômeno geopolítico acima enunciado, este capítulo foi dividido em três itens, que correspondem às principais fases do referido conflito territorial, quais sejam: (i) a criação de *Israel*; (ii) a expansão territorial associada às guerras de 1967 e 1973; e (iii) a consolidação da soberania territorial de Israel. Dessa maneira, o que se segue não objetiva oferecer uma análise histórica exaustiva, o que seria inviável para a exposição aqui, mas considerar os atributos que observamos como

irredutíveis para uma qualificação suficiente do referido conflito. Trata-se, enfim, de expor as principais características referentes à colonização da Palestina e a formação do Estado de Israel, mediante a expulsão sistemática dos palestinos.

#### **4.1 O Imperialismo e a Catástrofe Palestina: Criação de Israel**

Como toda política de conquista territorial, o sionismo se vincula a uma política de confisco de terras. Neste item mostraremos a forma como a soberania territorial de Israel se realizou mediante a ocupação das terras palestinas como parte de um projeto territorial mais amplo, que emoldura a política imperialista Europeia. Como em todo o Oriente Médio, a Palestina, no início do século XX, foi alvo de nações imperialistas interessadas em matérias-primas, além de zonas de mercado e de influência. Após a desintegração do Império Otomano, no final da I Guerra Mundial (1914-18), a jurisdição otomana sobre áreas do Oriente Médio foi suplantada pelos ditames das potências vencedoras do conflito bélico na Europa, que passaram a ter o controle sobre os antigos territórios árabes naquela região. A França ficou com o controle do que hoje corresponde aos territórios da Síria e do Líbano, enquanto a Grã-Bretanha ficou com o controle da Palestina, ampliando sua influência à Transjordânia, ao Iraque e ao Irã (AKCELRUD, 1986; SAID, 2012).

Na Palestina a ocupação europeia se iniciou com o Mandato Britânico, que oficialmente foi até 1948, ano de criação do Estado de Israel. Quando Israel alcançou independência, o exército britânico foi substituído por outra força estrangeira, com poder soberano alicerçado num discurso de legitimidade e direito “divino” acerca do retorno dos judeus à sua terra ancestral. Edward Said (2012) observa que, durante o governo do Mandato Britânico, o sionismo intensificou sua política territorial na Palestina, para, em seguida, com a criação de Israel, ampliar sua soberania sobre a área. O sionismo, diz o autor, consiste, na verdade, numa forma de colonialismo europeu, não somente porque a massa judaica que veio a se instalar na Palestina era originária de países europeus, mas, sobretudo, porque tal colonialismo consiste na adoção de uma política de expropriação moderna, negando os direitos dos palestinos à terra e retratando-os, em algum grau, como seres inferiores.

Mas o real êxito do sionismo resulta, segundo Said (2012), além da ousadia de um Estado sionista encravado no mundo muçulmano, em colocar em prática uma política de “detalhe”, que os palestinos, em sete décadas de ocupação, não foram capazes de suplantar.

[...] A Palestina não era apenas a terra prometida, um conceito tão vago e abstrato quanto poderia ser. Ela era um território específico, com características específicas, que foi estudado até o último milímetro, colonizado, planejado e construído *em detalhe*. Desde o início da colonização sionista, os árabes não encontraram nenhuma resposta ou contraproposta igualmente detalhada. Supunham, talvez com razão, que, já que viviam e possuíam a terra legalmente, [embora sem registros que, oficialmente, o sionismo utilizaria para desapropriar inúmeras terras de palestinos, transferindo-as para o Estado de Israel], ela lhes pertencia. Não compreenderam que estavam diante de uma disciplina do detalhe – na verdade, uma verdadeira cultura da disciplina pelo detalhe – pela qual um mundo até então imaginário poderia ser construído na Palestina, polegada a polegada, passo a passo ou, como disse Weizmann, “um acre, uma cabra”. [...]. Até hoje, a posição política palestina gira, em geral, em torno desses pontos negativos e continua a não se esforçar para chegar ao nível de detalhe da empreitada sionista. [...] os palestinos parecem fisicamente incapazes de impedir o crescimento ou o espessamento dessa nova colonização israelense (SAID, 2012, p. 108-109, *itálicos do original*).

O sionismo que Said (2012) descreve foi um fenômeno moderno da Europa do final do século XX, que teve suas raízes no fracasso dos judeus em serem assimilados nos países anfitriões, na intensificação do antissemitismo na Europa e, paralelo aos conflitos que tomariam a Europa em breve, a ressurreição do nacionalismo. Sobre esse ponto de vista, Shlaim (2004) nota que a ideia sionista de colonizar a Palestina ganhou força em 1896, quando o jornalista judeu húngaro Theodor Herzl (1860-1904) escreveu o livro *Der Judenstaat* (“O Estado Judeu”), que difundiu a ideia de criar um lar nacional judeu em virtude do recrudescimento do antissemitismo na Europa.

As ideias de Herzl surtiram efeito no I Congresso Sionista, realizado em Basileia (Suíça), em 1897, ano que marca a conflagração da política sionista de colonizar a Palestina, em que, ao término do Congresso, alguns rabinos de Viena enviaram à Palestina dois representantes. A missão era exploratória, com o objetivo de verificar a viabilidade da decisão do Congresso de estabelecer, na Palestina, um lar nacional para os judeus, onde seus antepassados viveram, na antiguidade, durante um curto período de 60 anos. Depois de algum tempo os dois rabinos enviaram um telegrama que dizia: “A noiva é bela, mas está casada com um outro homem” (SHLAIM, 2004, p. 40).

Para iniciar a ocupação e recuperar a “noiva” a que os dois enviados à Palestina se referiam, foi criado no II Congresso Sionista, realizado também em Basileia, em 1898, o Fundo Nacional Judaico (FNJ), um braço da organização mundial sionista, incumbido de

levantar fundos para comprar terras na Palestina e mantê-las sob a sua guarda para favorecer e organizar a emigração da colonização judaica. Embora o FNJ, como nota Said (2012), tenha conseguido apenas 936 mil dunans<sup>7</sup> de terra até a criação de Israel, numa área total do Mandato Britânico de 26,323 milhões de dunans, a soma das possessões sionistas no fim de 1947 equivalia a cerca de 1,734 milhões de dunans, ou seja, 6,59% da área total.

Quando, em 1940, o Mandato Britânico restringiu a aquisição de terras por parte dos judeus a áreas específicas, a compra continuou de forma ilegal. Ao ser anunciado, em 1947, o Plano de Partilha, “[...] ele incluía terras compradas ilegalmente por judeus, que foram agregadas como um *fait accompli* às fronteiras do Estado judeu. E, após Israel se anunciar como Estado, uma série impressionante de leis passou legalmente ao FNJ vastas extensões de terras [...]” (SAID, 2012, p. 113, itálicos do original), que foram anexadas ao Estado depois que seus donos se tornaram refugiados e declarados proprietários ausentes.

Herzl, como descreve Shlaim (2004), imaginava que a constituição de um Estado judeu na Palestina necessariamente derivaria da aliança com uma grande potência. Essa ideia se manteve forte no pensamento sionista, primeiramente por intermédio de Chaim Weizmann (1874-1952), principal arquiteto da aliança entre o movimento sionista e a Grã-Bretanha durante os anos de governo do Mandato Britânico na Palestina. Weizmann tinha convicção das consequências de um possível apoio britânico aos judeus na região e de como o sionismo poderia tirar vantagem disso, estreitando os laços com essa potência com base em interesses convergentes entre ambos. Assim, Weizmann não mediu esforços para angariar o apoio político da Coroa Britânica aos judeus, deixando patente que um posicionamento a favor dos judeus constituiria um protetorado leal ao reinado britânico no Oriente Médio.

Enquanto o FNJ deu prosseguimento à compra de terras na Palestina no início de 1917, um esboço do programa de reassentamento judeu na Palestina confirmou que os judeus estavam indo para a Palestina para colonizar. Esse documento expõe

[...] uma visão de uma matriz organizacional cuja função imita a de um exército. É o exército que “abre” o país para a colonização, organiza assentamentos em território estrangeiro, auxilia e desenvolve “de todas as maneiras possíveis” questões como imigração, transporte e abastecimento, e, acima de tudo, transforma seus simples cidadãos em “adequados” agentes disciplinadores, cujo papel é estar na terra e ali investir suas estruturas, sua organização e suas instituições. [...] (SAID, 2012, p. 110).

---

<sup>7</sup> Um dunam equivale a cerca de 4 mil metros quadrados.

Os judeus instalados na Palestina ocuparam terras e começaram a desenvolver um território colonial, que era detalhadamente estudado, pensado geoestrategicamente para criar um fato geográfico e fornecer apoio ao estabelecimento de um país para os judeus.

Os esforços de Weizmann perante a Coroa Britânica foram totalmente compensados, quando, em 2 de novembro de 1917, o ministro das Relações Exteriores Arthur J. Balfour escreveu uma carta ao Lorde Rothschild, então líder da comunidade judaica no Reino Unido, comunicando que o “Governo de Sua Majestade aprovou o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e irá se empenhar para facilitar a realização deste objetivo [...]” (SHLAIM, 2004, p. 43).

A Declaração Balfour, como ficou conhecida essa carta, outorgou aos judeus, apesar de todas as suas ambiguidades, direitos políticos que estes, por sua vez, utilizaram para estabelecer um verdadeiro fato geográfico na Palestina, ignorando o direito palestino sobre a terra. Com a divulgação da Declaração, as relações árabe-judaicas se deterioraram, incorrendo em frequentes conflitos entre as partes. No período entre as duas guerras mundiais, o grão mufti Hajj Amin al-Husseini, principal liderança muçulmana na Palestina, organizou a resistência à ocupação judaica, resultando num movimento nacional palestino (SHLAIM, 2004).

A escalada de violência entre árabes e judeus chegou a tal nível que, aproximando-se o período da II Guerra Mundial, a Grã-Bretanha teve que reavaliar o seu tratado com os judeus, adotando uma postura mais imparcial em relação às duas comunidades, uma vez que também lhe interessava o apoio árabe na região para enfrentar a Alemanha. Com a resistência árabe-palestina nesses anos, difundiu-se no seio do movimento sionista a ideia de luta armada contra os palestinos, uma ideia que em um artigo escrito por Ze’ev Jabotinsky (1880-1940), um dos mais proeminentes líderes de toda a história do sionismo, evocava-se a criação de uma “Muralha de Ferro” constituída por uma sólida força militar israelense para enfrentar os palestinos (SHLAIM, 2004).

David Ben-Gurion (1886-1973), que nessa altura havia assumido a liderança judaica na Palestina, com o propósito de atender as reivindicações sionistas, embora oficialmente não tivesse adotado o discurso da “Muralha de Ferro” de Jabotinsky, seguiu-o a todo custo, como ressalta Shlaim (2004), organizando o poder militar dos judeus. Se, por um lado, Ben-Gurion acreditava que era fundamental manter as relações com a Grã-Bretanha, embora durante a



guerra os britânicos tivessem recuado de seus compromissos firmados com o movimento sionista, por outro, assim como Jabotinsky, ele previa como fundamental a formação de um poderoso exército judeu na Palestina para enfrentar os árabe-palestinos.

Com a Declaração Balfour e com a aquisição de terras por parte do FNI, a comunidade judaica havia se fortalecido consideravelmente na Palestina, tornando cada vez mais real o sonho de um Estado judeu no Oriente próximo. Além de possuir reconhecimento internacional da Coroa Britânica com a Declaração para dar sequência à ocupação, no período do Mandato Britânico a população judaica cresceu imensamente graças à política de compra de terras do FNI. Em 1917, do total de 644 mil habitantes, 56 mil eram judeus; que chegaram, já em 1931, a mais de 174 mil, numa população total de 1.035 milhão; e em 1946 somavam 808 mil pessoas, num total de 1.970 milhão (CAMARGO, 2006).

Nessas condições, Ben-Gurion viu o plano de partilha da Palestina elaborado pela Comissão Peel, em 1937 (ver Mapa 1), como uma possibilidade de fundar o Estado judeu, mesmo que com um território muito reduzido ao que os sionistas reivindicavam, o que também excluía totalmente Jerusalém. Na verdade, nota Shlaim (2004), Ben-Gurion aceitava o plano de partilha porque simplesmente não via as suas fronteiras traçadas como permanentes. O líder sionista desejava a criação de um Estado judeu, em primeiro lugar, para, de seu território soberano, dar prosseguimento à expansão territorial.

A natureza e a magnitude do expansionismo territorial de Ben-Gurion foram reveladas com surpreendente franqueza em uma carta enviada de Londres para seu filho Amos, em 5 de outubro de 1937. Nela Ben-Gurion confessava-se um defensor entusiasta de um Estado judeu, mesmo se isto envolvesse a partilha da Palestina, porque trabalhava com o pressuposto de que este Estado não seria o fim, mas apenas o começo. Um Estado possibilitaria aos judeus ter uma imigração ilimitada, estabelecer uma economia judaica e organizar um exército de primeira classe. “Tenho certeza – escreveu ele – de que seremos capazes de nos estabelecer em todas as outras partes do país, ou através de acordo e mútuo entendimento com nossos vizinhos árabes ou de alguma outra maneira” [leia-se guerra]. Para Ben-Gurion, tanto sua mente quanto seu coração lhe diziam: “Edifique um Estado judeu imediatamente, mesmo que não seja o país inteiro. O resto virá no decorrer do tempo. Precisa vir” (SHLAIM, 2004, p. 59).

Quando, em 17 de maio de 1939, um relatório oficial do governo britânico revogou o seu apoio à criação de um Estado judeu na Palestina, Ben-Gurion levou à frente seu plano, organizando uma força paramilitar chamada Haganah (“Defesa” em hebraico). Assim, quando finalmente, em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 181, em favor da Partilha da Palestina (ver Mapa 2), determinando um prazo para a criação de dois Estados, embora concedendo a maior parte do território aos judeus, e do

estabelecimento de um regime internacional em Jerusalém, os palestinos, despreparados para o estabelecimento de um Estado e revoltados com a concessão de grandes porções de terra aos israelenses, recusaram o Plano de Partilha, lançando intensos ataques guerrilheiros contra posições judaicas (SHLAIM, 2004).

Prevendo um amplo conflito que envolveria a disputa por territórios, Ben-Gurion colocou em prática o Plano D<sup>8</sup>, cuja estratégia consistia em proteger as áreas definidas como do futuro Estado judeu, de acordo com a resolução de Partilha da ONU, e indo além delas, para assegurar os assentamentos judeus fora dessas áreas e as passagens que conduziam a elas, estabelecendo uma base sólida e contínua sobre a qual Israel deveria exercer a soberania. Com a intensificação dos conflitos, além de defender os territórios sob a ocupação judaica, Ben-Gurion ordenou que a Haganah capturasse cidades e aldeias palestinas, algo que o grupo militar nunca tinha feito antes (SHLAIM, 2004).

O Plano D, observa Said (2012), visava tomar o território e povoá-lo com habitantes judeus, estabelecendo a favor dos israelenses uma posição de vantagem no controle territorial, que consistia em conquistar os picos estratégicos e dominar as linhas mais prováveis de avanço dos exércitos árabes. A estratégia era preencher o vácuo deixado pela retirada das forças britânicas, criando uma área contígua sob soberania israelense.

Com os ataques ofensivos em abril de 1948, a sociedade palestina se dispersou, desencadeando um êxodo de mais de 700 mil palestinos, que fugiram para a Faixa de Gaza, para a Cisjordânia e para os países árabes próximos, abrindo espaço para as seguidas levas de imigrantes judeus (ver Mapa 3). Entre abril e maio de 1948 a Haganah executou uma política de limpeza do território de elementos hostis à sociedade judaica, o que, na verdade, forneceu uma justificativa para expulsar a população palestina (SHLAIM, 2004; DEMANT, 2008).

Numa posição de vantagem sobre seus adversários e tendo em seu poder uma grande extensão territorial, que ultrapassava em muito as dimensões territoriais dispostas aos judeus pela Comissão Peel, Ben-Gurion se adiantou e proclamou, em 14 de maio de 1948, a independência do Estado de Israel, uma vez que, naquelas condições, os sionistas contavam

---

<sup>8</sup> O Plano D (ou Dalet) foi um plano elaborado pela Haganah com a finalidade de garantir a criação do Estado de Israel e se contrapor à esperada invasão da Palestina pelos Estados árabes. Seu objetivo era conquistar o máximo da Palestina mandatária e criar um Estado exclusivamente judeu, sem presença árabe, fazendo, para isso, transferência compulsória de palestinos.

com total soberania territorial e um bom nível de homogeneidade demográfica, com a fuga em massa de palestinos, dando, assim, ao futuro país integridade territorial (SHLAIM, 2004).

No dia seguinte após a criação de Israel, o país foi atacado por forças regulares do Egito, da Transjordânia, da Síria, do Líbano e do Iraque, que invadiram a Palestina reforçando as forças irregulares palestinas e o Exército Árabe de Libertação, patrocinado pela Liga Árabe, liderado pelo rei Abdullah, da Transjordânia. Este, embora estivesse lutando do lado árabe, durante toda a guerra manteve uma posição evasiva no conflito, emperrando o avanço das tropas árabes. Na verdade, como Shlaim (2004) aponta, Abdullah tinha interesses expansionistas sobre a parte oriental da Palestina e, assim como os judeus, vislumbrava no Estado palestino uma ameaça ao seu governo na região. Por isso, em 17 de novembro de 1947, exatamente 12 dias antes da reunião da ONU que decidiu a partilha da Palestina, ele se reuniu secretamente, às margens do rio Jordão, em Naharayin, com Golda Meir, que representava a Agência Judaica na ausência de Moshe Sharett, que, por sua vez, cuidava dos assuntos exteriores.

No encontro Abdullah apresentou a Golda Meir seu plano de capturar e incorporar a parte oriental da Palestina ao seu reino. Golda Meir respondeu ao rei daquele país que os judeus viriam sua tentativa de forma favorável desde que Abdullah não interviesse nos limites territoriais de Israel. O pacto era destruir o movimento nacionalista palestino enquanto Israel tinha terreno livre para proclamar independência e assegurar a soberania territorial sem enfrentar uma força militar regular no flanco de batalha oriental. Assim, o acordo final era que, quando as hostilidades baixassem, Abdullah reconheceria a independência de Israel, mantendo o controle da Cisjordânia (SHLAIM, 2004).

Com o início da guerra, embora aparentemente Abdullah houvesse vacilado num primeiro momento na condução de seu plano, uma análise mais atenta, como observa Shlaim (2004), demonstra que o rei em nenhum momento atacou as posições israelenses dentro dos limites do novo Estado de Israel, dando prosseguimento ao plano firmado com Golda Meir, ainda que as tropas israelenses houvessem se infiltrado na Palestina Oriental. Abdullah se limitou a defender as fronteiras da Palestina Oriental com algum sucesso, enquanto Israel conduziu uma política de limpeza, expulsando os palestinos do recém-criado Estado de Israel.

Ben-Gurion, consciente de que as forças árabes operavam de forma desarticulada, explorou as desavenças entre seus líderes para “[...] aprofundar as divisões na coalizão árabe e

jogar seus membros uns contra os outros [...]” (SHALAIM, 2004, p. 79). Para alcançar objetivos territoriais no percurso da guerra, enfrentando exércitos que na prática lutavam sozinhos, Ben-Gurion conduziu a estratégia ofensiva da Haganah de modo a manter a defesa permanente em todos os flancos, mas atacando uma frente de cada vez. Desse modo, as forças convencionais egípcias, sírias, libanesas, e também iraquianas, foram empurradas pela Haganah, enquanto o exército da Transjordânia e da Liga Árabe se mantiveram estacionados sob o controle de Abdullah, dando tempo para as tropas israelenses se reorganizarem e desferir contra-ataques que causassem derrotas no reverso das posições árabes.

Quando a guerra teve início, Ben-Gurion transformou a Haganah na Força de Defesa de Israel (FDI), o exército regular de Israel. E, embora a versão sionista retrate a Guerra de Independência como um conflito em que o pequeno Israel enfrentou um poderoso inimigo monolítico, a história revela que a vitória coube ao lado mais forte (SHLAIM, 2004; FINKELSTEIN, 2005). A trágica derrota árabe se confirmou quando, além de enfrentarem um exército mais bem preparado, os árabes demonstraram incrível incapacidade de coordenar suas operações em conjunto, dando tempo suficiente para Israel desencadear uma ofensiva que assegurou o controle de territórios muito além dos estabelecidos pela Partilha da Palestina da ONU (SHLAIM, 2004). Com o desfecho da guerra, Israel expandiu muito seu território, quando “as fronteiras foram estabelecidas ao longo das linhas que marcavam as posições dos exércitos [...]” (CAMARGO, 2006, p. 434) no cessar-fogo.

Após a criação de Israel, duas guerras com os árabes culminariam dentro de alguns anos em novas modificações territoriais. Esses conflitos demonstram o prosseguimento da política expansionista de Israel na região mesmo após a criação e o reconhecimento de um Estado israelense pela ONU. Mas, diferentemente dos conflitos anteriores, em que, por ampla maioria, Israel era considerado o agressor, desta vez Israel, de forma oportuna, apoderou-se de um discurso de vitimização, que, em grande medida, favoreceu os seus interesses territoriais previamente definidos, enquanto no constante redesenhar geopolítico da região, deu as mãos a um novo aliado.

## 4.2 A Indústria do Holocausto e as Guerras de 1967 e 1973: Nova Expansão Territorial

Com o término da II Guerra Mundial, não apenas o mapa da Europa havia se alterado drasticamente. No Oriente Médio, em pouco mais de 50 anos, os judeus haviam formado um país que em pouco tempo passou a ser a maior força militar da região. No cenário mundial a Grã-Bretanha e a França haviam sido desbancadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que se tornaram as principais potências mundiais. Israel, embora independente, sabia que ainda lhe era necessário, enquanto questão-chave para sua hegemonia no Oriente Médio, contar com o apoio de uma grande potência.

Nessas condições, o novo aliado sionista teria que ser necessariamente forte e interessado no Oriente Médio, de forma que estivesse disposto a bancar a formação de uma grande potência militar israelense. O candidato a aliado também teria que enaltecer o direito israelense sobre a Palestina de uma forma única e sem igual, sendo um verdadeiro parceiro ideológico de uma nova doutrina que se formou após a II Guerra Mundial, com base na qual Israel adotou uma política de vitimização. Esta como será evidenciado no que segue, com base nos autores que trataram o assunto, tem sua origem histórica no holocausto, mas ganhou corpo e sentido de fato com a criação do Estado de Israel, quando os judeus passaram a fundamentar a ocupação dos territórios palestinos no discurso maniqueísta consubstanciado em suas grandes vitórias do passado nos campos de batalha, em que Davi (Israel) venceu o Grande Golias (árabes).

Essa forte ideologia de vitimização e de uma incomprovada ameaça de destruição do Estado de Israel retoma, como analisa Finkelstein (2006), a trajetória histórica de perseguição aos judeus. Com base nela, estes sempre recorrem a eventos do passado, notadamente retornando ao holocausto nazista, que, nas mãos da alta classe israelense americana e dos fervorosos líderes israelenses, ganha outro matiz, deturpando fatos históricos e pondo-os a serviço particular dos interesses do israelismo. É nesse invólucro que Israel dirigiu, nas últimas décadas, sua estratégia de ocupação do território palestino, efetuando e disseminando uma política de terror para promover a transferência em massa dos palestinos.

Em a *Indústria do Holocausto* (2006), Norman Finkelstein faz uma profunda anatomia da indústria do Holocausto (escrita com inicial maiúscula) e uma acusação contra ela; constata que os judeus alegam direito exclusivo do uso do holocausto como uma representação do sofrimento desse povo, que, enquanto um fato único na história, e de irrevogável veracidade

para os israelenses, não pode, em hipótese alguma, passar por qualquer tipo de crivo revisionista. Nesse livro Finkelstein vai fundo na questão da relação entre a ideologia sionista e a política norte-americana, identificando a verdadeira natureza da falsificação e exploração do genocídio nazista, que, tendo sido, no passado, maquinado por mentes criativas e mal intencionadas, passa hoje a ser usado para justificar políticas criminosas do Estado de Israel, que logra apoio americano em prol de seus interesses no tocante ao controle territorial no Oriente Médio. O autor afirma,

[...] que “O Holocausto” é uma representação ideológica do holocausto nazista. Como a maioria das ideologias, ele tem conexão, embora tênue, com a realidade. O Holocausto não é uma arbitrariedade, mas uma construção internamente coerente. Seus dogmas centrais sustentam interesses políticos e de classes. Na verdade, O Holocausto provou ser uma indispensável bomba ideológica. Em seus desdobramentos, um dos maiores poderes militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado “vítima”, da mesma forma que o mais bem-sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima. Dividendos consideráveis resultaram dessa falsa vitimização – em particular, imunidade à crítica, embora justificada. Os que usufruem dessa imunidade, eu poderia acrescentar, não escaparam à típica corrupção moral que faz parte dela [...] (FINKELSTEIN, 2006, p. 13).<sup>9</sup>

Entretanto, até a guerra de 1967, o holocausto não havia sido empregado pelo sionismo como justificativa de ocupação dos territórios palestinos. Finkelstein (2006) lembra que, antes disso, o holocausto era visto como uma causa comunista. Naquela época a colônia judaica americana lembrou-se do holocausto apenas para denunciar a União Soviética e Stalin, que, similarmente a Hitler, dirigia um programa de purificação étnica nos países do bloco do leste. Mas tudo isso mudou com a guerra árabe-israelense de junho de 1967 (Guerra dos Seis Dias). A razão disso é que Israel passou a exercer uma forte influência sobre a política norte-americana no Oriente Médio. Pouco tempo antes, as lideranças judaicas americanas, ansiosas por se alinhar ao governo americano, mantinham suas prioridades na Guerra Fria, por isso davam pouca atenção à criação de um Estado judeu encravado no Oriente Médio.

---

<sup>9</sup> Na sua obra, o autor acrescenta que, para subornar os países europeus, o *lobby* israelense ainda fez uso do maniqueísmo das fontes do holocausto. Segundo ele, o número de judeus mortos durante o holocausto nazista poderia ser muito menor do que alega a indústria do Holocausto, porque, tendo em vista o contingente de 1 milhão (o número pode ser elevado) de prisioneiros que saíram dos campos de concentração, a maioria não era judia, e, tendo em vista que os judeus eram os primeiros a ser escolhidos para morrer, se o número de sobreviventes foi de 1 milhão, o número de judeus talvez não passasse de ¼ desse total. Se, então, o número de judeus sobreviventes em 1945 não passa de 250 mil, como a indústria do Holocausto calcula em 1 milhão nos dias de hoje o total de sobreviventes? Para receber um número maior de indenizações da Alemanha e de outros países europeus o *lobby* judeu joga com números inflacionários, conclui Finkelstein.

Na verdade, havia um profundo receio a respeito de um país judaico, quando líderes judeus americanos temiam que as lideranças judaicas pró-socialismo pudessem se juntar à aliança soviética. Da fundação de Israel, em 1948, até a Guerra dos Seis Dias (1967), Israel não foi pauta definitiva no planejamento estratégico americano. Naquele período, os Estados Unidos não tendiam claramente para o lado de Israel. A própria geopolítica do período revela o sentido dessa afirmação, quando, na crise de Suez, em 1956, Israel não seguiu as orientações estadunidenses (FINKELSTEIN, 2006).

O distanciamento entre o governo americano e o israelense era tão grande que Israel conspirou, com a Grã-Bretanha e a França, para atacar o líder nacionalista do Egito, Gamal Abdel Nasser, que havia nacionalizado o canal cujo controle ainda pertencia à Grã-Bretanha. Naquela altura, afirma Finkelstein (2006), apesar de a vitória-relâmpago de Israel (seguida da ocupação da Península do Sinai) despertar a atenção para o seu potencial estratégico, Israel não figurou como um componente imprescindível à geopolítica dos Estados Unidos. Após a vitória israelense, os Estados Unidos ordenaram que as FDI desocupassem o Sinai para evitar conflitos com a União Soviética, que apoiava o governo de Nasser no Egito.

Naquele contexto, avalia Finkelstein (2006), ao término do conflito de Suez (1956), Israel sabia que não possuía inimigos a sua altura na região, por isso constrangeu militarmente os árabes, desencadeando sucessivos conflitos de fronteira na tentativa de provocar uma guerra de grande magnitude, da qual poderia tirar proveito, alterando as suas fronteiras com os países árabes frágeis. Outros autores, porém, como Shlaim (2004), enfatizam que as conquistas territoriais foram, antes, uma consequência da guerra, e não uma política deliberada de Israel ao expansionismo. Contudo, é verdade, como demonstra Finkelstein (2006), que na Guerra dos Seis Dias Israel só desencadeou a ofensiva quando recebeu luz verde da Casa Branca para atacar o Egito. Dessa vez, sabendo que ficaria com os frutos da vitória e que não teria que recuar, como ocorreu na sua retirada do Sinai em 1956, Israel atacou.

A Guerra dos Seis Dias constitui um evento de inflexão na relação entre os Estados Unidos e Israel. Nesse conflito, Israel desencadeou um “ataque de prevenção” contra Nasser, alegando que o líder egípcio planejava um ataque-surpresa a Israel. Vencendo facilmente as tropas egípcias e contando com a ajuda das hesitantes nações de Síria e Jordânia, Israel chamou a atenção decisiva dos norte-americanos com o seu aparato de forças de dominação. Após a guerra, os Estados Unidos passaram a incorporar Israel como um importante aliado no

Oriente Médio, em virtude de sua posição estratégica e condições militares surpreendentes. A assistência militar e econômica cresceu desde então, ao ponto de converter Israel em um representante do poder norte-americano no Oriente Médio (FINKELSTEIN, 2006).

Israel assumia, assim, a linha de frente, defendendo o posto avançado dos estadunidenses contra povos do Terceiro Mundo recalcitrantes, já que no Vietnã os soldados americanos eram derrotados. Nesses termos, como um protetorado americano no Oriente distante, era sem cabimento “[...] um Israel alinhado a correntes do mundo árabe, em busca de uma independência dos Estados Unidos, seria um desastre. Só seria possível um Israel espartano grato ao poder americano, pois só assim os líderes judeus americanos poderiam agir como porta-vozes das ambições imperiais americanas [...]” (FINKELSTEIN, 2006, p. 35).

Desde então, Israel acentuou o conflito com o mundo árabe, e, para defender os seus objetivos estratégicos, apoiou-se ideologicamente no Holocausto. De acordo com Finkelstein (2006), o argumento sionista convencional era o de que se agia no seu total direito, porque à época da Guerra dos Seis Dias se viram cercados por uma coalizão de países árabes que tinham em comum o objetivo de destruir Israel. O medo de um segundo holocausto ressurgiu na política israelense e, daí em diante, tornou-se muito comum o discurso israelense de que estão cercados por milhões de árabes, e que, juntos, os seus exércitos possuem milhares de tanques de combate que não hesitariam em atacar Israel, porque o seu ódio é patológico e seu maior objetivo é empurrar os judeus para o mar.

Esse argumento é amplamente propalado, embora não haja nenhum fato que o sustente. Nas guerras de 1967 e 1973, por exemplo, como demonstra a análise do conflito Israel era totalmente superior a seus adversários. Antes mesmo do início do conflito sua vitória era considerada quase certa. Na verdade, o único momento em que Israel correu risco foi na Guerra de Independência em 1948, quando as chances de vitória, de fato eram duvidosas, e Israel efetivamente encontrou dificuldades no conflito para se impor sobre os árabes (FINKELSTEIN, 2005; 2006).

É nesse sentido que, de acordo com Finkelstein (2005, 2006), a indústria do Holocausto só se difundiu depois de 1967, no momento em que Israel era mais forte e seu poder havia se consolidado com a conquista de territórios na Palestina, na Península do Sinai e nas Colinas de Golã (ver Mapa 4). No seu outro livro, *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina* (2005), Finkelstein analisa detalhadamente a campanha israelense em busca



de uma guerra no Oriente Médio que servisse para Israel alterar o quadro político e expandir suas fronteiras. Como exalta Finkelstein, frequentemente a FDI violou as linhas de armistício, realizando incursões militares em território árabe e ocupando as zonas desmilitarizadas definidas pelos acordos. Trata-se do momento em que a ação militar de Israel teve como foco anexar o máximo de terras, dando prosseguimento à política de transferência forçada de palestinos, sem a deflagração de guerra num primeiro momento, mas sustentando um conflito de baixa intensidade para aterrorizar os árabes e expulsá-los.

Quando o conflito tomou maiores proporções, a estratégia israelense disseminou o pânico entre os palestinos e aproveitou o momento de guerra para expulsá-los em um só golpe para dois “cantões” ao sul e ao norte da Palestina, fragmentando definitivamente o território palestino. Para os sionistas mais ortodoxos, cabia ao povo judeu incorporar toda a Palestina, incluindo a Transjordânia, as colinas de Golã e o sul do Líbano, cumprindo, assim, o direito manifesto do povo judeu no seu decreto histórico, segundo o discurso de uma terra prometida por Deus aos judeus (FINKELSTEIN, 2005).

Espalhando o terror sobre cidades e aldeias palestinas, a ofensiva israelense de 1948 sobre os territórios palestinos gerou um exército de refugiados que vagam pela periferia de sua terra natal, somados a novos batalhões de moribundos, homens oriundos dos conflitos nos anos posteriores ao início do martírio palestino. Israel, no entanto, após o término do conflito, não aceitou sua responsabilidade sobre os refugiados, nem quando as Nações Unidas estabeleceram a resolução nº 194<sup>10</sup>, exigindo o retorno deles. Preferiu transmitir a responsabilidade unilateralmente para os palestinos e países árabes que enfrentaram Israel. Assim, para Israel, de forma inequívoca, o resultado de ondas de refugiados espalhados pelo Oriente próximo recaem sobre os próprios palestinos e países árabes derrotados sucessivas vezes (BISHARA, 2003).

O maior simulacro dessa política de vitimização consiste na transferência da responsabilidade do número de refugiados para o lado árabe, como refere Finkelstein (2005), tomando como prova supostas transmissões radiofônicas captadas das tropas árabes na Guerra de 1948, que pediam, segundo os israelenses, que os palestinos abandonassem suas vilas e fugissem da zona de conflito, abrindo espaço para as manobras dos exércitos árabes. Assim, de acordo com Israel, os palestinos se retiraram por vontade própria, quando, na realidade,

---

<sup>10</sup> A Resolução nº 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas foi adotada pela ONU em 11 de dezembro de 1948, e tinha por objetivo pôr fim à Guerra Árabe-Israelense e resolver o problema dos refugiados da Palestina.

essas provas nunca foram apresentadas, podendo-se deduzir daí que tais transmissões radiofônicas nunca existiram, pois as únicas transmissões radiofônicas captadas instruíam os palestinos a ficarem onde estavam e lutar contra o invasor. Sabe-se, além disso, que, para operar percorrendo longas distâncias, os exércitos árabes precisariam da ajuda da população local.

Como vimos, após a vitória na Guerra de 1948, Israel se engajou numa política de retaliação aos países árabes. As frequentes manobras israelenses contra seus vizinhos forçaram o líder forte do mundo muçulmano, o presidente egípcio Nasser, intensamente cobrado por seus vizinhos árabes, a efetuar uma resposta à atividade militar israelense. Na fronteira síria, forçando o conflito, que veio de forma declarada em 1967, Israel violou os acordos de trégua, empenhando-se cada vez mais em expulsar os palestinos, transferindo-os para à Síria. Na véspera da Guerra de 1967, depois que os comandos palestinos fracassaram na tentativa de frear o avanço israelense, os bombardeiros sírios dos assentamentos do norte a partir das colinas de Golã tinham como objetivo comum deter os israelenses, que gradualmente tomavam o controle das fronteiras nacionais palestinas nas zonas desmilitarizadas (FINKELSTEIN, 2005).

Numa flagrante violação do acordo de cessar-fogo estabelecido pela ONU, o Ministro de Defesa de Israel na época, Moshe Dayan, veio a confirmar isso, quando declarou o seguinte:

Eu sei como pelo menos 80 por cento de todos esses incidentes tiveram início. Em minha opinião, mais de 80 por cento, mas fiquemos com 80 por cento. Seria assim: nós mandávamos um trator para arar [...] na zona desmilitarizada, e sabíamos com antecedência quando os sírios começariam a atirar. Se eles não começavam a atirar, nós instruíamos o trator a ir mais adiante, até que no fim das contas os sírios ficavam nervosos e começavam a atirar. Nós então usávamos nossas armas, e mais adiante até mesmo a aeronáutica, e era assim que funcionava. [...] Nós achávamos [...] que podíamos alterar as linhas de demarcação dos acordos de cessar-fogo através de ações militares que não chegassem a constituir uma guerra. Ou seja, capturar territórios e retê-los até que o inimigo desista e os entregue a nós (MOSHE DAYAN, apud FINKELSTEIN, 2005, p. 303)<sup>11</sup>.

Quando os sírios revidaram contra as investidas de Israel, as forças israelenses lançaram um penoso ataque aéreo sobre a Síria. Enquanto o conflito prosseguia na Síria, na fronteira egípcia, Nasser também enfrentava problemas, pois Israel incitava um conflito com

---

<sup>11</sup> Entrevista nas Colinas de Golã e assentamentos judeus em Hebron, 22 de novembro de 1976 e 1º de janeiro de 1977, reproduzido no *Journal of Palestine Studies*, outono de 1997, p. 145. (As entrevista foram publicadas originalmente in Yediot Abronot).

o exército egípcio lançando ataques contra vilas palestinas e ao longo da fronteira entre os dois países. Por conta disso, quando o Egito fechou a passagem de cargueiros israelenses que transportavam suprimentos belicosos por Suez, que poderiam ser utilizados para impulsionar os combates, Israel alegou que o Egito agia na tentativa de causar um estrangulamento da economia israelense, pois Nasser havia impedido o acesso de navios ao porto de Eilat (FINKELSTEIN, 2005).

Israel afirmava que era dependente do comércio realizado por esse porto e que isso, por sua vez, consistia, em realidade, num ato de guerra. Esse era, por exemplo, o argumento de Abba Eban, Ministro das Relações Exteriores de Israel na época, embora outras informações levantadas por Finkelstein (2005) desmintam essa afirmação, para quem, na verdade, Israel realizava apenas cinco por cento de seu comércio pelo porto de Eilat. Nesse contexto, Israel atacou, alegando uma ação defensiva, em 5 de junho, confiante que venceria e não seria repellido pelos Estados Unidos. Após a Guerra dos Seis Dias, Israel novamente impediu o direito de retorno dos refugiados palestinos, descumprindo as resoluções 194 e 242<sup>12</sup> da ONU, que determinam o retorno seguro dos refugiados palestinos e a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados, conclui Finkelstein.

Mesmo após o trágico desfecho de 1967 para os árabes, a pressão da comunidade árabe para que o Egito combatesse colocou o sucessor de Nasser, Anuar Sadat, na mesma posição de Nasser. Diante disso, Sadat só teve uma saída: ou aceitava uma rendição incondicional após a derrota ou ia à guerra novamente. Sadat optou pela guerra. Mas, se Israel saiu totalmente vitorioso na Guerra de Outubro (Guerra de Yom Kippur) de 1973, como problematiza Finkelstein (2005; 2006), lutando contra as forças egípcias e sírias, por que Israel aceitou um acordo diplomático com o Egito em 1977-78, e não em 1972, sob as mesmas reivindicações de devolução do Sinai em troca da paz?

A resposta é que a única linguagem que os israelenses compreendem é a da força, e isso, diferentemente de 1967, os egípcios demonstraram em 1973. Na verdade, os líderes sionistas em Israel não acreditavam que Sadat atacaria, pois tendiam a pensar que os árabes não eram capazes de lutar contra Israel. Todavia, quando as tropas egípcias iniciaram a ofensiva, Israel foi surpreendido por uma capacidade de combate muito maior do que ele

---

<sup>12</sup> Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi adotada pela ONU em 22 de novembro de 1967, assinalando a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e a necessidade de uma paz justa e duradoura em que os Estados da região possam viver em segurança.

calculava e que jamais havia enfrentado. O desempenho formidável e inesperado do Egito definitivamente tolheu os israelenses para o lado da insegurança durante a guerra, de forma que até a certa altura do conflito eles não tinham certeza da vitória, conclui novamente Finkelstein (2005; 2006).

No início da guerra a vitória israelense não era dada como certa. E, embora o país mostrasse força suficiente para repelir a ofensiva árabe, o balanço final não era totalmente favorável para Israel. O seu domínio total na esfera militar havia sido posto em xeque de uma forma como nunca antes, numa ação que questionava a sua supremacia no Oriente Médio. Desde então Israel passou a ter de enfrentar um antigo inimigo próximo de suas fronteiras, que mostrava condições de combater, o que alterava o equilíbrio de poder na região a favor dos árabes. Na Guerra de Yom Kippur, Israel foi compelido por perigos que não estava acostumado a enfrentar. Por isso, para evitar um desastre, tratou de neutralizar o Egito, através de um acordo de paz que agradou Sadat, com a devolução do Sinai, enquanto a Síria recebeu algumas concessões de terras nas Colinas de Golã, e os palestinos, por sua vez, ficaram fora das negociações, já que a capacidade militar árabe na Guerra de 1973 se resumia praticamente às egípcias (SHLAIM, 2004; FINKELSTEIN, 2005).

Neutralizado o Egito em Camp David [1978-79], Israel procurou consolidar seu controle da Cisjordânia e de Gaza. O porrete podia agora ser brandido com relativa impunidade. Na realidade, afastar o Egito da frente árabe era a crucial pré-condição dos planos de guerra agora postos em prática. Em 1982, Israel tratou de destruir as bases políticas do movimento nacional palestino sediado no Líbano. Cerca de 20.000 libaneses e palestinos morreram entre junho e setembro – prova mais cabal de que, pelo menos no que dizia respeito a Israel, nada havia mudado no Oriente Médio. A linguagem operacional continuava sendo a força (FINKELSTEIN, 2005, p. 282).

Com a guerra árabe-israelense de outubro de 1973, os reveses iniciais das forças israelenses colocaram a quase inabalável confiança israelense contra a parede e serviram para reviver o perigo da destruição dos judeus com um novo holocausto. Embora Israel estivesse menos isolado, como ocorreu outras vezes quando enfrentou os árabes, contando com menos recursos, a Guerra de 1973 mostrou ser a arma perfeita para Israel consolidar o seu escudo de vitimização, através da ideologia do Holocausto. Depois de “destróçar” os exércitos árabes em seis dias na Guerra de Junho em 1967 e sair vitorioso, uma segunda vez, em 1973, embora com maiores dificuldades, Israel herdou o uso exclusivo do discurso histórico de vitimização, num momento em que, de fato, saiu fortalecido e soberano de duas das maiores guerras do Oriente Médio, ocupando vastos territórios (FINKELSTEIN, 2005, 2006).

### 4.3 Pós-Guerra, Consolidação da Soberania e Integridade Territorial de Israel

Mesmo após o término do conflito de 1967, Israel continuou a implantar colônias na Cisjordânia e em Gaza, integrando uma rede territorial de abastecimento e zonas fortificadas. Essas colônias possuem infraestrutura distinta daquela que foi estabelecida nos territórios palestinos e configuram deformidade sobre as terras destes ao nelas criarem descontinuidade territorial e empurrarem seus territórios para a subeconomia, parcialmente alimentada por Israel. A precariedade territorial palestina resulta, assim, em grande medida, em difusão desses implantes territoriais que conformaram uma rede de dominação sobre os palestinos composta por um conjunto de assentamentos e rodovias de fluxo rápido que submetem os palestinos a uma ordem alienígena de controle territorial (WEIZMAN, 2012).

A ocupação israelense dos territórios palestinos, serviu-se de uma política de confisco de terras, apoiada na expansão de assentamentos ilegais, o que levou a uma política de humilhação da população local. A ocupação das terras palestinas desencadeou duas revoltas, que ficaram conhecidas como Intifadas<sup>13</sup>. Em ambas as revoltas para conter a população palestina, enquanto mantinha o processo de colonização, Israel se apoderou da diplomacia através de uma série de negociações, que resultaram nos Acordos de Oslo I e II (1993 e 1995) (BISHARA, 2003; BACKMANN, 2012).

Em Oslo, para acalmar as hostilidades dos palestinos, Israel prometeu-lhes o reconhecimento de um Estado palestino dentro de um prazo de cinco anos, mas não ratificou a promessa, preferindo assumir uma postura ainda mais inflexível. Tal procedimento provocou mais hostilidades por parte dos palestinos, as quais, por sua vez, resultaram no endurecimento da posição israelita, consubstanciada, anos mais tarde, no Acordo de Camp David (2000 – ver Mapa 5). Nos tratados de Camp David, Israel propôs um Estado Palestino totalmente inviável, estrangulado por assentamentos e rodovias israelenses, estabelecendo uma soberania parcial concedida à administração palestina, que não previa o retorno da fronteira à linha de armistício de 1967, condição mínima exigida pela Autoridade Nacional Palestina (ANP) como requisito básico para criação de um verdadeiro Estado Palestino (BISHARA, 2003; BACKMANN, 2012).

---

<sup>13</sup> A I Intifada se deu entre os anos de 1987 e 1993 e só teve fim com a proposta dos Acordos de Oslo (1993-95) de pôr fim à ocupação israelense. Israel não cumpriu o prometido, o que levou a uma II Intifada, que ficou conhecida como a Intifada al-Aqsa, que se iniciou sob os auspícios do Tratado de Camp David, em 2000, e só perdeu força com a forte repressão israelense, a partir de 2005.

É digno observar que, então com a crescente escalada de violência entre os dois lados, Israel, que contava com o apoio dos EUA, aproveitou-se da influência da superpotência americana para impor aos palestinos uma derrota diplomática, que se deu, antes de tudo, nos bastidores da guerra, com a assinatura de um acordo que não garantia a independência palestina e não definia as fronteiras entre Israel e um futuro Estado Palestino (BISHARA, 2003; BACKMANN, 2012).

O processo iniciado em 1993 em consequência dos acordos de Oslo pressupunha que os palestinos seriam forçados a cessar as hostilidades para com os ocupantes israelenses, ainda que estes dessem sequência à ocupação de territórios. Os dirigentes da OLP [Organização de Libertação da Palestina] aceitaram e assinaram, posteriormente, sete acordos provisórios, ressaltando assim sua intenção pacífica de viver lado a lado com o Estado israelense. Mas em lugar de devolver os territórios ocupados, como, aliás, estava previsto, Israel continuou a estender o seu controle (ilegal) sobre a Jordânia [leia-se Cisjordânia], cercando a população palestina com uma rede de assentamentos – todos eles estabelecidos nas novas terras confiscadas – reforçada por estradas de contorno (BISHARA, 2003, p. 23).

Os palestinos e a OLP em Oslo foram claramente ludibriados. Em nenhum momento Israel se propôs a resolver os problemas palestinos, sabendo-se que ele deveria acatar as resoluções nº 242 e nº 194 da ONU, que preveem, respectivamente, a retirada de Israel dos territórios ocupados e a garantia aos refugiados do direito de retorno. Ao invés disso, prevaleceu a vontade unilateral de Israel, que, após os acordos, continuou a segregar os palestinos em espaços cercados por colônias judaicas e rodoviárias de fluxo rápido, eficientes para “empilhar” os palestinos em bantustões<sup>14</sup> ao estilo sul-africano. Essas medidas violam os direitos humanos e, em sentido mais estrito, ferem o direito alienável da população local à terra, ao estabelecer políticas de segregação e descontinuidade territorial para população nativa (BISHARA, 2003; COCONI, 2010).

Durante as negociações do Acordo de Oslo, pressionados pelo governo de Yitzhak Rabin (Israel) e Bill Clinton (EUA), Yasser Arafat e a Autoridade Nacional Palestina (ANP) estavam diante de um contexto geopolítico francamente desfavorável, e se viram diante de uma escolha que “era isso ou nada”. Ao negociarem com seus “algozes”, os então representantes da ANP, Arafat e os líderes da Organização de Libertação da Palestina (OLP), diante de uma aliança pro-Israel fortalecida pelo papel dos Estados Unidos de mediador das negociações, foram ineficientes em pressionar Israel e a comunidade internacional a favor das reivindicações do povo palestino. Com todos esses fatores contra, Arafat e a ANP foram

<sup>14</sup> Bantustões foram uma espécie de pseudoestados de base tribal criados pelo regime do *apartheid* na África do Sul, cujo objetivo era manter os negros fora das terras e fora dos bairros brancos, mas suficientemente perto deles para servirem de mão de obra barata.

dissuadidos a assinar um acordo que não concedia soberania territorial aos palestinos de forma imediata em troca de uma promessa vaga e abstrata de avaliar a situação no futuro. Com a assinatura do acordo, enfatiza Bishara, até os militantes históricos palestinos foram facilmente dobrados pelas pressões israelenses e americanas, que passaram a ditar as regras da negociação (BISHARA, 2003; BACKMANN, 2012).

Como analisa Bishara (2003), os palestinos viam o acordo de Oslo com grande otimismo, uma vez que ele representava a possibilidade de criação de um Estado Palestino. Porém, como o autor também nota, no embate político a OLP se encontrava em posição frágil e incapaz de negociar em condições de igualdade com Israel. Na verdade, diz Bishara, a OLP se encontrava arruinada após a Guerra do Golfo (1990-1991), que destruiu as forças iraquianas de Saddam Hussein, um aliado do movimento nacionalista palestino.

Nesse contexto é importante considerar, ainda, outro componente relevante, a saber: a desintegração da União Soviética – uma potência com a qual a ANP poderia estabelecer aliança. Nessas condições, estava eliminada qualquer possibilidade de aliança palestina com outra potência. Por isso, Yasser Arafat, líder máximo da OLP, sem aliados, não possuía nenhuma condição, a essa altura, de se impor nas negociações. Assim, diante das pressões, preferiu um acordo que não deixava claro quais seriam as retribuições israelenses em troca da paz palestina. No final das contas, com a ampliação da dependência palestina em relação ao mercado de bens e serviços israelenses, e com a precarização da infraestrutura palestina, conclui Bishara, a OLP e seu braço armado, o Fatah, transformaram-se em mandatários da política de Israel, e a todo custo, buscou até o último momento, sustentar o princípio de não agressão durante os primeiros anos após o acordo de Oslo, mantendo a esperança que Israel cumprisse o acordo, embora este, por sua vez, prosseguisse com os assentamentos a toda velocidade.

Foi inevitável que os altos escalões da OLP, ao se subordinarem aos interesses israelenses, se transformassem num pequeno grupo de palestinos beneficiados por Israel para conduzir seu trabalho. “[...] Esses VIPs – como descreve Bishara – tornaram-se os ‘clientes’ que respondiam às ofertas dos ‘patrões’, mas eles também tinham de satisfazer às reivindicações de suas vítimas para poderem continuar a serviço dos ‘senhores’”. Quando as condições pioram na Palestina, a chantagem de Israel com respeito aos ‘clientes’ aumentou: a

corrupção veio a ser o resultado inevitável de Oslo” (2003, p. 121)<sup>15</sup>, que em pouco tempo lançou os palestinos numa situação mais desesperada.

Quando a OLP mostrou-se incapaz de conter o movimento insurgente palestino e a II Intifada estourou, pondo fim à ilusão do processo de paz de Oslo, rompendo com o acordo de cessar-fogo, exatamente em 28 de setembro de 2000, em consequência da visita de Ariel Sharon, recém-eleito Primeiro Ministro de Israel à esplanada das mesquitas, grande símbolo religioso para os muçulmanos, foram os palestinos, e não os israelenses, acusados por Washington de provocar o conflito e inflamar as hostilidades. Contudo, em Camp David, pouco antes da intensificação do conflito, em julho de 2000, mais uma vez Israel se esquivou e não permitiu o retorno às fronteiras definidas antes do conflito de 1967, nem o desmantelamento das colônias (exceto pelas retiradas posteriormente feitas na Faixa de Gaza em 2005) ou a retirada de Jerusalém Oriental; o que inviabiliza qualquer soberania palestina, porquanto destituída de controle territorial (BACKMANN, 2012).

Com Sharon no poder, um general “linha dura”, Israel deu continuidade ao projeto de separação através de uma fronteira física, que viola as fronteiras da linha de armistício fixadas após o conflito de 1967. A barreira de separação israelense (ver Mapa 6), que, quando for concluída, deve ter cerca de 730 quilômetros de extensão, serpenteia a Cisjordânia seguindo de perto a linha de armistício de 1967 para em seguida, em locais específicos, se adentrar em território palestino, capturando assentamentos judeus para anexá-los à soberania territorial de Israel, dando a esses blocos de assentamento integridade territorial, unindo-os ao corpo territorial de Israel (BACKMANN, 2012).

Segundo Backmann (2012), quando os assentamentos estão localizados no interior da Cisjordânia, e de sua parte, Israel, não podendo capturá-los, a FDI intensifica a construção de estradas que interligam esses assentamentos a Israel e os ampara militarmente, criando descontinuidade territorial na Cisjordânia através de rodovias de uso exclusivo para israelenses. Desse modo, as colônias na Cisjordânia, implantadas estrategicamente, forneceram as melhores condições de solo e abastecimento de água para Israel, submetendo os palestinos a espaços descontínuos e sub-abastecidos.

---

<sup>15</sup> Sobre esse ponto Bishara destaca ainda que a OLP se viu profundamente pressionada não apenas por Israel e os norte-americanos. Internamente a organização era responsável pelo pagamento de funcionários públicos, e, com um orçamento de 1 bilhão de dólares, devia atender cerca de 1 milhão de palestinos dependentes dos salários pagos pela Autoridade Nacional Palestina (ANP). Dessa forma, nem Israel queria o desmantelamento da organização, que poderia levar aos caos, nem Arafat tinha condições de enfrentar os israelenses.



Na região setentrional da Cisjordânia, onde o foco do governo israelense é o controle sobre Jerusalém, desde 1967 Israel vem ampliando unilateralmente a extensão da cidade, anexando vastas áreas de terra, onde são construídos bairros exclusivos para judeus. A estratégia, como podemos notar, é criar em Jerusalém uma grande metrópole, símbolo econômico e político de Israel; com esse objetivo expulsam os palestinos da cidade (ver, em detalhes, BISHARA, 2003; EFRAT, 2005; e BACKMANN, 2012). Na parte leste da cidade,

[...] a anexação de *facto* vem sendo realizada sob a cobertura de duas leis essenciais. A primeira permitia que o Estado de Israel estendesse sua administração à nova zona ocupada; a segunda, aplicando-se a todas as municipalidades, permitia que o ministro do interior israelense alargasse as fronteiras municipais da cidade. Os israelenses utilizaram essas duas leis para controlar a parte palestina desta zona anexada: obrigaram os palestinos a solicitar carteiras de residente para poderem continuar a viver em Jerusalém e, frequentemente, sob os mais variados pretextos, procederam ao confisco dessas carteiras para diminuir o seu número. Para os israelenses, o objetivo desta política era adquirir o máximo de terras com o mínimo de população árabe. Desde então, Israel apoiou, principalmente por meio de subvenções, os residentes judeus do Leste e da metrópole de Jerusalém (ou seja, 180 mil habitantes, de acordo com as estatísticas de 1999) (BISHARA, 2003, p. 102, *itálicos do original*).

Já na Faixa de Gaza, antes de se retirar completamente da Península do Sinai, em 1982, a FDI esculpiu um corredor de segurança de codinome Philadelphi, que possui 10 quilômetros de extensão e várias dezenas de metros de largura, através da cidade fronteira de Rafah.

[...] Desde a criação desta barreira, o subsolo da zona de fronteira tem se tornado uma cavidade por centenas de túneis que ignoram as fortificações israelenses e conectam as duas partes separadas do que foi uma vez única cidade. Túneis que inicialmente foram escavados por famílias que deixaram membros de ambos os lados da fronteira têm vindo a ser usados para uma variedade de propósitos: como rotas de contrabando para cigarros egípcios baratos, utensílios domésticos e até mesmo prostitutas, e como as principais linhas de fornecimento de armas, explosivos e recrutas armados para a resistência palestina. O uso de túneis acelerou-se após o início da Segunda Intifada, quando Israel completamente vedou a Faixa de Gaza com o mundo exterior, e a demanda por armas aumentou. Para evitar serem detectadas, as entradas dos túneis e saídas são geralmente localizadas no interior dos edifícios de ambos os lados da fronteira. Na verdade, a maioria dos túneis tem vários pontos de acesso e rotas, a partir de várias casas ou em galinheiros, unindo-se em uma rota principal, e então ramificando-se novamente em várias passagens separadas levando a edifícios do outro lado. Desta forma, se uma entrada é descoberta e desligada, ou um túnel desmorona através da má construção ou por bombas de penetração de terra de Israel, outros podem continuar a ser utilizados, e os novos túneis de acesso podem ser escavados e conectados com a rota principal (WEIZMAN, 2012, 254-255).

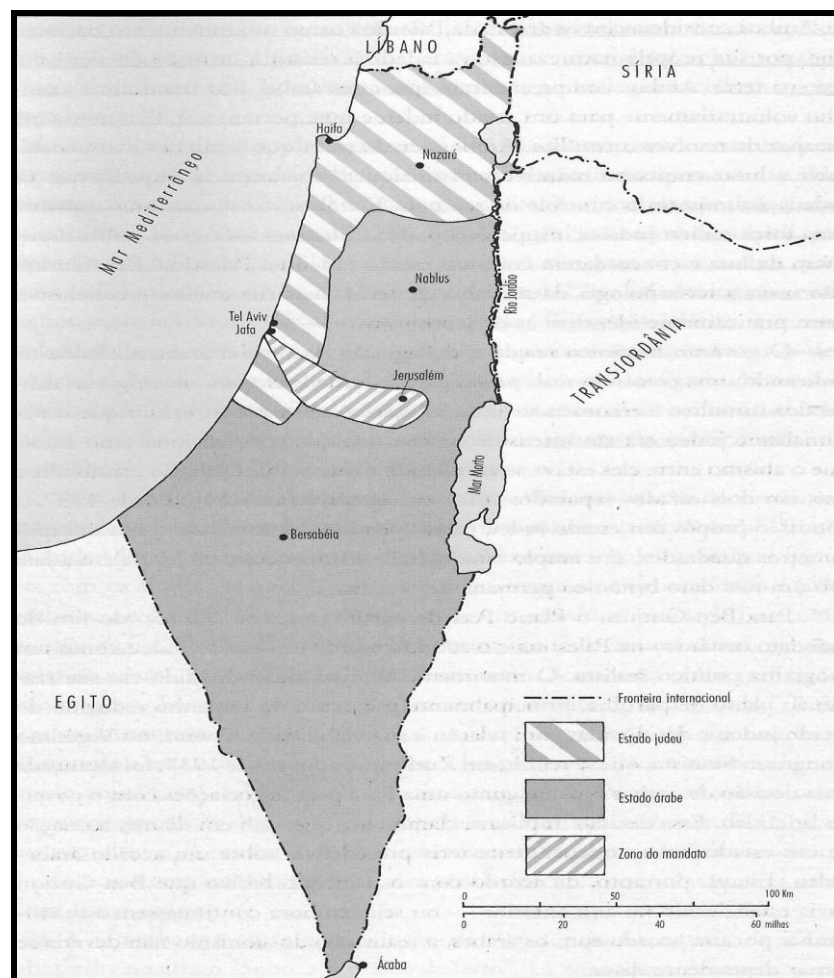
Como descreve Weizman (2012), esses túneis são, em sua maioria, construídos e operados por empresas particulares que empregam seus próprios garimpeiros e engenheiros. O contratante então aluga os túneis para uso militar ou privado, ou vende as mercadorias

contrabandeadas para grupos militares e pequenas empresas. Por causa do colapso econômico em Gaza, o tunelamento se tornou extremamente lucrativo, constituindo uma importante fonte de renda nessa área. Nesse negócio, o contratante aluga vários quartos em casas de família, onde os moradores permanecem para não levantar suspeitas. Em Gaza, especialmente, mas também na Cisjordânia, os palestinos se afundam cada vez mais no território, criando uma espécie de rede subterrânea e construindo cavidades territoriais para armazenamento de armas e abrigo de militantes, enquanto na superfície e no espaço aéreo é notável o controle de Israel.

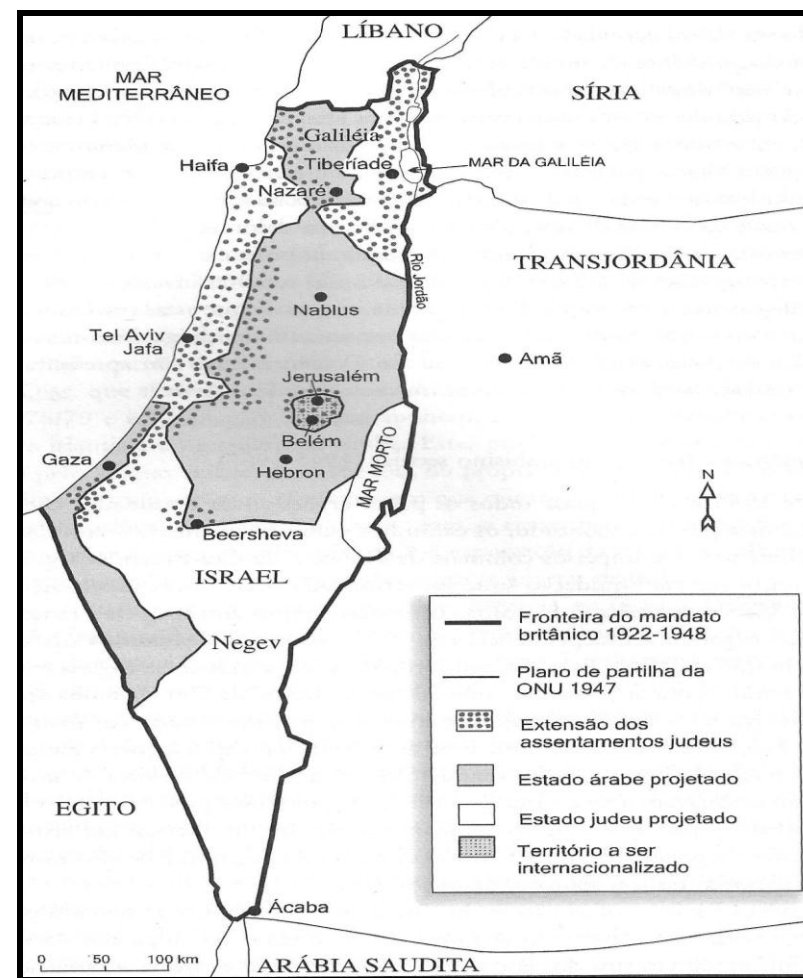
Como salientamos no início do trabalho, a ocupação dos territórios palestinos invoca todo um problema de modificação do território que repercute diretamente na vida da população palestina. Esse problema, por outro lado, consiste também numa questão representacional, e podemos discernir, ainda, um problema visual e narrativo sobre como a vida palestina sob ocupação é tratada. Por isso, o capítulo seguinte confere importância à análise espacial dos quadrinhos a partir da obra de Joe Sacco, através da qual se busca apresentar determinado enfoque da narrativa visual e textual que o quadrinho oferece sobre o cotidiano da vida nesses territórios. Desse modo, o capítulo final versa sobre os elementos da obra de Joe Sacco que, sugere-se, ampliam a compreensão da dimensão territorial do cotidiano da população que vive sob o regime de ocupação.

**Mapa 1**

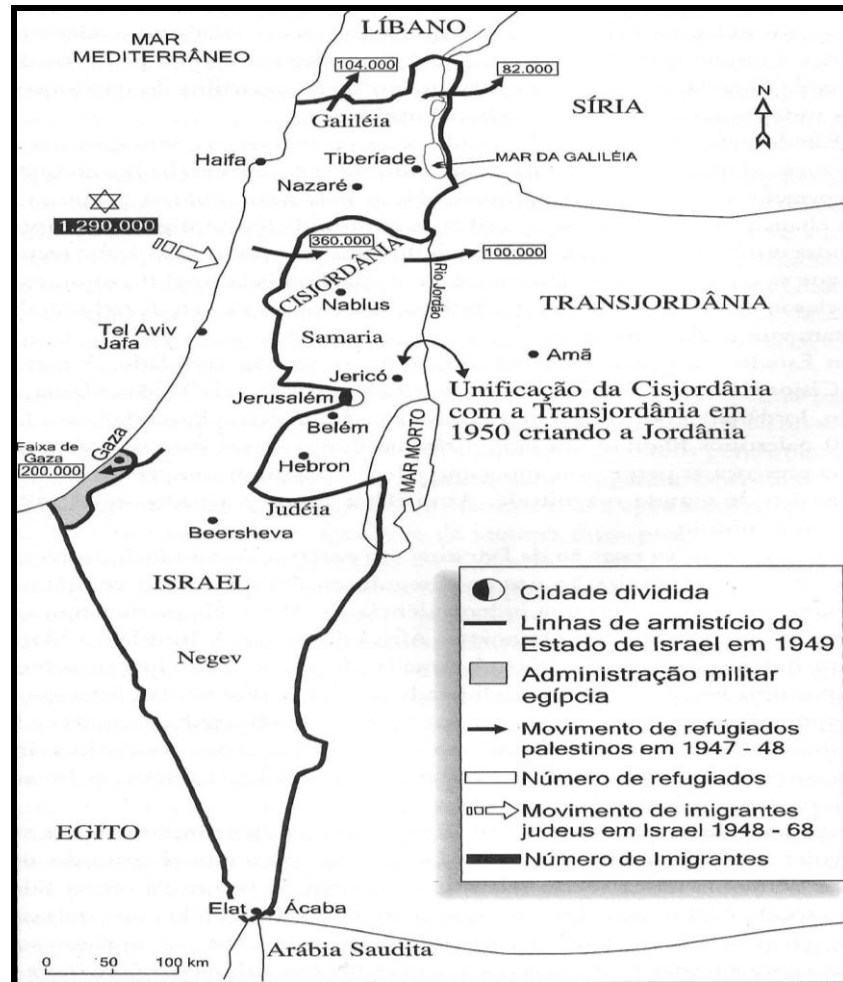
Proposta de Partilha da Comissão Peel de 1937

Fonte: Shlaim, *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*, 2004, p. 58.**Mapa 2**

Plano de Partilha da Palestina de 1947 e Colônias Judaicas

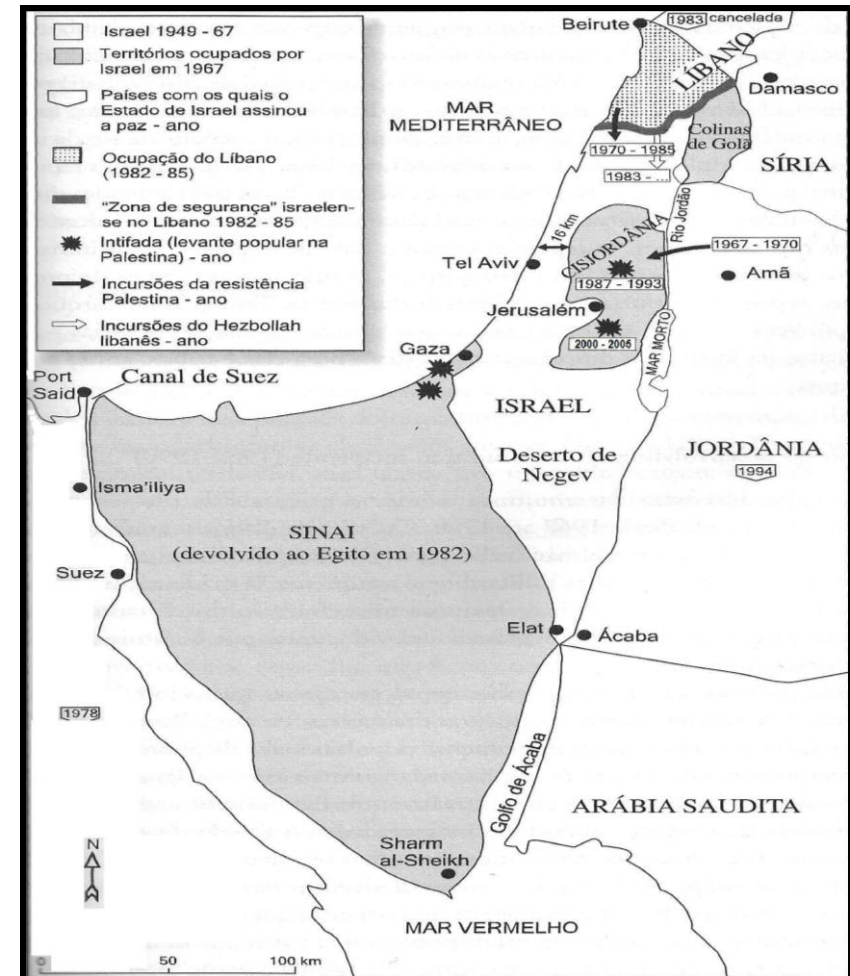
Fonte: Demant, *O mundo muçulmano*, 2008, p. 102.

**Mapa 3**  
Israel-Palestina 1948-1968



Fonte: Demant, *O mundo muçulmano*, 2008, p. 103.

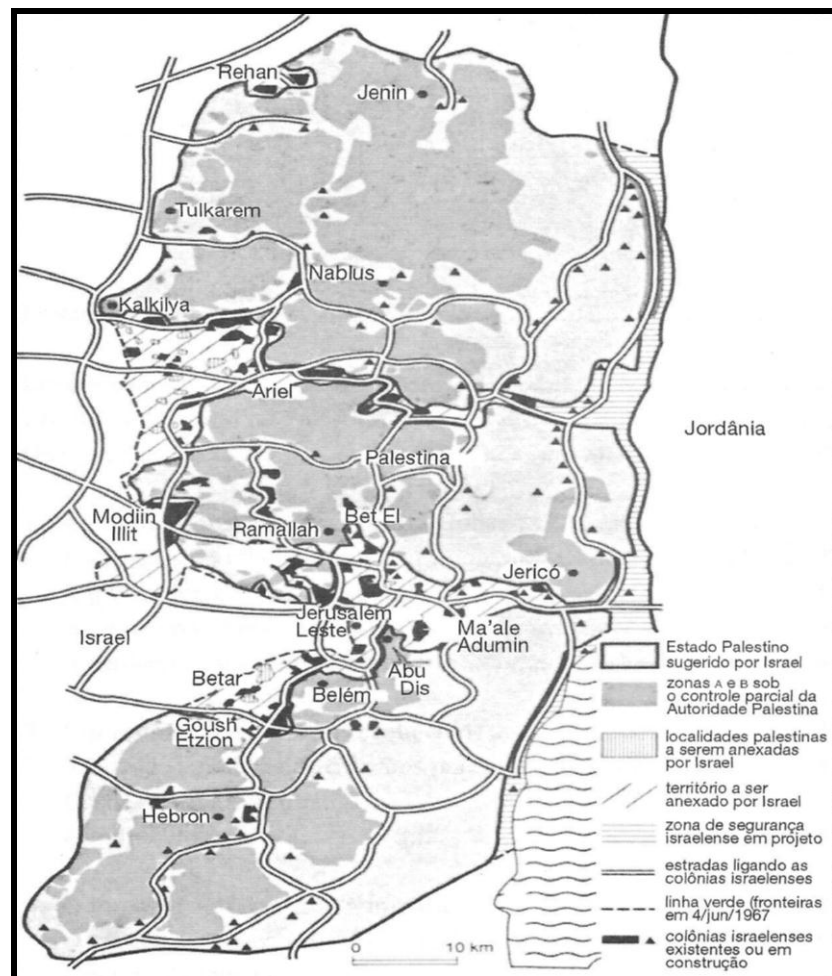
**Mapa 4**  
Israel e os Territórios Ocupados Após a Guerra de 1967



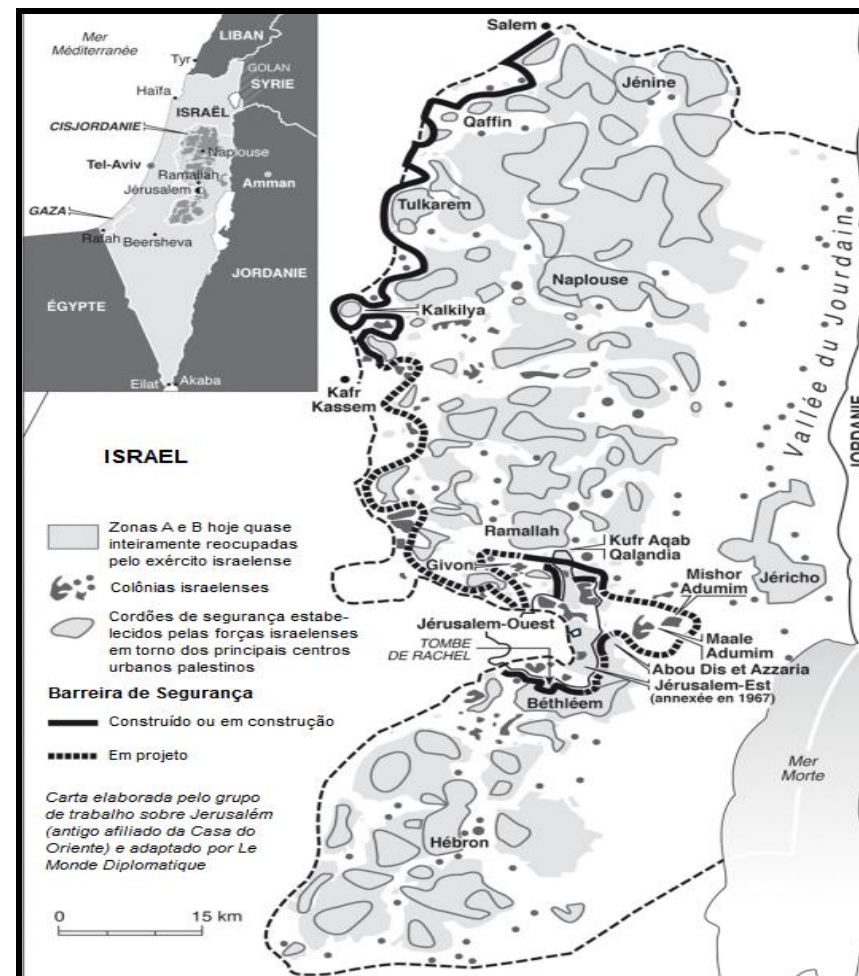
Fonte: Demant, *O mundo muçulmano*, 2008, p. 107 (alterado do original).

**Mapa 5**

Proposta Israelense Para o Estado Palestino em Camp David

Fonte: Bishara, *Israel/Palestina: a paz ou o apartheid*, 2003, p. 9.**Mapa 6**

Barreira de Separação Israel/Cisjordânia – Novembro de 2012

Fonte: Rekacewicz (2012), disponível em *Le Monde Diplomatique*.



### *Capítulo 5*

## **GEOPOLÍTICA DOS QUADRINHOS: UMA ABORDAGEM DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS À LUZ DOS LIVROS EM QUADRINHOS DE JOE SACCO**

Como indicamos no início desta pesquisa, a obra de Joe Sacco manifesta sensibilidade sobremodo saliente no que diz respeito à representação da dimensão espacial do conflito israelo-palestino. Merece ser investigada, pois fornece uma percepção aguda da territorialidade inerente nesse conflito. Sugere-se, mesmo, que a obra de Sacco confere uma visibilidade peculiar da dimensão territorial da ocupação israelense, porquanto, principalmente, focaliza a vida palestina no dia a dia da ocupação.

Este capítulo pode ser, em parte, intitulado “*Geopolítica dos quadrinhos*”, porque a análise que ele traz, além de tratar do discurso geopolítico dos quadrinhos, como fez Dittmer (2007), propõe investigar especificamente a dimensão espacial dos quadrinhos de Joe Sacco; para tanto, concentrará seu enfoque na política territorial contida na representação quadrinhesca como fonte de uma narrativa que fornece enorme visibilidade à espacialidade que os sujeitos-personagens dessas HQs ocupam. O capítulo irá privilegiar, assim, o modo como os quadrinhos desse autor tratam a dinâmica cotidiana dos palestinos nos territórios ocupados.

A análise dos territórios palestinos ocupados será, assim, tratada em três livros de Joe Sacco. Citem-se primeiramente dois: *Palestina: uma nação ocupada* (2000, 143 páginas) e *Palestina: na Faixa de Gaza* (2003, 141 páginas) – que no Brasil foi publicado em dois volumes, enquanto nos Estados Unidos e na Europa a obra foi publicada em um único volume, com o título genérico de *Palestina*. Esses trabalhos são frutos da pesquisa de campo que Sacco empreendeu no fim de 1991 e início de 1992 em Jerusalém, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, quando o autor dedicou-se à apreensão tanto do cotidiano da vida palestina sob ocupação, assim como de seus limites territoriais, quanto da repressão israelense a que estão sujeitos os palestinos. O enfoque de Sacco, nesses livros, sobre a precariedade da vida palestina estabelece um regime de visibilidade, no sentido que Gomes (2013) atribui ao termo, ao determinar *o que olhar e como olhar* ao revelar as experiências vividas dos palestinos submetidos a uma infraestrutura territorial de controle.



O terceiro livro, *Notas sobre Gaza* (2010, 419 páginas), está assentado na pesquisa de campo que Sacco fez durante duas viagens a Gaza entre novembro de 2002 e março de 2003. O livro focaliza basicamente dois temas que não podem ser vistos de maneira dissociada. A primeira parte da obra se dedica a retratar os eventos da Intifada al-Aqsa em Gaza entre o final de 2002 e o início de 2003. A segunda parte, relata os eventos ocorridos em Khan Younis e Rafah nos anos 1940 e 1950, que envolvem, por sua vez, os acontecimentos de 1956 “mal” esclarecidos, os quais, segundo o próprio autor, despertaram-lhe o interesse quando estava acompanhado os eventos da Intifada al-Aqsa entre 2002 e 2003.

*Notas sobre Gaza*, pela amplitude da abordagem historiográfica e profundidade visual, constitui o trabalho mais extenso de Joe Sacco. Na obra o autor registra inúmeras entrevistas, por ele realizadas, com palestinos e militares israelenses, ampla pesquisa bibliográfica e consulta em documentos históricos, o que, pela extensão das fontes e dificuldade de acesso, exigiu contratação de dois historiadores para apoiá-lo nas pesquisas históricas nos arquivos da Força de Defesa de Israel (FDI). Cabe salientar que um desses pesquisadores examinou também os Arquivos do Estado de Israel, os Arquivos do Knesset (Parlamento Israelense), arquivo de imprensa e o arquivo do jornal *Kol Há'am* (do Partido Comunista) em busca de menção sobre os eventos ocorridos em 1940 e 50.<sup>1</sup>

No prefácio, Sacco ressalta que ele é o diretor e cenógrafo de todas as cenas ocorridas entre as décadas de 1940 e 1950, que as histórias dos entrevistados passaram por um filtro, com o intuito de, antes do cartunista entrar em ação com sua interpretação visual, confirmar os relatos e dar credibilidade historiográfica às fontes. Os cenários que reconstroem a aparência das cidades e dos acampamentos de refugiados de Gaza à época também contaram com pesquisa documental, em que Sacco se valeu, em grande medida, das fotografias disponíveis nos arquivos da Agência de Socorro, de trabalhos da ONU, localizados na Cidade Gaza e das descrições físicas fornecidas pelos palestinos.

Em grande parte desse livro Joe Sacco trata da política geoestratégica de controle israelense em Gaza, que se vale, ainda hoje, da demolição de casas palestinas em larga escala. Em *Notas sobre Gaza*, como abordou também em outros livros, Sacco deu importância à questão da mobilidade palestina, que, sobretudo relevante para o presente estudo, envolve a problemática da dinâmica territorial. Nesse livro o autor conferiu importância também aos

---

<sup>1</sup> No prefácio e no apêndice da obra, Sacco apresenta em detalhes como se sucedeu a pesquisa para o livro, além de documentos e entrevistas com comandantes do exército israelense.



eventos das décadas de 1940 e 50, como a expulsão dos palestinos de sua terra na Guerra de Independência de Israel e os massacres israelenses comandados pela FDI em 1956, quando suas tropas invadiram os campos de Khan Younis e Rafah, assassinando dezenas de pessoas.

Porém, uma vez que a Faixa de Gaza que Sacco descreveu sofreu, desde então, sensíveis transformações, é imprescindível chamar a atenção para algumas mudanças, para evitar qualquer tipo de interpretação equivocada. A primeira foi a retirada de Israel dos assentamentos judeus em Gaza, deixando o território, em algum grau, sob controle palestino ao nível da superfície, passando, contudo, a restringir o seu controle sobre o espaço aéreo, bem como dos terminais que dão acesso ao território. A segunda mudança, também digna de nota, foi a vitória do Hamas nas eleições palestinas de 2006, o que levou o grupo a administrar o território a partir de 2007.

No entanto, esses eventos não mudam o fato de que a Faixa de Gaza permanece um território precário, que Sacco de modo agudo descreveu. Um lugar onde os palestinos não têm “direito à vida”; um espaço que funciona, por assim dizer, como prisão a céu aberto sobre a qual Israel realiza ataques de retaliação, como se comprovou no final de 2008 e início de 2009 e no final de 2012 e meados de 2014, quando, em bombardeio indiscriminado, atingiu a população civil. Esses eventos serão considerados num texto Anexo ao final deste trabalho, na medida em que extrapolam o âmbito da análise proposta, que se restringe às obras de Sacco – não obstante, evidentemente, serem relevantes para a compreensão do conflito israelo-palestino atualmente.

A análise da obra de Sacco parte da perspectiva segundo a qual sua leitura oferece uma representação da “Geopolítica Vertical” da ocupação israelense através de elementos da espacialidade do cenário geográfico que recriam uma sensação volumétrica, pelo efeito de profundidade na representação espacial. Essa profundidade se traduziria num “volume político” das representações que Sacco oferece. Portanto, tendo em vista a amplitude da obra de Sacco, a análise será conduzida em três itens subsequentes que contemplam a vivência e os significados da vida palestina nesses ambientes. O enfoque dos acontecimentos das décadas de 1940 e 1950 exigiu, por sua vez, relacioná-los aos acontecimentos de 2002-2003, isto é, ao uso discriminado de violência contra os palestinos, que traduzem, enfim, a legitimação do direito de “Israel matar”.

Assim, para atender a amplitude e, sobretudo, os objetivos deste trabalho, o primeiro item deste capítulo analisa algumas passagens da obra de Sacco nas quais é evidente que o autor recria um cenário geográfico vertical e tridimensional para representar a extensão e os significados da vida palestina em uma zona de conflito. O segundo analisa o modo como o território palestino apresenta uma descontinuidade que no cotidiano da população é sentida graças ao imobilismo causado aos palestinos, que, nessas condições, é diretamente relacionado à perda de soberania e precarização territorial. Finalizando o capítulo, o terceiro item focaliza as relações de violência e terror às quais Sacco se remete para descrever a ocupação israelense dos territórios palestinos.

### **5. 1 Verticalidade e Visão Tridimensional do Território nos Cenários da Ocupação e da Vida Palestina na Obra de Joe Sacco**

Em Sacco temos uma narrativa sequencial disposta, através dos quadrinhos em diferentes tomadas de cenas, compostas em ângulos gerais, curtos e fechados, e perspectivas em profundidade, sem perder de vista o sujeito, no caso o palestino, que habita esse espaço tridimensional. Esse cenário consiste, em outras palavras, num conjunto de códigos que operam no sentido de transmitir uma visibilidade do território e da vida palestina sob ocupação.

Sobre esse ponto de vista, como também nota Macri (2012, p. 28), “Joe Sacco intercala quadrinhos geométricos e orgânicos [...] com o intuito de operar no leitor questões como temporalidade e espacialidade [...]”, que destacamos, são distribuídos em sequências verticais e tridimensionais, que vão do nível do chão às alturas de edifícios e torres de vigilância, indo, às vezes, além disso, aos espaços particulares da vida palestina, adentrando-se nas casas, onde podemos notar o habitar precário da vida privada, bem como seus hábitos de tomar café com muito açúcar e de se sentar no chão.

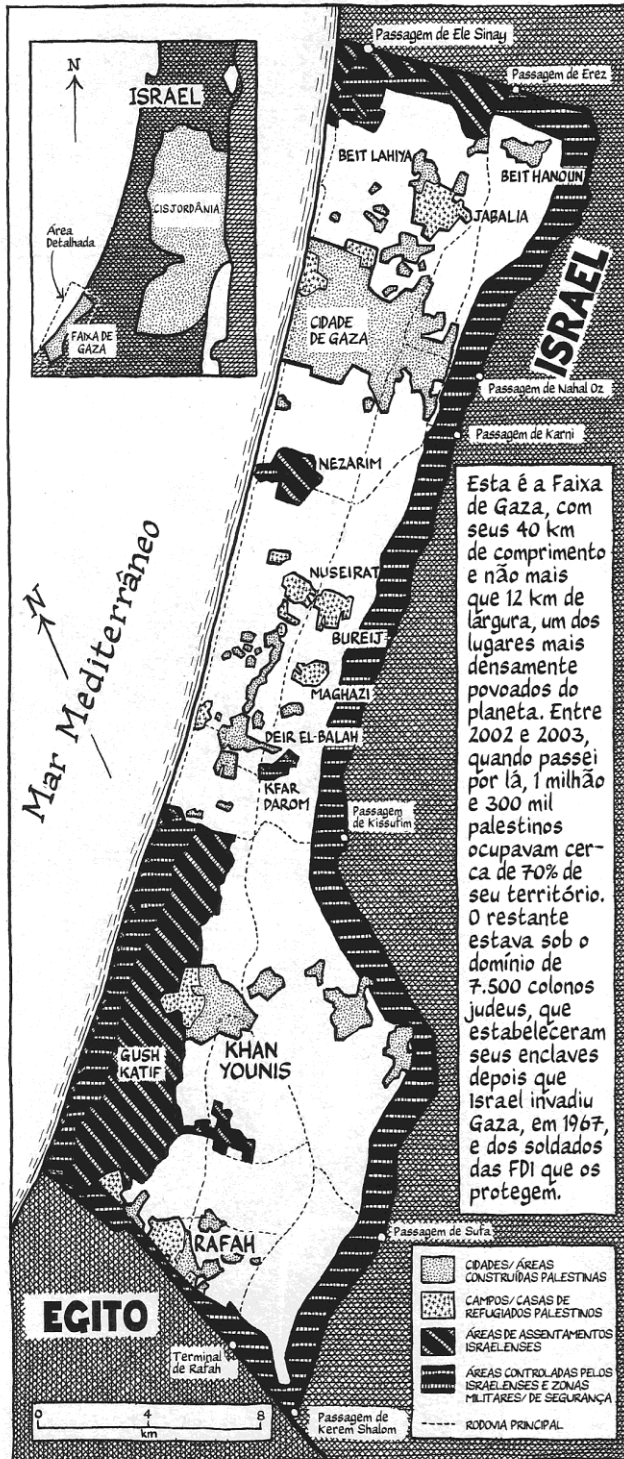
A representação iconográfica nos quadrinhos de Joe Sacco permite retratar os objetos/formas espaciais de poder e seus usos no território, sem, entretanto, perder de vista a representação do ambiente de forma detalhada, que consiste, já vimos isso, numa tentativa de tornar acreditável esse mundo. “A iconografia de Joe Sacco pode ser considerada, portanto, uma forma peculiar de tratamento criativo da realidade, pois consegue retratá-la com muita

propriedade imagética, ainda que com traços de próprio punho tendendo à cartunização. [...]. Não traz a verossimilhança imagética da fotografia, mas seu expressionismo evoca a descrição de uma realidade [...]” (MACRI, 2012, p. 120), o que é bem diferente da ideia de espelho ou cópia do real, já que considera uma forma de percepção fundamentalmente embasada numa concepção política do espaço.

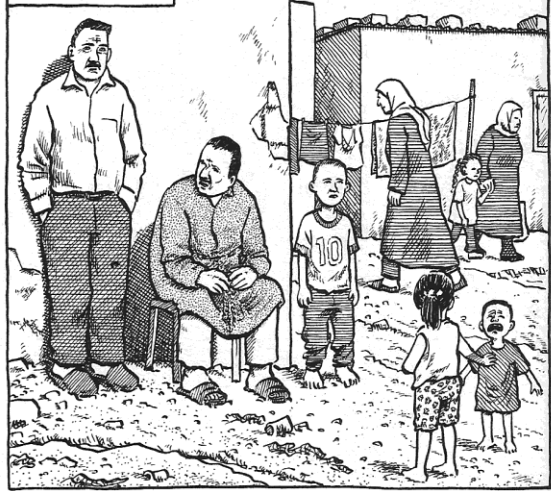
O quadrinho veicula cenários da deformação do território e da sociedade palestina, que vive o seu dia a dia sob o julgo de infraestruturas de controle que são utilizadas para reprimir a população. Uma soberania palestina precária que o cenário geográfico das HQs de Sacco apresenta em visão vertical e tridimensional (V e 3-D), como cenários da ocupação. Este é o ponto de vista de nossa discussão, já extensamente apresentado aqui, e daremos importância, na sequência deste item, como também se seguirá com os outros, à análise dos quadrinhos de Sacco, que relevam esta concepção política do espaço nas HQs.

As sequências que apresentamos da obra de Joe Sacco revelam que cada cenário, na maioria das vezes composto por mais de uma cena, é acompanhado de uma análise dos elementos da cena. Como a Figura 15 revela, Joe Sacco apresenta um mapa da Faixa de Gaza relacionado com tomadas de cenas em diferentes lugares e ângulos que representam a vida palestina em Gaza. O mapa fornece informações sobre o território e sobre a ocupação israelense, em que o autor mostra os principais centros palestinos em toda a extensão de Gaza, estrangulada por uma zona fronteiriça de controle, enquanto as tomadas de cena visam veicular a essa cartografia o cotidiano da vida palestina em tal território.

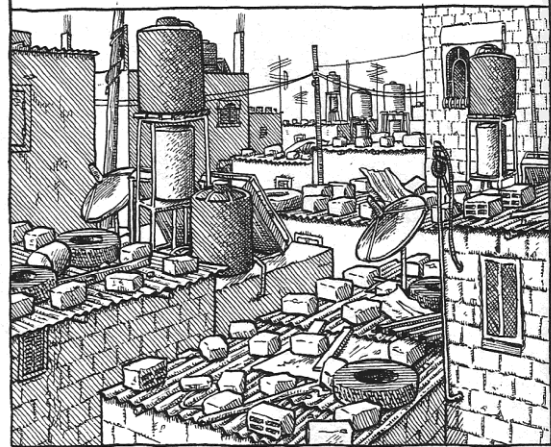
# A FAIXA DE GAZA



A taxa de desemprego entre os palestinos era de 50%. O percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza — que vivem com menos de dois dólares por dia — chegava a 70%.



Cerca de dois terços eram refugiados registrados, os refugos da guerra de 1948. A maior parte deles vivia nos oito grandes campos administrados pela Agência de Socorro e Trabalho da ONU — UNRWA (United Nations Relief and Works Agency).



Todos os acessos a Gaza, tanto para palestinos como para estrangeiros, eram vigiados e rigidamente controlados pelos israelenses.

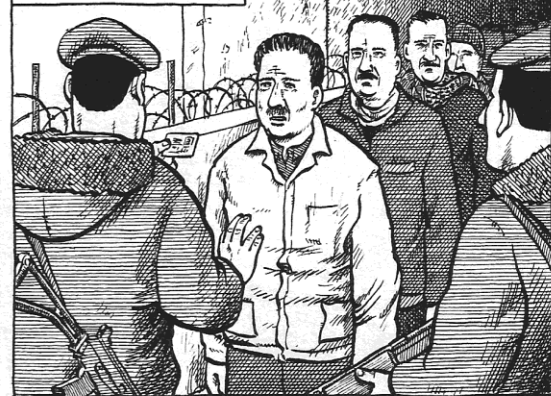


Figura 15 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 18.

Na sequência que as Figuras 16, 17, 18 e 19 esposam, o cenário oferece uma visão de Khan Younis na Faixa de Gaza por meio de diferentes ângulos e tomadas de cena de visões verticais e tridimensionais de uma operação que se sucedeu à noite, durante a Intifada al-Aqsa. Como visualizamos, na sequência das cenas, helicópteros Apaches e aeronaves não tripuladas da Força de Defesa de Israel (FDI) sobrevoavam a cidade procurando alvos (Figuras 16 e 17), enquanto, no solo, tanques ameaçavam entrar no tecido urbano denso da cidade, disparando a sua artilharia (Figuras 18 e 19). Nos estratos inferiores da profundidade do cenário urbano, civis e militantes palestinos se escondem ao tempo que se preparam para o conflito dentro da cidade (Figuras 16, 17, 18 e 19). O barulho das hélices dos helicópteros e o disparo dos canhões bem como o ruído das aeronaves não tripuladas e, por último, dos tanques, reconstroem o cenário e, ao mesmo tempo, oferecem a dinâmica da operação efetuada pelas aeronaves e da ação levada a efeito pelos veículos de combate – aquelas, num plano espacial situado acima dos palestinos; estes, num ângulo horizontal a eles –, fornecendo uma ideia do teatro de operação.

Como o cenário revela, o helicóptero no céu de Khan Younis cria uma ressignificação do espaço em que se inscreve a sensação de um possível ataque nas áreas mais verticalizadas e de penetração difícil por terra, em cujo aglomerado urbano tanques não ousam se aventurar a penetrar, sobretudo às escuras (Figuras 16 e 17). Por sua vez, o sobrevoo de uma aeronave não tripulada, que tira fotos do terreno e pode desferir ataques seletivos contra alvos da resistência palestina marcados para morrer, também ressignifica o espaço, ao promover uma apreensão vertical dele (Figura 17). Nessa mesma medida, os tanques também promovem uma apreensão horizontal do espaço, ao prosseguirem com a invasão por terra, avançando pelo subúrbio, enquanto contam com o apoio aéreo para entrar no espaço denso da cidade (Figura 18). Em uma das cenas, muito representativa do papel central que a dimensão espacial possui para a estruturação da narrativa de Joe Sacco, ficamos sabendo que os tanques mudaram a rota; ao invés de se dirigirem para o centro da cidade, cercaram dois vilarejos nos subúrbios da cidade, destruindo a casa de um ativista palestino chamado Talal Abu Zariefeh (Figuras 18 e 19).

Como a sequência demonstra, um grande estrondo notifica a demolição da casa, antes da comunicação por celular, dando a entender que a sonoridade também é uma dimensão importante da guerra, que amplifica a percepção geográfica onde a visibilidade do cenário não oferece uma representação visual (Figuras 18 e 19). Esse cenário se compõe de sucessivos

ângulos de imagens verticais e tridimensionais, que focalizam o centro de Khan Younis e recriam um volume geométrico da área com suas formas espaciais, desde o espaço público de suas ruas até o interior de um apartamento ou do terraço do prédio, em que Sacco está presente na cena junto de outros palestinos, sendo alguns deles militantes.

No centro de Khan Younis, as aeronaves ajudam a compor uma sensação de profundidade e volume, oferecendo uma apreensão visual do cenário através da verticalidade (Figuras 16 e 17), enquanto no subúrbio a atenção se volta para os tanques, que operam na dimensão horizontal do cenário, urdindo os espaços em um único cenário, através da sonoridade que a narrativa oferece (Figuras 18 e 19). Desse modo, temos uma conjectura que une ação e lugar, através de seus pontos de referência, com a centralidade de Khan Younis, verticalizada e urbanizada, e o seu subúrbio, não visto, mas integrado ao cenário por meio dos tanques e a casa do ativista destruída, que conformam toda a extensão espacial da operação e, consequentemente, do cenário geográfico em Khan Younis.

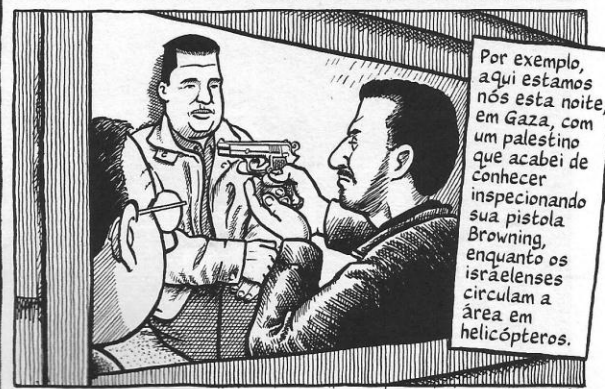
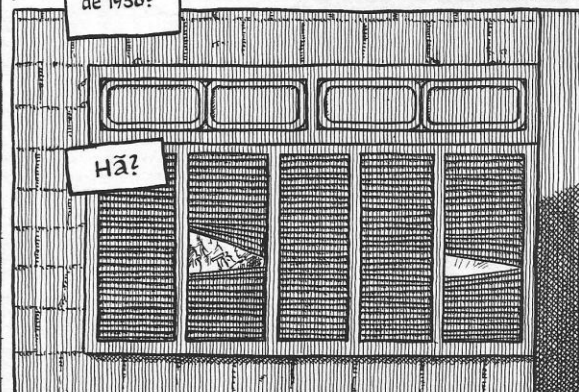
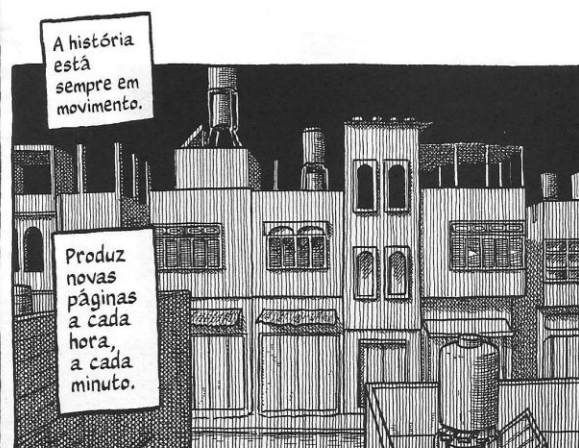


Figura 16 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 9.





Figura 17 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 10.





Figura 18 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 11.

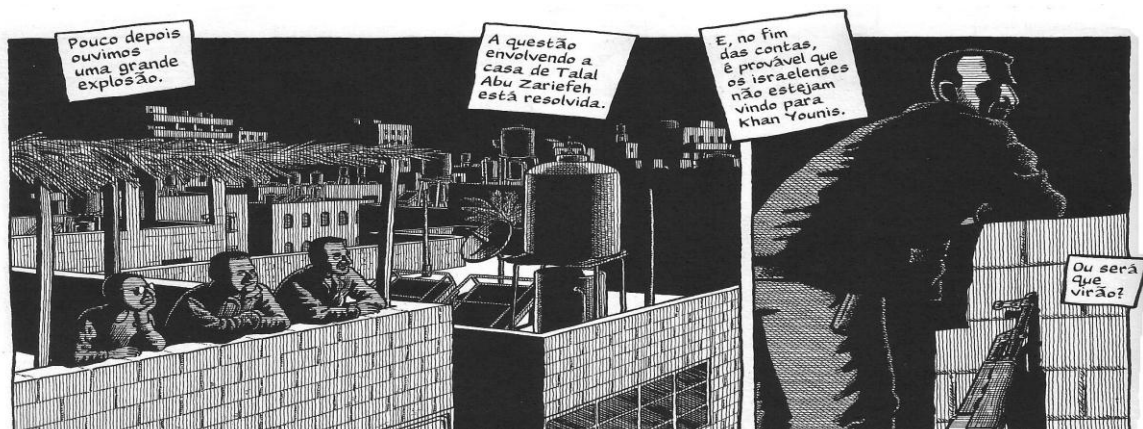


Figura 19 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 12.

A sequência das Figuras 20, 21 e 22 revela, através de um cenário tridimensional, o eficiente meio de controle territorial dos acampamentos de refugiados e das zonas de fronteira na Faixa de Gaza por parte dos israelenses. A Figura 20 consiste em uma representação dessa fronteira, não no sentido de se traçar uma linha fronteira, mas, sim, retratar o ambiente territorial ao longo de toda a fronteira entre Gaza e o Egito, onde torres de controle monitoram a área do alto e patrulhas motorizadas realizam operações por terra.

No campo de refugiados de Jabalia, também em Gaza, nas Figuras 21 e 22, numa cena vista do chão na Figura 21, Sacco mostra a vantagem estratégica que os israelenses possuem a partir da construção de torres, ou seja, equipamentos de controle implantados no território que propiciam, mediante posicionamento acima do nível da superfície, a monitoração do território. Esse mesmo cenário é revelado em amplitude maior, na Figura 22, que é, na verdade, continuação da anterior, em que Sacco inverte o ângulo de visão e mostra um panorama mais amplo na perspectiva aérea vista de cima para baixo. Assim, o autor demonstra que a torre e uma pequena base encravada no acampamento não são apenas fortalezas, mas camadas espaciais de monitoramento e exclusão espacial que intercalam estruturas de controle verticais, como a torre, e horizontais, como as rotas de passagem de veículos que, interligadas, dão acesso à torre e a circundam criando um espaço de vedação que protege a torre. Essa área militar, encravada no território palestino, pode ser entendida como um “volume político” de segurança sobre o qual Israel detém a soberania, na medida em que estabelece um controle territorial em profundidade a partir de diferentes estratos espaciais.



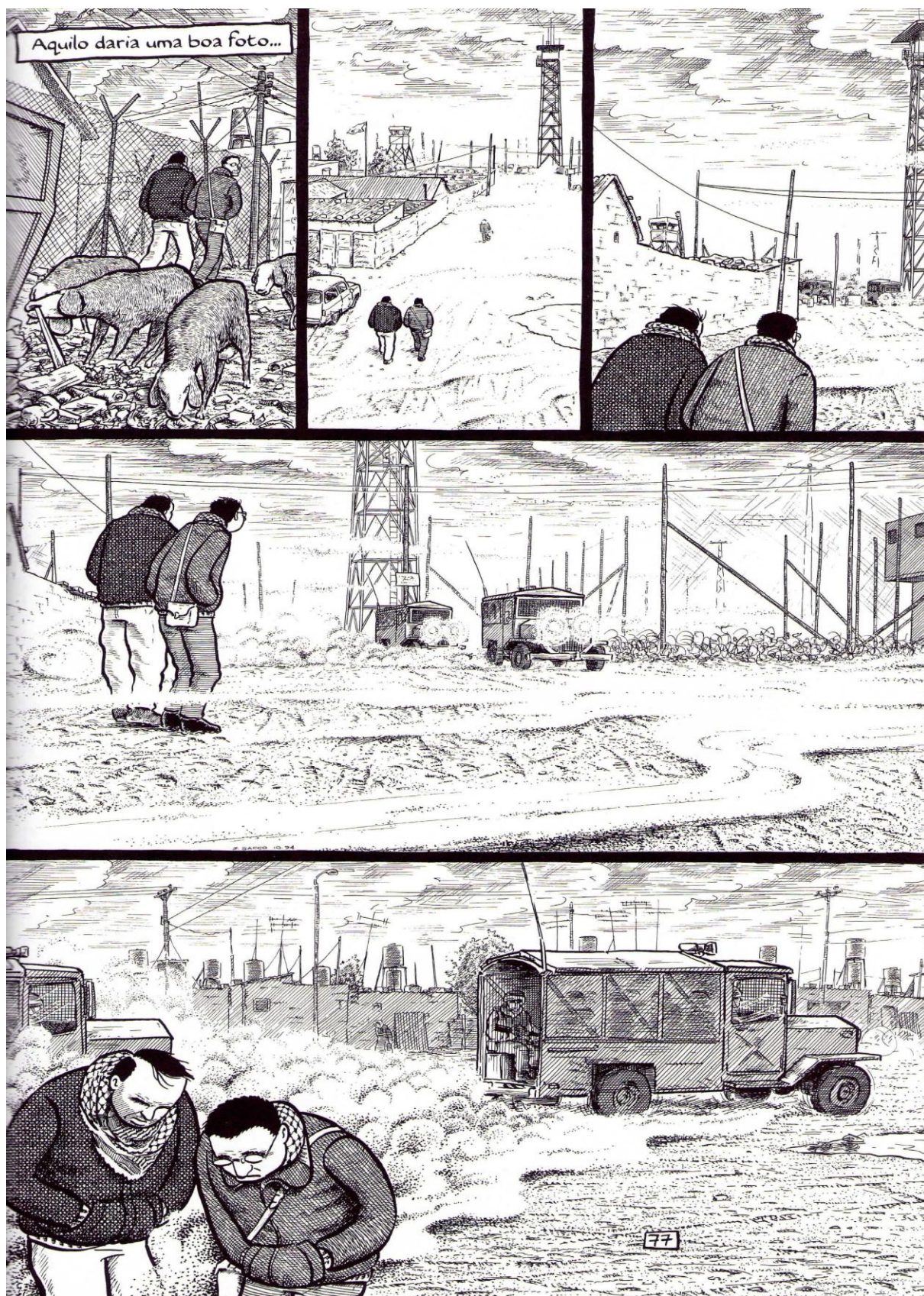


Figura 20 – Fonte: Sacco, *Palestina: na Faixa de Gaza*, 2003, p. 77.



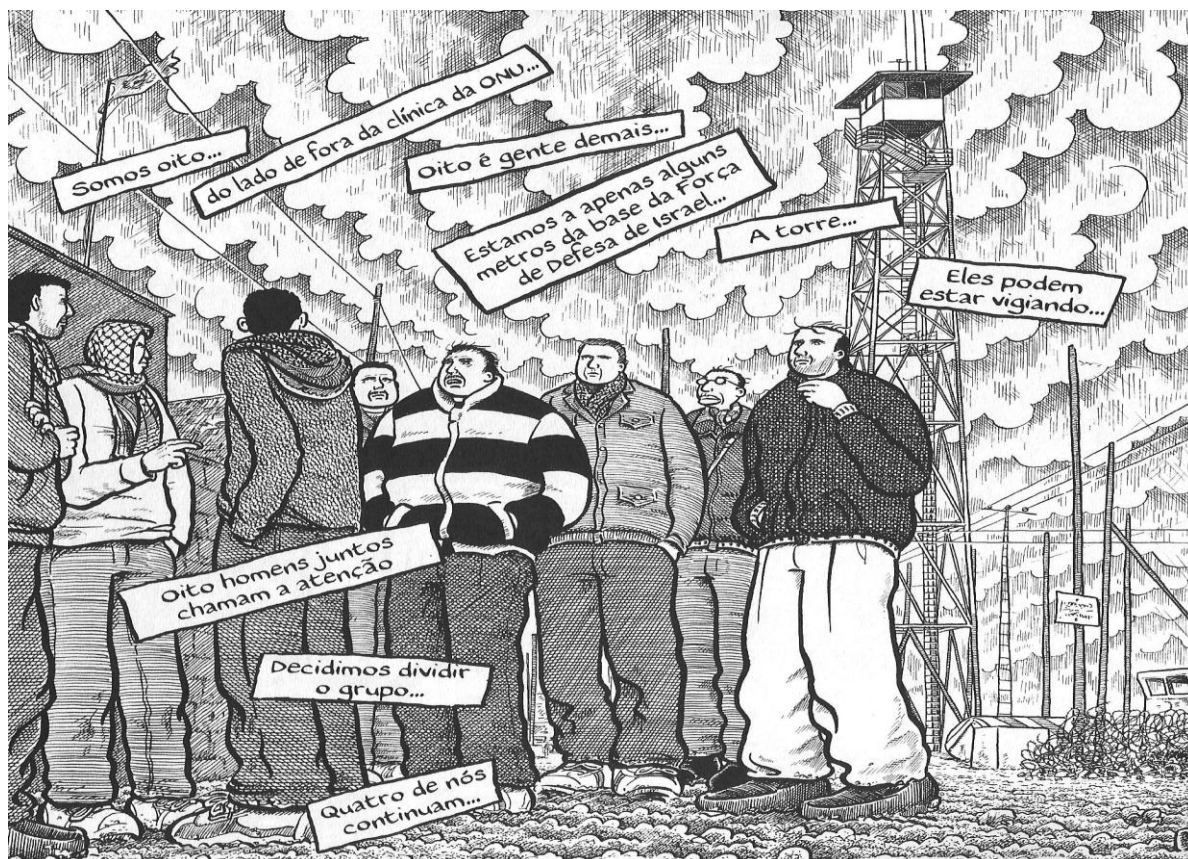


Figura 21 – Fonte: Sacco, *Palestina: na Faixa de Gaza*, 2003, p. 46.

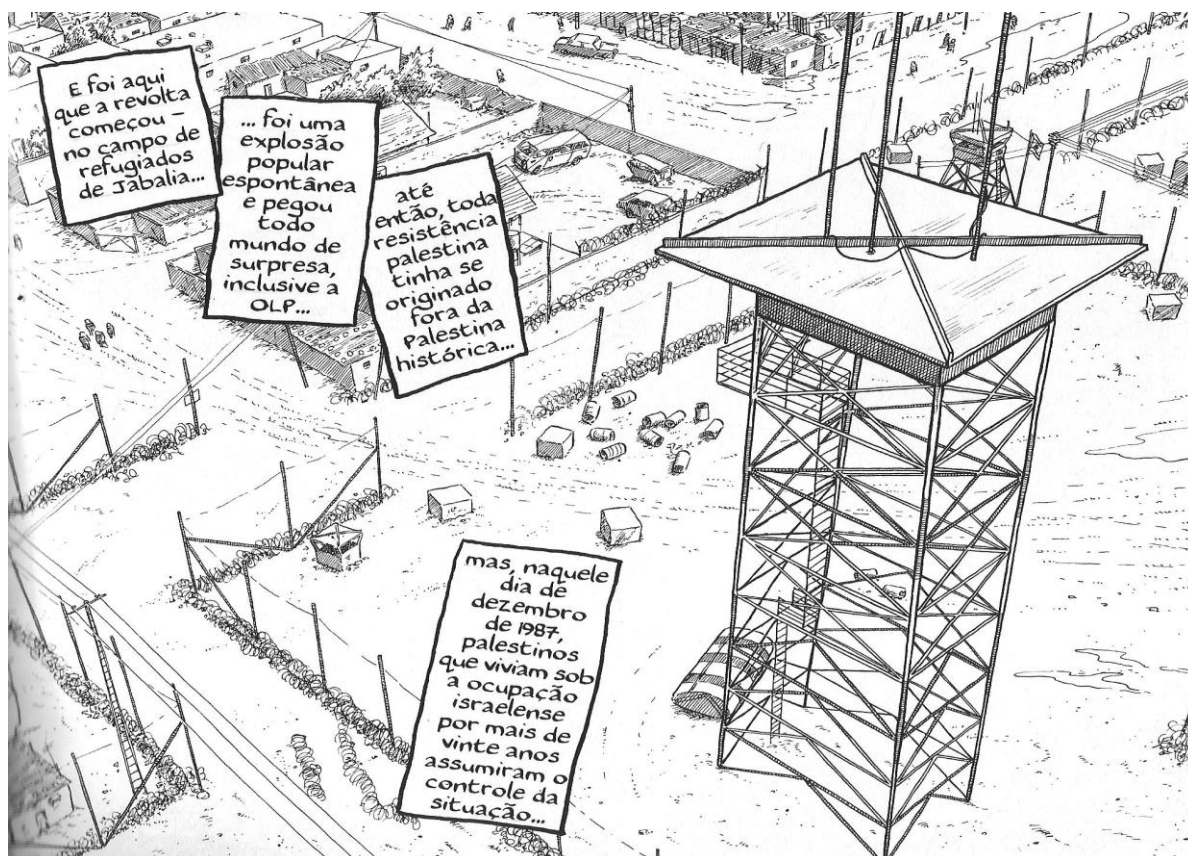


Figura 22 – Fonte: Sacco, *Palestina: na Faixa de Gaza*, 2003, p. 47.

Em outra sequência, como as Figuras 23, 24 e 25 demonstram, Sacco realiza uma contextualização da dinâmica de fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito, em perspectiva semelhante à realizada nas Figuras 20, 21 e 22, mas associa representações cartográficas (vistas nas Figuras 23 e 24) com desenhos de equipamentos de controle, como torres, postos de controle (Figura 24) e barreiras (Figura 25). Com tais ações Israel detém o controle fronteiriço. Trata-se, além de uma simples fronteira, de um profundo volume político, em que a verticalidade e visão 3-D determinam a lógica de controle ao recriar um ambiente de segurança que apresenta equipamentos de controle (verticais como a torre e horizontais como a barreira) dispostos no território. Assim, se a torre permite um olhar sobre o terreno, a barreira, por sua vez, consiste numa estrutura de vedação que divide a cidade de Rafah em duas, não apenas por causa do muro, mas também do clarão que nivela o terreno, com algumas dezenas de metros, aberto pela FDI no meio do tecido urbano (Figura 25).

Conforme pode ser observado em planos distintos, primeiro num plano cartográfico na Figura 24, depois num plano horizontal na Figura 25, o cenário revela que do lado egípcio da fronteira, protegida pelo muro, uma estrada, que recebeu o nome de Rota Philadelphi, dá apoio aos comboios israelenses que manobram e vasculham a zona de fronteira, enquanto do outro lado da barreira, em Gaza, a FDI investe numa tática de limpeza do terreno, empurrando a cidade de Rafah para mais longe do muro. A modelação do território consiste em criar um obstáculo espacial que dificulte a travessia entre os dois lados e, precisamente, inviabilize a construção de túneis a partir do lado palestino, onde tratores da FDI atuam destruindo possíveis áreas de tunelamento nos terrenos próximos da fronteira (Figura 25).

Como podemos notar a partir da sequência das Figuras 23, 24 e 25, Israel vedou a visibilidade entre os dois lados da fronteira para os palestinos, que, por sua vez, criaram uma alternativa subterrânea através das redes de túneis que conectam os dois lados. Na Figura 23, que tem como título *Maldição de Rafah*, Sacco realiza uma descrição dessa situação de fronteira que cortou a cidade em duas. Para isso lança mão de cenas cotidianas e de uma “cartografia preliminar”, na qual já se notam a infraestrutura de controle e a ocupação da fronteira que se projeta sobre o território palestino deformando-o.

A Figura 24, traz uma cartografia mais detalhada, em que Sacco identifica os objetos de poder implantados no território, que são, na verdade, ícones de fronteira, como a Torre de Tal Zorob e o Posto de Termit, que oferecem uma visão de controle do alto e que sugerem um olhar da profundidade geométrica do território. Nessa imagem o tecido urbano de Rafah é

detalhado com seus bairros e campos de refugiados, onde a FDI opera incursões destruindo edificações à procura de túneis.

A Figura 25, última dessa sequência, mostra três cenas: a primeira é uma visão panorâmica que acompanha a barreira e lhe dá sentido dinâmico através do movimento dos comboios israelenses; a segunda cena, como se ocorresse ao mesmo tempo, mostra um palestino que insurge de um túnel, aludindo que o volume político da superfície pode ser contornado, embora também, em algum momento, os palestinos tenham que vir à superfície onde os tratores israelenses operam nivelando o terreno, como é observado na terceira cena. O cenário no todo recria uma percepção vertical e tridimensional da ocupação territorial através da configuração espacial e da disposição dos objetos de poder no espaço, que monitoram e são tomados como um instrumental para praticar a violência. Esse cenário recria a ocupação territorial com a utilização de um ambiente multifacetado que invoca os significados da vida palestina sob ocupação ao tempo que faz menção às experiências vividas nessa zona de segurança.



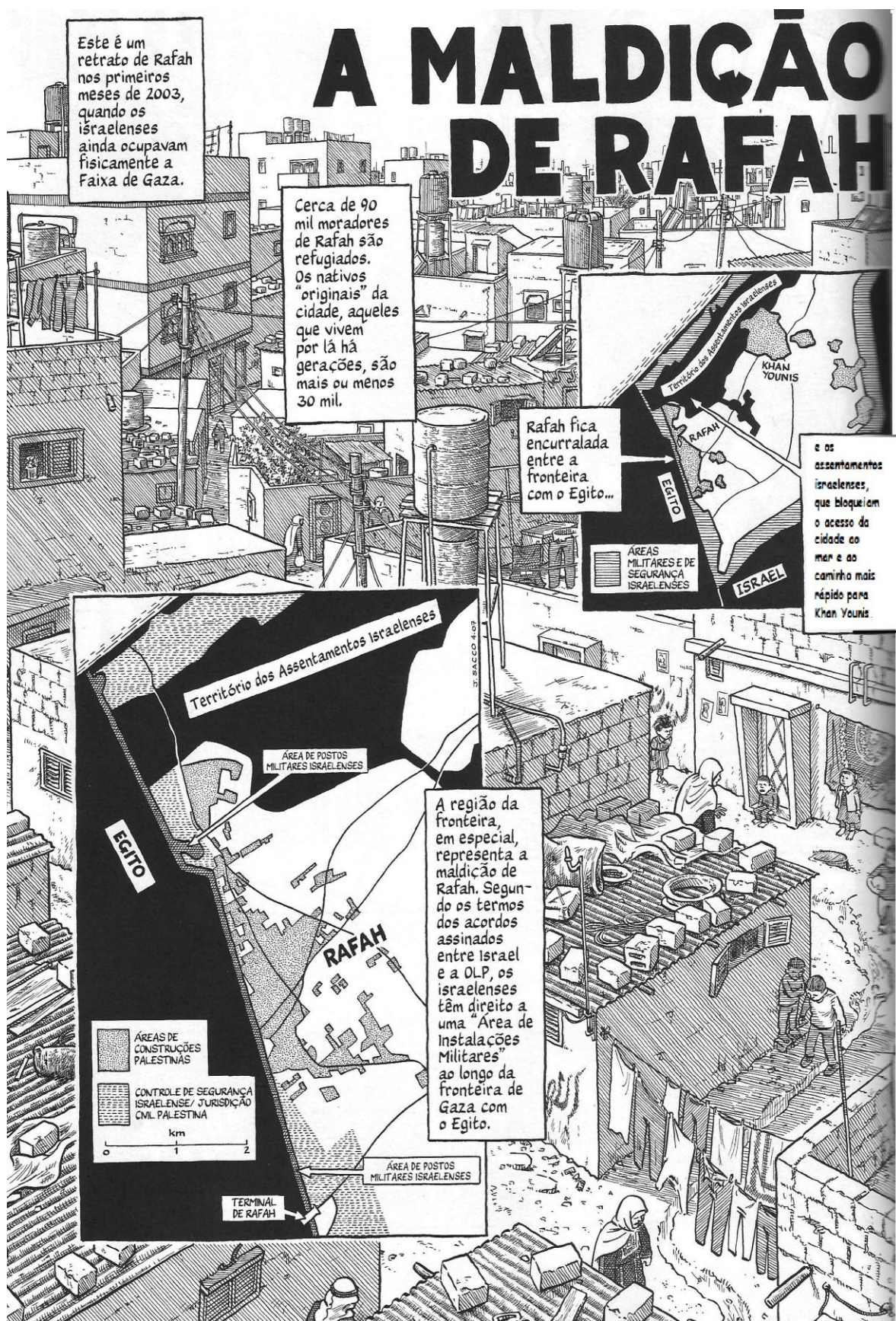


Figura 23 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 160.



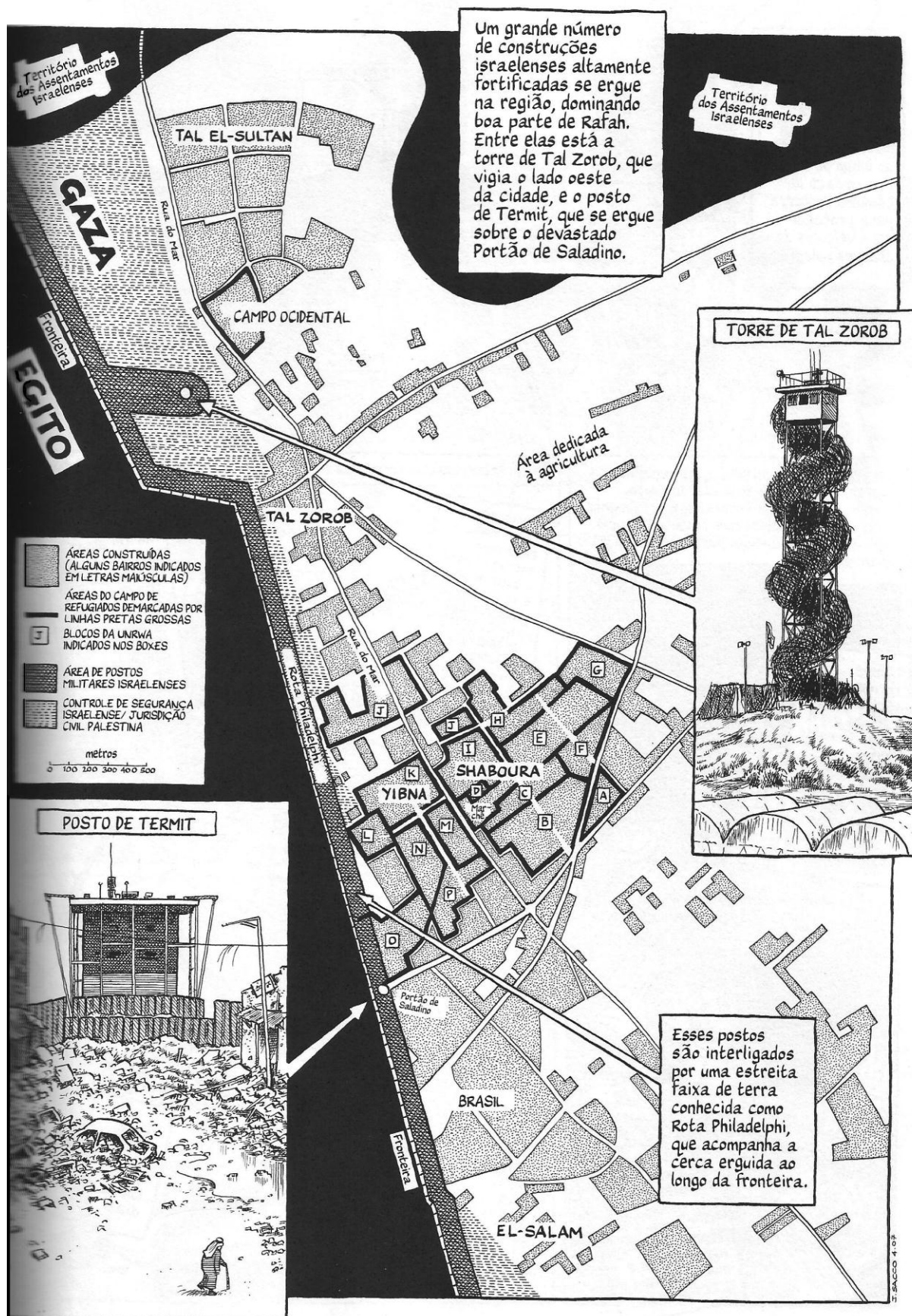


Figura 24 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 161.



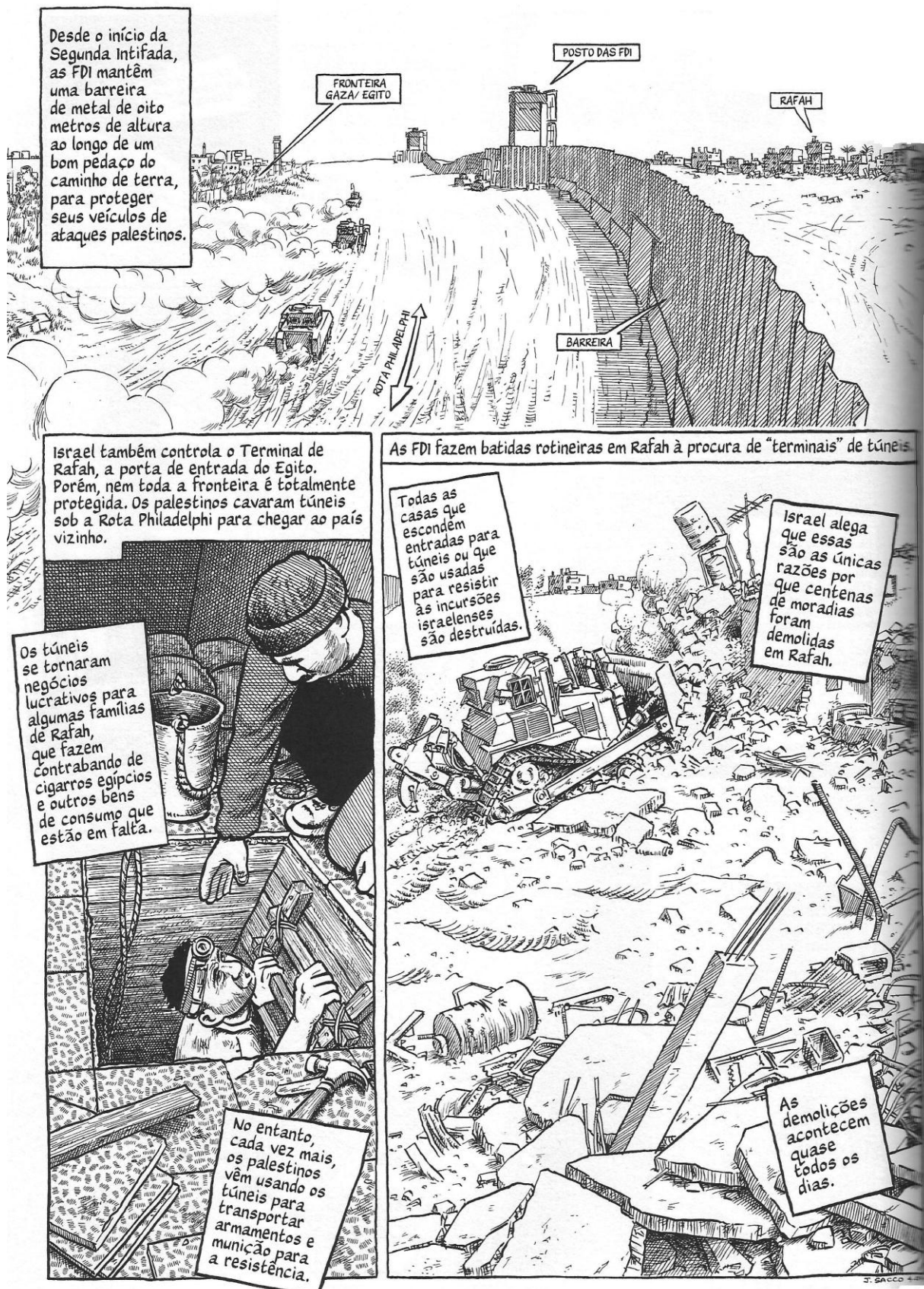


Figura 25 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 162.

A Figura 26, por sua vez, revela o cenário da prisão de Ansar III, construída para atender a demanda de prisioneiros da I Intifada, na Cisjordânia. Sacco, utilizando relatos de prisioneiros entrevistados, reconstrói o cenário da prisão numa visão panorâmica, destacando os elementos da estrutura prisional, composta por torres de vigilância, postes com refletores para iluminar o pátio da prisão, além das cercas de alambrado, arame farpado e tendas que abrigam os prisioneiros na seção interna. Construída no deserto, a céu aberto, em um ambiente repleto de insetos, apresenta condições de sobrevivência totalmente adversas; durante o dia as temperaturas são extremamente altas, e à noite, muito frias. O fornecimento de água é escasso (sendo esta utilizada quase que exclusivamente para beber), falta saneamento, o serviço de higiene é precário (as roupas dos prisioneiros não são trocadas), atendimento médico é inadequado e a alimentação é pobre e insuficiente. Ansar III, como Sacco descreve, não é um lugar para reter prisioneiros, é, antes de tudo, um lugar para desumanizar os palestinos, tratados como animais, como um prisioneiro relatou a Sacco na página 85 (do livro *Palestina: uma nação ocupada*). Nesses termos, o cenário de Ansar III constitui, como se percebe, um efetivo volume político de segurança, criado para aprisionar os palestinos em situação desumana.

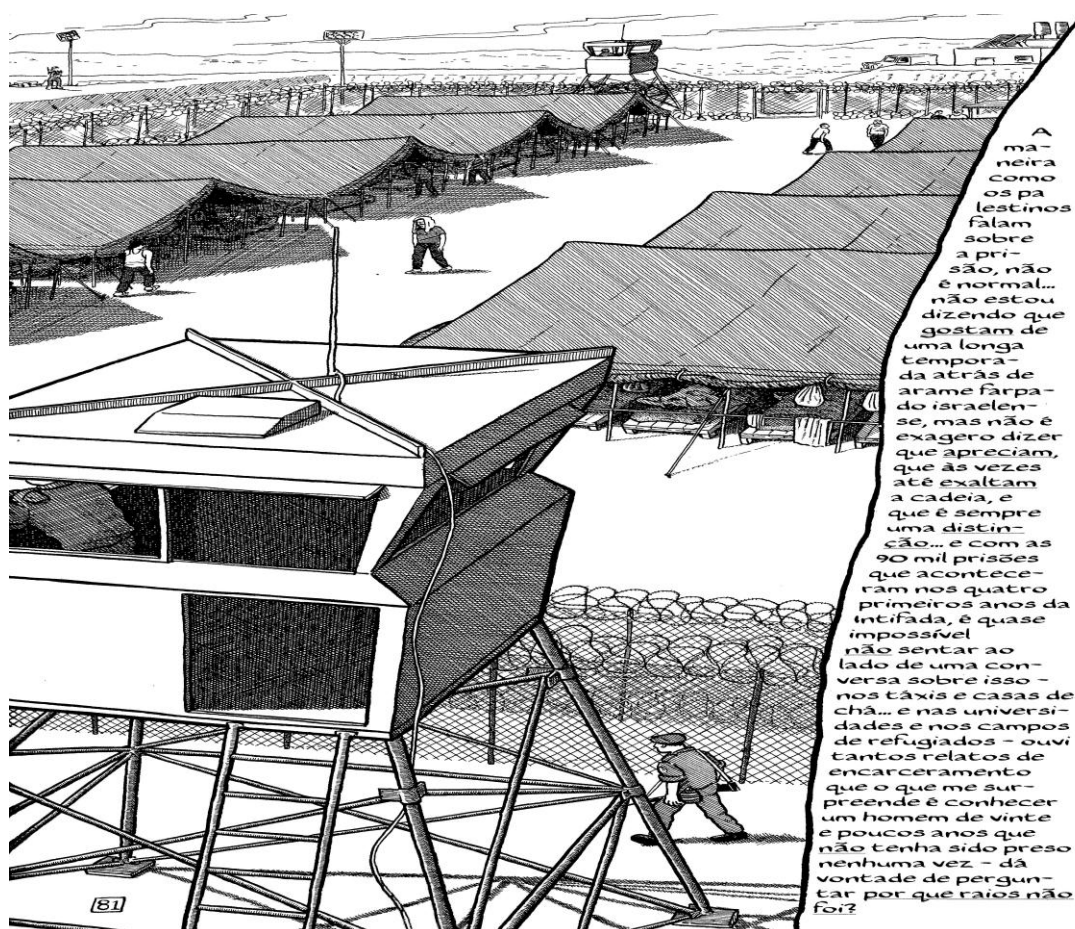


Figura 26 – Fonte: Sacco, *Palestina: uma nação ocupada*, 2000, p. 81.

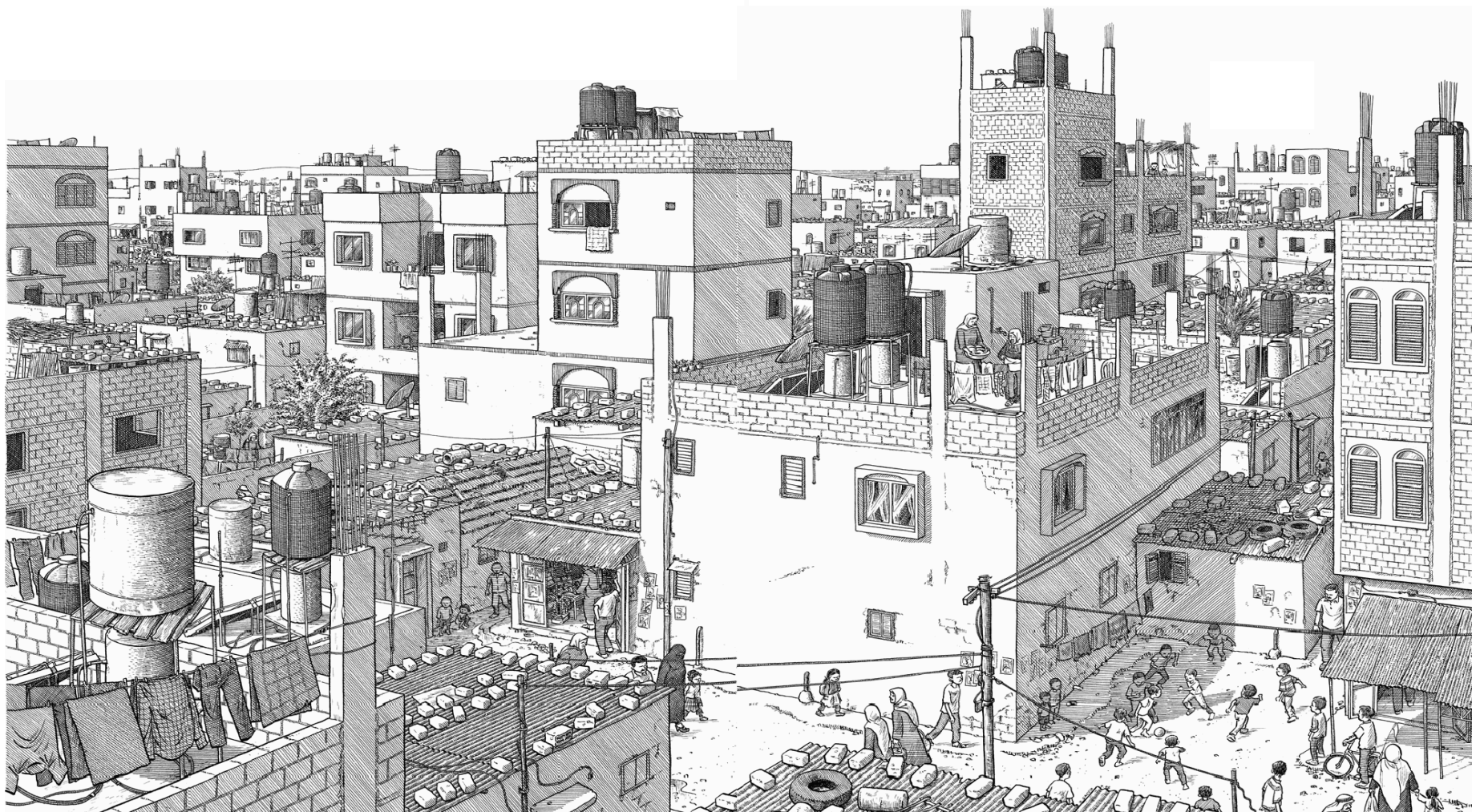


Figura 27 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 28-29.

Na Figura 27 Sacco oferece uma visão panorâmica e tridimensional de um antigo campo de refugiados, onde se ergueu a cidade de Khan Younis. No cenário podemos notar a vida palestina nos diferentes estrados que a urbanização propiciou em verticalidade.

## **5. 2 Descontinuidade Territorial, Imobilidade e Soberania Precária do Território Sob a Ótica de Joe Sacco**

Um elemento de fundamental importância na análise da dimensão espacial da obra de Joe Sacco é a descontinuidade territorial e a imobilidade no cotidiano palestino; elemento, portanto, a ser destacado em nossa análise. De fato, o território palestino assemelha-se mais a um “queijo suíço”, alguns ousariam dizer, por causa de suas várias fraturas. Entretanto, essa metáfora deixa muito a desejar, porque a Cisjordânia e a Faixa de Gaza se parecem mais propriamente com duas “rodoviárias gigantes” com muitos terminais, que, quase sempre, não levam a lugar nenhum. Para realizarem trajetos considerados cotidianos, como ir de casa ao trabalho ou à escola, os palestinos precisam realizar voltas imensas.

Enquanto os israelenses se deslocam por estradas que conectam qualquer parte da Palestina a Tel Aviv, capital de Israel, em uma ou duas horas, os palestinos utilizam estradas de fluxo lento, que os conduzem a postos de controle e bloqueios. As rotas palestinas são obrigadas a fazer inúmeras voltas, muitas vezes sobre a topografia acidentada da Cisjordânia, o que as rodovias israelenses ignoram uma vez que são estruturas suspensas por meio de uma sofisticada engenharia vertical. A FDI controla os destinos e o tempo de viagem praticamente em toda a Palestina, submetendo os palestinos ao que podemos chamar de “tempo lento”, uma forma de dificultar o acesso ao espaço pela lentidão de mobilidade, que interfere da pior maneira possível na forma de apropriação do espaço.

Trata-se de uma rede territorial de dominação que controla o espaço-tempo através de suas válvulas de entrada e saída que regulam o fluxo e, portanto, a vida palestina. Esse cotidiano da lentidão é sentido pelos palestinos através da descontinuidade territorial sustentada por uma espacialidade de obstrução, que possui objetos específicos para tanto, como o posto de controle, que não apenas veda espaços, mas causa uma espera que parece interminável em seus pontos de checagem. Um posto de controle é também um objeto de violência ao ritmo da vida em seu próprio cotidiano, e não apenas um instrumento de controle, pois submete os palestinos a uma intensa precariedade territorial, uma vez que conforma a

estratégia geopolítica de Israel. Joe Sacco deu atenção a esse problema; assim, as Figuras 28, 29 e 30 dão importância ao assunto e reconstróem esse cenário.

Nas obras de Joe Sacco há mais de uma passagem em que o autor trata do problema de mobilidade dos palestinos nos território ocupados. Apresentamos aqui uma sequência que consideramos das mais emblemáticas, porque Sacco oferece uma visão V e 3-D da dinâmica territorial. Na Figura 28, Sacco está em um táxi acompanhado de Abed, um palestino original de Gaza, que é seu guia e conversa com ele, além do amigo de Abed, Hani, sentado ao lado do motorista. Os outros palestinos no carro são uma mulher e dois homens que não possuem relação com o trio, além do fato de se dirigirem para o mesmo destino e, por isso, estão indo com os outros da Cidade de Gaza para Khan Younis.

Para chegar a Khan Younis, eles passam pelo posto de verificação de Abu Houli, situado dentro da Faixa de Gaza entre as duas cidades. Em primeiro plano, Abed diz que carros com menos de três passageiros não passam pela fiscalização, uma precaução da FDI para diminuir o número de veículos circulando na zona de segurança. Também nessa figura, em segundo plano, o olhar panorâmico oferece uma visão da estrada com os veículos palestinos em lentidão (ou mesmo estacionados), aguardando a liberação, enquanto, ao fundo, temos o posto de verificação e o muro que estabelece a divisão entre a rota palestina e a utilizada pela FDI.

Na Figura 29, são notados em destaque, observando-se do nível do chão, crianças que, por um pequeno pagamento, se oferecem para completar a lotação de três ocupantes (número exigido para travessia), enquanto o motorista fica apreensivo ao se aproximar da checagem. Na Figura 30, após passar pela primeira torre, eles cruzam por baixo de uma ponte da estrada dos colonos de uso exclusivo de veículos israelense, que conecta as colônias judaicas em separado das estradas palestinas, até chegar à segunda torre, após percorrer algumas centenas de metros, quando novamente os ocupantes ficam quietos e apreensivos. Como podemos notar, as torres de controle, a autoestrada israelense e a estrada palestina, bem como a barreira que a divide, são objetos que criam uma espacialidade dos ritmos e da visibilidade do movimento num processo contínuo de resignificação das experiências.

Na sequência de cenas que compõem a Figura 30, israelenses circulam e não notam os palestinos por baixo da ponte, enquanto os palestinos circulam apenas em lentidão, sendo fiscalizados pelo sistema de vigilância. Esse cenário recriado por Sacco deixa evidente os



diferentes estratos de soberania, em que Israel detém a autonomia e o controle dos ritmos e fluxos através da autoestrada elevada e o posto de verificação que regula o fluxo palestino.



Figura 28 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 128.

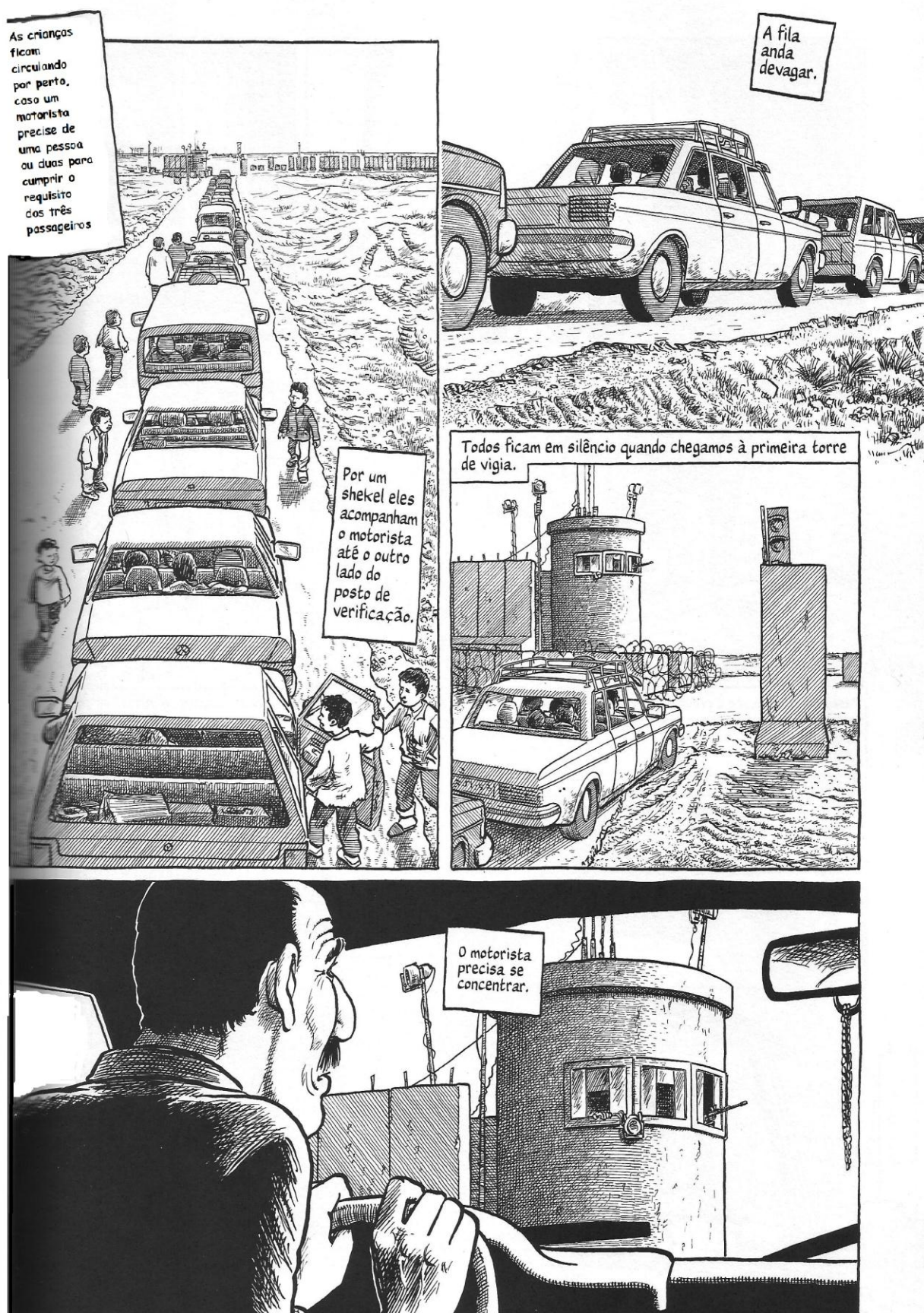


Figura 29 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 129.



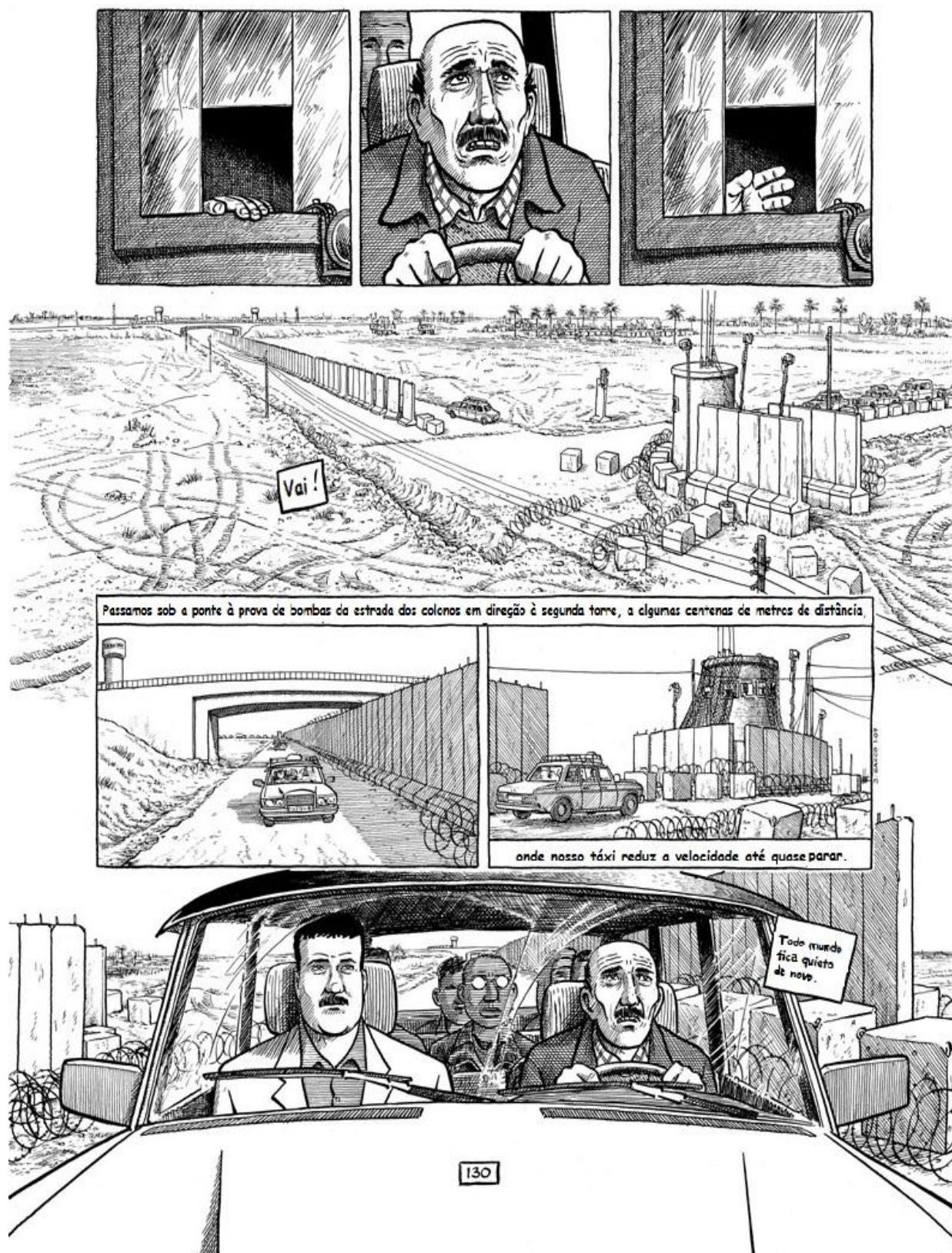


Figura 30 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 130.



O problema da perda de soberania e de mobilidade vivenciado pelos palestinos está associado a um processo abrangente de “destruição” de seu território, que, em outros termos, pode ser descrito como um processo de desterritorialização histórico. Vimos isso em mais detalhes nos dois capítulos anteriores, como um processo de precarização do território, o que Graham (2004) chama de desmodernização na sociedade palestina. Um território precário é constituído por uma infraestrutura mal dotada de equipamentos sociais ou sucateada, apresentando uma economia subdesenvolvida e industrializada. No aspecto jurídico e no político, precariedade territorial pode estar associada com a perda ou com a limitação da soberania, o que, para os palestinos, tem relação com a ocupação em sentido amplo.

Juneau e Sucharov (2010, p. 174) enfatizam que Sacco pode “[...] transmitir aos leitores a infraestrutura decadente, subdesenvolvimento econômico, e desespero geral que caracterizam a vida na Cisjordânia e em Gaza [...]”. Precariedade territorial é, então, percebida no encolhimento da economia e na precariedade da infraestrutura de transporte, comunicação e energia, enfim, retraimento da própria vida. Para os palestinos a precariedade territorial é sentida, antes de tudo, no habitar. Trata-se de um território precário destituído de soberania vivenciado no cotidiano palestino em seus múltiplos espaços, inclusive no da vida privada. Os palestinos possuem, em geral, casa pequena, com instalações de água, saneamento e energia precárias, muitas vezes cobertas por lona ou telhados de amianto presas por pedras e tijolos, habitadas por famílias numerosas. Uma casa com dois ou três cômodos pequenos pode abrigar oito ou nove pessoas, as vezes mais. A autonomia tanto do morador quanto do dono de um imóvel não é respeitada, notadamente quando soldados invadem residências, violando o espaço privado do proprietário ou morador, ou quando tratores blindados da FDI destroem moradias e aeronaves bombardeiam áreas residenciais.

No espaço externo à residência, portanto, no do habitar em comunidade, a falta de autonomia vivida no espaço da casa se transfere para o espaço aberto, marcado pela ausência de soberania territorial. A infraestrutura precária e os espaços de vedação de Israel impõem aos palestinos ritmos e restrições territoriais que influenciam no modo como se apropriam do espaço e exercem “soberania” sobre o território. A destruição do *habitat* inimigo a que se refere Sloterdijk (2009) como destruição do ambiente de sobrevivência é experimentada nas esferas da vida privada e em comunidade, seja por ataques aéreos, seja por ataques terrestres, que mantêm uma permanente guerra de baixa intensidade que interage com o fundamento econômico, causando sub-abastecimento e desindustrialização nos territórios palestinos.

Nesses termos, o território palestino consiste em um aglomerado de exclusão, tal como o concebe Haesbaert (2007, 2009), composto por inúmeros campos de refugiados e apresentando um território instável e precário, no qual os palestinos não exercem soberania. Dessa forma, a precariedade territorial e a ausência de soberania palestina serão tratadas, nos quadrinhos de Sacco, nestas duas esferas – a da vida privada e a da vida em comunidade –, que, não obstante a distinção dos espaços de realização da vida, têm em comum o fato de que são precarizadas de forma unilateral, como resultado de estratégia mais ampla de uma política de desterritorialização dos palestinos por meio da destruição sistemática do sentido de apropriação do espaço.

Os ataques aéreos e os por terra descontrolam o território palestino nivelando conjuntos residenciais e, às vezes, bairros inteiros, como as figuras 31, 32 e 33 ilustram. Os edifícios são metralhados e apresentam marcas dos bombardeios e do impacto dos tiros de canhão. Entulhos dos escombros acumulados do que foi um dia uma casa ou um conjunto de prédios dão a extensão em profundidade e dimensão espacial dos ataques. Na Figura 31 Sacco e Abed estão conferindo os estragos dos ataques dos dias anteriores em uma rua longa composta por pequenos edifícios de três ou quatro andares, próxima dos assentamentos israelenses, que limitam o crescimento urbano de Rafah por meio de um espaço de exclusão, que estabelece separação entre o tecido urbano da cidade palestina das áreas israelenses.

Já na Figura 32, a partir de uma visão do alto, Sacco fornece um olhar panorâmico dos estragos causados pelos ataques em outra área, onde marcas no chão das esteiras dos tratores e tanques indicam a ação dos blindados. Na Figura 33, Sacco atravessa uma área devastada pela FDI, que faz limite com a barreira e Rota Phidadelphi, antes ainda de os tratores completarem o serviço, já que notamos a sua ação no fundo da imagem. Esse cenário fornece uma visão em perspectiva do terreno nivelado por tanques e tratores, com alguns prédios parcialmente demolidos e os escombros acumulados em seu entorno, indicando até onde a extensão da cidade ia antes de a FDI nivelar a área.



Figura 31 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 285.

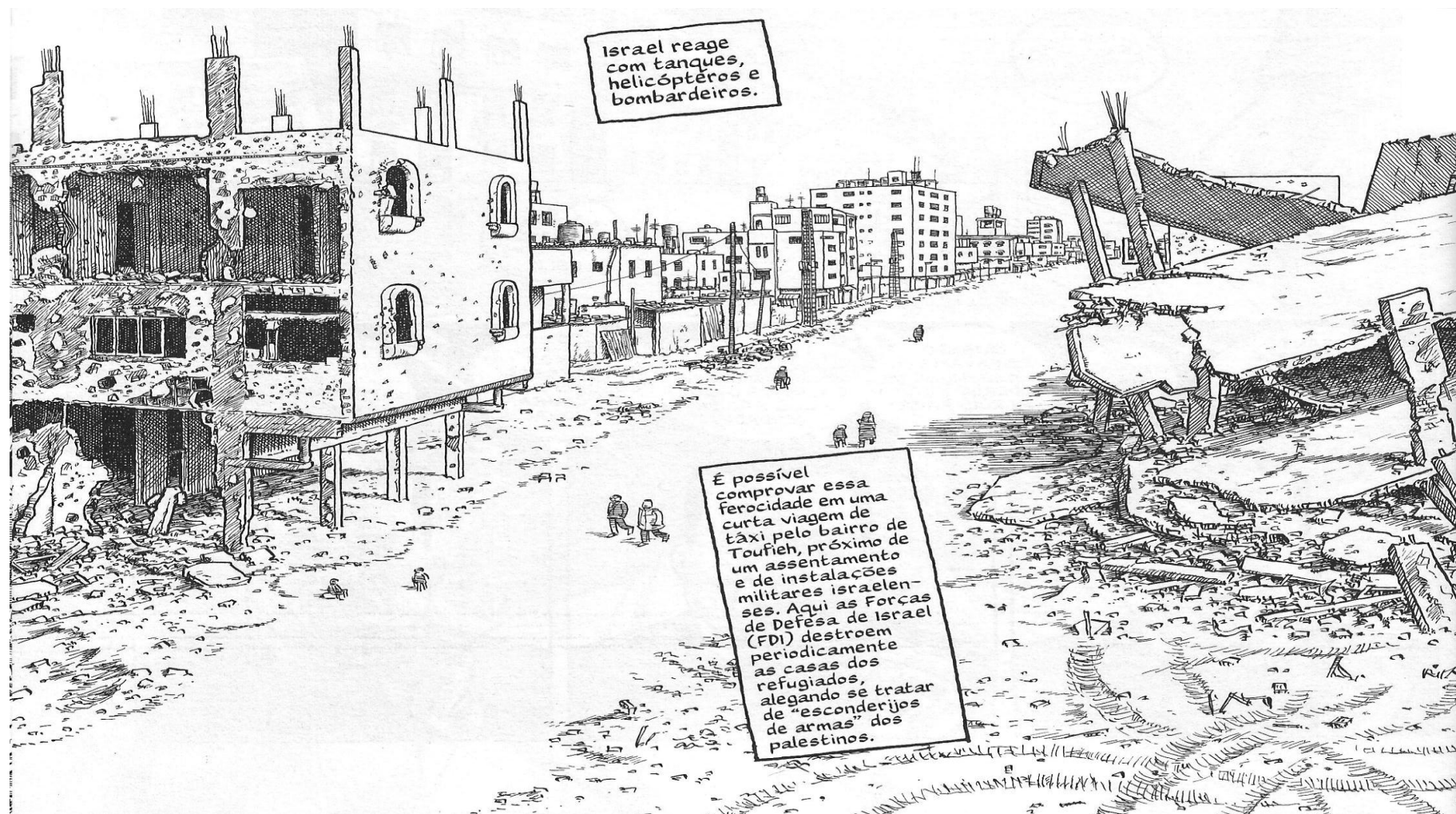


Figura 32 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 16.



Figura 33 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 180-181.

As Figuras 34, 35 e 36 servem para evidenciar o modo como Joe Sacco apreende a precariedade do habitar em Gaza. O texto se inicia da seguinte forma: “Alguns dos buracos mais negros do mundo estão a céu aberto, para qualquer um ver... Por exemplo, você pode visitar um campo de refugiados palestinos na Faixa de Gaza... É só ligar para a UNRWA, a agência da ONU de assistência aos refugiados palestinos, tel.: 051-861195[.] Eles providenciam tudo[,] levam você até lá de carro[,] a entrada é grátis...” (2003, p. 1).

Na sequência, o cenário promove uma visão panorâmica (Figura 34), através da qual se pode notar a precariedade da habitação palestina, com as casas cobertas por telhas e sustentadas por pedras e tijolos, numa visão em perspectiva da vida palestina em um ambiente enlameado de ruas sem calçamento e rede de esgoto a céu aberto, onde se acumulam lixo e entulhos.

Essa visão é redimensionada no quadrinho seguinte (Figura 35), a partir do chão, de dentro do furgão em que Sacco segue, quando o autor muda o foco, concentrando-se particularmente nos transeuntes. Na rua, diferentes olhares compõem o sentido do lugar; as crianças olham para Sacco com alguma admiração por ele ser um estrangeiro, os adultos, ao contrário, com desdém, talvez porque diferentemente das crianças, possuem consciência de sua miséria e da distância que os separa de um estrangeiro como Sacco; por fim, os soldados israelenses observam-no com um olhar intimidador.

Na Figura 36, por sua vez, diferente da visão panorâmica do cenário da figura 34, Joe Sacco retrata a pobreza palestina no interior de uma casa. Nessa residência, uma visão da seção interna demonstra a precariedade de habitação a que estão sujeitos os palestinos. Essas moradias não possuem paredes que dividem os espaços da vida privada, nem mesmo das atividades mais pessoais. Mas a precariedade da habitação não se resume à estrutura física do lugar; também é notada nos utensílios domésticos.



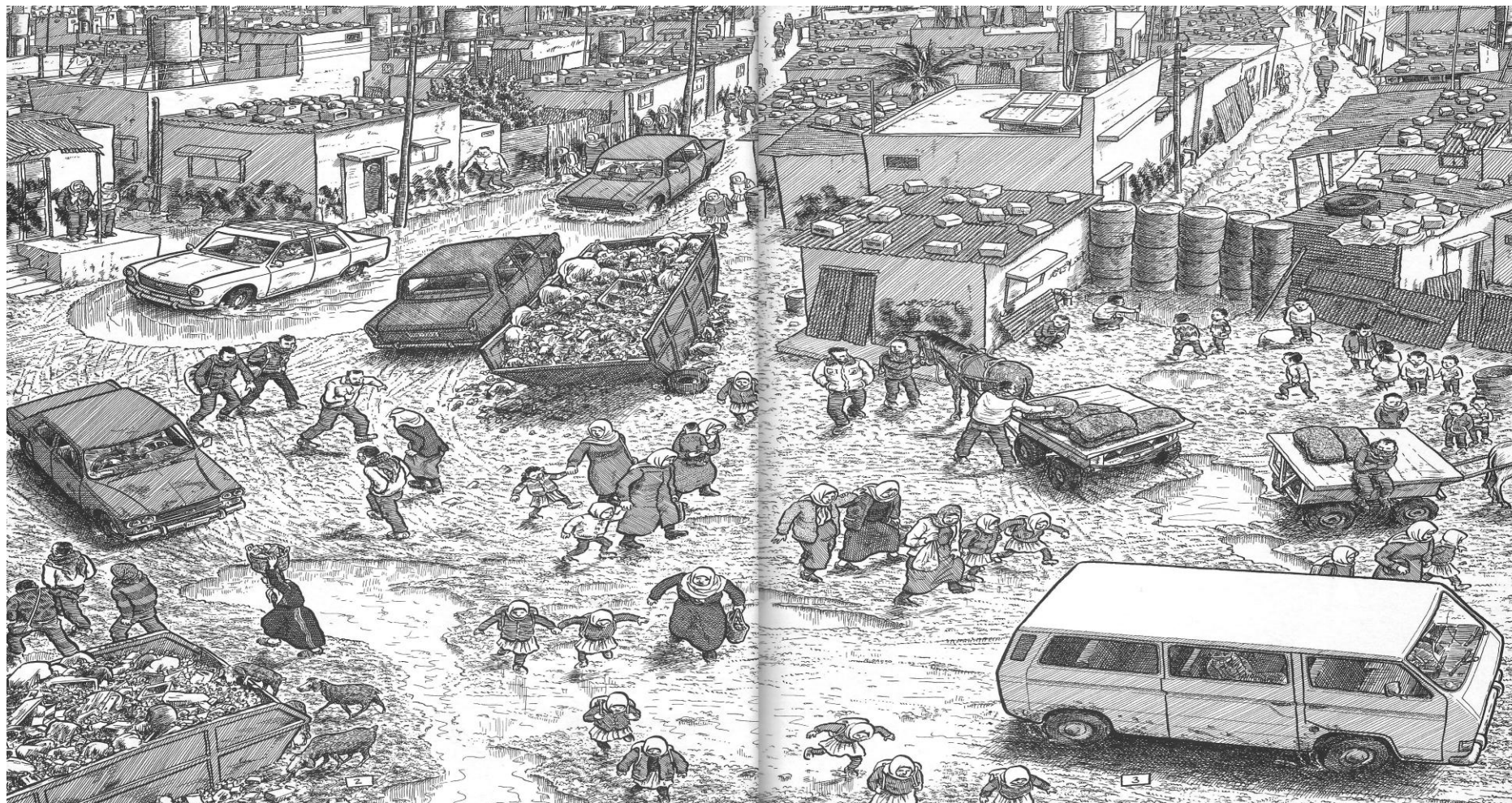


Figura 34 – Fonte: Sacco, *Palestina: na Faixa de Gaza*, 2003, p. 2-3.

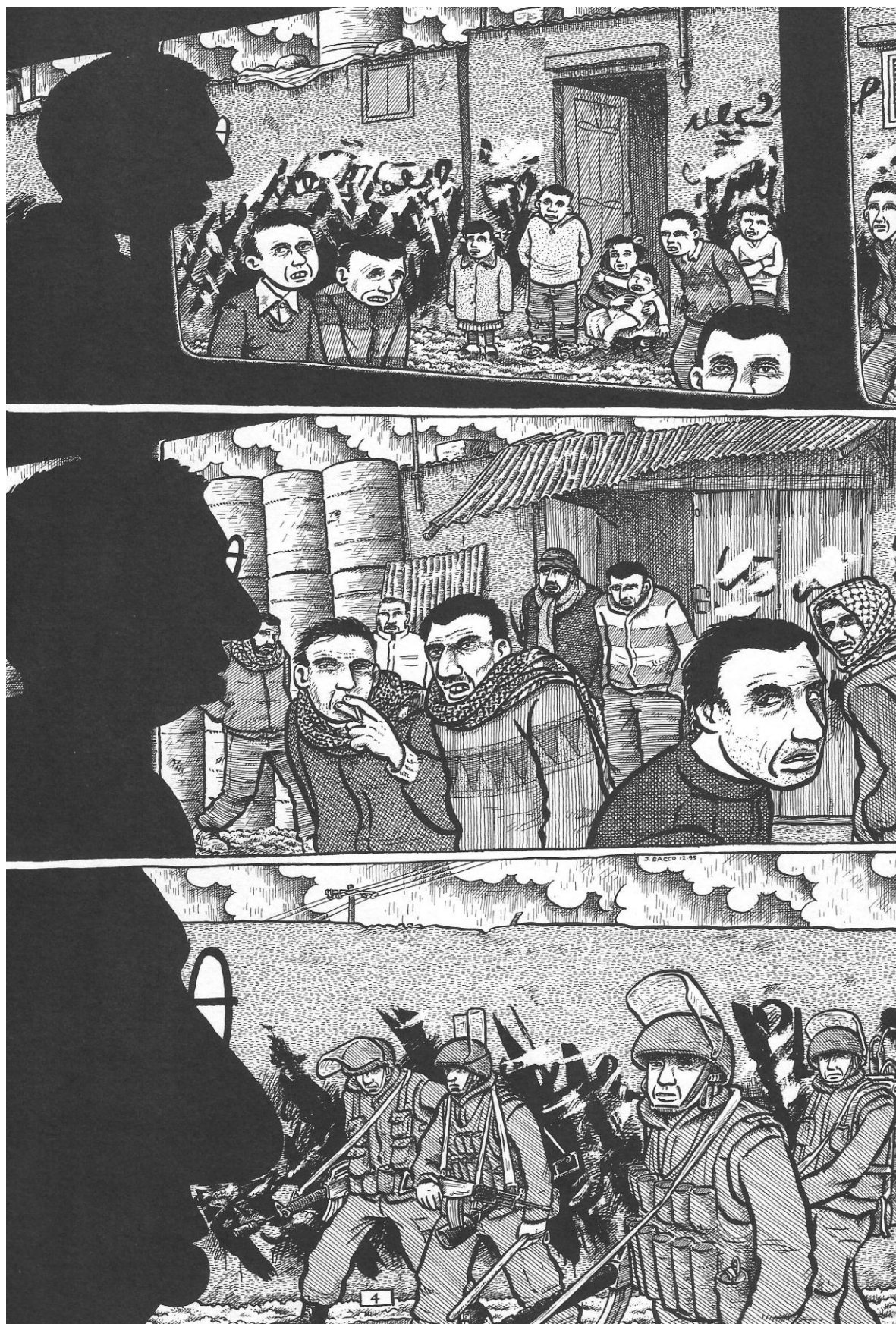


Figura 35 – Fonte: Sacco, *Palestina: na Faixa de Gaza*, 2003, p. 4.





Figura 36 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 32.

### 5.3 Território, Violência e Terror na Faixa de Gaza Expressos nos Quadrinhos de Joe Sacco

Joe Sacco deu muita atenção, nas obras sobre a Palestina, à situação de opressão a que estão submetidos os palestinos. Marília Gomes (2012) argumenta que Joe Sacco transmite a imagem de uma identidade palestina balizada como uma nação oprimida, tendo em vista a importância que esse aspecto assume naquela sociedade. O tema opressão pode ser facilmente remetido à temática do terror e da violência nos territórios palestinos ocupados. Mais do que um discurso da formação de uma identidade palestina, o trabalho de Sacco recria cenas de terror e de violência no espaço. Sacco se ocupa da descrição do ambiente em que a violência opera e do cenário de terror em que a cena se transforma.

Em entrevista, Sacco diz que está fascinado pelo que ele chama de ciência da violência, e que, mesmo para ele, é difícil retratar esses cenários. Nessa entrevista ele diz também que no início achou

[...] que conseguiria lidar bem com o fato de desenhar imagens de violência. Mas, no último livro sobre Gaza, retratar os dois massacres ocorridos em 1956 foi muito duro. É duro também para o leitor. Mas passar anos desenhando aqueles cadáveres... Afeta você. E afeta mais do que simplesmente reportar. Quando você entrevista alguém, não importa quão trágica seja sua história, é preciso ir além das lágrimas e da histeria para chegar aos fatos que interessam. Há uma atitude cirúrgica: você tem um foco e é isso o que você extrai da conversa, como um cirurgião retira um órgão. Quando há uma bateria de entrevistas a fazer, você se mantém distante porque há sempre a próxima história a ouvir. Você tem de ter uma atitude fria para ser um bom jornalista. Mas, para desenhar propriamente um soldado armado, um tiroteio ou um corpo no chão é preciso coabitar aquela cena. Fazer isso dia após dia, ao longo de anos... Todos aqueles cadáveres... É muito duro. Afeta você.<sup>2</sup>

Na Palestina os cenários que Sacco destaca foram criticados, em alguma medida, pelo artigo de Marie Thorsten, intitulado “Graphic heart of darkness” (2012). Embora a autora poupe Sacco de muitas críticas, o que ela diz, em linhas gerais, é que histórias em quadrinhos que atraíram a atenção de estudiosos e leigos interessados no que a autora chama de “o horror, o horror” (expressão que ela retira de “*Heart of Darkness*”, de Joseph Conrad,) indicam que “[...] representações do trauma na arte dos quadrinhos como intervenções nas mídias convencionais da esfera pública [...] atestam o fracasso de tais obras para ‘traduzir’ através de diversas leituras públicas as imperfeições de transmitir histórias traumáticas com desenhos e palavras” (p. 222-223).

<sup>2</sup> Entrevista de Joe Sacco à *Folha Uol*, intitulada “Desenhar conflitos é perturbador, diz Joe Sacco, que vem para a Flip”, concedida a Fernanda Mena e publicada em 2 de julho de 2011.

Diz à autora que

[...] muitas nações têm se apropriado de quadrinhos e animação em propaganda política para solicitar ufanismo, medo e violência, “endurecimento” assim chamado poder brando. Na II Guerra Mundial, os Estados Unidos convocaram os artistas clássicos de desenhos animados tais como do Super-Homem, Pato Donald e Mickey Mouse para promover o ódio de Nazistas e “Japoneses” [...] (THORSTEN, 2012, p. 233).

Thorsten lembra ainda Dorfman & Mattelard (1978), que viam os quadrinhos de *Walt Disney* como predadores de emoções humanas.

De acordo com essa visão, mesmo quadrinhos como o de Sacco, que produziram um pensamento crítico e contrário ao império da *Walt Disney*, podem refletir, por outro modo, uma política de vitimização, semelhante à que a cultura israelense produziu como “vitimização da nação”, tal como Thorsten (2012) considera ao comentar o filme e a HQ *Valsa com Bashir*. Nesse sentido, Thorsten (2012) argumenta que quadrinhos podem suscitar visão crítica, embora, quase sempre, tendem a enfatizar “o horror, o horror” como criticidade, em vez de uma perspectiva crítica de fato. Essa ênfase, segundo ela, expressa-se, em muitos casos, em cenas de sadismo ou violência gratuita, que faz parte de uma tática de mercado para atrair leitores interessados nesses temas.

Para nós, Sacco não se inclui nesse grupo de quadrinhos que se apoiam na difusão de violência gratuita através de cenas que exploram “o horror, o horror”. Embora trate do tema do terror e da violência de forma explícita, ele o faz sob uma interpretação estritamente política, o que inclui um enfoque histórico e, em última instância, espacial do conflito. Trata-se, enfatizamos, de uma perspectiva política do cenário geográfico no qual o terror e a violência se entranham nas práticas e na espacialidade do território que a obra de Sacco “traduz”, ao invés de uma abordagem apologética do terror e da violência.

Nos quadrinhos de Joe Sacco o terror e a violência integram a narrativa, vivida no dia a dia palestino, como uma imagem da produção política do espaço, ou, em outras palavras, como a representação de um território precário do habitar palestino. A ocupação é a forma espacial dessa política. Juneau & Sucharov (2010) também veem os quadrinhos de Sacco como um relato que entrelaça os fatos históricos e políticos com o pessoal, com uma visão da complexidade e do dinamismo da vida palestina nos territórios ocupados. Segundo os autores, Sacco realça a ilegalidade e as fontes da violência nos territórios como um testemunho da “[...] brutalidade da vida sob ocupação [...]” (p. 173).

Nesse sentido, as obras de Sacco, como portadoras de uma discussão a respeito da violência e do terror no território, serão interpretadas como um “cenário territorial de terror”, uma visão política do terror no território como uma imagem da representação da produção da violência no espaço e através dele. Assim, considera-se a dimensão do terror nos quadrinhos de Sacco através da linguagem sequencial que associa o terror e o território no cenário geográfico que Sacco oferece. Para isso, como fizemos até aqui, analisaremos os cenários geográficos de sua obra que correspondem a esse tema.

As Figuras 37, 38, 39 e 40 deixam patente a associação que Sacco faz entre terror e território ao se referir constantemente a uma noção territorial indissociável de terror. Muitos cenários nos quadrinhos de Sacco poderiam ser definidos dessa forma, mas os que melhor traduzem essa ideia são os que facultam ao autor tratar dos massacres de 1956, em Gaza, quando a FDI invadiu os acampamentos palestinos em Rafah e Khan Younis. Os dois eventos são, em geral, registrados como fatos secundários da Guerra do Sinai (1956), sem que seja creditada a eles muita importância no contexto de um conflito que dura quase um século, sendo comum os autores retratarem o fato como uma operação da FDI em busca de guerrilheiros fedayeen<sup>3</sup>, que atuavam na fronteira entre o Egito e a Palestina, operando a partir das aldeias palestinas, incorrendo em um tumulto ou incidente que causou muitas mortes.

Porém, o que não é muito discutido, é o fato de que os dois eventos foram, em sentido mais amplo, conduzidos para aterrorizar toda a população dos acampamentos, realizando massacres aleatórios de crianças e mulheres, além dos homens, visados pela FDI como potenciais combatentes. Como não é possível retratar os dois eventos na íntegra, em razão do grande espaço que Sacco dedica a eles na obra, optamos pelos eventos de Rafah, através do qual podemos oferecer uma abordagem em poucas cenas deste “cenário territorial de terror”.

Em Rafah, em 12 de novembro de 1956, soldados israelenses entraram no acampamento e retiraram os homens de suas casas, conduzindo-os até a escola primária El-Ameeriah, chamada na época de escola “oficial” ou do “governo”. Enquanto os palestinos eram conduzidos à escola, soldados israelenses disparavam suas armas aleatoriamente, alguns para o alto, outros em direção dos civis, como se fosse um jogo de tiro ao alvo. Na Figura 37, verifica-se que a ação foi conduzida de forma tática, com a FDI cercando as ruas e impedindo fugas, enquanto os palestinos eram orientados, através de uma espécie de “corredor polonês”,

---

<sup>3</sup> Guerrilheiros palestinos que realizavam ataques contra a ocupação israelense.

até a escola. Ao chegarem ao portão de entrada, como a Figura 38 mostra, os palestinos se adentravam no pátio da escola, onde tinham que atravessar uma trincheira e cerca de arame farpado, disposta logo após o portão; na seção interna, em cada lado do portão de entrada havia um soldado com bastão que espancava os que ali entravam. Uma vez dentro do pátio, os palestinos ficaram sentados com as mãos sobre a cabeça.

Na sequência, a Figura 39 mostra a distribuição dos palestinos no pátio e os soldados israelenses em posições estratégicas, também sob o telhado da escola, para melhor controlar o grande contingente de pessoas. E, finalmente, como mostra a Figura 40, depois que todos os palestinos são recolhidos no pátio, verifica-se uma seção de triagem, acompanhada de espancamento, em que suspeitos de atividades guerrilheiras são separados do restante do grupo e conduzidos para as salas de interrogatório dentro da escola, e, embora o cenário não registre os acontecimentos na seção interna da escola, os relatos dos palestinos dão destaque ao fato de os soldados israelenses dispararem suas armas no interior do prédio para aterrorizar o restante dos palestinos, como uma tática de tortura psicológica.

A Figura 40 também dá destaque a um informante dos soldados israelenses que se encontra dentro de um jipe do exército e com o rosto encoberto, quem os palestinos atribuem a figura de palestino traidor, por delatar aos oficiais israelenses os palestinos envolvidos em atividades guerrilheiras. Conforme o relato expresso na figura, quando a triagem terminou, os suspeitos foram conduzidos até ônibus estacionados na entrada da escola, novamente sob espancamento e tiros que abateram pelo menos mais um homem. Os palestinos não identificados como combatentes foram liberados após a inspeção, enquanto os suspeitos seguiram em ônibus até a Cidade de Gaza, onde permaneceram alguns dias, antes de serem transferidos para o presídio de Atlit, no norte de Israel, onde ficaram detidos antes de serem repatriados.

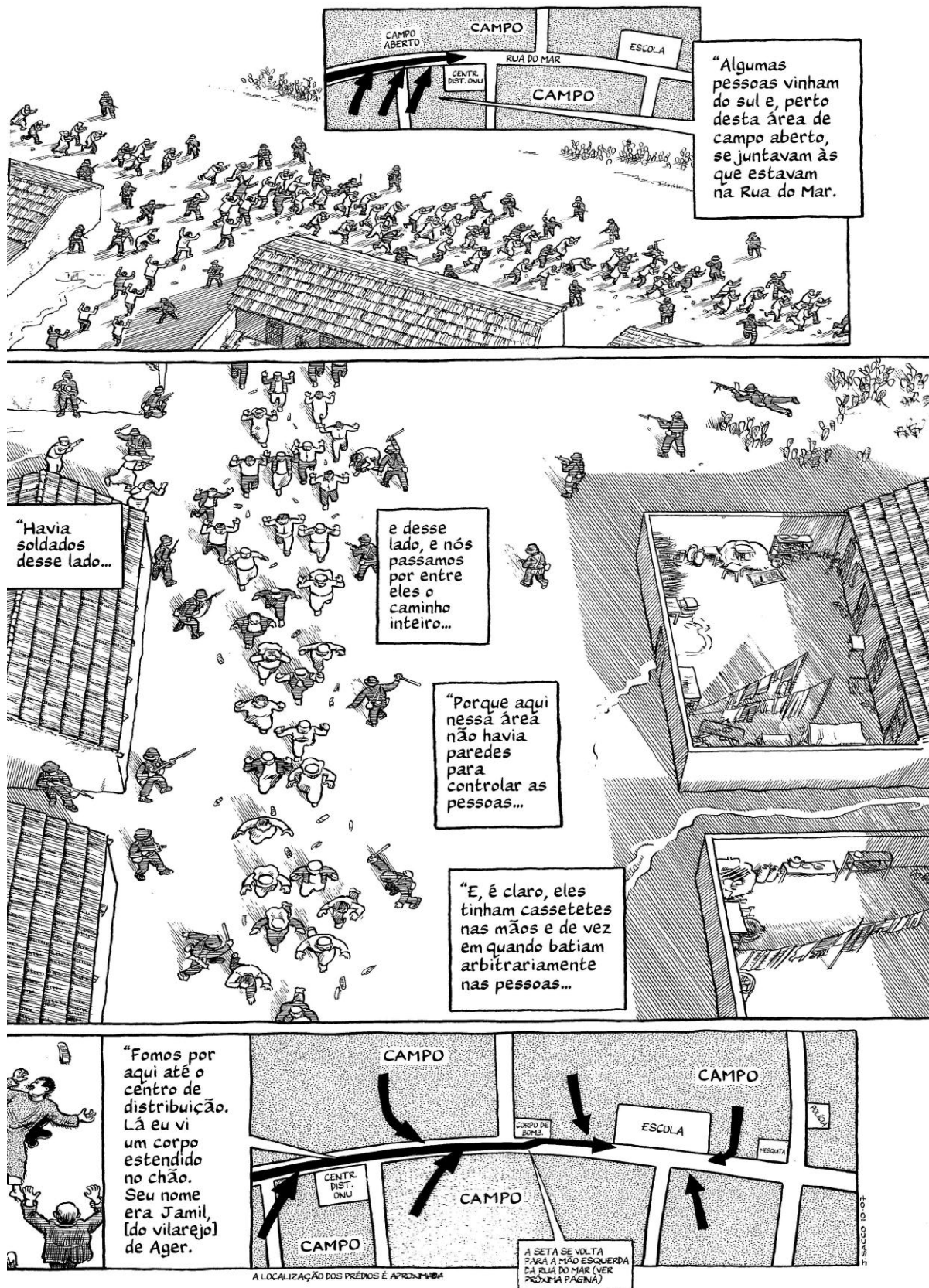


Figura 37 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 217.





Figura 38 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 236.

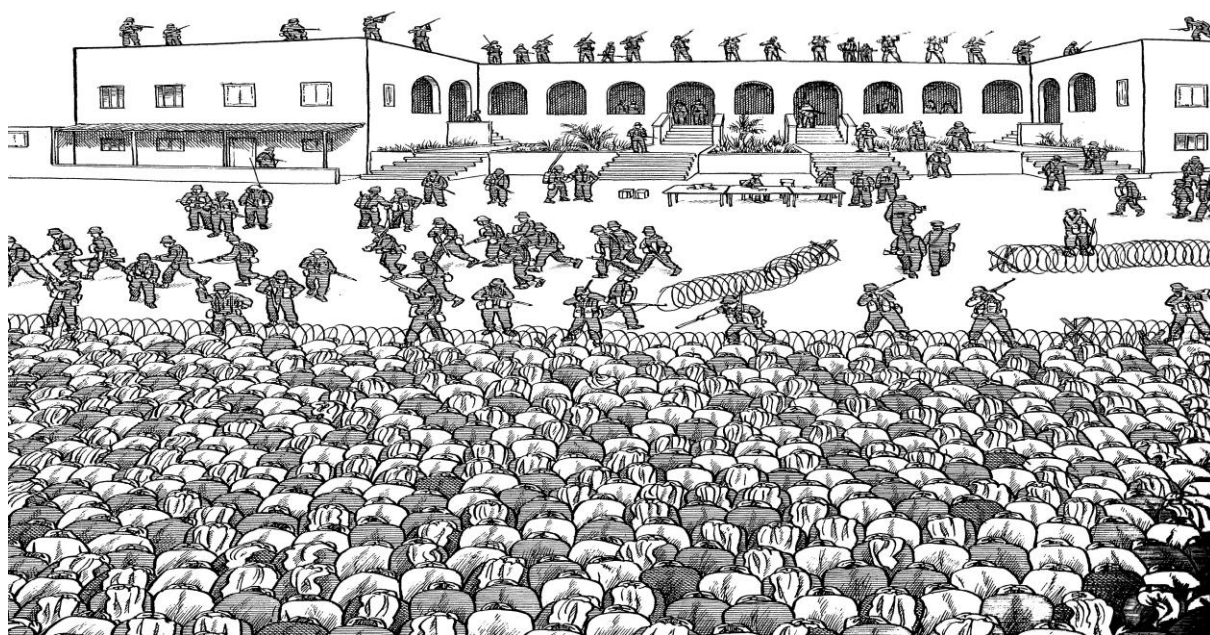


Figura 39 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 268.

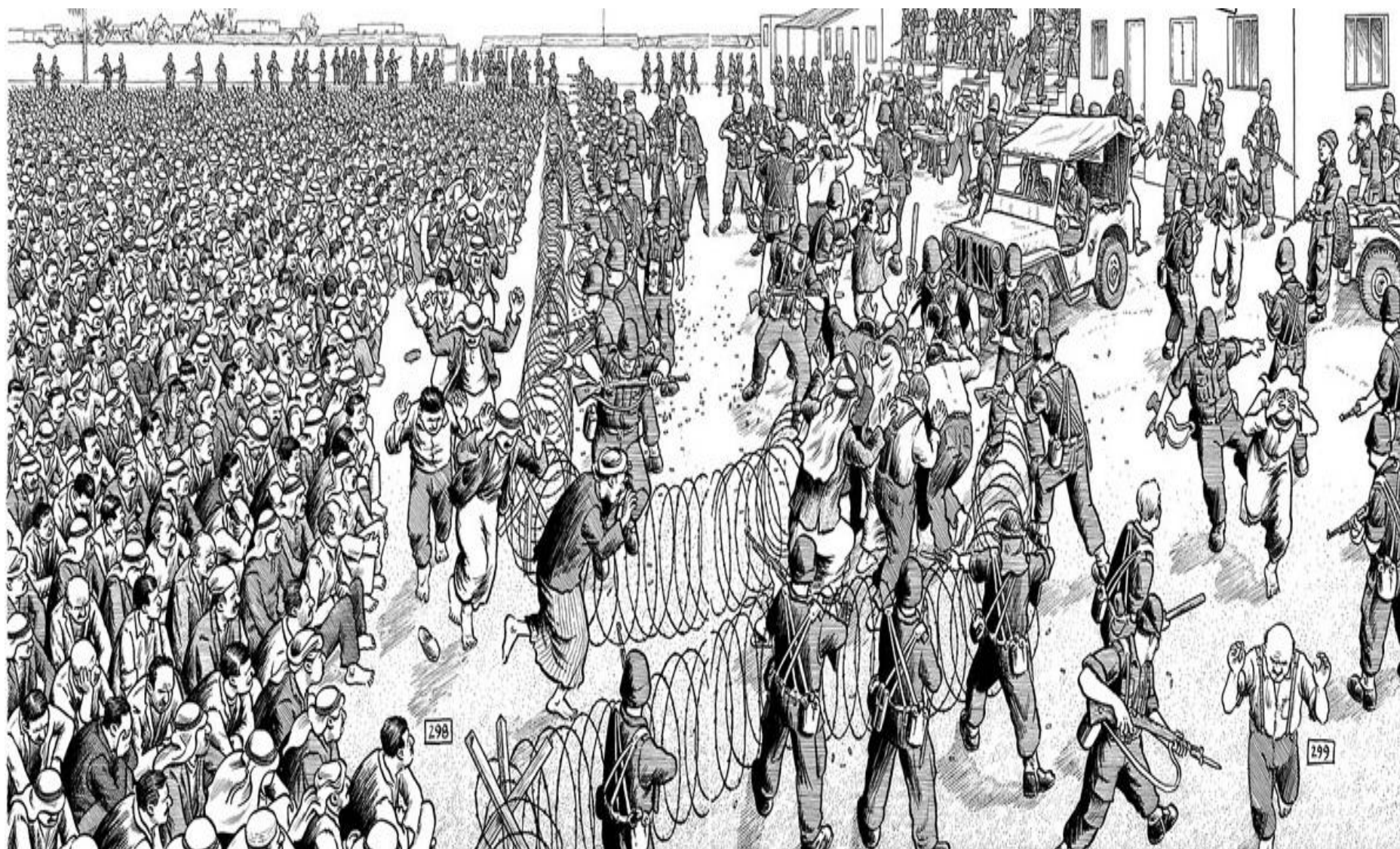


Figura 40 – Fonte: Sacco, *Notas sobre Gaza*, 2010, p. 298-299.



Os cenários territoriais de terror que Sacco registra não são exclusivos dos eventos de 1956. Atualmente Israel continua a difundir o terror nas cidades, nas aldeias e acampamentos palestinos. Após a retirada das colônias judaicas da Faixa de Gaza, os ataques de 2008-2009, 2012 e 2014 nos territórios palestinos demonstraram que Israel utiliza amplamente essa tática, como o fez no Líbano na invasão de 1982 e na de 2006 e em outras ocasiões na Palestina, para controlar e expandir as fronteiras em territórios árabes.

De forma alguma, tratamos a obra de Sacco (ou a percepção que ela pode oferecer) como uma representação pretensamente fidedigna da realidade; tampouco a tomamos como um instrumento de falsificação e ilusão, muito menos de perversão, como o Dr. Wertham atribui ao segmento dos quadrinhos, ou de discurso ideológico e de colonização, como tantos realizaram, dentre eles, Dorfman e Mattelart. Quadrinhos, de fato, podem representar esses aspectos e incorrer em imaginações geográficas no mínimo destoantes, para não dizer ideológicas. Todavia, quadrinhos também dispõem de abordagem crítica; por isso, dedicamo-nos a oferecer uma visão sobre a obra de um desses cartunistas numa perspectiva que se valeu de um olhar que permitiu ver os quadrinhos como uma narrativa visual e textual de percepção e construção de um enfoque geográfico através dos quadrinhos.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Esta pesquisa problematizou as possibilidades que os quadrinhos, em especial os da obra de Joe Sacco, podem oferecer à análise da dimensão geográfica, notadamente da dimensão territorial do espaço, através da associação que a linguagem dos quadrinhos promove entre os elementos visuais e textuais para compor a narrativa que lhe é característica. Consideramos, assim, preliminarmente, os quadrinhos uma fonte de pesquisa passível de análise pela ciência geográfica, sobretudo fecunda à percepção dos significados de determinados elementos figurados no espaço.

Foi possível ratificar, ao longo da pesquisa, que nem todos os quadrinhos são enviesados para a produção de falsificações e criação de mundos imaginários destituídos de aderência ao real. Os quadrinhos de Joe Sacco, embora efetivamente constituam uma forma de representação, aspiram corresponder a situações concretamente vividas por seus personagens com o intuito de abranger um conjunto de significados que remetem – de modo pujante – à organização espacial dos territórios palestinos ocupados. Os quadrinhos, assim, podem ser beneficentemente assimilados como uma fonte para a elucidação e ampliação do conhecimento, na medida em que podem oferecer uma interpretação espacial peculiar de diferentes lugares através de seu escopo visual e narrativo.

Partindo desse ponto de vista, a pesquisa tratou da percepção territorial que a obra de Joe Sacco oferece; para tanto, foi necessário, preliminarmente, trazer à tona elementos referentes ao aporte teórico que, tendo sido produzido por pesquisadores de diversos campos e por geógrafos interessados na análise crítica dos quadrinhos, permitiram fundamentar a problemática da pesquisa proposta. Nesse mesmo sentido, a pesquisa recorreu ao debate teórico-conceitual proveniente da pesquisa em Geografia Política, enfatizando, então, a qualificação de noções entrevistadas como mais relevantes para os termos da análise proposta, quais sejam: os temas de soberania política, relação entre terror e território, além do sentido de verticalização e visão tridimensional do território, numa leitura que tem sido referida pelos pesquisadores na área de Geopolítica Vertical.

A dimensão espacial contida nos quadrinhos jornalísticos de Joe Sacco, expressa pela articulação da linguagem visual e da linguagem textual típicas dos quadrinhos – em que o personagem é o elemento central na representação do cenário geográfico – foi associada, para

fins de análise, à ideia de soberania política e de terror no território, considerados como elementos através dos quais torna-se possível compreender o modo com o qual os sujeitos-personagens irradiam toda uma carga de significados acerca da territorialidade que lhes envolvem.

Assim, a análise da obra de Joe Sacco mostrou que os quadrinhos oferecem componentes de percepção espacial do território, evocando a visibilidade do cenário geográfico (por meio da verticalidade e da tridimensionalidade) e seus significados (como, por exemplo, sensações de terror) vividos pelos personagens. Os territórios palestinos ocupados foram, assim, vistos como espaços precários e disciplinadores; por isso, a vida palestina é sulcada por um sistema de vigilância e controle de seu cotidiano, ao tempo que se realiza sobre uma base territorial fragmentada; nesses termos, a obra consiste num testemunho da vida palestina que exprime a soberania política esvaída por essa lógica. O monopólio da violência legítima foi imposto de cima para baixo, verticalmente, pode-se dizer, na medida mesma em que no espaço se criou uma configuração territorial que corresponde ao que Weizman designou, sob uma leitura urbanística, de arquitetura da ocupação.

Concluimos, assim, que a dimensão espacial contida nas obras em quadrinhos do quadrinista Joe Sacco discutidas neste trabalho oferecem um rico manancial para interpretar o comportamento e a vida dos palestinos sob o prisma de sua territorialidade. Nos seus quadrinhos jornalísticos a informação é estruturada de tal maneira que a composição dos cenários da Palestina exerce um papel decisivo para a apreensão da vida cotidiana dos sujeitos-personagens. Assim, através do cenário representado nos referidos quadrinhos, verifica-se um registro notável dos territórios palestinos. Através das ações dos sujeitos-personagens que unem a personagem ao lugar, o cenário expressa uma modalidade peculiar de *síntese geográfica do território*, que evoca a descontinuidade territorial e, em sentido mais amplo, a precarização do território.

O ponto de vista aqui desenvolvida sobre os quadrinhos de Joe Sacco, que procurou focalizar a expressão geográfica do território de sua obra, permitiu dar visibilidade à dimensão espacial do território do conflito israelo-palestino sob uma perspectiva peculiar, sem, contudo, relegar a um plano secundário a fundamentação teórica e conceitual mais convencionalmente estabelecida acerca do referido conflito. As HQs, como no caso dos quadrinhos jornalísticos de Joe Sacco, oferecem uma percepção do território que permite apreender o “volume político” em locais de conflito, na medida em que libera – em relação

aos territórios ocupados – uma representação fortemente tributária de um sistema que evoca uma síntese preñe de significados acerca da relação entre o espaço e o poder.

## REFERÊNCIAS

### Referências Bibliográficas:

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio: origem histórica dos conflitos: imperialismo e petróleo: judeus, árabes, curdos e persas**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

ANSELMO, Zilda Augusta. **Histórias em quadrinhos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

APOLINÁRIO, Débora de F. Ramos. Persépolis: Desterritorialização e identidade no Irã de Marjane Satrapi. **Revista Litteris**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-17, 2011.

BACKMANN, René. **Um muro na Palestina**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BARBOSA, Alexandre. Os quadrinhos no ensino de Artes. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 131-149.

BELCHER, Oliver Christian. The occupied Palestinian territories and late-modern wars. **Human Geography: A New Radical Journal**, v. 4, n. 1, p. 1-9. 2011.

BRAGA, Flávio; PATATI, Carlos. **Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel: a paz ou o apartheid**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAMARGO, Cláudio. Guerra árabe-israelense. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 425-451.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CHARLIER, Jean-Michel; GIROUD, Jean. **Fort Navajo: uma aventura do tenente Blueberry**. Rio de Janeiro: Editora Vecchi, n.1, p. 1-50, janeiro. 1980.

CIRNE, Moacy. **Quadrinhos, sedução e paixão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979.

COCONI, Luciana. **Apartheid contra el pueblo palestino**. Madri: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DITTMER, Jason. The tyranny of the serial: popular geopolitics, the nation, and comic book discourse. **Antipode: A Radical Journal Geography**, v. 39, p. 247-268, março. 2007.

\_\_\_\_\_. Comic book visualities: a methodological manifesto on geography, montage and narration. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 35, p. 222-236, abril. 2010.

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. **Para ler o Pato Donald**: comunicação de massa e colonialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ECO, Umberto. O Mito do Superman. In:\_\_\_\_. **Apocalípticos e integrados**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1979. p. 239-279.

EFRAT, Elisha. **Geography and politics in Israel since 1976**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2005.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nova York**: a vida na grande cidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELDEN, Stuart. Governmentality, calculation and territory. **Environment and Planning D Society and Space**, v. 25, p. 562-580, março. 2007a.

\_\_\_\_\_. Land, terrain, territory. **Progress in Human Geography**, v. 34, p.799-817, abril. 2010.

\_\_\_\_\_. Secure the volume: vertical geopolitics and the depth of power. **Political Geography**, v. 34, p. 35-51, maio. 2013.

\_\_\_\_\_. Terror and territory. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, v. 39, p. 821-845, novembro. 2007b.

\_\_\_\_\_. **Terror and territory**: the spatial extent of sovereignty. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

\_\_\_\_\_. There is a politics of space because space is political – Henri Lefebvre and the production of space. **Radical Philosophy Review**, v. 10, p. 101-116, 2007c.

FREEDMAN, Ariela. Comics, graphic novels, graphic narrative: a review. **Literature Compass**, v. 8, p. 28-46, janeiro. 2011.

FINKELSTEIN, Norman G. **A Indústria do Holocausto – reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **Valsa com Bashir**: uma história da guerra do Líbano. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

GRAHAM, Stephen (Org.). Constructing urbicide by bulldozer in the occupied territories. In: \_\_\_\_\_. **Cities, war and terrorism: towards an urban geopolitics**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004. P. 192-213.

GROENSTEEN, Thierry. **The system of comics**. EUA: University Press of Mississippi, 2007.

GOIDA (GOIDANICH), Hiron Cardoso; KLEINERT, André. **Enciclopédia dos quadrinhos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

GÓIS, Marcos P. Ferreira de. **A Geografia em Quadrinhos: uma análise dos elementos sócio-espaciais que compõem a imagem presente no universo quadrinhográfico**. 2008. 74 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

GOMES, Marília Noletto. **Testemunho em quadrinhos: reflexões sobre a identidade palestina na obra de Joe Sacco**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

GOMES, Paulo C. da Costa; GÓIS, Marcos P. Ferreira de. A cidade em quadrinhos: elementos para a análise da espacialidade nas histórias em quadrinhos. In: GEU – Grupo de Estudos Urbanos. **Revista Cidades**. 1 ed. Presidente Prudente, v. 5, n. 7, p. 17-32, 2008.

GOMES, Paulo C. da Costa; RIBEIRO, Letícia Parente. A produção de imagens para a pesquisa em geografia. **Espaço e Cultura**. n. 33, p. 27-42, jan/jun. 2013.

GOMES, Paulo C. da Costa. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 187-210.

\_\_\_\_\_. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da al Qaeda. **Terra Livre**. v. 1, n. 18, p. 37-46, jan/jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Orgs.). **Geografia – conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 165-205.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HROUB, Khaled. **Hamas: uma guia para iniciantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

JONES, Craig. **Gaza in perspective**. 2012a. Texto disponibilizado em 26 de nov. 2012. In: War, Law & Space: thoughts on violence in the historical present. Disponível em: <<http://warlawspace.com/>>. Acesso em: 23 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Gaza in perspective II: violence of minimum**. 2012b. Texto disponibilizado em 29 de nov. 2012. In: War, Law & Space: thoughts on violence in the historical present. Disponível em: <<http://warlawspace.com/>>. Acesso em: 23 de out. 2013.

JUNEAU, Thomas; SUCHAROV, Mira. Narratives in pencil: using graphic novels to teach Israeli-Palestinian relations. **International Studies Perspectives**, v. 11, p. 172-183, maio. 2010.

KHALILI, Laleh. A habit of destruction. **Society and Space**. 2014. Texto disponibilizado em 25 de ago. 2014. In: <<http://societyandspace.com/>>. Acesso em: 28 de ago. 2014.

LAMBETH, Benjamin S.. Israel's war in Gaza: a paradigm of effective military learning and adaptation. **International Security**, v. 37, p. 81-118, 2012.

LIMA, Elaine A. B. Gomes de. **Piratas do Tiê: cenários e fundos de cena das HQS**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MAALOUF, Ramez Philippe. Massacre em Gaza. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 18, p. 111-126, mai./ago. 2009.

MACRI, Renato D. Zaccaro. **Linguagem iconográfica e documentário em Palestina – uma nação ocupada**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

MARTINS, José de Souza. Tio Patinhas no centro do universo. In: \_\_\_\_\_. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 3-18.

McCLOUD, Scott. **Desenhando quadrinhos**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. **O Mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio C. Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOYA, Álvaro de. **História da história em quadrinhos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 1986.



NEGRI, Ana Camilla. Um novo gênero jornalístico: a reportagem em quadrinhos de Joe Sacco. In: XXVI CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2003. p. 1-10.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RAMA, Maria Angela G.. **A representação do espaço nas histórias em quadrinhos do gênero super-heróis: a metrópole nas aventuras de Batman**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. v. 2, p. 93-101, 1983.

SACCO, Joe. **Área de Segurança Gorazde: a guerra na Bósnia Oriental**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre Gaza**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Palestina: na Faixa de Gaza**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Palestina: uma nação ocupada**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma história de Sarajevo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005b.

SAID, Edward. **A questão da palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

SATRAPI, Marjane. **Persépolis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

SLOTEDIJK, Peter. **Terror from the air**. New York: Semiotext, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa; CASTRO, Iná Elias de (Orgs.). **Geografia – conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

SPIEGELMAN, Art. **Maus: a história de um sobrevivente**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Maus: a história de um sobrevivente II: e foi aí que meus problemas começaram**. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TARDI, Jacques. **Era a guerra de trincheiras: 1914-1918**. Belo Horizonte: Nemo, 2011.

THORSTEN, Marie. Graphic “heart of darkness”: two visions of current affairs comics. **International Political Sociology**, v. 6, p. 221-240, setembro. 2012.

TORAL, André. **Adeus, chamingo brasileiro**: uma história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALLE, Flávio Pinto. Fragmentos do real: o realismo no jornalismo em quadrinhos. In: COLÓQUIO EM COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE. COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA: INSTITUIÇÕES, VALORES E CULTURA, 2008, Belo Horizonte – UFMG. **Anais...** Belo Horizonte - UFMG. 2008. p. 1-16.

VERGUEIRO, Waldomiro. A linguagem dos quadrinhos: uma “alfabetização” necessária. In: RAMA, Angela; \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009a. p. 31-64.

\_\_\_\_\_. De marginais a integrados: o processo de legitimação intelectual dos quadrinhos. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. p. 1-17.

\_\_\_\_\_. Uso dos HQs no ensino. In: RAMA, Angela; \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009b. p. 7-30.

WEIZMAN, Eyal. **Hollow land**: Israel’s architecture of occupation. Nova York: Verso, 2012.

\_\_\_\_\_. Strategic points, flexible lines, tense surfaces, and political volumes: Ariel Sharon and the geometry of occupation. In: GRAHAM, Stephen (Org.). **Cities, war and terrorism**: towards an urban geopolitics. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 172-191.

WOODWARD, Rachel. **Military geographies**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004.

### Reportagens:

Al-HAMZAH, Humam; MUHAMMAD, Zaid. Edição especial de Gaza. **Oriente Médio Vivo**, Damasco, Síria, 19 de jan. 2009. p. 1-4.

AMOUS, Jillian Kestler-D. Gaza marks anniversary of Israel attack. **Al-Jazeera**, Doha, Catar, 16 de nov. 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/>>. Acesso em: 16 de nov. de 2013.

### Entrevistas:

SACCO, Joe. Desenhar conflitos é perturbador, diz Sacco, que vem para a Flip. **Folha UOL**. Entrevista concedida a Fernanda Mena e publicada online em 02 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 15 de set. 2013.

\_\_\_\_\_. Omelete entrevista Joe Sacco. **Omelete UOL**. Entrevista concedida a Érico Assis e publicada online em 05 de julho de 2011. Disponível em: <<http://omelete.uol.com.br>>. Acesso em: 15 de set. 2013.

### **Filmes Cinematográficos**

PERSÉPOLIS. Direção e Roteiro: Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud. França: Studio d'Animation Perseprod. 2007. (95 min.).

VALSA COM BASHIR. Direção: Ari Folman. Israel: Les Films D'ici & Razor Film Produktion. 2008. (86 min.).

## ***PÓS- JOE SACCO:***

### **OS TERRITÓRIOS PALESTINOS NA ATUALIDADE**

Este anexo responde à necessidade de levar em consideração a situação dos territórios palestinos no contexto mais recente, sobretudo em relação à Faixa de Gaza, contemplando eventos posteriores aos relatados nas obras de Joe Sacco.

Em 2007 o Hamas passou a controlar de forma unilateral o território da Faixa de Gaza, onde se concentrou, desde então, a resistência à ocupação israelense. Foi em direção à Faixa de Gaza que Israel dirigiu os seus esforços militares em três operações de grandes proporções em 2008-2009, 2012 e 2014, com o objetivo de eliminar esse grupo e afiliados, considerados os maiores inimigos de Israel nos territórios palestinos.

Por isso, cabe salientar que, após as retiradas de Israel do Sinai, com a celebração do acordo de paz com o Egito, e, posteriormente, com sua retirada do sul do Líbano em 2000 – muito em virtude das atividades guerrilheiras do Hezbollah na região –, Israel também se retirou, em 2005, da Faixa de Gaza. Em primeira análise, esse recuo aparente induziria à constatação de que Israel estaria cedendo terreno, quando, em verdade, esse evento significa efetivamente que, ao invés de sustentar a defesa de fronteiras “indefensáveis”, tanto ao sul quanto ao norte, Israel reorientou a ocupação para a direção leste: a posição mais vulnerável da resistência árabe-palestina sobre a Cisjordânia, onde os recursos naturais são vitais (EFRAT, 2005; BACKMANN, 2012, WEIZMAN, 2012).

Na Cisjordânia, um antigo interesse de Israel é a concretização da anexação de Jerusalém e, conseqüentemente, a oficialização da Cidade Santa como capital de Israel. Para atingir esse objetivo, Israel está construindo em torno de Jerusalém uma barreira de circulação que controla a entrada e a saída de palestinos na cidade. Esse cinturão de segurança se apoia em leis específicas, que definem os direitos de posse de terra urbana na cidade e determinam as regras de moradia e compra de terras. Trata-se de uma problemática eminentemente político-territorial da organização interna da cidade.

Essa política territorial em Jerusalém foi descrita por Backmann (2012) e Weizman (2012) como uma peça importante de implementação de um sofisticado regime de permissões

que está sendo praticado em terminais rodoviários de uso exclusivo dos palestinos. Esses terminais controlam toda a mobilidade palestina interurbana em Jerusalém. Para entrar em Jerusalém, apenas um pequeno grupo de passageiros palestinos obtém permissão das autoridades israelenses; tais passageiros têm de circular por 11 pontos de controle (terminais) através de corredores estreitos delimitados por grades metálicas até uma série de catracas de aço acionadas por controle remoto. A vida urbana é, assim, monitorada por um eficaz sistema de vigilância sem a presença física de soldados ou funcionários israelenses, controlado por câmeras que criam um sistema óptico perfeito.

Peça importante dessa política é a expansão dos assentamentos, que reforça o controle territorial israelense e dificulta a entrada de terroristas em Israel, mas também permite o controle máximo sobre os recursos hídricos e fornecimento de energia elétrica – uma vez que Israel controla pontos geoestratégicos e a infraestrutura de fornecimento desses recursos. Dentro dessa lógica, afirmou Bishara (2003) que Oslo, no fundo, serve para Israel reorganizar o seu sistema de colonização, estabelecendo conjuntos de assentamentos interligados por uma rede de corredores de circulação disseminados nos territórios ocupados. Nesses termos, se o Estado da Palestina fosse criado sob essas condições, ele não passaria de um conglomerado territorial disperso, dilacerado por fragmentos descontínuos. Extremamente limitado economicamente, esse Estado teria poucas chances de sobreviver.

Para Oliver Belcher (2011), essa mudança de política dentro dos territórios ocupados no período do Acordo de Oslo, sobretudo nos anos de 2002 e 2003, durante os combates com a militância palestina que se sucedeu no decorrer da Intifada al-Aqsa, tipifica o principal aspecto da política de Israel, que “[...] tem sido a de minar as condições materiais para o futuro Estado palestino, ou pior, cultivar particularmente condições desagradáveis para um futuro Estado” (p. 3), suscitando inviabilidade econômica e infraestrutural destinada a dividir e fragmentar o território para dificultar a mobilidade e implementar um regime de vigilância, com o fim de facilitar o projeto israelense de expansão territorial.

Após seis décadas de ocupação, o número de refugiados (mais de 5 milhões)<sup>4</sup> é o resultado da histórica ofensiva israelense; em sua maioria, esses refugiados continuam na condição de párias. O bloqueio econômico que Israel estabeleceu levou os territórios

---

<sup>4</sup> Mais de 5 milhões de refugiados palestinos: esse é o número atualizado da Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA) que dependem da ajuda humanitária da organização (<http://www.unrwa.org/palestine-refugees>).

palestinos a um colapso cada vez mais intenso. Israel prestes a concluir a barreira de separação e as vias de fluxo rápido de uso exclusivo para israelenses, Coconi (2010) informa que a política territorial de controle colocou algo em torno de 40% do território da Cisjordânia inacessível aos palestinos; causou profunda desindustrialização e tornou precária a urbanização, com danos escalonares na produção de alimentos, acarretando uma grande crise alimentar (38% da população em risco) e aumento da pobreza (59% da população). Na Faixa de Gaza, onde, em 2005, Israel removeu os assentamentos, a situação é ainda pior. Estando o território sob bloqueio econômico ainda mais ferrenho, a escassez é quase total, e mais da metade da população está desempregada. Por conta disso, para sobreviver, os palestinos de Gaza dependem de túneis subterrâneos que ligam o território da Faixa de Gaza com o Egito.

Foi neste contexto de profunda crise socioeconômica e política, agravada com a morte de Yasser Arafat em 2004, que Mahmoud Abbas, também representante do Fatah, chegou ao poder. Abbas venceu as eleições para a presidência da ANP em 2005, contando inclusive com o apoio americano e israelense. Contudo, nas eleições de janeiro de 2006 para o Conselho Legislativo da Palestina (CLP), venceu o Hamas, grupo jihadista e adversário do Fatah. O descontentamento generalizado por parte dos palestinos em relação ao colaboracionismo com a ocupação e o fracasso do processo de paz impulsionaram a oposição a uma vitória histórica nas urnas, desbancando a supremacia do Fatah. Nas eleições parlamentares o Hamas conquistou maioria no parlamento, ganhando 76 dos 132 assentos, enquanto o Fatah obteve somente 43 (HROUB, 2009).

Após a vitória nas urnas, o Hamas buscou acordo com o Fatah para compor um governo de unidade nacional. Todavia, desde a vitória do Hamas, o governo israelense havia autorizado a venda de armas à ANP, sob governo do Fatah, para combater o grupo mais radical. Apoiado por Israel e pelos EUA, em junho do mesmo ano, Mahmoud Abbas dissolveu o gabinete do Hamas, nomeando para o lugar um tecnocrata do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o cargo de primeiro-ministro. Com isso, o Hamas perdeu suas posições na Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia, sendo substituído por integrantes do Fatah e independentes. Esses eventos levaram a uma guerra civil na Faixa de Gaza, berço de operação do Hamas, onde, após o choque entre os dois grupos, a organização islâmica de Gaza expulsou o Fatah do território, temerosa de um novo golpe do Fatah em parceria com Israel e os Estados Unidos. Em Gaza, desde junho de 2007, o Hamas assumiu o controle (MAALOUF, 2009).

Depois da crise de Gaza, ambos os grupos negociaram uma trégua, o que também se estendeu a Israel, tendo as partes assinado, em junho de 2008, um cessar-fogo de seis meses. Após esse período sem hostilidades, em 19 de novembro, quando o prazo expirou, o Hamas retomou os disparos de foguetes no território israelense, lançando 35 projéteis de pequeno alcance como resposta a um ataque realizado por Israel em 4 de novembro, que matou seis militantes em um túnel que o Hamas havia escavado para Israel a partir de Gaza. A FDI alegou que o túnel tinha sido construído com o objetivo de capturar soldados israelenses, que seriam tomados como reféns. Em retaliação à retomada dos ataques do Hamas, a FDI respondeu com um ataque, previamente planejado, ao grupo em Gaza (LAMBETH, 2012).

Lambeth (2012) descreve em detalhes o ataque, que se iniciou em 27 de dezembro de 2008, quando Israel começou uma manobra militar por terra e por ar intitulada Operação Chumbo Fundido, bombardeando intensamente a Faixa de Gaza com o auxílio de 88 aviões de combate (caças F-15 e 16) e helicópteros Apaches, além de tanques Merkavas. O objetivo da primeira fase era atacar uma centena de alvos militares identificados em Gaza, incluindo posições de lançamento de foguetes, esconderijos de armas e munições, túneis subterrâneos, por onde o grupo infiltrou secretamente armamentos, edifícios e centros de comando do Hamas. Após a primeira fase de ataque aéreo, que durou oito dias, a FDI deu início, em 3 de janeiro, a uma ofensiva por terra apoiada pela Força Aérea de Israel (FAI) com o objetivo de pavimentar o caminho das forças terrestres até os principais redutos do Hamas, para caçar e eliminar a militância palestina territorializada em Gaza.

Diferentemente do que ocorrera no Líbano dois anos antes, a FDI encontrou agora, com a operação em Gaza, um campo de batalha notavelmente mais complexo. Gaza, diferentemente do que se verifica com aldeias xiitas, dispersas em todo o sul do Líbano, apresenta uma população concentrada em áreas urbanas densas e alguns centros consideravelmente verticalizados. Gaza possui mais de 1,5 milhão de habitantes, distribuídos em apenas 139 quilômetros quadrados de terreno, em sua maior parte áreas construídas, que dificultam a penetração das forças militares por terra e a localização de alvos aéreos por conta de seu volume geométrico (LAMBETH, 2012). Nesse ambiente cada andar de um edifício, túneis ou refúgios subterrâneos, por exemplo, podem ser tomados como pavimentos dos diferentes níveis de ocupação do território, que podem ir até o subsolo, gerando um cenário de combate urbano altamente complexo.

Operando sobre essa base territorial, a FDI evitou, como descreve Lambeth (2012), as operações em áreas urbanizadas, pois aí suas tropas seriam expostas a emboscadas de atiradores. Tecnologia geoestratégica foi então utilizada em profundidade para mapear e localizar os alvos no campo de batalha. A partir dessas referências, aeronaves, helicópteros e veículos aéreos não tripulados operaram em diferentes estratos do espaço aéreo, ora sob as coberturas de nuvens, dificultando a sua identificação, ora abaixo de seu patamar, fornecendo poder de fogo com precisão apoiado por iluminação a laser e bombas guiadas por satélite, além de transmissão de imagens de vídeo sobre o campo de batalha em tempo real.

Novas tecnologias de vigilância permitiram o rastreamento dos combatentes do Hamas em áreas urbanizadas e superpovoadas, além da localização exata das unidades terrestres da FDI em campo de batalha, através de um novo *software* americano chamado *Blue Force Tracker*, que enviou, em tempo real, as informações para o Centro de Operações Aéreas da FDI e outros postos de comando ligados à rede. O Hamas, vendo frustrados seus lançamentos de foguetes, quando a maioria de seus pontos de disparo foi localizada e atacada, distribuiu cerca de 20 mil militantes em brigadas territoriais, cada uma composta por mais de mil homens para inviabilizar a infiltração das forças israelenses dentro de seus principais redutos. Após 22 dias de combate, Israel declarou um cessar-fogo que foi honrado pelo Hamas em 12 horas, iniciando a sua retirada do campo de batalha em 17 de janeiro de 2009 (LAMBETH, 2012).

Durante a operação, a FDI sustentou o sítio à Faixa de Gaza, mesmo sob bombardeiro, o que resultou em mais de 1.300<sup>5</sup> baixas e o ferimento de milhares de pessoas. A ajuda humanitária foi impedida de entrar, durante os intervalos dos ataques, em áreas civis, além de hospitais, bombardeados dentro de Gaza. O maior número de vítimas corresponde à população civil, de acordo com várias organizações internacionais, e durante os ataques, segundo os dados fornecidos por Coconi (2010), 16 médicos morreram enquanto trabalhavam e 15 hospitais foram destruídos, além de 43 unidades de atendimento primário e 29 ambulâncias.

Como assinalam al-Hamzah & Muhammad (2009), um dos objetivos de Israel e do governo americano – além de aplicar um duro golpe no Hamas e estabelecer uma situação de segurança duradoura às cidades israelenses em torno de Gaza, colocando fim ao lançamento

---

<sup>5</sup> Os números são de Coconi (2010), mas podem ser maiores; uma vez que outras fontes falam em mais de 1.400 mortes.



de foguetes – era utilizar o ataque para gerar uma situação de catástrofe humanitária e revolta popular contra o Hamas, tendo por foco na guerra de informação, responsabilizar o grupo pelos danos da guerra. Essa tática consistiu em fazer uso de sua postura de vitimização e de direito de autodefesa, que é tratado por Israel como inquestionável, utilizando os foguetes disparados pelo Hamas como justificativa para uma intervenção de força desproporcional.

Contudo, a revolta popular palestina contra o Hamas não ocorreu: ao invés disso, o grupo ganhou maior força e legitimidade política em Gaza, não obstante ter ficado patente a tentativa de Israel e dos Estados Unidos de tentar “[...] ensinar uma lição ao próprio povo palestino por ter ‘votado no partido errado’, como uma vez declarou George W. Bush [...]” (al-HAMZAH & MUHAMMAD, 2009, p. 2). Na ofensiva sobre Gaza, Israel se valeu de armas químicas, utilizando armas proibidas pela lei internacional, como o fósforo branco, que é uma substância incendiária, e o Kalanit, uma arma que substitui as bombas de fragmentação.

O fósforo branco, uma munição fabricada nos Estados Unidos e vendida a Israel, foi reivindicada pela FDI para ser usada para marcação, sinalização e ocultação de suas movimentações táticas. No entanto, os relatórios da Missão da ONU e do Observatório dos Direitos Humanos comprovam o contrário, como Belcher analisa (2011), uma vez que foi utilizado em áreas urbanas densas. O fósforo branco foi disparado em projéteis que estouraram no ar, lançando munição incendiária, ao invés de ser utilizado para encobrir operações da FDI.

Além do fósforo branco, Israel fez uso de uma nova arma desenvolvida pelos Estados Unidos, não regularizada pela lei internacional, em fase de testes, que se chama Dime. Essa arma causa explosão interna de alto grau, mas não espalha fragmentos, como ressaltam al-Hamzah & Muhammad:

[...] quem confirma o uso da nova arma são os médicos voluntários estrangeiros da ONU trabalhando em Gaza. “Os ferimentos dessa arma são particulares. As vítimas têm severos danos internos, especialmente em tecidos macios, como no abdômen, mas nada aparente pelo lado de fora. Todos os casos levaram à morte”, disse o médico norueguês Mads Gilbert, no Hospital Al-Shifa, na cidade de Gaza. Outro médico estrangeiro, o britânico David Halpin, também descreveu o que viu: “Estamos vendo Gaza como um laboratório humano para testes do que eu chamo de armas do inferno”, disse ele à rede de notícias britânica BBC (2009, p. 4).

A força militar da ANP não revidou os bombardeios israelenses na Faixa de Gaza; o que Maalouf (2009) descreveu em termos mais amplos como um massacre em Gaza que envolve seus cúmplices. O autor observa que, ao contrário do que normalmente se percebe, essa guerra não é apenas um conflito árabe-israelense, mas também uma guerra civil árabe,

em que judeus e árabes das mais variadas orientações políticas e religiosas se unem para exterminar outros árabes, considerados rivais.

No final de 2012, do dia 14 a 21 de novembro, a FDI realizou mais uma operação de bombardeiros na Faixa de Gaza, intitulada, dessa vez, Operação Pilar Defensivo. Nessa operação Israel usou novamente o artifício de guerra de prevenção num momento em que as hostilidades do Hamas eram mínimas se comparadas com as dos meses anteriores. Com o início do ataque o Hamas respondeu com a intensificação de lançamentos dos foguetes,<sup>6</sup> o que tem sido intensamente combatido por Israel.

A guerra assimétrica, como observou Craig Jones (2012a; 2012b), tem possibilitado a Israel desferir pesados golpes ao Hamas na Faixa de Gaza, sofrendo poucas baixas e mantendo as tropas quase intactas. Opera com ajuda de uma alta tecnologia militar que foi eficiente em frustrar dezenas de tentativas de lançamentos de foguetes e abater outros muitos no ar. Embora a FDI alegue que seus ataques são somente contra alvos militares, eles causaram, mais uma vez, um grande número de baixas à população civil de Gaza.

A total disparidade das forças militares em campo de batalha, com bombardeios cirúrgicos e de alto nível de destruição lançados sobre áreas extremamente urbanizadas e superpovoadas, tem tido o efeito de – segundo Jones (2012a; 2012b) –, ao invés de minimizar os danos à população, ratificar para Israel o benefício do uso da violência de forma indiscriminada como uma justificativa de caçar militantes palestinos. Essa tática tem sido empregada como se fosse moderada, quando, ao mesmo tempo, os ataques do Hamas – de muito menor alcance, precisão e periculosidade (ver Figura 41) – são tomados como atividades de alto risco ou terrorismo.

O ataque que, segundo a FDI, tinha exclusivamente objetivos militares, atingiu – além de túneis clandestinos – pequenas fábricas de armamentos e locais de estocagem de munição, hospitais e bairros densamente ocupados e verticalizados, destruindo 126 casas e matando 117 palestinos<sup>7</sup> (ver Fotografias 1, 2 e 3). Numa guerra de armas cirúrgicas e altamente destrutivas contra armamentos militares convencionais, Israel não foi ainda eficiente o bastante para destruir os grupos militares que se apõem e resistem à colonização de suas terras. De outro

<sup>6</sup> B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories.

<sup>7</sup> Segundo fontes da reportagem de Jillian Kestler-D'Amours no Jornal *Al Jazeera*, intitulada *Gaza marks anniversary of Israel attack*, de 16 de novembro de 2013, disponível no site da rede de comunicação árabe (<http://www.aljazeera.com/>).

modo, uma vez que Israel não consegue se livrar desses combatentes, seus bombardeios sobre cidades e infraestruturas territoriais, às vezes de países inteiros, têm sido eficientes em punir a população local, provocando terror e, conseqüentemente, administrando a violência numa condição que lhe permite em qualquer ocasião retomar os ataques de forma indiscriminada e justificada diante da mídia global.

Sob este quadro, Israel lançou, em 2014, outro ataque contra a Faixa de Gaza, entre 8 de julho e 26 de agosto, nomeado de Operação Margem Protetora, com o objetivo preliminar de deter os lançamentos de foguetes e destruir túneis construídos pelo Hamas e grupos afiliados, uma vez que esses objetivos, como se viu, não foram totalmente alcançados nas operações anteriores. Todavia, como notou Khalili (2014), a dizimação de Gaza sinaliza que as intenções militares de Israel são dotadas de grande amplitude: destruição da infraestrutura palestina, uso de pressão letal contra civis palestinos para forçá-los a abdicar de seu apoio ao Hamas; e tentativa de inviabilizar a eminente reconciliação entre o Hamas e o Fatah, que tem se mostrado possível nos últimos meses, evitando, assim, a constituição de uma unidade palestina ao transferir o domínio de grupos extremos para grupos moderados.

Como vimos em muitas ocasiões nos dias que se seguiram durante as referidas operações, embora a FDI tenha dado telefonemas a muitas residências que foram bombardeadas e tenha lançado folhetos em Gaza por meio de aviões, solicitando que a população deixasse áreas que seriam bombardeadas,<sup>8</sup> pode-se concluir que num território tão pequeno e cercado pelas barreiras israelenses, os comunicados serviram também para aterrorizar as populações que tiveram a sua área ou bairro alvejados pelos bombardeios ao tempo que não podiam se deslocar ou encontravam dificuldade para isso (ver Mapa 8). Nessas circunstâncias, embora a FDI argumente o contrário, dificilmente se pode pensar, na medida em que Israel detém a supremacia do poder aéreo, marítimo e terrestre, que exista algum lugar seguro na Palestina para os palestinos quando Israel desfere um ataque dessa magnitude.

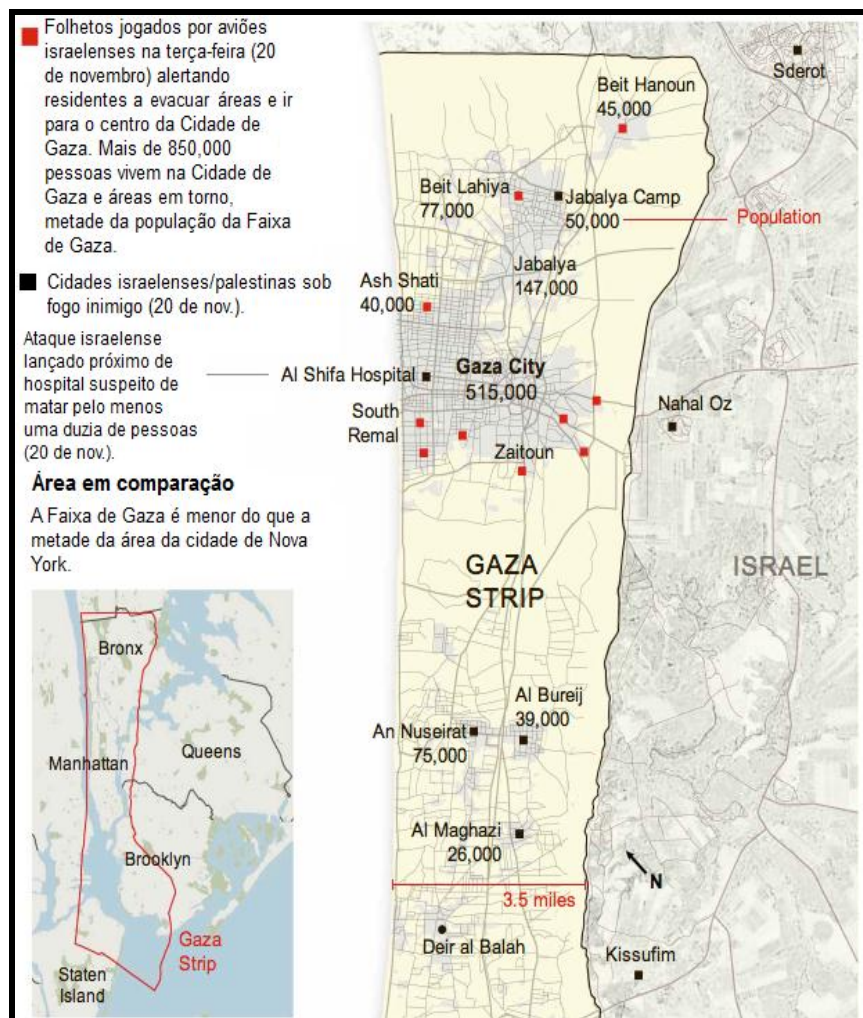
Os conflitos na Palestina, em Beirute (no Líbano), em Bagdá e Fallujah (no Iraque) e, o mais recente deles, na Síria, demonstram que as condições de combate de um “face a face” entre tropas regulares numa concepção de guerra tradicional, disputada em espaços amplos e abertos, são cada vez mais incomuns. Entretanto, a extensão espacial da guerra não deixou de ser tomada territorialmente, como o exemplo do sul do Líbano demonstra.

---

<sup>8</sup> Este foi o caso, por exemplo, do ataque de 20 de novembro de 2012, quando a FDI solicitou aos palestinos que se dirigissem para a cidade de Gaza (ver Mapa 7).

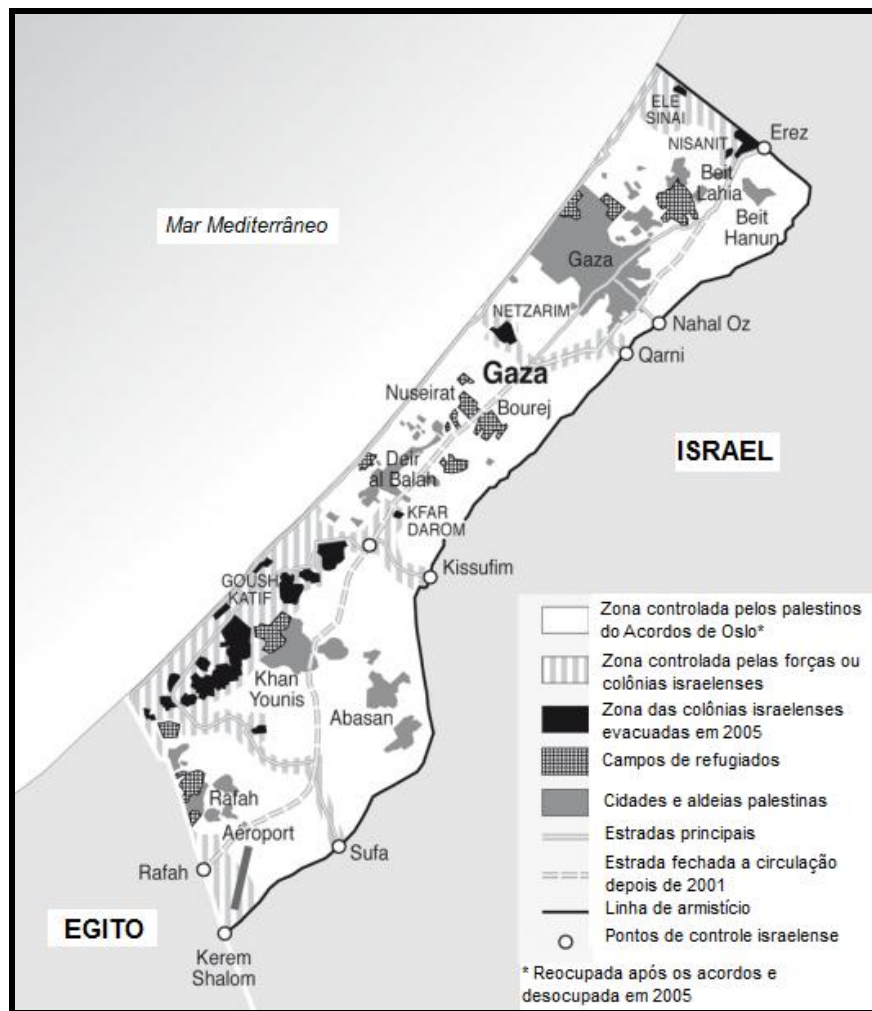
O território se “verticalizou”, tomando as cidades como centralidades dessa verticalidade e as redes de infraestrutura de abastecimento e comunicação como extensão espacial dessa rede territorial. O controle do espaço aéreo, com suas rotas ainda pouco estudadas que conformam a extensão de segurança do território, também sugere uma leitura vertical do controle territorial, que supera a noção convencional de uma superfície. A extensão espacial da soberania política, como Elden (2009) argumenta, também é vertical e consiste num profundo volume político como Weizman (2012) sugere e Joe Sacco, através dos quadrinhos, tão bem demonstrou.

**Mapa 7**  
Ataque de Gaza - 2012 (20 de novembro)



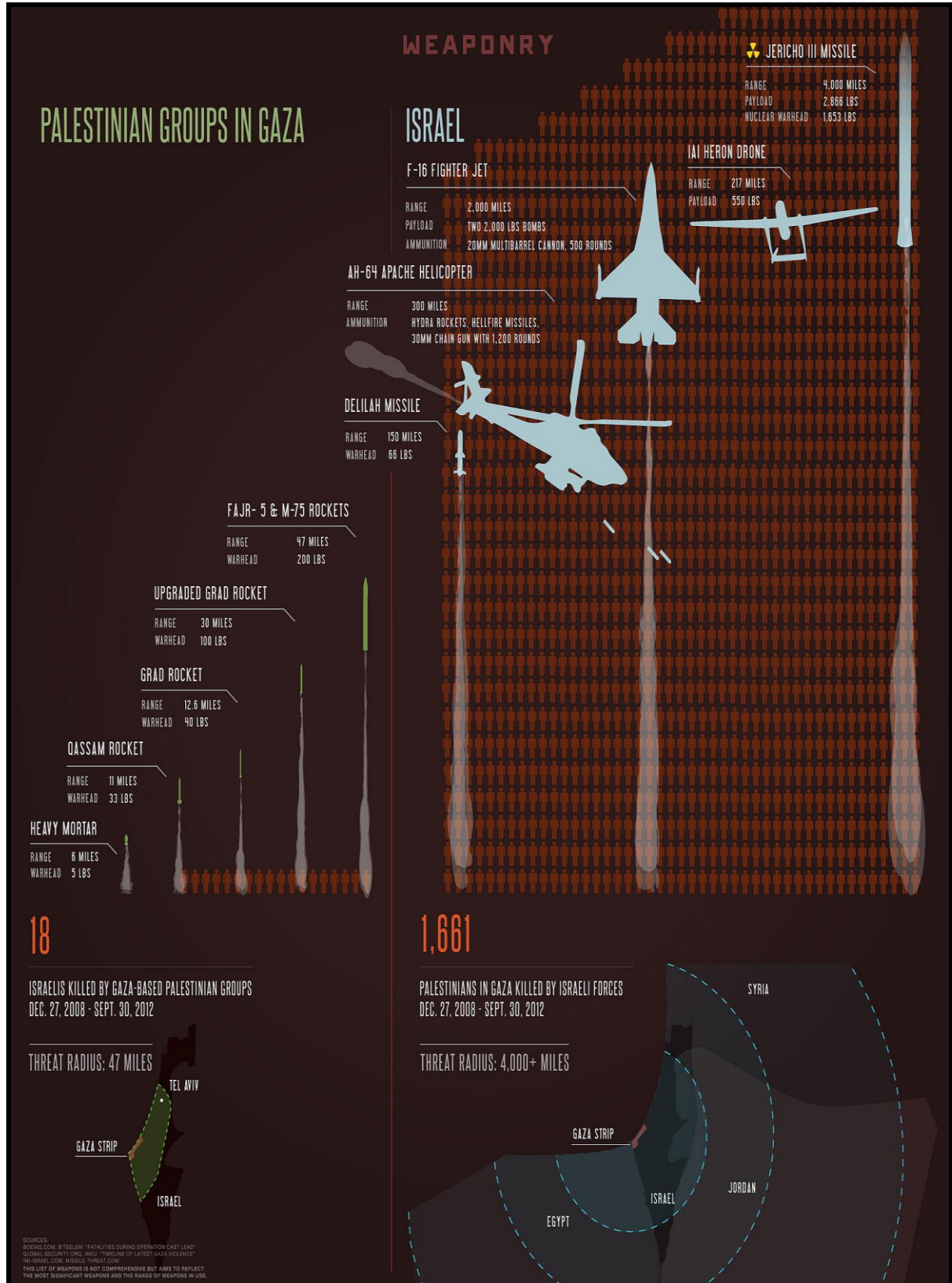
Fonte: *New York Times* (21 de novembro de 2012 – alterado do original).

**Mapa 8**  
Desarticulação da Faixa de Gaza



Fonte: Rekacewicz (2004), disponível em *Le Monde Diplomatique* (alterado do original para 2013).

**Figura 41**  
**Poder Militar e Extensão dos Ataques Israel-Militantes Palestinos Situados em Gaza**  
**em Comparação com o Número de Vítimas (Nov. de 2012)**



Fonte: Palestine Center of the Jerusalem Fund.



**Fotografia 1**

Bombardeio israelense sobre a Cidade de Gaza, cidade mais populosa da Faixa de Gaza, em 16 de novembro de 2012.



Foto de Paul Danahar, disponível em *BBC News Middle East* (online), 16 de nov. de 2012.

**Fotografia 2**

Palestinos se reúnem em volta de casa atingida por ataque aéreo israelense em Khan Younis, no sul da Faixa de Gaza, em 19 de novembro de 2012.

Foto de Ibraheem Abu Mustafa, disponível em *G1 Mundo – Globo* (online), 21 de nov. de 2012.

**Fotografia 3**

Bombardeio israelense sobre prováveis túneis na fronteira entre o Egito e a Faixa de Gaza, em Rafah, em 21 de novembro de 2012.



Foto de Eyad Baba, disponível em *G1 Mundo – Globo* (online), 21 de nov. de 2012.